ASSESSORIA, CONSULTORIA & SERVIÇO SOCIAL

Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos
(Orgs.)

2ª edição

Conselho editorial
da Área de Serviço Social

Ademir Alves da Silva

Dilséa Adeodata Bonetti

Maria Lúcia Carvalho da Silva

Maria Lúcia Silva Barroco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1.

Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos (Orgs.)

Alessandra Gomes • Aline Celente • Alzira Lobato • Andrea Gonzaga de Oliveira •
Jefferson Lee de Souza Ruiz • Juliana Souza Bravo de Menezes • Kênia Augusta Figueiredo •
Lúcia M. B. Freire • Marco José de Oliveira Duarte • Maria Inês Souza Bravo •
Maurílio Castro de Matos • Ney Luiz Teixeira de Almeida • Tatiana Maria Araújo da Fonseca

ASSESSORIA, CONSULTORIA & SERVIÇO SOCIAL

2ª edição

CORTEZ EDITORA

ASSESSORIA, CONSULTORIA & SERVIÇO SOCIAL
Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos (Orgs.)

Capa:
Revisão: Maria Regina Machado
Composição: Linea Editora Ltda.
Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos autores e do editor.

© 2006 by Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes
05014-001 – São Paulo - SP
Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290
E-mail: cortez@cortezeditora.com.br
www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – junho de 2010

Sumário

Prefácio — *Ana Maria de Vasconcelos* 7
Apresentação à 2ª edição 17
Apresentação 19

1ª PARTE Serviço Social, Assessoria e Consultoria

Capítulo 1 Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social
Maurílio Castro de Matos 29

Capítulo 2 Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria
Tatiana Maria Araújo da Fonseca 58

Capítulo 3 A experiência de assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região — Rio de Janeiro
Jefferson Lee de Souza Ruiz 83

Capítulo 4 Assessoria e Serviço Social: a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Faculdade de Serviço Social da Uerj
Andréa Gonzaga de Oliveira 109

2ª PARTE Serviço Social, Assessoria e políticas sociais

Capítulo 1 O potencial de contribuição do Serviço Social na Assessoria aos Movimentos Sociais pelo Direito à Saúde
Maria Inês Souza Bravo e *Maurílio Castro de Matos* 141

Capítulo 2 Assessoria e Consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social
Lúcia M. B. Freire 170

Capítulo 3 Consultoria: uma estratégia para a implantação da Loas
Kênia Augusta Figueiredo..... 188

Capítulo 4 Assessoria: atribuição da "Equipe Técnica" no Conselho Tutelar
Alessandra Gomes Mendes e *Maurílio Castro de Matos*..... 202

Capítulo 5 Fórum em defesa dos serviços públicos e contra as fundações estatais de direito privado no Rio de Janeiro: uma experiência de assessoria
Maria Inês Souza Bravo e *Juliana Souza Bravo de Menezes*... 227

3ª PARTE Seminário: "Serviço Social e Assessoria: as experiências da Faculdade de Serviço Social da Uerj"

Capítulo 1 Assessoria e extensão universitária
Ney Luiz Teixeira de Almeida 251

Capítulo 2 Curso de extensão em gênero, saúde e reprodução: uma experiência de articulação entre capacitação profissional e assessoria
Andréa de Sousa Gama 267

Capítulo 3 Assessoria na área de Serviço Social e saúde mental: conversações
Marco José de Oliveira Duarte..... 281

Capítulo 4 A Prática de Assessoria desenvolvida na Área do Envelhecimento
Alzira Lobato 295

Capítulo 5 Assessoria e estágio supervisionado em Serviço Social: a experiência do projeto "Movimento contra a Fome e a Miséria: Alternativas para as ONGs e para o Mercado de Trabalho do Serviço Social"
Aline Celente 301

Sobre os autores..... 307

Prefácio

Este livro destaca-se entre as produções na área do Serviço Social. É corajoso. Não só porque busca refletir sobre a importância da assessoria no Serviço Social e sobre o potencial que o Serviço Social tem na atividade de assessoria, a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Vai além. Mostra relatos e problematizações de experiências de assessoria em diferentes áreas da política social e no âmbito da universidade pública.

Em tempos de hegemonia do capital, que precisa da humanização do que não pode ser humanizado — *a exploração do homem pelo homem* —, a formação de profissionais críticos e reflexivos não é funcional ao sistema e tem de ser freada. Para essa organização social é suficiente a formação de um profissional que promova "humanização" das relações pessoais e acesso "eficiente" a um mínimo para a sobrevivência, a partir de "escuta atenta" e "bom acolhimento".

Por outro lado, assistentes sociais, tomando como referência os direitos sociais e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, ultrapassam as perspectivas que enfocam apenas as relações pessoais enfatizando as demandas reais dos usuários com vista a contribuir para a sua emancipação política.

Esta conjuntura, em que as estratégias da elite brasileira, em nome do capital nacional e internacional, confundem os movimentos sociais, os diferentes segmentos da classe trabalhadora e o próprio pensamento crítico, exige dos assistentes sociais não só o compromisso com os setores populares — a partir de princípios ético-políticos explícitos e conscientes —, mas uma densidade teórico-metodológica, ético-política e técni-

co-operativa. Isso se dará por meio de uma formação profissional permanente, crítica e necessária para a concretização de práticas na direção social assinalada.

O projeto ético-político hegemônico no Serviço Social brasileiro contemporâneo é um terreno fértil para um discurso normativo. Entretanto, discutir as competências e atribuições do assistente social coloca em questão não um dever ser monolítico, mas a busca de possibilidades de prática, a partir do existente. Possibilidades de prática que uma formação profissional e uma capacitação continuada — que demanda a realidade e, especificamente, o lócus do cotidiano profissional — permitem indicar, frente ao que está sendo realizado pelos assistentes sociais no seu exercício profissional.

Princípios e referências expressam uma visão de mundo que, se tomados conscientemente como parâmetro, podem indicar os horizontes, a direção e as estratégias de ação. Podem fornecer, também, as bases de um *ato reflexivo partilhado*, portanto crítico, consciente e criativo. Os assistentes sociais, em seu Código de Ética, afirmam princípios que, ao explicitar uma visão de mundo e uma certa relação entre os homens, mostram à sociedade brasileira, com clareza, que essa categoria se articula com as forças progressistas e anticapitalistas.[1]

É diante de uma sociedade que se revela, mesmo aos menos observadores, tão injusta e cruel, que salta aos olhos a necessidade de se comprometer com princípios que colocam no centro os sujeitos de direito. Como afirmado no seu Código de Ética, os assistentes sociais se comprometem com:

— o reconhecimento da *Liberdade* como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — *autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais*;

— a defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

1. Como afirmou José Paulo Netto, em conferência realizada no X Congresso Brasileiro de Assistente Sociais, em 2004, "a luta por direitos velhos e novos é uma luta anticapitalista". Assim, quem luta pelos direitos universais "tem de deixar de amar esta ordem social".

— o posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure *universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais*, bem como sua *gestão democrática*;
— o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito — a garantia do pluralismo e compromisso com constante aprimoramento intelectual;
— a articulação com os movimentos de outras categorias;
— o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população;
— o exercício do Serviço Social sem ser discriminado e sem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

O compromisso com estes princípios só tem sentido quando pensados e tomados como referência nas suas relações e conexões necessárias com três outros princípios que são a base e sustentação dos demais: "ampliação e consolidação da cidadania com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras" e a "defesa e aprofundamento da democracia enquanto *socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida*", o que exige, finalmente, a "opção por um projeto profissional vinculado *ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero*".

Aqui, fica patente a ousadia e coragem dos assistentes sociais brasileiros em anunciar o enfrentamento com a ordem social capitalista no seu momento de maior glória (vide Lessa, 2000),[2] em contraposição a segmentos da própria categoria e da sociedade organizada que, ou lamentam uma ordem tão cruel, ou consideram que podem humanizá-la ou acham que podem enfrentá-la fazendo a opção por ações voluntaristas, individualistas, focalistas.

2. Lessa, S. Serviço Social e trabalho: do que se trata? In: *Temporalis*, revista da ABEPSS. Brasília, ABEPSS, n. 2, julho a dezembro de 2000, p. 35-58.

Princípios e compromissos são essenciais, mas não bastam para garantir uma ação mediada por eles. Assim é que se pergunta aos assistentes sociais: na contramão da história, em plena hegemonia neoliberal na economia e na política, como realizar um Serviço Social mediado *pelo projeto ético-político da profissão e pelos ganhos constitucionais*, derivados da Constituição cidadã?

Como indicado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o assistente social é um "profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, dotado de formação intelectual e cultural generalista e crítica, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho".[3]

Um perfil que, fundado numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa possibilite aos assistentes sociais:

— apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade;

— análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;

— compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico (nacional e internacional) desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

— identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

3. ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social/1999. In: *Assistentes sociais: ética e direitos*. 4. ed. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: Cress 7ª Região, jun. 2006, p. 345-361.

Assegurar um perfil profissional nessa direção exige a manutenção de um *processo de formação profissional contínuo* objetivando garantir uma prática planejada e *avaliada nas suas consequências*, partindo de uma graduação que assegure a qualificação para uma ação localizada, com base na compreensão estrutural da problemática focalizada, com garantia da capacitação dos profissionais já formados, o que requer uma relação necessária, sistemática e continuada, entre academia e meio profissional, com destaque para as universidades públicas.

Este perfil profissional *pode* assegurar aos assistentes sociais a possibilidade de planejar, analisar e avaliar sua prática rompendo com uma inserção passiva nos espaços profissionais onde, frequentemente, o profissional toma como objeto de atenção mais as demandas da instituição e dos outros profissionais do que as demandas dos trabalhadores.

A exigência de planejamento, análise e avaliação das consequências da ação profissional, na busca de reafirmar práticas que reforcem o projeto ético-político profissional, reclama *processos de assessoria no âmbito do Serviço Social* que tomem como centro o cotidiano profissional. Na contraditória sociedade capitalista, faz-se necessário revelar os caminhos da prática visto que os assistentes sociais podem estar favorecendo a organização social vigente — participando do processo de repressão da classe trabalhadora — ou favorecendo os diferentes segmentos dos trabalhadores — reforçando seu processo de mobilização, organização e controle social.

Nas assessorias técnicas prestadas por assistentes sociais, encontramos experiências de assessoria para elaboração de projetos profissionais, assessorias prestadas a Conselhos de Direitos e de Políticas ou Conselhos Tutelares (aos Conselhos ou a representantes dos usuários ou da sociedade civil), assessorias às equipes de recursos humanos, assessorias à ação de assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação.

Enquanto um dos momentos especiais da capacitação continuada, os processos de assessoria podem contribuir para a construção do perfil profissional. Por outro lado, essa capacitação coloca-se como exigência para o assistente social que é requerido para prestar assessoria a grupos, associações e movimentos sociais, garantindo uma ação na direção dos interesses históricos dos trabalhadores, diante de uma realidade tão complexa.

Ao assistente social, cabe estar preparado para prestar assessoria, quando solicitado pela gestão da instituição onde atua. Mas a assessoria nem sempre precisa ser solicitada ao Serviço Social. Assim, cabe ao assistente social, quando solicitado ou não, levar a diferentes instâncias de gestão — coordenações, chefias — e a grupos e organizações populares —, associações, movimentos sociais, órgão de representação etc. — os achados e indicações que resultam da sistematização dos dados do seu cotidiano profissional. E junto aos segmentos populares, cabe ainda ao assistente social a criação de espaços que favoreçam a reflexão, a democratização de informações, a mobilização e a organização.

Mas o convite ao Serviço Social para assessorar gerências, chefias quase sempre tem resultado no deslocamento do profissional sem a sua substituição no setor de origem, o que significa perda para os usuários. Desvincular a assistência da organização política dos usuários pode resultar num desserviço na medida em que, ainda que se objetive o contrário, pode despolitizar as demandas mais do que politizá-las.

A assessoria à gestão das políticas sociais ou serviços (representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário; conselheiros de direitos e de política; gestores empresariais; técnicos que atuam nos setores públicos e privados; conselheiros tutelares etc.) não pode retirar a centralidade da profissão no atendimento direto aos usuários, seja individual ou coletivamente. Há de se ter cuidado em não substituir os atendimentos realizados pelos assistentes sociais à população usuária por atendimentos realizados por voluntários ou técnicos (agentes comunitários, recepcionistas, auxiliares administrativos, frequentemente "treinados" por assistentes sociais). Assim, os assistentes sociais estão delegando o atendimento direto ao usuário em nome de assessoria prestada a voluntários e técnicos que vão realizar a atenção ao usuário, o que vem sendo apresentado pelos profissionais como um ganho para a profissão, sem apreensão das consequências dessa prática para os usuários; repercussões difíceis de serem percebidas, mas não difíceis de serem previstas.

O fato de o assistente social estar assessorando movimentos sociais, associações ou organismos de representação dos trabalhadores não o exime de contradições. Assim, também nestes espaços, os profissionais

podem estar, tanto quanto qualquer outro profissional, participando dos processos de disciplinarização dos trabalhadores e de seus núcleos familiares, principalmente dos considerados supérfluos para a sociedade capitalista. Como afirma o sociólogo alemão Robert Kurs (*Folha de S.Paulo*, 7/9/2003): "os 'supérfluos', multiplicando-se aos montes, precisam ser disciplinados e forçados a aceitar seu destino de maneira ainda mais dura que os 'ocupados'".

Como já afirmado, numa conjuntura em que as estratégias da elite brasileira, em nome do capital nacional e internacional, confundem movimentos sociais, trabalhadores e o próprio pensamento crítico, os assistentes sociais não estão ilesos. Ninguém deixa de sofrer direta e indiretamente os efeitos dessa organização social, inclusive no que diz respeito à criminalização dos movimentos e das organizações populares. Assim, não é por ocupar os espaços de assessoria que o assistente social está imune de reproduzir práticas que favoreçam a repressão dos de baixo, através de uma repressão doce, suave, terna ou de uma repressão pela cooptação, pela incorporação, pela exclusão, nem sempre voluntária, dos cidadãos dos processos de decisão macropolítica.

É nesse sentido que se coloca a exigência de planejamento e apreensão das consequências da prática dos assistentes sociais em todos os espaços profissionais.

A assessoria que aqui se reclama não se refere somente à capacitação teórica, a partir de "aulas de análise de realidade". Estamos nos referindo a um processo em que o assistente social assessor, tomando como objeto de atenção, e quando não de pesquisa, o espaço profissional do(s) assistente social(is), na sua dinâmica e complexidade, contribua para que aquele assistente social/equipe planeje e avalie sua prática e apreenda suas consequências.

É no planejamento da organização do Serviço Social[4] e da prática que o assistente social/equipe se prepara para trabalhar. A graduação oferece,

4. Aqui, estou me referindo a como o Serviço Social se organiza nos diferentes espaços profissionais. Na saúde, por exemplo, os assistentes sociais estão distribuídos na rede de saúde e nas unidades de saúde, não a partir de um estudo da realidade, pelos próprios assistentes sociais, o que

mesmo que não definitivamente, os instrumentos teóricos para captar o movimento da realidade social — nas relações e conexões necessárias —, mas é ao planejar suas ações que o profissional vai se transformando em "recurso vivo", podendo, assim, contribuir com os usuários na busca por *transformações das suas condições de vida e de trabalho*. E mais, o produto resultante do planejamento não é um simples documento de registro histórico. É um instrumento de luta, de negociação, de resgate e sistematização do trabalho realizado.

O planejamento requer, e aqui fica explicitada mais uma vez, a necessidade de assessoria, a realização de levantamentos, estudos e pesquisas sobre a *questão social* — objeto da ação profissional — potencializando a análise e crítica dos dados com a produção teórica acumulada sobre suas diferentes expressões, para compreender a realidade trabalhada, contribuindo para a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes das condições de vida e de trabalho. Ter uma prática mediada pelo projeto ético político do Serviço Social exige um "banho de realidade", como afirma Iamamoto (1998).[5] É no processo de planejamento, execução e avaliação de estratégias e ações que o assistente social vai se formando/transformando num "recurso vivo", cada vez mais qualificado. Construindo e consolidando a sistematização, a análise, a crítica e a avaliação da sua prática e fortalecendo seus princípios, seus valores, seus compromissos, seus objetivos... Ao mesmo tempo, vai assegurando o acesso e a ampliação dos direitos e favorecendo a mobilização, a organização, para além das lutas corporativas, e o controle dos cidadãos sobre o Estado — o controle social.

Num processo que exige conhecimento acumulado e conhecimento da realidade trabalhada, destaca-se o papel da universidade, fundamen-

---

resultaria numa distribuição dos profissionais a partir das demandas dos trabalhadores. A distribuição dos assistentes sociais tem se dado pela escolha do profissional, a partir de suas preferências pessoais: "gosto de trabalhar com idosos; com crianças"ou em resposta a demandas da instituição ou dos demais profissionais de saúde que requisitam o assistente social para compor suas equipes, geralmente na atenção a alguma doença específica, como por exemplo para compor equipes na cirurgia, nos transplantes, na atenção ao renal crônico etc.

5. Iamamoto, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

tal, não só na formação dos assessores, mas na realização da própria assessoria aos assistentes sociais e demais sujeitos sociais e coletivos, na medida em que conta com pessoal qualificado. O fato de o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro ter se consolidado no espaço da universidade reclama sua participação na busca do Serviço Social necessário a este projeto de profissão; com destaque para a universidade pública.

É nessa direção que estarão sendo construídas as bases e as condições necessárias para o rompimento com o papel histórico do Serviço Social na realização de ações subsidiárias às demais profissões. *Construídas as condições para que seja superada uma lógica de inserção dos profissionais* e da *operacionalização das ações baseada* em atenção individualizada, burocrática, repetitiva, acrítica, "humanizadora" de relações pessoais. Neste sentido, podemos esperar que a maioria dos assistentes sociais possa apreender nas suas relações e conexões a explicitar e dar respostas às diferentes expressões da questão social, para além do sofrimento físico e psíquico. Ou seja, criar condições para que a passagem pelo Serviço Social capacite, incentive e contribua na mobilização e organização dos usuários na luta pelos seus *direitos* — individuais e coletivos — conquistados e a serem ampliados, em todas as áreas. Uma prática que se diferencia do simples acesso a um recurso.

Ao ampliar, facilitar e realizar o *acesso aos direitos, os assistentes sociais podem trazer ganhos para os usuários a partir de uma prática que fortalece o caráter público* das ações e dos serviços da seguridade social e a responsabilidade do Estado, definida na Constituição Federal, possibilitando a mudança de concepção — na profissão e na sociedade — com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e do sofrimento social. Questão social que se enfrenta com decisão política e teoria, e não com trabalho voluntário, contribuindo para a mudança das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, e não somente com acolhimento e humanização do atendimento; atuando sobre estruturas perversas e contraditórias e não sobre indivíduos isolados, comportamentos, consequências, ideias e representações sociais. Uma prática que contribua para a transformação dos espaços ocupacionais e das instituições em *espaços*

públicos onde os usuários possam, ao se organizarem e se beneficiarem dos conhecimentos e informações que estes espaços contêm, decidir sobre a gestão, exercerem o controle social, controlar a utilização de recursos. Uma prática, que, consequentemente, reforça os ganhos constitucionais e o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social.

É diante desse quadro que este livro é relevante e contribui para a discussão e enfrentamento dos desafios que os processos de assessoria colocam ao Serviço Social, dando destaque para a necessidade de se resgatar o papel da universidade na formação e prestação de assessoria com fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa, tendo como referência a defesa e efetivação do projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Ana Maria de Vasconcelos

outubro de 2006

Apresentação à 2ª edição

A assessoria é tematizada na categoria dos assistentes sociais pelo menos desde a década de setenta, mas indubitavelmente desde os anos noventa temos visto um adensamento dessas experiências por parte dos assistentes sociais. Identificar os seus motivos e as diferentes requisições para isso torna-se relevante. Aprimorar teoricamente essas experiências, idem. Por isso, refletir sobre os fundamentos éticos, teóricos e políticos das propostas de assessoria articulados à sua dimensão interveritiva é um desafio que este livro busca travar.

Em dezembro de 2006, quando lançamos o livro *Assessoria, Consultoria e Serviço Social* não tínhamos noção da repercussão que a obra teria. Editado com o importante financiamento da Faperj, pensávamos que ao tratar de um tema pouco tematizado pela profissão não teria uma procura como a que teve. De lá para cá tivemos a possibilidade de participar de eventos sobre o tema, tratar do assunto nos textos escritos para o curso de especialização "Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais" promovido pelas ABEPSS e CFESS, a elaboração de outros artigos e, especialmente, a continuidade das nossas experiências de assessoria que possibilitam uma interlocução concreta e imediata com as equipes e movimentos sociais que assessoramos. Em todas essas possibilidades pudemos ter um intercâmbio das nossas ideias com diferentes sujeitos, bem como ter acesso a críticas — todas estimuladoras — acerca do livro. Na atual edição realizamos uma revisão dos textos e inserimos um novo artigo, escrito por Maria Inês Souza Bravo e Juliana Souza Bravo de Menezes, que trata da experiência de assessoria ao um fórum

de resistência à privatização dos serviços públicos, em especial da saúde. Por isso, nos parece, que a segunda edição, agora lançada pela Cortez Editora, se justifica e é um momento de continuidade do debate sobre a assessoria e o Serviço Social, uma vez que a primeira edição encontra-se esgotada desde 2007.

Não poderíamos encerrar essa apresentação sem registrar nossos agradecimentos a todos os nossos interlocutores — alunos, companheiros de trabalho e de militância, assistentes sociais, outros profissionais, militantes de movimentos sociais e sindicais — e a equipe da Cortez Editora pelo estímulo à segunda edição do livro.

Os Organizadores

Apresentação

Este livro aborda a temática "Assessoria, consultoria e Serviço Social", reunindo artigos, na sua maioria, de professores e alunos da graduação e da pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Esta temática tem sido muito abordada no Serviço Social e na área das ciências humanas e sociais em geral, entretanto, é praticamente inexistente a produção teórica sobre o tema. O pouco que existe de material publicado sobre assessoria está localizado no campo da administração e elaborado em pressupostos para a maximização de lucros na área das empresas, porém, desde os anos 1990, a assessoria tem sido largamente utilizada como estratégia para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para o aprimoramento do trabalho de diferentes profissionais. Essas ações vêm sendo desenvolvidas em diferentes partes do país, mas com pouco suporte bibliográfico.

O Serviço Social recentemente transitou de uma profissão estritamente executiva na área das políticas sociais para uma posição de elaboração e gestão destas políticas.[1] Neste processo de reconfiguração da profissão, passou a ser necessária uma permanente atualização do seu fazer profissional, com vistas à construção de uma profissão crítica, criativa e comprometida.[2]

---

1. Netto, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

2. Abess. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: Cress 7ª Região. *Assistente social: ética e direitos.* 3. ed. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, 2001. Iamamoto, M. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

No processo, acima citado, o Serviço Social identifica as dimensões da ética e da política como partes intrínsecas do seu exercício profissional.[3] É esta nova configuração que possibilita que o assistente social seja identificado como um profissional detentor de conhecimentos para assessorar outros segmentos, bem como é vista a necessidade de assessoria para o aperfeiçoamento do trabalho profissional desenvolvido.

O assessor tem, como uma de suas características, a capacidade de apresentar estratégias a serem empreendidas por uma equipe ou a um sujeito que assessora, para tanto, deve ser alguém com capacidade de, a partir da análise da realidade, apresentar estratégias factíveis de serem implementadas. Assim, não há dúvidas de que o assessor exerce um papel de intelectual, que pode estar ideologicamente vinculado a uma proposta de assessoria que vise a emancipação das classes trabalhadoras ou dominação destas classes por meio da busca de uma assessoria que vise a maximização dos lucros e/ou a redução da esfera estatal.

Tanto uma como a outra, das propostas de assessoria acima ilustradas, mesmo que politicamente antagônicas, são presentes na atualidade e, como tal, já fazem parte do trabalho dos assistentes sociais. Sem querer satanizar ou endeusar, há, ainda que bibliograficamente ausente, experiências de assessoria prestadas, não só por assistentes sociais, que expressam a precarização do trabalho, por meio de contratos temporários em nome de assessorias, a entrega do conhecimento com vistas a auxiliar a reestrutração produtiva e a reforma do Estado, bem como existem assessorias que visam a construção de políticas públicas e o aperfeiçoamento do trabalho profissional na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

A realidade atual tem sido perversa para a efetivação de direitos. Não há dúvidas de que os compromissos e os princípios que o código de ética estabelece se confrontam com a realidade. Ser um assistente social comprometido com os princípios éticos de sua profissão é uma tarefa complexa, mas não impossível, ao contrário, necessária. O dia a dia do mercado de trabalho tem apresentado aos assistentes sociais demandas

3. Barroco, M. L. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

que apontam para a exclusão dos usuários e a focalização das políticas públicas. Para enfrentar esse cenário se faz necessária uma ação competente que dificilmente se dará sozinha, por isso, é importante a articulação desses assistentes sociais com espaços de formação e de organização política. A assessoria e a interlocução com a universidade podem ser fundamentais.

As condições de trabalho podem explicar as experiências de assessoria que apontam para a redução de direitos, mas, sozinhas, não respondem. Há hoje no Serviço Social, como em outras profissões, uma disputa de projetos. É necessário aos integrantes do projeto ético-político do Serviço Social construir estratégias teórico-práticas que deem conta da dinâmica da realidade. É por meio do enfrentamento das questões que emergem do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais que esse projeto será adensado. Este livro caminha nesta direção. Visa refletir sobre a importância da assessoria ao Serviço Social e também sobre o potencial que esta profissão tem na assessoria a outros sujeitos com vistas ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos.

Diversas instituições prestam, ou prestaram, assessorias. As organizações não governamentais foram importantes, nos anos 1980, na assessoria aos movimentos sociais. Por contigência das fontes de financiamento, essas iniciativas, na atualidade, são raras. Na atual conjuntura emergem experiências de assessorias prestadas pelas entidades organizativas dos trabalhadores aos seus representantes, conforme expressa um artigo nesta coletânea sobre a assessoria ao Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro.

Todavia, é inegável o papel da universidade pública no tipo de assessoria que aqui se privilegia. Isso se dá: pela autonomia que esta ainda tem; pelo financiamento, insuficiente, para este tipo de assessoria e pela capacidade de produção de conhecimentos desta Instituição. Esta publicação também é um reflexo deste potencial, que pode ser ampliado, da universidade na realização de assessorias. Estas, entendidas como parte de sua atribuição e não como uma venda de serviços à sociedade e ou às instituições. A assessoria explicita a relevância da extensão e a sua articulação intrínseca com a pesquisa e o ensino.

Este livro visa refletir sobre essas questões e pretende contribuir para o preenchimento de uma lacuna que, como já foi afirmado, não é só na área do Serviço Social.

Está dividido em três partes que estão organizadas articuladamente resultados das pesquisas desenvolvidas pelos organizadores do livro, que foram financiadas pelo CNPq, Faperj e Uerj; textos de autores — com diferentes vínculos com a universidade — sobre assessoria; e também são socializadas as conferências realizadas no seminário "Serviço Social e assessoria: as experiências da Faculdade de Serviço Social", evento coordenado pelos organizadores em 2003 e cadastrado na subreitoria de extensão da Uerj, que reuniu as experiências dos professores da unidade de ensino sobre o tema.

A primeira parte, Serviço Social, Assessoria e Consultoria, reúne quatro artigos que são frutos de pesquisas sobre a temática.

O artigo de *Maurílio Castro de Matos* é resultado de uma pesquisa sobre o Serviço Social na área da assessoria e consultoria, busca trazer subsídios para a compreensão destes na atualidade. A partir de uma retrospectiva histórica, o autor realiza uma reflexão sobre a supervisão profissional e trabalho com comunidade e movimentos sociais. Considera que a emersão da assessoria na profissão está ligada diretamente à nova configuração profissional, fruto do atual projeto ético-político do Serviço Social. Ao mesmo tempo, o autor também reflete sobre os contraditórios interesses que envolvem as demandas de assessoria.

A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre a temática da assessoria no Serviço Social, *Tatiana Maria Araújo Fonseca* analisa como a profissão vem tratando a temática. A partir da leitura do material produzido, a autora o classifica por meio dos seguintes eixos: conceituação de assessoria, relatos de experiência, a assessoria como prerrogativa profissional, profissionais envolvidos no processo de assessoria, e apresentação da assessoria articulada a atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar do pouco material encontrado, Tatiana Fonseca apresenta a riqueza, em potencial, do Serviço Social nesta área.

O artigo de *Jefferson Lee de Souza Ruiz* parte da experiência do autor, de assessor político da diretoria do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, para refletir sobre os desafios postos na atualidade para garantia do projeto ético-político do Serviço Social. O autor articula a sua experiência com uma sólida reflexão teórica e apresenta a relevância da assessoria para o fortalecimento das ações estratégicas de fortalecimento do atual projeto profissional do Serviço Social.

Andréa Gonzaga de Oliveira se propõe realizar uma reflexão sobre as diversas experiências da Faculdade de Serviço Social da Uerj, unidade de ensino pioneira na abordagem da temática assessoria com inclusão de uma disciplina específica sobre o assunto na graduação em Serviço Social. Para tanto, a partir de uma perspectiva de totalidade, a autora realiza uma reflexão sobre a assessoria no Serviço Social e o compromisso que a universidade deve ter neste processo.

Os quatro artigos que compõem a segunda parte, Serviço Social, Assessoria e Políticas Sociais, são fruto de reflexões sobre o processo de assessoria no Serviço Social relacionados a diferentes áreas da política social.

Maria Inês Souza Bravo e *Maurílio Castro de Matos* partem do pressuposto da fundamental relevância de se potencializar os movimentos sociais e os conselhos na defesa da política pública de saúde, para tanto, argumentam a relevância da universidade pública e da categoria do Serviço Social neste processo, por meio da assessoria aos segmentos comprometidos com a construção da democracia no Brasil. A partir de uma experiência concreta refletem sobre a realidade e os impasses e as possibilidades que esta apresenta.

Lúcia Freire, a partir de sua experiência de assessoria em diversas empresas e às entidades de trabalhadores, reflete sobre as questões que se apresentam ao assessor na área do trabalho. A partir dos interesses contraditórios que envolvem o processo de assessoria, a autora afirma a possibilidade de o assessor potencializar os interesses dos trabalhadores, estabelecendo uma ação que caminhe na perspectiva de ruptura com o tradicionalismo na construção de direitos.

O artigo de *Kênia Augusta Figueiredo* recupera um período recente da história brasileira, ao reconstruir o processo de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social nos anos 1990. A autora, estudiosa do tema, recupera a sua experiência de consultoria aos poderes executivos municipais de Minas Gerais e demonstra o quanto esta estratégia foi importante para a entrada de novos sujeitos na defesa das políticas públicas.

Alessandra Gomes Mendes e *Maurílio Castro de Matos*, a partir de uma experiência concreta em interlocução com estudos na área da infância e da juventude, apontam o Conselho Tutelar como um órgão estratégico para a democratização do Estado brasileiro. Assim se posicionam claramente na defesa deste órgão, mantendo a sua originalidade preceituada pelo ECA, apesar das críticas e dos problemas que a realidade destes apresenta. Na busca de superação desta realidade, os autores identificam a assessoria como uma estratégia possível de ser desenvolvida.

A terceira parte do livro reúne cinco textos apresentados no Seminário "Assessoria e Serviço Social: as experiências da Faculdade de Serviço Social da Uerj".

O texto de *Ney Luiz Teixeira de Almeida* problematiza sobre a relevância da assessoria para a formação profissional, bem como reflete sobre os desafios postos para a universidade neste processo. A partir destes pressupostos, o autor apresenta a rica experiência de assessoria que desenvolve, em conjunto com estudantes, por meio do projeto universitário.

Andréa de Souza Gama expõe a experiência do curso multidisciplinar de capacitação na área de gênero, saúde e reprodução, apresentando indicadores de alcance do curso. Também apresenta a inovadora experiência de avaliação do impacto do curso na reorientação do trabalho dos profissionais que realizaram o curso.

O artigo de *Marco José Duarte* enfoca a sua experiência de assessoria na área da saúde mental. Por meio de sua inserção enquanto professor desta área no Serviço Social, identifica que a inter-relação construída entre a Academia e os Serviços vem possibilitando a consolidação do trabalho e a construção de importantes reflexões teóricas sobre a reforma psiquiátrica.

Alzira Lobato reflete acerca de sua experiência sobre assessoria na área do envelhecimento. Apresentou a experiência de assessoria desenvolvida com os usuários da universidade Aberta da Terceira Idade da Uerj, articulada com suas reflexões sobre os desafios postos ao Serviço Social no enfrentamento que as questões do envelhecimento vêm apontando na atual realidade brasileira.

Na sua intervenção no Seminário, *Aline Celente* apresenta a experiência do projeto extensionista de assessoria coordenado pela profa. Maria Cecília P. B. R. de Carvalho. Este projeto, importante dentro da universidade por se constituir em um estágio em que a experiência se dá nos fins de semana, se notabiliza pela realização de assessoria às supervisoras de estágio da graduação em Serviço Social.

A partir do exposto, constata-se que o livro reúne atividades de pesquisa sobre assessoria, bem como reflete teoricamente sobre as experiências desenvolvidas. Acredita-se que, a partir de um permanente diálogo com o concreto, pode-se construir reflexões teóricas sobre a assessoria, com vistas a subsidiar o debate, bem como contribuir para o fortalecimento de outras experiências sobre a temática.

Enfim, acredita-se que o próprio livro, com a sua profundidade e diversidade, aponta reflexões que colocam na ordem do dia a relevância do tema para os que visam, por meio do seu conhecimento, apresentar estratégias para o aperfeiçoamento das experiências de democratização do Estado e da sociedade no Brasil. A assessoria a diferentes segmentos — instituições, movimentos sociais, trabalhadores, conselhos de direito e de políticas, entre outros — pode ser estratégicas neste processo de luta pela construção da democracia brasileira.

Por fim, não poderíamos deixar de registrar alguns agradecimentos fundamentais. Correndo o risco de algum esquecimento, apontamos nossos agradecimentos à Faperj, pelo apoio na concretização do livro. A Andréa Gonzaga, Carina Leone e Jaqueline Saluzi, pelo precioso trabalho de transcrição das palestras. Às professoras Elaine Behring, Laís Veloso, Maria Luísa Tambellini e Valéria Forti pela coordenação das mesas do seminário. A Juliana Souza Bravo de Menezes, pelo carinhoso apoio operacional na realização do livro. A todos os componentes da Faculdade de

Serviço Social da Uerj, especialmente aos nossos alunos, com quem viemos dividindo nossas inquietações sobre o potencial de contribuição dos Assistentes Sociais para a democratização do Estado e da sociedade no Brasil e para a superação dos desafios postos na atualidade à formação acadêmica e ao exercício profissional.

Os Organizadores

1ª PARTE

Serviço Social, Assessoria e Consultoria

CAPÍTULO 1

Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social

Maurílio Castro de Matos

Introdução

O presente artigo tem por finalidade realizar uma reflexão sobre a assessoria, a consultoria e o Serviço Social e se origina a partir de uma experiência de ensino, pesquisa e extensão.[1] Muito tem-se falado na categoria profissional sobre a assessoria/consultoria como um novo espaço de trabalho. Não é tão novo na medida em que encontramos referências pontuais a estes na bibliografia brasileira. Entretanto, é fato, um tema historicamente pouco estudado, o que reflete na pequena bibliografia, que só se adensou mais recentemente, a partir da segunda metade dos

1. Em 2003 e 2004 desenvolvemos, com apoio da Uerj, por meio da bolsa de monitoria para aluno(a) de graduação, um plano de estudos e de pesquisa no âmbito da disciplina "Processo de Trabalho do Serviço Social V (Assessoria e Consultoria)", do qual este texto expressa um resultado. Também desenvolvemos assessoria e aulas sobre o tema, na disciplina "Estágio Supervisionado em Serviço Social" no projeto "Políticas públicas de saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro", que desenvolve assessoria aos movimentos sociais, conselheiros e trabalhadores na defesa das políticas públicas.

anos 1990 e se concentra nas comunicações apresentadas nos congressos. Desenvolvemos neste artigo o raciocínio de que este recente adensamento, e a entrada em cena do tema assessoria/consultoria no debate profissional, expressa a maturidade do atual projeto de profissão do Serviço Social brasileiro, conhecido como projeto ético-político do Serviço Social.[2] Pois é somente com o reconhecimento da relevância de uma leitura crítica da realidade (notadamente por meio da apropriação dos autores da tradição marxista) e do reconhecimento das dimensões da ética e da política, que o Serviço Social passa a considerar a importância de um trabalho profissional projetado e não empiricista e também é identificado como um profissional detentor de conhecimentos relevantes a serem discutidos com outros sujeitos sociais e profissionais.

No artigo, além de buscarmos argumentos para a emersão do tema na categoria profissional, desenvolvemos reflexões sobre os contraditórios interesses que expressam a demanda de assessoria ao Serviço Social, ao mesmo tempo que defendemos a inclusão deste tema no debate profissional e a sua extensão ao trabalho realizado no cotidiano pelos assistentes sociais. A assessoria/consultoria é aqui tratada como mais uma possibilidade de trabalho posta aos assistentes sociais para a efetivação do atual projeto de profissão, que necessita ser fortalecido, visando a sua efetivação por meio de sua prática concreta.[3]

---

2. Este projeto se caracteriza por uma perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, com busca a novos valores, vinculados a um projeto de sociedade compromissado com a democracia, a liberdade e a justiça social. Para tanto, apanha novos aportes teóricos e metodológicos que culminam com uma nova visão da profissão em vários aspectos, como sua relação com a realidade, sua trajetória histórica e sua relação com os empregadores e usuários. Seu marco paradigmático foi o "congresso da virada" de 1979 e este projeto profissional possui expressões concretas, como o atual código de ética, as diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social, a lei de regulamentação da profissão, as produções acadêmicas elaboradas por profissionais que se identificam com este projeto e iniciativas em andamento em alguns locais de trabalho.

3. Identificamos que esse projeto de profissão é hegemônico no debate profissional. Tal hegemonia se expressa pela direção política das entidades representativas da categoria (CFESS/Cress, Abepss e Enesso), nos fóruns profissionais (congressos brasileiros de assistentes sociais e encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social) e no material publicado (em livros e na mais importante revista da área *Serviço Social & Sociedade*). Todavia, acreditamos que o mesmo não o é no conjunto da categoria profissional, que se expressa pelo trabalho desenvolvido, no cotidiano, pelos assistentes sociais e pela direção teórico-metodológica de teses e dissertações defendidas no conjunto dos programas de pós-graduação em Serviço Social no Brasil.

Iniciamos o artigo buscando conceituar o que seja assessoria/consultoria e como o debate do Serviço Social vem tratando este tema; depois realizamos reflexões sobre as três grandes frentes identificadas, na pesquisa, de assessorias/consultorias postas na realidade para os assistentes sociais e, por fim, apresentamos o que denominamos pressupostos para o trabalho de assessoria/consultoria e argumentos para a sua inclusão enquanto parte constitutiva do exercício profissional dos assistentes sociais.

1. De que assessoria e de que consultoria estamos falando

Etimologicamente (Ferreira, 1999) podemos conceituar assessoria como órgão ou conjunto de pessoas que assessoram um chefe ou uma instituição especializada na coleta de dados técnicos, estatísticos ou científicos sobre uma matéria. Sendo o ato de assessorar identificado como uma ação que auxilia tecnicamente outras pessoas ou instituições, graças a conhecimentos especializados em determinado assunto, assim, o assessor é tido como um assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante que detém conhecimentos que possam auxiliar a quem assessora. Já o ato de consultar é tido como a ação de pedir conselho, instruções, opinião ou parecer. Significa também a ação de dar ou apresentar parecer sobre algum assunto, sendo entendido como consultor aquele que desenvolve essas ações, ou seja, que dá parecer sobre assunto de sua especialidade.

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições.

Quanto à diferenciação entre assessoria e consultoria podemos observar que há, no vernáculo da língua portuguesa, uma pequena diferen-

ça entre assessor e consultor, em que o primeiro é identificado como aquele que assessora ou como assistente, adjunto, auxiliar ou ajudante. E consultor é aquele que dá conselhos ou pareceres sobre assunto de sua especialidade (Ferreira, op. cit.). Logo, podemos concordar com Vasconcelos (1998) que o trabalho de consultoria é mais pontual que o de assessoria, em que a equipe ou o profissional que recebe a consultoria já tem, supostamente, algum acúmulo no assunto a ser tratado, enquanto a assessoria é um processo que necessita de maior tempo devido à complexidade de assuntos e ações a serem desenvolvidas.[4]

Podemos reparar que não há na definição de assessoria um atrelamento a uma ou outra concepção teórico-metodológica do trabalho a ser desenvolvido. Naturalmente, o trabalho de assessoria não passa por uma neutralidade. Ao contrário, a assessoria a ser desenvolvia pelos(as) assistentes sociais, inexoravelmente, vai expressar uma concepção de profissão e de mundo. Pelos estudos realizados, podemos afirmar que existem trabalhos de assessorias que visam adaptar o trabalho da equipe ou do profissional aos interesses institucionais e outros que tratam assessoria como um espaço de interlocução e aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido com vistas à garantia de direitos. O pressuposto deste artigo passa pelo fortalecimento desta segunda concepção, para tanto, faz-se necessária uma breve reflexão sobre como o tema da assessoria vem sendo tratado pela profissão.

2. As imprecisões da temática assessoria no âmbito do Serviço Social

A produção bibliográfica do Serviço Social sobre assessoria é parca e marcada por diferentes concepções teóricas e políticas. Se utilizarmos como referência, para análise do material publicado, a existência nos

4. Em virtude da pequena distinção que há entre assessoria e consultoria, passaremos a tratar os dois processos, neste artigo, indistintamente.

títulos ou nos resumos da palavra "assessoria" ou "consultoria" e "serviço social", encontraremos um número inferior ao de duas dezenas de teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos, livros ou capítulos de livros.[5]

Na pesquisa bibliográfica sobre assessoria e Serviço Social identificamos duas teses de doutorado, duas dissertações de mestrado, um livro, três capítulos de livro e dois artigos em periódicos.

Os trabalhos elaborados no âmbito dos cursos de pós-graduação em Serviço Social foram identificados por meio de consulta ao Banco de Teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A dissertação de mestrado de Nogueira (1990) trata a assessoria como uma ação que intermedeia a assistência técnica prestada por profissionais de Serviço Social, por meio de uma secretaria de governo, a entidades, grupos e associações comunitárias na área da assistência social. A tese de Graciano (1996) reconstrói a trajetória da organização das associações de pais e portadores de lesões de labiopalatais e a contribuição da assessoria do Serviço Social neste processo. A tese de Freire (1998) realiza um estudo sobre a reestruturação produtiva empreendida em empresas no Rio de Janeiro e o impacto deste processo na saúde dos trabalhadores. Esta tese defende que o atendimento realizado pelo profissional de Serviço Social aos seus usuários deve ser entendido

5. A afirmação está pautada na pesquisa bibliográfica desenvolvida em 2005. Visitamos as seguintes bibliotecas: Uerj, UFRJ, UFF, PUC-SP, PUC-MG e CBCISS. Consultamos os catálogos das editoras Cortez e Veras, bem como pesquisamos nas seguintes revistas: *Serviço Social & Sociedade* (Cortez Editora), *Em Pauta* (Uerj), *Praia Vermelha* (UFRJ), *O Social em questão* (PUC-RJ), *Cadernos de Serviço Social* (PUC-MG), *Ser Social* (UnB), *Syntesis* (UFSC), *Serviço Social e realidade* (Unesp), *Textos e Contextos* (PUC-RS), e *O social em revista* (UEL). Também utilizamos a internet, por meio de acesso ao portal de teses da Capes. Na pesquisa às bibliotecas das universidades, não consultamos os Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social, devido a dificuldade de acesso a que, em algumas universidades, ficam guardados em outros locais, que não as bibliotecas. Na construção deste artigo já tínhamos também um material bibliográfico identificado anteriormente em outra fase do processo da pesquisa. O material encontrado foi parco e está disponível na bibliografia deste artigo. Aqui faremos comentários gerais sobre as nossas impressões acerca da bibliografia e reflexões sobre a nossa concepção de assessoria, já que este artigo não pretende realizar uma análise bibliográfica sobre o tema. Para uma análise bibliográfica, com material levantado em outras fontes, incluindo os trabalhos apresentados em congressos, ver artigo publicado por Tatiana Fonseca nesta coletânea.

como uma assessoria. E Souza (2001), em sua dissertação, realiza um estudo sobre a participação dos assistentes sociais nos conselhos de saúde e aponta que estes profissionais podem ter dois tipos de participação: uma como militante, na qualidade de conselheiro de saúde, e outra como profissional, quando desenvolve assessoria aos conselheiros e/ou aos conselhos.

Todas as produções elaboradas na pós-graduação estão parcialmente divulgadas (Nogueira, 1988; Bravo e Souza, 2002; Graciano, 2003; Freire, 2003). Não têm em seu foco central a reflexão sobre a assessoria, entretanto, os temas são tangenciados em torno da importância desta atividade para o exercício profissional.

O livro sobre assessoria (Joos e Pereira, 1998) reflete sobre a experiência de reestruturação do Sesc de Santa Catarina e a redefinição do trabalho dos assistentes sociais para a realização de assessorias.

Os capítulos de livro identificados foram a reflexão pioneira de assessoria de Vieira (1981), inserida em um livro sobre supervisão em Serviço Social, e dois textos (Suzin e Almeida, 1999 e 1999a) que subsidiaram um curso de capacitação promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul, sendo que o texto de assessoria (1999) fundamenta-se nas reflexões de Vasconcelos (1998) e o de consultoria pauta-se na literatura dirigida para a administração de empresas.

Nos periódicos identificamos um artigo que problematiza sobre a possibilidade do estágio supervisionado com um espaço de assessoria (Vasconcelos, 1998) e outro (Goerck e Viccari, 2004) que reflete sobre uma experiência de assessoria ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).[6]

Como podemos observar, são poucas as produções que se referem diretamente à categoria assessoria/consultoria. Não podemos afirmar que são só essas as produções que tratam do tema, na trajetória histórica do Serviço Social, pois existem textos que, mesmo sem se referir à citada categoria, relatam processos, mesmo que parciais, de assessoria. Outra

6. Cabe atentar que os artigos originários de teses ou dissertações não estão aqui referenciados, pois já foram acima citados.

constatação é que nos congressos é que tem-se encontrado mais material sobre assessoria, além da existência de material muito restrito, que são as produções mimeo, conforme podemos notar no artigo de Fonseca nesta coletânea.[7]

Assim podemos afirmar que, em geral, a recorrência do Serviço Social à categoria assessoria/consultoria é pouca e marcada por produções recentes. Em nossa análise identificamos dois argumentos que, imbricados, explicam tal fato.

O *primeiro* se dá pelo caráter relativamente recente da maioridade intelectual da profissão, que data dos anos 1980 (Netto, 1996a), pois é somente no bojo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro — por meio da tendência intenção de ruptura[8] — é que a profissão identifica a sua função social na divisão social e técnica do trabalho[9] e também transita de um papel de executor terminal das políticas sociais (Netto, 1992) para uma posição de análise e intervenção no processo de totalidade da formulação das políticas sociais.

Assim, o Serviço Social passa a se ver como uma profissão que necessita de permanente atualização, não só técnica, mas teórica, e passa também a ser identificado como uma profissão que, mesmo não sendo ciência, produz conhecimentos e detém respeitável domínio no campo das políticas sociais. É somente de posse desta autoidentificação e deste reconhecimento que o Serviço Social pode valorizar os processos de assessoria aos setores da profissão e também ser identificado como aquele que tenha capacidade para prestar assessoria em outras áreas de intervenção ou do conhecimento.

---

7. Ainda sobre a produção bibliográfica do Serviço Social sobre assessoria, há, nesta coletânea, um artigo de Andréa Gonzaga de Oliveira, onde a autora, a partir dos dois textos seminais na área sobre o tema (Vieira, 1981; Vasconcelos, 1998), realiza uma análise sobre as diferentes e antagônicas concepções entre as autoras.

8. Netto (1996), ao analisar o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, identifica três tendências: a perspectiva modernizadora que detém influência do estrutural-funcionalismo, a reatualização do conservadorismo que empreende um recurso à fenomenologia e a intenção de ruptura que desenvolve uma interlocução com o marxismo.

9. Marco seminal deste processo é a contribuição de Iamamoto, publicada em 1982. Ver Iamamoto e Carvalho, 1992.

O primeiro texto identificado sobre assessoria realiza uma reflexão sobre esta ser desenvolvida para equipes de assistentes sociais (Vieira, 1981).[10] E não poderia ser de outra forma, pois, nesta época, o Serviço Social não tinha reconhecimento intelectual para assessorar outros segmentos.[11] Entretanto, o texto é uma referência obrigatória para aqueles que se interessam pelo tema, pois apresenta reflexões pertinentes.

O *segundo* argumento, sobre a recente inclusão da categoria assessoria no Serviço Social, se dá pela imprecisão da forma como este termo tem sido usado no meio profissional. Tal imprecisão se expressa de duas formas: a primeira se dá na identificação de trabalhos que se apresentam sobre assessoria, mas que são registros de supervisão profissional ou realização de cursos;[12] e a segunda imprecisão pode ser identificada no trabalho realizado pelo Serviço Social junto aos movimentos sociais, pois, se atentarmos para o passado recente — notadamente os anos 1980 — observaremos experiências de assessoria, mas misturadas com ação política dos assistentes sociais, junto aos movimentos sociais.

Para compreender as duas características identificadas neste segundo argumento — referentes a imprecisão do termo assessoria —, tivemos que realizar um breve resgate sobre a supervisão profissional e o trabalho com comunidade e com os movimentos sociais, que será delineado adiante.

2.1 Serviço Social e a supervisão profissional

Conforme já afirmado, percebemos que há uma confusão na categoria profissional de se compreender a supervisão profissional como asses-

10. Observemos que o texto de Vieira já é publicado em 1981, entretanto, o livro é caudatário de reflexões sobre supervisão já desenvolvidas pela autora, especialmente no seu livro publicado em 1974.

11. O que não impede que se tenha tido — e teve — na história diferentes profissionais assistentes sociais que prestaram assessoria a governos e setores públicos. Mas isso não sinalizava um reconhecimento à produção intelectual da profissão, e sim expressava méritos de singulares profissionais.

12. A realização de cursos não significa processos de assessoria e sim uma dimensão da prática educativa do assistente social. Por vezes, o curso é uma estratégia no processo de assessoria, mas só a sua realização, isoladamente, não pode ser compreendida como assessoria.

soria, sendo que Vieira (1981) já alertava que a diferença está no grau de autonomia que a assessoria pressupõe, pois, a supervisão profissional, por mais democrática que seja, tem — pelo local que ocupa na organização — um poder de mando.

A temática da supervisão profissional, ao contrário dos anos 1980 em diante, foi um tema presente na profissão desde a sua institucionalização. A partir do movimento de reconceituação latino-americano e do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, este tema, paulatinamente, cai em desuso.[13] Esses processos citados foram marcados por uma recusa do tecnicismo e uma busca de interlocução da profissão com a sociedade. A bibliografia sobre a supervisão, tal qual outras desta época no Serviço Social e nas chamadas ciências humanas e sociais, é marcada por uma influência do estrutural-funcionalismo, onde a supervisão é tida como uma estratégia de melhor adequar a atuação do Serviço Social aos interesses institucionais. Ao contrário de ser um processo de troca de saberes diferenciados, o supervisor é tido como aquele que, através de seus conhecimentos, vai adaptar o profissional à necessária atuação competente.

A bibliografia sobre supervisão seguia o período da época no Serviço Social, marcada por diversas traduções, sobretudo de obras norte-americanas. Livro que teve repercussão nesta área foi o de Margaret Willianson (1965), traduzido sob os aportes do Sesc com o título *Supervisão — novos padrões e processos*. Os assistentes sociais brasileiros também muito produziram sobre o tema. Segundo Buriolla (2003, p. 22), as profissionais brasileiras que mais escreveram sobre supervisão foram Helena Iracy Junqueira (que divulgou dez produções entre 1947 e 1962), Nadir Gouvea Kfouri (dez produções entre 1949 e 1969) e Balbina Ottoni Vieira que, entre 1961 e 1981, divulgou dezoito produções sobre o tema. Cabe também ressaltar a influência, à época, das formulações de Lúcia Castillo (1972).

---

13. Esta característica brasileira, provavelmente, também se expressa na América Latina. Tonon (2004), ao falar sobre a supervisão profissional em Serviço Social na Argentina, afirma que a supervisão, que era originariamente muito valorizada, foi se perdendo e se diluindo na "angustiante e caótica" prática das organizações.

Com o adensamento da crítica ao Serviço Social tradicional, não houve um redirecionamento teórico do trato da supervisão profissional — característica esta extensiva às outras temáticas "consideradas" operativas no Serviço Social, como, por exemplo, as questões relativas ao trato com entrevistas, grupos, visitas domiciliares, entre outras —, e sim, praticamente, houve uma anulação deste tema no debate profissional.[14] Este silêncio, referente à supervisão profissional, deriva da negação do substrato teórico que a compunha (sem a compreensão à época de que esta poderia ser pensada e executada a partir de outro pressuposto teórico), aliado a mudanças no mundo do trabalho, pois, a partir dos anos 1980 as instituições vão iniciar seus processos de reestruturação produtiva, em que paulatinamente os trabalhos de supervisões profissionais vão ser desestruturados.

Consideramos que as supervisões profissionais — pautadas nos princípios do projeto ético-político do Serviço Social — são estratégicas, na medida em que possibilitam, entre outras questões, a articulação entre os assistentes sociais por meio de encontros periódicos, uma interlocução entre aqueles que estão diretamente na execução com os que estão nos chamados níveis centrais, e a garantia de efetivação de um projeto de intervenção profissional coletivamente construído nas instituições.

Assim, neste artigo, ao mesmo tempo que chamamos atenção para a importância dos processos de assessoria e de consultoria e os diferenciamos das supervisões profissionais, consideramos estas últimas estratégias também importantes e que podem — sobretudo no setor público,

14. No Brasil, desde a década de 1990, o único livro publicado sobre supervisão em Serviço Social é a obra de Buriolla (2003), editado pela primeira vez em 1994. O livro trata a supervisão a partir das representações de três sujeitos que representam os três segmentos envolvidos no processo de estágio (professores, supervisores de campo e estagiários). O livro não é dirigido para a supervisão profissional, e sim para a supervisão de estágio curricular para graduandos em Serviço Social. Assim, com os aportes de Buriolla (2003), podemos afirmar que o livro mais recente sobre supervisão profissional em Serviço Social é o de Vieira, editado em 1981. E, conforme já sinalizado, as produções do Serviço Social sobre a supervisão profissional, inclusa a de Vieira, eram pautadas no estrutural funcionalismo e, devido à anuência da temática a partir dos anos 1980, praticamente não há produções, pautadas em uma leitura crítica, sobre o tema. Uma das exceções é a obra de Carvalho (1984), onde a autora realiza uma crítica a essa bibliografia, mas se consubstancia em um material de circulação restrita.

por meio das diferentes secretarias onde o trabalho dos assistentes sociais está vinculado — ser recuperadas, apesar da mudança da realidade.

2.2 Serviço Social, comunidades e movimentos sociais

É no fim dos anos 1970 e durante os 1980 que o Serviço Social descobre os movimentos sociais como espaço de atuação. Tal descoberta está vinculada, basicamente, a duas características: a primeira é referente à conjuntura da época, que é marcada pela emersão dos movimentos sociais vinculados à questão do cotidiano, na luta por melhores condições de vida, pois, com a crise da ditadura militar, foi possível a emersão de inúmeras mobilizações em torno da busca por direitos referentes a habitação, saneamento, saúde, ensino, entre outros. Esses movimentos, em geral, se aglutinaram em torno da (re)construção de associações de moradores e/ou da organização no âmbito da Igreja católica, de cunho progressista, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). Este movimento político foi acompanhado também por intenso debate intelectual, que girava em torno do caráter novo, ou não, destes movimentos sociais.

O Serviço Social já vinha neste período vivendo um processo de revisão, marcado na América Latina como movimento de reconceituação. Conforme já afirmado por diferentes analistas, este movimento é, na região, marcado por diferenças. No Brasil, o processo de renovação do Serviço Social, categoria cunhada por Netto (1996), como já afirmado, também é marcado por diferentes tendências. É a tendência intenção de ruptura que irá buscar um trabalho junto aos movimentos sociais. A categoria profissional ao identificar esta possibilidade de trabalho a faz tendo como referência dois pensadores. Ainda persiste, com menor influência do que no período anterior, a influência de Louis Althusser quando a categoria nega o trabalho institucional, pois entende que o trabalho a ser desenvolvido neste espaço inexoravelmente reproduz a repressão do aparelho ideológico do Estado. Mas também data deste período o início da interlocução com Antonio Gramsci, sobretudo com a apreensão de sua concepção sobre o papel dos intelectuais para a transformação social.

O trabalho dos assistentes sociais junto aos movimentos sociais se deu, na sua maioria, por meio da criação de campos próprios de estágio para graduandos em Serviço Social. Esta ação é vista, na época, como estratégica, na medida em que esse período também é marcado pela revisão curricular do curso de Serviço Social, aprovado pela categoria em 1979. Na análise da época, para se efetivar esse projeto de formação profissional era necessário possibilitar ao aluno a vivência de um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora, e tal vivência só poderia ocorrer em campos alternativos aos que os assistentes sociais trabalhavam.

Neste processo, de encontro do Serviço Social com os movimentos sociais, é ratificada uma negação com o desenvolvimento de comunidade. Tal negação é, na época, justificável, pois o desenvolvimento de comunidade expressava o anverso do que buscava o Serviço Social.

O desenvolvimento de comunidade é introduzido, no Brasil, por organismos norte-americanos de cooperação nos anos 1940, mas é a partir da década seguinte, com o fim da Segunda Guerra Mundial e com o advento da chamada guerra fria (entre Estados Unidos e União Soviética) que ele passa a ser disseminado pela ONU de maneira sistemática. O desenvolvimento de comunidade é uma estratégia de controle ideológico da população contra a possibilidade do comunismo. É também nos anos 1950 que a ONU passa a investir no Serviço Social, realizando pesquisas no plano internacional sobre a profissão. Nesta década emergem, no Brasil, as primeiras produções intelectuais sobre o desenvolvimento de comunidade (Ammann, 1997).

Ammann (1997) identifica quatro fases do desenvolvimento de comunidade no Brasil. A primeira, 1950-59, quando o trabalho se dá com base em supostos acríticos e aclassistas. Uma segunda fase que é marcada pela interlocução dos profissionais de desenvolvimento de comunidade com as mobilizações sociais que aconteciam no país, no período de 1960 até o golpe militar de 1964. Uma terceira fase, de 1964 a 1977, em que a interlocução é cassada e o desenvolvimento de comunidade é utilizado como recurso para legitimar a ditadura militar. E a quarta fase, em que a autora analisa o desenvolvimento de comunidade no período da transição democrática, de 1978 a 1989, expresso no trabalho realizado por prefeituras de oposição e por profissionais inseridos nos movimentos populares.

O Serviço Social participa do desenvolvimento de comunidade desde a sua origem, sendo impensável admitir essa iniciativa sem a histórica contribuição desta profissão. Assim, todas essas fases foram também vividas pelo Serviço Social. Atenta Wanderley (1993) que o Serviço Social ora identifica o desenvolvimento de comunidade como campo de trabalho, ora o identifica como um processo próprio da profissão, que se expressa pelo currículo que vigorou entre 1970 e 1982, onde existia uma disciplina de "Serviço Social de comunidade".

A quarta fase, identificada por Ammann, não é na época tratada, pelos sujeitos profissionais que a empreendiam, como desenvolvimento de comunidade. Ao contrário, as produções da época sobre a experiência do Serviço Social com os movimentos não se consideram caudatários do desenvolvimento de comunidade (Bravo, 1996; Lima *et al*., 1982; Tofik, Lacerda, Cury, 1981; Raichelis e Rosa, 1982; 1985). De fato não o são. Mas, também tal qual o que ocorreu com a supervisão profissional, não é vista naquela época a possibilidade de um trabalho com comunidades pautado em outros pressupostos que não sejam o de ajustamento social.

A ruptura com transitoriedade, entre desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais, pode ser exemplificada com os aportes de Wanderley (1993). Conforme observa a autora, o currículo de Serviço Social, aprovado em 1979 e implementado a partir de 1982, reintroduz a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, mas com o conteúdo de movimentos sociais.

Esse currículo significou um importante avanço, pois rompeu com uma antiga visão tripartite do Serviço Social — que compreendia a existência de um Serviço Social de Caso, de um Serviço Social de Grupo e de um Serviço Social de Comunidade e articulada a essa compreensão a concepção de metodologias e técnicas específicas para cada um destes supostos "processos" do Serviço Social — passando a se compreender a formação profissional sustentada no tripé Teoria — História — Método.[15] O currículo

15. Em relação a esse avanço fundante, também pode-se destacar uma crítica seríssima, que foi a cisão destes três componentes em disciplinas não articuladas entre si, ou seja, aquilo que era para ser implementado em uma articulação dialética ficou engessado e desarticulado. A superação dessa questão é uma das novidades do atual projeto de formação profissional do assistente social.

expressa uma preocupação de interlocução da profissão com a democratização do Estado e da sociedade brasileiros, daí a ênfase nas temáticas dos movimentos sociais, da educação popular e pesquisas participantes.

A reedição da disciplina Desenvolvimento de Comunidade com conteúdo de movimentos sociais foi problemática, pois poderia sugerir a redução do trabalho em comunidade, concebendo-o apenas como uma ação dirigida para a população organizada (Wanderley, 1993). Ao mesmo tempo, mesmo que despropositadamente, reproduzia um papel supervalorizado do profissional na organização dos movimentos sociais. Tal supervalorização ganha contornos nesta época por meio de uma nebulosa relação entre trabalho profissional e prática política.

Acreditamos que foram as experiências de campos próprios de estágio em movimentos sociais os precursores dos trabalhos de assessoria do Serviço Social a outros segmentos que não sejam os da mesma profissão. Mesmo que poucos dos seus sujeitos profissionais (as equipes de Serviço Social) trabalhassem com a categoria "assessoria" e, na maioria das vezes, se referissem à categoria "investigação-ação". E, mesmo que não houvesse na época uma clara distinção entre o trabalho e a militância política, foram essas experiências que deram bases para o trabalho que atualmente os profissionais de assessoria fazem junto aos diferentes segmentos comprometidos com a construção de políticas sociais públicas. Aqui estão as origens deste tipo de assessoria que, na atualidade, passam por outras estratégias de ação, afinal somos sabedores de que, desde os anos 1990, assistimos, infelizmente, a um brutal refluxo dos movimentos sociais.

3. As possibilidades de assessorias postas ao Serviço Social na atualidade

Neste item refletiremos sobre as possibilidades de assessoria que a realidade apresenta aos assistentes sociais. Algumas destas possibilidades já acontecem, e merecem ser problematizadas, e outras são demandas em potencial. O panorama sobre a supervisão profissional e o trabalho com os movimentos sociais e comunidade, examinado no item anterior, visa

identificar que entendemos a assessoria como um dialético processo de rupturas e continuidades com a trajetória histórica do Serviço Social. Todavia, entendemos que tal processo deve ter como perspectiva o fortalecimento do atual projeto ético-político profissional.

Tomando como referência a atual lei de regulamentação da profissão de Serviço Social no Brasil (Lei n. 8.662/93), podemos identificar o exercício da assessoria e o da consultoria como uma atribuição privativa deste profissional, bem como uma competência que este profissional dispõe.

No campo das atribuições privativas, o assistente social desenvolve assessoria na matéria "serviço social". Assim, esta assessoria é toda aquela que se referencia à profissão e, portanto, só pode ser prestada por um profissional graduado na área. Esse tipo de assessoria está preocupado com a qualidade do exercício profissional dos assistentes sociais.

A assessoria do Serviço Social, no campo da competência profissional, se refere àquelas ações desenvolvidas pelo assistente social a partir da sua competência no campo do conhecimento coletivo, pois os assistentes sociais vêm sendo requeridos a prestarem assessoria à gestão/formulação de políticas sociais públicas e privadas e aos movimentos sociais. Esta não é uma prerrogativa exclusiva da profissão, entretanto, tem sido notória a assessoria neste campo, o que vem a demonstrar que o Serviço Social, diante das outras profissões, vem sendo identificado como sujeito produtor e propositor nestes assuntos.

A partir destas reflexões, privilegiaremos, nas três próximas partes deste texto, uma reflexão sobre o potencial de assessoria/consultoria do profissional de Serviço Social no campo das atribuições privativas e no campo da competência profissional, onde esse profissional tem sido chamado, prioritariamente, para assessorar a construção de políticas sociais, tanto por parte daqueles que atuam na gestão como pelos seus usuários.

3.1 A assessoria ao Serviço Social

A assessoria desenvolvida por assessores assistentes sociais a profissionais ou equipes de Serviço Social visa qualificar o trabalho profissional.

Tendo como referência o atual projeto de profissão, podemos afirmar que o Serviço Social é uma profissão interventiva, com claro posicionamento de defesa dos direitos dos usuários de seus serviços, produtora de conhecimentos e que deve estabelecer permanente diálogo com as matrizes das ciências humanas e sociais. Toma as diferentes expressões da questão social como objeto de sua ação profissional, ao mesmo tempo que reconhece que o trato da questão social não é prerrogativa exclusiva de sua corporação.

A atuação profissional é mediatizada pelo conflito de interesses entre aqueles que a contratam e os que são usuários dos seus serviços. É somente pela polarização de um dos lados que o Serviço Social pode qualificar a sua intervenção (Iamamoto, 1992). O código de ética sinaliza o compromisso do assistente social com os direitos da população usuária e com a democratização do Estado e da sociedade brasileiros. Daí, o compromisso central com a liberdade e a justiça social (Netto, 1999).

A concepção de profissão acima esboçada exige um profissional que seja crítico (capaz de realizar uma permanente e arejada análise das condições em que atua), criativo (que desenvolva estratégias de enfrentamento das dificuldades) e comprometido (com os princípios democráticos acima sumariados). Esse perfil de profissional é um desafio para ser efetivado no cotidiano do trabalho e é somente por meio de uma articulação permanente entre Academia e meio profissional (Vasconcelos, 1998) que se efetivará esta ação. Uma das estratégias, apontadas por esta autora, passa pela realização de assessoria das universidades aos profissionais dos serviços, por meio da disciplina Estágio Supervisionado. Assim, podemos afirmar que, ao contrário do que expressa Vieira (1981), a assessoria para Vasconcelos (1998, p. 113) não busca a correção de problemas e nem necessariamente é um processo temporário. É sim um processo que pode ser permanente, na medida em que articula sujeitos com contribuições e saberes diferenciados.

Vasconcelos (1998) afirma que há demanda por assessoria por parte da categoria profissional, entretanto, esta resposta não tem sido dada pelas universidades. A partir disso realizamos uma pesquisa com assistentes sociais supervisores de estágio dos alunos de Serviço Social da

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tomando como hipótese a afirmação já citada de Vasconcelos.[16]

Foram entrevistados trinta e oito assistentes sociais; destes, 71% (27) realizaram a graduação em instituições públicas e 29% (11) em instituições de ensino privadas.[17] Sobre o período de conclusão do curso, a maioria se formou nos anos 1980, 45% (17), seguida por 31,6% (12) que se formaram nos anos 1990, 13% (5) se formaram após o ano 2000 e 10,4% (4) foram graduados nos anos 1970. Assim, podemos observar que é um grupo predominantemente graduado nas universidades públicas, entretanto heterogêneo quanto ao período, havendo um predomínio daqueles que se formaram no currículo de Serviço Social pautado no tripé teoria, história e método (os que se formaram nos anos 1980 e meados dos anos 1990).

Sobre as instituições em que trabalham os assistentes sociais, podemos observar que 81,6% (31) atuam em instituições públicas e 18,3% (7) em instituições privadas. As atuações profissionais se dão nas seguintes instituições: 50% (19) trabalham em serviços de universidades ou em instituições de pesquisa públicas; 31,6% (12) são vinculados a secretarias de governo, órgãos públicos ou autarquias; 10,5% (4) trabalham em organizações não governamentais e 2,6% (1), respectivamente, em empresa, cooperativa e universidade privada. A média de tempo de trabalho na instituição é 9,6 anos, sendo que há profissionais que trabalham há um ano e um que trabalha há vinte e sete anos.

---

16. A pesquisa foi realizada nos primeiro e segundo semestres de 2003, por meio de um roteiro de entrevistas construído em sala de aula na disciplina Processo de Trabalho do Serviço Social V. As entrevistas, efetuadas pelos(as) alunos(as) aos seus (suas) supervisores(as) de campo, foram realizadas após capacitação incluindo a dimensão ética sobre o processo de entrevista (autonomia do(a) profissional em conceder ou não a entrevista, a garantia do sigilo do(a) entrevistado(a) etc.) a dimensão teórica (conhecimento sobre o tema assessoria etc.), e a dimensão técnica (discussão sobre a concepção de entrevista entendendo-a como uma troca e não como um tipo de prova oral, exercício em sala de aula e a realização de pré-testes etc.). Cabe ressaltar que os alunos desta disciplina (oitavo período) já tinham cursado a disciplina Pesquisa em Serviço Social. Aproveitamos para expressar os agradecimentos aos(às) alunos(as) pelo engajamento nesta fase da pesquisa e, em especial, registramos os nossos agradecimentos às monitoras, hoje Assistentes Sociais, Andréa Gonzaga (2003) e Carina Leoni (2004), pela preciosa participação na tabulação dos dados destas entrevistas.

17. Os dados, que se seguem entre parênteses, se referem ao número absoluto de respostas.

Em relação ao interesse em ter assessoria, 87% (33) responderam que sim e 13% (5) afirmaram que não. O motivo pelo interesse, exposto pela grande maioria, se expressa pela possibilidade de articulação da prática desenvolvida com os conhecimentos teóricos, com vistas a aperfeiçoar e qualificar o trabalho desenvolvido, bem como possibilitar a sistematização da prática realizada. O assessor, enquanto um agente externo, é valorizado pelos entrevistados, pois é tido como alguém que de fora pode, a partir do seu conhecimento, propor encaminhamentos para o aperfeiçoamento do trabalho.

Dos que responderam que não tinham interesse em receber assessoria, todos eram trabalhadores em instituições públicas e universitárias, 60% (3) argumentaram que, por trabalharem nestas instituições, já estavam atualizados sobre o trabalho que desenvolviam ou tinham formação consistente da qual não era necessária uma assessoria, sendo que um entrevistado indicou como remota possibilidade de assessoria sobre informática. Um outro assistente social (20%) disse não sentir essa necessidade, pois, em seu trabalho, há reuniões multidisciplinares periodicamente para discussão e supervisão realizada pela chefia do Serviço Social. E um profissional (20%), sem apresentar argumentos claros, disse não ver necessidade de assessoria no momento.

Também foi perguntado aos entrevistados se já tinham tido ou têm assessoria. Assim, 45% (17) responderam que sim. Sobre como se deu o início do contato com o assessor, 17,6% (3) informaram que procuraram diretamente o assessor; 17,6% (3) procuraram a universidade; 17,6% (3) receberam assessoria contratada diretamente pelo empregador, 11,8% (2) começaram a receber assessoria após a inserção em cursos promovidos pela universidade; 11,8% (2) por meio da abertura do trabalho como campo de estágio; 11,8% (02) afirmaram receber assessoria por possuir na equipe em que trabalham professores universitários, 5,9% (1) receberam assessoria através de professor extensionista e 5,9% (1) não responderam.

Ao avaliar a experiência de assessoria, já desenvolvida ou em curso, aqueles que tiveram ou têm essa experiência a avaliaram da seguinte forma: 64,7% (11) consideraram que houve enriquecimento teórico, arti-

culação teoria e prática e que os objetivos foram contemplados; 17,6% (3) avaliaram a experiência como positiva, entretanto, consideraram que o campo serviu de reciclagem para professores que não tinham experiência na intervenção profissional (essas assessorias derivaram da experiência de estágio supervisionado) onde os assistentes sociais consideraram que a presença do professor foi importante para pensar o planejamento, mas ainda não foi o suficiente; 11,8% (2) relataram que foi estabelecido o contato, mas a assessoria ainda não tinha se iniciado; e 5,9% (1) afirmaram que não gostaram, pois o assessor optou por ministrar aulas sem trabalhar as questões que a equipe esperava.

A partir desta amostragem, podemos perceber que, de fato, há uma demanda dos profissionais de Serviço Social por assessoria que venha a qualificar o seu exercício profissional, entretanto, há uma expressiva timidez destes em pressionar as universidades para o desenvolvimento desta ação. Há também, tal qual nos textos pesquisados, uma indefinição sobre assessoria, pois, por vezes, uma interlocução pontual com outro colega de profissão, especialmente docentes, foi identificada como assessoria.

A maioria das experiências existentes de assessoria advém de uma relação entre o serviço e a Academia, mediatizada pela experiência de estágio supervisionado, o que aponta para o avanço da relação entre essas instituições e de troca de saberes diferenciados. Há também um conjunto de profissionais que não identificam esta demanda, o que para a maioria se dá pelo fato de trabalharem em instituições universitárias onde o trabalho estruturado prevê espaços de formação profissional continuada.

3.2 A assessoria à organização política dos usuários

Acreditamos que as ações de assessoria podem ser empreendidas por assistentes sociais que desenvolvem seu trabalho nos serviços. Para tanto se faz necessário, por parte da equipe de Serviço Social, uma revisão da forma como o seu trabalho está estruturado, pois sabemos que, nas atuais condições de trabalho, a assessoria seria um sobretrabalho e como tal extremamente desgastante para o profissional e por isso, certamente,

seria composta por ações episódicas, não se inserindo no seu fluxo de trabalho.[18]

Entendemos que esta assessoria deve privilegiar o trabalho com os usuários dos serviços das instituições, visando o fortalecimento daqueles, ou seja, é um desdobramento daquilo que supostamente já fazemos: buscar a viabilização dos direitos dos usuários e intermediar o seu acesso aos serviços e/ou políticas sociais (CFESS, 1997). Para tanto, é necessário construir, dentro da rotina de trabalho dos assistentes sociais nos serviços, uma ação profissional que estimule entre os usuários a sua organização política.

Mesmo com toda sobrecarga que existe no cotidiano, pensamos que a assessoria pode ser uma ação privilegiada, pois, ao trazer à tona a organização política dos usuários, traz também a possibilidade de uma autoidentificação destes enquanto classe, já que esta será uma atividade grupal, de articulação e reivindicação entre os usuários de questões que possuem em comum, sem contar que assessoria pode vir a possibilitar uma melhor otimização do trabalho do Serviço Social.

Se é prerrogativa da assessoria uma relação de autonomia entre os sujeitos envolvidos neste processo — assessor e assessorado —, torna-se relevante se atentar que cabe ao profissional, ao oferecer o seu trabalho de assessoria, problematizar junto aos usuários a necessidade de sua organização política tanto dentro da instituição (estimulando a organização de comissões, conselhos paritários, associações de usuários etc.), como fora da instituição (estimulando a participação em movimentos sociais gerais e específicos, nos conselhos de políticas e de direitos etc.) mas nunca realizar uma relação de tutela ou empreender alguma ação em nome dos usuários. Assim, a qualidade das ações ou organizações que o

18. Os assistentes sociais se inserem em processos coletivos de trabalho, assim, a alteração de seu fluxo de trabalho não determina apenas a sua ação, mas também influencia o trabalho de outros trabalhadores. Portanto, o Serviço Social tem uma autonomia relativa para alterar a estruturação do seu trabalho, entretanto, o que acontece é que no cotidiano, na maioria das vezes, temos priorizado a permanência das ações burocráticas e não publicizando outras ações emergentes, que se escondem no cotidiano por meio de inúmeras exceções às regras das instituições e dos próprios setores de Serviço Social (Iamamoto, 1998, 2001; Costa, 2000).

assistente social assessorar vai sempre ser variável, a depender da organização política dos usuários, mas é, contraditoriamente, o potencial político ou a sua ausência, conteúdo fundante a ser trabalhado pelo assessor junto a quem assessora.

Essa defesa traz embutida a necessidade de contribuir para politização do debate junto aos movimentos sociais e de incluir o processo de assessoria aos usuários como parte constitutiva do trabalho dos assistentes sociais. A temática movimentos sociais tem sido, recentemente, lateralizada pelo Serviço Social, mas não só por esta profissão. Os anos 1990 assistiram ao êxito ideológico do neoliberalismo e também a um privilégio da participação dos movimentos sociais nos espaços da prática política recém-institucionalizada (conselhos e conferências) em detrimento das mobilizações de base. Na atualidade é necessário recuperar a relevância dos movimentos sociais para o cenário de luta pela democracia no país e no mundo.

Além da questão dos movimentos sociais, outras temáticas, no trato da assessoria aos usuários, devem ser recuperadas, como a educação popular e o conceito de comunidade. Ambos, tal qual os movimentos sociais, não podem ser resgatados pelo Serviço Social de forma atemporal. Marilda Iamamoto (2001), ao se referir à relevância dos processos de educação, mobilização, organização popular, afirma que eles devem ser recuperados não como retorno a um passado perdido, e Maria Lúcia Carvalho da Silva (2005), permanente estudiosa da área da comunidade, defende o seu retorno ao cenário do debate, mas como uma categoria a ser reconceituada. Tal recuperação — da temática dos movimentos sociais, da educação popular e da comunidade — tem que vir acompanhada de um alto rigor teórico e pautada no atual projeto ético-político do Serviço Social. Estas categorias são fundamentais para o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais nos seus cotidianos de trabalho com usuários.

Neste tipo de assessoria, ganha especial relevância uma reflexão sobre a dimensão pedagógica do exercício profissional. Abreu (2002) analisa a dimensão pedagógica do profissional de Serviço Social, na trajetória histórica da profissão, tomando como referência a sua relação com a assistência social. Identifica três distintas perspectivas pedagógicas: a

pedagogia da ajuda, marcada pela individualização dos problemas; a pedagogia da participação que se expressa por meio da introdução das ideias do desenvolvimentismo norte-americano no país; e a pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. Estas perspectivas surgem em momentos diferentes na trajetória da profissão no Brasil, entretanto, como sinaliza a autora, permanecem em disputa (mesmo que metamorfoseadas, como no caso das duas primeiras) na atual conjuntura. A perspectiva defendida pela autora, e coadunada neste artigo, passa pelo amadurecimento da proposta que busca fortalecer no Serviço Social uma prática pedagógica que vise, junto com as classes subalternas, contribuir para a sua emancipação.

Por fim, cabe mais uma vez ressaltar que a inclusão da assessoria como uma ação profissional a ser desenvolvida no cotidiano profissional deve ter como referência as condições objetivas que os profissionais de Serviço Social têm para empreender tal ação.

3.3 A assessoria à gestão das políticas sociais

A assessoria à gestão das políticas sociais tem sido demandada por diferentes sujeitos (representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; conselheiros de direitos e de política; gestores empresariais; profissionais que atuam nos setores públicos e privados; conselheiros tutelares etc.) que atuam nesta esfera. Expressa um reconhecimento da capacidade profissional dos assistentes sociais no domínio da temática. É resultado do trânsito, como afirma Netto (1992), da atuação profissional exclusivamente pautada na execução terminal das políticas sociais para uma atuação profissional competente na gestão da totalidade do processo da política social, incluindo as suas dimensões de formulação, de gestão e de sua operacionalização.

A caracterização deste perfil de competência profissional é relativamente recente e data do amadurecimento da profissão na segunda metade da década de 1980, quando houve um afastamento do cariz estruturalista-teoricista, que culminou com um Serviço Social "menos endógeno", buscando "novos aportes na tradição marxista". É neste período que se

nega a noção de que as instituições eram meros aparelhos ideológicos do Estado. Com isso, houve uma crítica ao economicismo e à "superação de uma visão puramente instrumental do Estado", gerando "um arsenal teórico-metodológico mais rico e complexo, para o tratamento da política social" (Behring, 1997).[19]

É somente a partir dos anos 1980 e nas décadas seguintes — com uma busca à superação dos limites apontados — que o Serviço Social passa, em sua trajetória histórica brasileira, a ser creditado como capaz de assessorar inúmeras experiências no campo das políticas sociais, como tem sido visível nas diferentes regiões deste país.

A demanda por assessoria nesta área não advém apenas da capacidade profissional, e sim também da realidade conjuntural. Afinal, data também dos anos 1980 o início da descentralização das políticas sociais brasileiras. Assim, tem sido necessária a contratação de inúmeros profissionais para atuar nas políticas sociais nos estados da federação e, notadamente, nos seus municípios. Esta realidade abriu um campo de trabalho para diferentes profissionais e, em especial, para os assistentes sociais, tanto para atuarem nas ações que tradicionalmente exercem na divisão social e técnica do trabalho, como também por meio da gestão das políticas sociais. Nos processos de gestão, os poderes executivos e organizações[20] têm solicitado progressivamente assessorias, campo este onde os assistentes sociais — vinculados às universidades ou não — têm sido convocados a contribuir por meio de seus conhecimentos e pelas suas habilidades em apresentarem proposições para o encaminhamento das questões identificadas no processo de implantação das políticas sociais.

Um outro ambiente conjuntural que tem apresentado expressiva demanda por assessoria é o chamado mundo do trabalho. São instituições

19. Mesmo que a citada apropriação tenha incorrido, inicialmente, em alguns equívocos, como a subestimação do caráter econômico embutido nas políticas sociais, onde "a crítica da economia política marxista é subaproveitada com viés interpretativo do fenômeno em pauta", abrindo, assim, espaços para o politicismo, o redistributivismo, o estatismo e o ecletismo (Behring, 1997).

20. Pensemos aqui também na necessidade das instituições filantrópicas em se adequarem a nova configuração das políticas sociais pós-Constituição Federal de 1988, o que tem demandado a contratação de assessores com conhecimento nesta área.

públicas e, na sua maioria, privadas, que vivenciam processos de remodelamento, sob o título de reforma do Estado (no setor público) ou de reestruturação produtiva (predominantemente no setor privado). O Serviço Social, geralmente, tem sido chamado para contribuir no processo de reestruturação, marcado por estratégias de redução de gastos, por meio de assessoria às diferentes gerências das instituições.

Neste tipo de assessoria — na sua maioria executada pelos profissionais da própria instituição — há de se ter cuidado em não substituir os atendimentos realizados pelos assistentes sociais à população usuária, pois, na maioria das vezes, o convite ao Serviço Social para assessorar as gerências vem acompanhado do deslocamento funcional deste profissional, sem a sua substituição no setor de origem.

Em outros termos: temos visto que em alguns locais de trabalho o potencial de conhecimento do profissional de Serviço Social tem servido unilateralmente para a reestruturação produtiva empreendida pelos empregadores e os usuários não têm tido mais acesso a esse profissional, caso que já ocorre em inúmeras empresas privadas e também em algumas unidades do INSS, Sesc, Sesi e Senai.

Alguns profissionais, devido ao reconhecimento do seu potencial profissional, identificam isso como um ganho, mas é também uma perda irreparável, pois o atendimento formal, abstrato e mercantil é o que tem sobrado para os usuários nestas instituições. Ademais, não é somente a capacitação de outros trabalhadores que garante a qualidade deste atendimento.[21] Se assim for, estaremos colocando em xeque a grande maioria do campo de trabalho dos assistentes sociais, podendo, inclusive, voltar ao velho debate: o atendimento do Serviço Social pode ser feito por outro

21. Tomamos aqui como referência algumas unidades do INSS, onde várias ações que eram desenvolvidas pelo Serviço Social aos usuários hoje são desenvolvidas por profissionais da recepção. Se o(a) leitor(a) fizer o exercício por nós já desenvolvido, ir a uma unidade e solicitar atendimento de um profissional do Serviço Social, terá provavelmente imensa dificuldade de acessar este profissional, devido à forma de organização da recepção, que não por acaso parece com uma agência bancária. Isto é extremamente doloroso, sobretudo pela honrosa história do Serviço Social no INSS e pela competência da maioria dos assistentes sociais que lá atuam. Os trabalhadores e usuários da instituição vêm sofrendo com sucessivas reformulações gerenciais pautadas no ideário neoliberal, além, é claro, do desfinanciamento da instituição e da não substituição dos cargos vagos.

profissional não graduado na área? Tal questão ganha contornos mais sérios na atualidade com a ênfase do voluntariado, que traz em si a defesa de que a qualidade do atendimento pode ser alcançada sem a formação profissional adequada.[22]

4. Pressupostos para o trabalho de assessoria

Como em todo trabalho de Serviço Social é necessário conhecermos a realidade onde estamos nos inserindo, isso significa: uma leitura profunda sobre a região geográfica, conhecimento sobre os assuntos com que trabalham a equipe ou a pessoa a ser assessorada, conhecimento da instituição e das condições de vida e de trabalho dos sujeitos a serem assessorados. É impossível começar um processo de assessoria sem saber em que pressupostos e em que condições objetivas os assessorados atuam. É necessário conhecer a realidade, para que se possam apontar estratégias no processo de assessoria, pois o assessor é um sujeito importante para desvelar — em conjunto com quem assessora — as demandas realmente fundantes a serem encaradas no processo de assessoria. Automaticamente, isso requer uma profunda autocapacitação do assessor. Não que esse sujeito tenha que saber tudo, pois isso é impossível, mas na assessoria a sua legitimidade vem da capacidade intelectiva e, imprescindivelmente, de desdobrá-la em proposições que possam efetivamente ser executadas.

Com o conhecimento da realidade e o estabelecimento conjunto da proposta de assessoria, não se encerra a fase de estudos, pois no decorrer do processo de assessoria o assessor deve ficar atento aos temas que surgem e sempre tentar prever os assuntos que serão abordados nas próximas reuniões e se preparar para elas. Se o assessor, ao ir para cada reunião, não fizer um exercício — especulativo, é verdade — sobre os temas que

22. Sobre a questão do voluntariado, concordamos com Iamamoto (2001) que é necessário um trabalho com os seus agentes, visando a sua transição de "cidadãos de boa vontade" para o efetivo exercício da cidadania social e política (2001, p. 15).

serão abordados e estudá-los, correrá o sério risco de ser um mero observador da atividade.

A atividade de assessoria prevê, portanto, uma permanente capacitação do assessor, uma leitura continuada da conjuntura e a capacidade de apresentar — claramente — as suas proposições.

Além das características acima tratadas, cabe ao assessor uma produção sobre a experiência de assessoria, que pode se dar por meio da sistematização da prática de assessoria ou da construção de textos que ele acredite que possa qualificar a quem asses-sora. Esta atividade deve permear todo o processo de assessoria. Mesmo os textos que sejam construídos pela assessoria e estabeleçam críticas a quem este assessora ou que exponham propostas que já tenham sido negadas por este, devem ser socializados, acompanhados por uma discussão, com os sujeitos envolvidos. Assim, defendemos aqui que a produção do conhecimento seja socializada com os sujeitos envolvidos no processo, pois, lembrando mais uma vez, o assessor deve compreender se não cabe a ele decidir o que será feito, também não pode se esquecer de que não é um sujeito neutro e que, portanto, cabe a ele estabelecer a crítica como forma de troca de ideias. Estabelecer o princípio da crítica — de ambos os lados — é uma premissa da democracia e que deve ser utilizada pelo assessor.

Referências bibliográficas

ABESS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. In: Cress-7ª Região. *Assistente social*: ética e direitos. 3. ed. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura*: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BEHRING, Elaine. A nova condição da política social. In: *Em Pauta* — Revista da Faculdade de Serviço Social da Uerj. Rio de Janeiro, n. 10, Uerj, 1997.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e reforma sanitária*: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

BRAVO, Maria Inês Souza; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. In: *Ser Social* — Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, n. 10, UnB, 2002.

BURIOLLA, Marta Feiten. *Supervisão em serviço social*: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, M. Cecília. P. B. Rodrigues. *A supervisão em uma instituição pública. Crítica à visão mecanicista*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

CASTILLO, Lúcia. *Supervisão em Serviço Social*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1972. (Cadernos Verdes, n. 46.)

CFESS. *Código de ética do assistente social e Lei n. 8.662/93*. 3. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 1997.

COSTA, Maria Dalva H. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 62, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI*: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, Lúcia M. Barros. *Saúde do trabalhador e Serviço Social*: possibilidade pelo avesso do avesso. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 1998. Mimeo.

_____. *O Serviço Social na reestruturação produtiva*: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

GOERCK, Carolina; VICCARI, Eunice. Assessoria: processo de trabalho do Serviço Social. *Textos & Contextos* — Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Porto Alegre, n. 3, PUC-RS, 2004. Disponível em: <http: www.pucrs.br/textos>.

GRACIANO, Maria Inês Gandara. *Construindo espaços*: a história das associações de pais e portadores de lesões labiopalatais e a contribuição do Serviço Social. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 1996. Mimeo.

_____. Construindo espaços: a história das associações de pais e portadores de lesões labiopalatais e a contribuição do Serviço Social. *Serviço Social e Realidade*

— Revista da Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, Franca, v. 12, n. 1, Unesp, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas em questão*. Brasília: CFESS, 2001.

_____; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1992.

JOOS, Marilyn; PEREIRA, Silvia do Vale (Orgs.). *Assessoria*: inovações e avanços da prática do Serviço Social. Porto Alegre: Da Casa, 1998.

LIMA, Sandra A. Barbosa; BATISTONI, Maria Rosângela; LIPPI, Luzia F. Baierl; PARDINI, Marília Silva. Movimentos sociais urbanos e serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 8, 1982.

MATOS, Maurílio Castro. O debate do serviço social na saúde nos anos 90. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 74, 2003.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996a.

NOGUEIRA, Vera M. Ribeiro. Assistência técnica e supervisão de programas em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade.* São Paulo, n. 27, 1988.

_____. *A assistência técnica em Serviço Social*: propostas e práticas da Secretaria de Estado de Promoção Social. 1967-1987. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo: PUC, 1990. Mimeo.

RAICHELIS, Raquel. O serviço social e os movimentos sociais: análise de uma prática. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 19, 1985.

RAICHELIS, Raquel; ROSA, Cleisa M. Maffei. Considerações a respeito da prática do serviço social em movimentos sociais — fragmentos de uma experiência. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 8, 1982.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho. *Serviço Social e comunidade*. Palestra proferida em 31 de maio de 2005. São Paulo: PUC, 2005.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. *Serviço Social na saúde*: contribuições políticas e profissionais ao exercício do controle Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. Mimeo.

SUZIN, Arlete Boeira; ALMEIDA, Sônia. Assessoria: um novo instrumental no processo de trabalho do Serviço Social? In: ROCHA, Maria Aparecida Marques et al. (Orgs.). *Capacitação profissional em Serviço Social*. Porto Alegre: Cress, 1999.

_____. Consultoria em Serviço Social: um novo espaço profissional. In: ROCHA, Maria Aparecida Marques et al. (Orgs.). *Capacitação profissional em Serviço Social*. Porto Alegre: Cress, 1999a.

TOFIK, Denise Sawaia; LACERDA, Regina Fontes; CURY, Rosangela S. O. Paz. O Serviço Social e os movimentos sociais: uma experiência de trabalho em loteamentos clandestinos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 5, 1981.

TONON, Graciela. *La supervisión en trabajo social*: un espacio de prevención. *Boletín Surá*. Costa Rica, Escuela de Trabajo Social — Universidad de Costa Rica, n. 91, 2004. Disponível em: <http: www.ts.ucr.ac.cr>.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 56, 1998.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *Supervisão em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

_____. Modelo "assessoria" em Serviço Social. In: *Modelos de Supervisão em Serviço Social.* Rio de Janeiro: Agir, 1981.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. São Paulo: Cortez, 1993.

WILLIAMSON, Margaret. *Supervisão*: novos padrões e processos. Sesc, 1965.

CORTEZ EDITORA

CAPÍTULO 2

Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria*

Tatiana Maria Araújo da Fonseca

O presente artigo tem como objetivo apresentar o balanço da literatura sobre assessoria em Serviço Social sistematizado através de trabalho de conclusão de curso.

No atual debate da categoria, pensar sobre os novos espaços de trabalho e as novas competências profissionais tornou-se pauta constante e refletir sobre as questões que envolvem a qualidade do fazer profissional coloca-se como uma demanda prioritária ao assistente social

O levantamento bibliográfico auxiliou-nos na orientação de nossos estudos e na delimitação do foco de nossa análise. Além de verificar quantitativamente a produção existente, pudemos mapear os autores que se interessam pelo assunto e tecer reflexões sobre a temática da assessoria. A partir do processo de levantamento bibliográfico abrangemos um universo de trinta produções, entre livros, textos do 9º e 10º Congressos

* Artigo baseado no Trabalho de Conclusão de Curso, de mesmo título, apresentado em julho de 2003 e orientado pelo professor Ney Luiz Teixeira de Almeida da Faculdade de Serviço Social/Uerj.

Brasileiros de Assistentes Sociais, artigos das revistas *Serviço Social e Movimento Social*, *Serviço Social & Sociedade* e *O Social em Questão*, relatos de experiência na internet cuja pesquisa deu-se através da combinação das palavras assessoria + Serviço Social, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso, projetos de extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e relatórios de estágio do campo de estágio Projeto Micro-Escola, do qual fui estagiária.

O processo empreendido na pesquisa organizou a bibliografia em seis categorias de análise. Classificamos, portanto, como: conceituação de assessoria, relatos de experiência, apresentação da assessoria como prerrogativa profissional, apresentação dos profissionais envolvidos no processo de assessoria e apresentação da assessoria articulada a atividades de ensino, pesquisa e extensão. O quantitativo que está relacionado a cada uma das categorias está na tabela a seguir:

QUANTITATIVO DE TRABALHOS	CLASSIFICAÇÃO
6	Conceituação de assessoria
19	Relatos de experiência
20	Assessoria como prerrogativa profissional
18	Profissionais envolvidos no processo de assessoria
7	Apresentação da assessoria articulada a atividades de ensino, pesquisa e extensão

Elegemos a "conceituação" como categoria de análise, pois compreendemos que, a partir do que os autores definem como o entendimento de assessoria, poderíamos tecer e aprimorar o universo de nossas reflexões.

A categoria de análise "relatos de experiência" propiciou a análise da visão global das atividades de assessoria nos mais diferentes espaços de trabalho e como elas se deram. Considerando o incipiente debate sobre assessoria, os relatos de experiências foram instrumentos essenciais para a construção do conhecimento de nosso objeto.

Já a assessoria como "prerrogativa profissional" apresenta as atribuições e exigências para os profissionais de Serviço Social nesta área em que, em sua maioria, requerem uma atualização profissional e aprimoramento constante.

Elegemos os "profissionais envolvidos no processo de assessoria" como categoria, pois gostaríamos de observar como esses assistentes sociais encaram a atividade de assessoria e suas reflexões a partir dessas atividades.

Já a categoria "relação ensino-pesquisa-extensão" foi eleita, pois as relações de assessoramento entre esfera profissional e meio acadêmico possuem particularidades que caracterizam uma outra faceta da atividade de assessoria.

Apresentamos o detalhamento a seguir de cada categoria e suas respectivas particularidades:

a) Conceituação

Analisando a produção em relação à primeira categoria de análise "conceituação da assessoria" identificamos que nenhum texto desenvolve explicitamente uma formulação sobre conceito de assessoria. Esta evidência não nos possibilita confrontar posicionamentos diferentes dos autores sobre seu significado no campo profissional, assim como suas possibilidades e fronteiras. Procuramos, então, entender este significado por dentro das considerações que os autores fazem sobre esta dimensão do trabalho profissional. Identificamos, assim, algumas particularidades entre o material analisado. Primeiro o reconhecimento da atividade de assessoria como uma prerrogativa do trabalho do Assistente social que o acompanha, quer nas atividades tradicionais nas instituições onde atua, quer no meio acadêmico onde se envolve com a formação profissional em sentido lato, ou seja, para além da graduação. Segundo, como atividade capaz de se resgatar a unidade entre teoria e prática. E, em terceiro, o entendimento de que o exercício profissional exige atualizações e acom-

panhamentos que se dariam a partir de uma atividade de assessoria que funcionaria como uma "supervisão técnica".

Por meio da análise da literatura encontramos variados entendimentos de assessoria em que os autores Vasconcelos (1998), Carvalho (1984), Bravo (2000), Hamlin II e Timberlake (1987) e Silva (2001) desenvolvem suas reflexões sobre o tema.

Vasconcelos (1998) discute a assessoria sob o ponto de vista da relação teoria-prática, em que a autora problematiza os processos de assessoria/consultoria e a relação com o meio acadêmico.

> Dentre as estratégias possíveis para enfrentar a fratura entre pensar e agir no Serviço Social indicamos os processos de assessoria/consultoria. Diante da complexidade das situações vivenciadas pela categoria, consideramos a assessoria/consultoria necessárias, possíveis e viáveis, ainda que reconheçamos que não sejam suficientes, nem possamos assegurar as reais consequências de um processo que envolve unidades formadoras e meio profissional, nas suas respectivas complexidades e diferenças, mas antes de tudo na sua unidade. (Vasconcelos, 1998, p. 123)

Entendemos a análise sobre supervisão de Carvalho (1984) como um processo de assessoria, em que o supervisor assessora o supervisionado estimulando a reflexão de que ele precisa.

> (...) Discutir a prática do profissional — a partir dele — não uma discussão como quem fica de fora para ensinar ou avaliar, mas sim como alguém que também está dentro dessa prática, porque, de repente, a prática do profissional é a mesma prática de supervisão, ou seja, a ação e reflexão desses dois sujeitos — supervisor e supervisionado. (Carvalho, 1984, p. 43)

Bravo (2000) trata da assessoria no âmbito das atividades de um projeto de extensão de Capacitação de assistentes sociais nas unidades de saúde eleitas pelo projeto no município do Rio de Janeiro. A equipe do projeto, ao analisar a realidade da respectiva unidade de saúde, apontava propostas de rico conteúdo técnico, teórico e político seguidas de um intenso movimento de reflexão.

> A assessoria busca a totalização no processo de prática, no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, os recursos, produzindo estudo e análises, tendo em vista respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe à sua ação. (Bravo, 2000, p. 1)

Hamlin II e Timberlake (1987), através de uma análise da supervisão em Serviço Social, apresentam o conceito de consultoria, conceito este aproximado ao de assessoria e que considero relevante para o desenvolvimento do presente trabalho.

É interessante enumerar ainda este instrumento poucas vezes mencionado que é "a consultoria técnica". Tanto o supervisor pode necessitar da consulta de outro profissional, a fim de esclarecer ou ampliar elementos que surgem durante a Supervisão, como é conveniente habituar o Supervisado a fazê-lo a título de aprendizagem e também para permitir-lhe maior independência do Supervisor. Surgem situações durante a supervisão que podem ser novas e desconhecidas até mesmo para o Supervisor, ou que, não o sendo, oferecem oportunidade para ajudar o Supervisionado a compreender que o assistente social não é absoluto e pode, e às vezes deve, recorrer a outro assistente social ou a outro técnico a fim de se esclarecer e melhor servir ao cliente (Hamlin II e Timberlake, 1987, p. 87).

Silva (2001) apresenta a dimensão da assessoria num projeto de extensão no interior de uma universidade pública onde aborda uma distinção conceitual e metodológica do termo. A assessoria no subprojeto de extensão Educação, Cultura, Universidade e Serviço Social (Ecuss)[1] se difere da assessoria profissional por ser realizada por alunos de graduação, sendo, portanto, um mecanismo que, em vez de pressupor um contrato de trabalho, em que o assessor visa suprir uma carência do trabalho realizado a partir de uma análise propositiva, constitui-se um processo em que o assessorado busca auxiliar no processo de formação de quem o assessora.

---

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Subprojeto de Extensão Ecuss — Educação, Cultura, Universidade e Serviço Social vinculado ao PEPSS — Projeto Educação Pública e Serviço Social.

Outra característica é que, ao contrário da assessoria profissional, a assessoria no subprojeto não é requisitada pela equipe da entidade que a sedia, porém, faz parte de um contato pessoal com o Serviço Social para abertura de um campo de estágio. Apesar de o trabalho do Ecuss ter interferência no trabalho de profissionais de outros ramos do saber, esses mesmos profissionais não solicitam diretamente essa intervenção.

Para a maioria dos autores analisados, o profissional que presta assessoria deve ter o domínio do conhecimento pelo qual foi chamado, além da aquisição de um leque de conhecimentos para muito além do oferecido pela formação profissional. Assessorar requer estudos, pesquisas, discussões coletivas, aprimoramento e permanente atualização para que se alcancem os objetivos propostos pelos assessorados e haja enfim um aprendizado coletivo, tanto dos assessorados quanto de seu assessor. Novas competências propiciam direta ou indiretamente a pesquisa, a produção de conhecimentos e as alternativas de sua instrumentalização, ou seja, produção e reprodução de conhecimento sobre a realidade social (Dourado *apud* Dourado, 1998, p. 3).

A partir deste entendimento é interessante destacar:

> O profissional de Serviço Social deve procurar "ampliar" suas habilidades buscando conhecimentos não mais na fronteiras do Serviço Social, mas em espaços de formação contínua onde as diretrizes do mercado se afirmam como eixo da qualificação a fim de garantir a capacidade de resolutibilidade do profissional já que a mobilidade interna hoje se orienta não mais pelo critério de informação e experiência, mas o que define a escolha e manutenção do trabalhador é a capacidade de reprodução da cultura de resultados e de adesão à empresa. (Dourado *apud* Dourado, 1998, p. 2)

Ao realizar assessoria, o assistente social precisa pensar a prática, o que significa entender as contradições da realidade dos espaços profissionais ocupados pelo Serviço Social com a análise, estratégias e ações enfrentando-as, no sentido de uma ação profissional pensada, consciente.

Ao assessor em seu exercício profissional cabem também as preocupações éticas do fazer profissional através da preservação de espaços de exercício democrático e de viabilização do projeto ético-político-profis-

sional nas mais variadas esferas de sua atuação, porém não há por que estabelecer uma relação vertical entre assessor e assessorado. O processo de assessoria não deve distinguir o assessor como o possuidor do saber superior em detrimento do assessorado. Deve sim abranger dois polos interagentes, em que assessorado e assessor contribuem com o universo de seus respectivos conhecimentos para o alcance de um único objetivo. No processo de assessoria, o assessor contribui por ser um agente externo e ter um olhar diferenciado e especializado sobre a questão problemática, enquanto o assessorado contribui com o mapeamento das demandas e a facilitação das informações mais íntimas a ele em suas rotinas, necessárias à desconstrução do problema.

Ao assessor cabe a responsabilidade de verificar a amplitude do trabalho e dar um diagnóstico a respeito deste, atestando a real necessidade deste ou não. Muitas vezes o encaminhamento prático que uma determinada equipe espera ou indica não é o encaminhamento que o assessor irá propor para se alcançar determinados objetivos de maneira mais eficaz e eficiente. Este olhar é que singulariza a atividade do assessor.

O processo de trabalho do Assistente social na atividade de assessoria deve ser pensado como possível campo de trabalho, já que esta atividade vem gerando postos de trabalho para a categoria e possibilitando a otimização do enfrentamento das requisições que surgem nos espaços de trabalho. Portanto, é necessário que cada vez mais profissionais procurem a competência da atividade de assessoria a fim de não perderem possíveis oportunidades de trabalho, até mesmo para outras áreas do conhecimento, que podem se apropriar da singularidade do trabalho do assistente social.

Alguns fatores determinam a necessidade de assessoria: primeiro, são fatores de estrutura de organização do trabalho em que as equipes não conseguem ter tempo, ou condições, de fugir da rotina de trabalho e adquirirem essa competência, que poderia demorar, às vezes, uma capacitação de um ano, uma formação, um treinamento, portanto, a assessoria cumpriria de uma forma mais rápida, mais urgente; segundo, é quando as dinâmicas institucionais não favorecem um avanço de determinadas questões que precisa de um agente externo que auxilie nesse processo

de adquirir um conhecimento, um olhar diferente sobre a realidade; e terceiro, é um aspecto de ordem social, que é a exclusão de certos segmentos daquela tecnologia, daquele conhecimento, e então eles só podem acessá-los através do processo da assessoria.

Quanto aos trabalhos que apresentavam profissionais envolvidos no processo de assessoria, observamos Leite e Cavalcante (1998), Nogueira (1988) e Dourado (1998).

Leite e Cavalcante (1998) apresentam uma profissional de Serviço Social na área de recursos humanos prestando assessoramento a um gerente de empresa estatal e problematizando esse processo de assessoria.

Nogueira (1988) apresenta uma determinada função socioinstitucional desempenhada pelo assistente social, caracterizando atividade de assessoria.

A posição paradoxal do assistente social que presta ATSP: cumpre-lhe encaminhar, sugerir e indicar formas de prestação de serviços, enquanto representante do Estado, às instituições que atuam diretamente. A falta de contato com a situação real impede, muitas vezes, de equacionar o encaminhamento de ações de forma que atendam aos interesses concretos das classes subalternizadas (Nogueira, 1988, p. 89).

b) Categoria: relatos de experiência

Quanto aos dezenove relatos de experiência, observamos o desenvolvimento destas nos mais variados espaços de trabalho onde foram desenvolvidas atividades de assessoria e classificamos entre as bibliografias pesquisadas: duas experiências de assessoria em unidades de saúde, sete experiências de assessoria em escolas, cinco experiências de assessoria em conselhos de direitos, duas experiências de assessoria em empresas estatais, duas experiências de assessoria em empresas privadas e duas experiências de assessoria em setor de recursos humanos.

Martins (2001) apresenta a opção profissional adotada de assessoramento ao gerente, bem como alguns condicionantes para essa forma de

atuação profissional, situando-a em meio ao contexto das décadas de 1980 e 1990.

Cavalcante e Leite (1998) mostram quais os reflexos das décadas de 1980 e 1990 em uma companhia estatal, como se caracterizava a companhia, quais as exigências para o Serviço Social e como se efetivava o assessoramento.

Já nos trabalhos de assessoria nas unidades de saúde observamos, através de Bravo (1998), um convênio entre a UFRJ e a Fundação Projeto Rondon (FPRO), em 1979, que propunha, através de um programa de integração de ação comunitária, unir os esforços para desenvolver um trabalho social em uma comunidade periférica que deveria privilegiar igualmente a formação profissional e a ação comunitária, com a participação da população em todas as etapas do processo. Também Bravo (2001) apresenta a experiência de assessoria ao Conselho Municipal de Saúde de Paraty solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde.

As experiências de assessoria em Conselhos são analisadas por Martins (2001), Lavoratti (1998), Angioni (1998), Abreu (1999), Borges (1998) e Bravo (2001).

Martins (2001) propõe que os Conselhos devem se destacar como um âmbito privilegiado da atuação profissional dos assistentes sociais. O Assistente social como participante de processo e um intelectual que pode contribuir tanto na defesa do instituído (principalmente no que tange à universalidade do acesso) quanto na construção de uma contra-hegemonia que firme a lógica da cidadania em detrimento da lógica mercantil (idem, ibidem), alargando as possibilidades de utilização da coisa pública pelos indivíduos coletivos.

Lavoratti (1998) apresenta uma outra dimensão da assessoria que envolve a atividade de capacitação profissional, conselheiros tutelares e municipais e demais pessoas que trabalham na área da criança e do adolescente em uma experiência no estado do Paraná.

Abreu (1999) reflete sobre a particularidade da atuação dos assistentes sociais junto às estratégias conselhistas na década de 1990 e considera como as demandas postas a esses profissionais alteram as formas de in-

serção destes no campo das políticas públicas, viabilizando novas possibilidades de vinculação aos interesses de classes e inserção em seus processos de luta.

A autora analisa que os desafios profissionais decorrentes das frentes de trabalho expressam-se fundamentalmente na capacidade de construção de respostas às demandas postas à profissão, privilegiando um determinado projeto societário, o que exige a refuncionalização de procedimentos operacionais ante o redimensionamento das suas competências técnicas e políticas numa determinada direção social.

Borges (1998) relata que o Assistente tem sido um dos profissionais constantemente chamados a colaborar, o que a leva a afirmar que, através do seu saber, de seus instrumentos e técnicas, pode e deve intervir eficiente e eficazmente no processo de implantação e implementação de Conselhos de Direitos, para que sejam representativos da vontade popular. No processo de participação democrática, de construção da cidadania, o Serviço Social tem um papel significativo, que pode ser exercido pelos seus profissionais nos mais diferentes locais de trabalho, ligados direta ou indiretamente aos conselhos, bem como por suas organizações representativas em níveis nacional, regional e local.

Angioni (1998) também apresenta a atividade de assessoria técnico-administrativa no Conselho Municipal de Assistência Social do município de Blumenau, exercida por duas profissionais de Serviço Social e por um auxiliar administrativo, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Bravo (2001) apresenta a experiência de assessoria ao Conselho Municipal de Saúde de Paraty, solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde da mesma cidade, no âmbito do controle social como forma de democratização da esfera pública da região.

Nas experiências de assessoria em escolas ,Lewgoy (2001), Brito (2001), Alves (2001), Silva (2001) e Stoelhen (2001).

Lewgoy (2001) apresenta a experiência de uma parceria estabelecida entre a Faculdade de Serviço Social da PUC-RS, a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima de Porto Alegre e o Serviço de Extensão do Campus

Aproximado da PUC-RS de 2000 a 2001. Aponta a importância e o reconhecimento do Serviço Social nas escolas, a partir da potencialização de questões sociais trazidas por professores e alunos do universo escolar e familiar.

Brito (2001) também apresenta uma experiência de assessoria desenvolvida durante cinco anos pela equipe da Faculdade de Serviço Social de Campo Grande à comunidade de São Benedito, onde foi desenvolvido o projeto "Educação através do lazer" que atendia crianças e adolescentes matriculados em escolas.

Alves (2001) traz a experiência de assessoria no âmbito educacional e que veio atender à proposta de Parâmetros Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação e Desporto, de que os temas transversais sejam integrados à Grade Curricular das Escolas. Essa prática vem sendo desenvolvida desde 2004 no município de Cabo Frio/RJ, por meio de cursos que objetivam capacitar os professores a desenvolver o tema Orientação Sexual. Destaca-se a capacidade do assistente social em trabalhar esses temas a partir da sua formação e daí possibilitar a capacitação de novos atores para o enfrentamento cotidiano dessas questões em seus processos de trabalho.

Silva (2001) apresenta as parcerias entre campos de estágio e alunos extensionistas do subprojeto Ecuss, em que as primeiras entidades a receber a assessoria foram o Programa Curumim, do Centro Comunitário Irmãos Kennedy, e o Projeto Micro Escola, da Universidade Castelo Branco. Ambas as entidades desenvolviam ações de reforço escolar.

Stoelhen (2001) relata sua experiência enquanto assistente social em duas secretarias municipais de Educação, em Santa Vitória do Palmar/Santa Cruz do Sul/RS. O texto aponta o trabalho interdisciplinar no campo da educação, tal como os entraves, as relações de poder na instituição e do próprio reconhecimento profissional por outros profissionais e pela instituição.

Quanto aos trabalhos na área de empresa, observamos Dourado (1998) e Leite e Cavalcante (1998).

Dourado (1998) apresenta trabalho quando da inserção da autora em atividades profissionais desenvolvidas numa empresa brasileira de gran-

de porte, bem como no Projeto de Apoio aos Profissionais de Serviço Social na área de Gestão do Trabalho (Proap-SS) — assessoria e consultoria a assistentes sociais de empresas, fundações e instituições como atividade decorrente da pesquisa sobre a Ação do Serviço Social em Empresas desenvolvida no Programa de Estudos do Trabalho e Reprodução Social (Petres) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Dourado (1998) avalia projetos implementados pela área de Recursos Humanos e decodifica as demandas institucionais, compreendendo como essas variáveis se conformam social e culturalmente, ao mesmo tempo que analisa, a partir do material da empresa (planejamento estratégico, qualidade total, projetos específicos etc.), os princípios de gestão da instituição específica, mediatizando com o contexto mais geral em que se localiza.

Leite e Cavalcante (1998) apresentam a demanda empresarial posta para o Serviço Social em buscar a colaboração das equipes de trabalho para atingir as metas de produção, além da reprodução da força de trabalho. O investimento empresarial é todo no sentido de alcançar, por parte dos empregados, maior produtividade e satisfação com o trabalho, mudando o enfoque dantes que esteve voltado para a concessão de benefícios e espaços para participação dos empregados que permitiam ao empresariado o abafamento dos conflitos. Atualmente a demanda empresarial está muito mais direcionada para o alcance de resultados que respondam aos impactos do mundo globalizado, direcionando o foco para a obtenção da confiança do trabalhador, através da colaboração mútua, além da redução dos níveis hierárquicos e a redução dos segmentos de execução das políticas de Recursos Humanos, promovendo o processo de terceirização, inclusive do próprio Serviço Social, enquanto executor das políticas de assistências e benefícios.

c) Categoria: prerrogativa profissional

Entre os trabalhos pesquisados incluem-se os que abordaram a assessoria como prerrogativa profissional e concordam que as exigências

para os profissionais de Serviço Social nesta área requerem uma atualização profissional e aprimoramento constante. Estas são de fundamental importância para ampliar o entendimento das reais atribuições do assistente social, o que nos remete diretamente à legislação profissional e ao respectivo debate da categoria.

> "Art. 4º Constituem competência do assistente social:
>
> (...)
>
> II — elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
>
> VIII — prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
>
> IX — prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
>
> Art. 5º Constituem atribuições privativas do assistente social:
>
> (...)
>
> III — assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
>
> (...)
>
> Art. 8º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social — CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguin-tes atribuições:
>
> (...)
>
> VIII — prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos e privados, em matéria de Serviço Social. (CFESS,1993, p. 10)"

Stoelhen (2001) considera prerrogativa profissional o trabalho do Assistente social em duas Secretarias Municipais de Educação no Rio Grande do Sul.

Entende-se que uma das funções do Serviço Social, dentro das instituições educacionais, é assessorar a equipe diretiva e o corpo docente,

proporcionando momentos de análise da instituição, de sua forma de organização, dos seus objetivos e das relações interpessoais nela estabelecidas e ainda o levantamento do perfil socioeconômico cultural dos alunos e sua inter-relação na comunidade, subsidiando o planejamento global da escola (dentro da perspectiva social) (Stoelhen, 2001, p. 2).

Dourado (1998) analisa as possibilidades de desenvolvimento de ações voltadas para algumas complexidades enfrentadas no âmbito da prática profissional dando visibilidade a experiências profissionais que possam abrandar o mútuo desconhecimento e estabelecer relações mais proveitosas entre os centros de formação profissional e os campos de intervenção.

O acesso a uma gama de conhecimentos novos propiciados pelo universo da academia pode dar novo rumo a uma determinada atividade de assessoria. Pensar a prática relacionando-a a conteúdos teóricos eleva-a em qualidade e efetividade.

Leite e Cavalcante (1998) analisam a atribuição profissional no contexto de assessoramento a gerentes de uma determinada empresa estatal.

> Se hoje cabe ao gerente estar mediando as relações de trabalho, cabe à área de RH, e nela o Serviço Social, estar assessorando o gerente. O Serviço Social passa a ter um posicionamento "diferenciador", se for além do seu espaço tradicional de atuação nas novas exigências de RH. Deve agregar ao seu potencial de formação, uma visão e ações estratégicas e a utilização eficaz de seu instrumental técnico-operativo. (Leite e Cavalcante, 1998, p. 87)

Administrar o papel de assessoramento ao gerente sem estabelecer mecanismos de reprodução do capitalismo na sua face mais selvagem é tarefa que requer grande preparo e domínio teórico-prático para não ceder às armadilhas que possam advir de uma realidade institucional diferenciada do projeto profissional do Assistente social.

Bravo (2000) também aborda o objetivo da assessoria onde conclui que

> (...) é explicitar as dificuldades que permeiam as solicitações, analisando e revelando a realidade da equipe e oferecendo uma proposta que enriqueça

> e exercite seu conteúdo teórico, técnico e político, a partir de uma reflexão profunda da realidade trabalhada por ela. (Bravo, 2000, p. 1)

Silva (2001) analisa a atividade de assessoria no interior de um projeto de extensão como atribuição dos estagiários.

> Chamamos a atuação do Ecuss de assessoria porque os estagiários e supervisor levam aos campos de estágio uma determinada leitura sobre a realidade e formas de atuar sobre ela, o que não ocorre nos convênios de estágio comuns. (Silva, 2001, p. 12)

Vasconcelos (1998) mostra outra particularidade da assessoria como prerrogativa profissional em que

> (...) as assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e a preparação de uma equipe para construção do seu projeto de prática por meio de um expert que venha assisti-la teórica e tecnicamente. (Vasconcelos, 1998, p. 129)

Carvalho (1984) analisa segundo o contexto da assessoria na área de supervisão onde "o trabalho de supervisão torna-se um trabalho de reflexão permanente, bem como a prática profissional — ação e reflexão — momentos inseparáveis" (Carvalho, 1984, p. 42).

Silva (1997) reflete sobre a profissão de assistente social no atual século e conclui que

> no serviço público o Assistente social insere-se na categoria dos técnicos. Nesse caso, são dirigentes, assessores, supervisores, diretores, gerentes, coordenadores, prestadores diretos de assistência social, ou seja, gestores e/ou prestadores de serviços sociais. (Silva, 1997, p. 80)

Abreu (1999) apresenta uma realidade de trabalho em que os assistentes sociais intervêm na dinâmica dos Conselhos de direitos mediante atuação como conselheiros, representando tanto o poder público como segmentos da sociedade civil, como militantes e assessores, interferindo nos processos de articulação, mobilização, fortalecimento e capacitação

da sociedade civil para participação nos referidos espaços, e ainda, na capacitação dos conselheiros de modo geral. Inserem-se, também, como agentes governamentais na gestão dos mecanismos de controle estatal sobre a sociedade civil, donde se destaca, na atualidade, o trabalho de institucionalização do chamado "terceiro setor", o qual tem implicação direta na questão da autonomia da sociedade civil.

Silva (1997) apresenta no serviço público o assistente social inserido na categoria dos técnicos, como dirigentes, assessores, supervisores, diretores, gerentes, coordenadores, prestadores diretos de assistência social, ou seja, como gestores e/ou prestadores de serviços sociais.

Barbosa (1998) apresenta pesquisa aplicada junto a 465 assistentes sociais atuantes em Campo Grande/MS, no mês de maio/95, que realizavam algum tipo de assessoria, na área social diretamente e ainda junto a empresas de assessorias em projetos sociais, que contratavam a atividade desses profissionais.

d) Categoria: profissionais envolvidos no processo de assessoria

Quanto aos trabalhos que apresentavam os profissionais envolvidos no processo de assessoria, observamos Nogueira (1988), Abreu (1999), Barbosa e Melo (1998).

Nogueira (1988) apresenta um estudo que tem como tema a Assistência Técnica e Supervisão de Programas (ATSP) em Serviço Social — função socioinstitucional desempenhada pelo assistente social, mediando a ação estatal e privada na área social. Enquanto função específica no quadro institucional, a ATSP incorpora aspectos administrativos de controle, planejamento, organização e direção, voltados para a formulação, operacionalização e aperfeiçoamento de políticas sociais.

Abreu (1999) reflete sobre a particularidade da atuação dos assistentes sociais nas estratégias conselhistas na década de 1990, considerando as demandas postas aos assistentes sociais e as formas de inserção destes no campo das políticas públicas, onde viabilizam novas possibilidades

de vinculação aos interesses de classes e inserção em seus processos de luta.

> Os desafios profissionais decorrentes destas frentes de trabalho expressam-se fundamentalmente na capacidade de construção de respostas às demandas postas à profissão, privilegiando um determinado projeto societário. O que exige a refuncionalização de procedimentos operacionais face ao redimensionamento das suas competências técnicas e políticas numa determinada direção social. (Abreu, 1999, p. 67)

Barbosa e Melo (1998) apresentam uma pesquisa em dez empresas de assessoria em projetos sociais, existentes em Campo Grande, onde foram cobertas 3 (três), ou seja, 30% do universo. Foram aplicados questionários dirigidos aos profissionais com questões que tratavam sobre o tipo de assessoria prestada, as áreas em que a assessoria foi prestada, quais foram os dados utilizados para o desenvolvimento da assessoria, a forma de contratação da assessoria, se a assessoria é feita para o setor público ou privado, a identificação dos interlocutores, a base de valor dos honorários a serem cobrados pelos profissionais, quem define o valor dos honorários, o número de assessorias realizadas durante o ano, a viabilidade da assessoria como atividade alternativa profissional, o tempo de experiência do assistente social e informação sobre seus respectivos cursos de especialização.

Nas experiências em que o assessor é um Assistente social e o assessorado é equipe ou profissional da mesma categoria, pode-se estabelecer uma relação de troca em que o assessorado propicia todas as informações a respeito de suas rotinas de trabalho de reflexão entre as partes envolvidas, enquanto o assessor mapeia as possíveis rotinas a serem implantadas ou abortadas. Neste caso, a assessoria tende a ser um pouco mais exitosa e um pouco mais próxima de atender à expectativa de quem empresta e de quem recebe, porque elas estão dentro de um campo mais específico, mais comum, mais familiar, de interesses e de agentes em que as questões da linguagem, a questão do tempo são muito mais equacionáveis do que em outro campo.

Nas experiências em que o assessor é uma empresa privada especializada em assessoria de projetos sociais, as relações podem ser verticais

no sentido de que o profissional que presta serviços é visto como o detentor do conhecimento e da responsabilidade específica para a "solução" ou "direção" de determinados eixos do trabalho, sendo a relação contratual temporária para determinadas situações. Nestes casos, a assessoria está centrada no trabalho dos profissionais liberais que a prestam em diferentes instituições e significa a possibilidade de assessorar com base em conhecimentos específicos acumulados por esse profissional.

Nas experiências em que o assessor é uma equipe de graduandos e o assessorado uma determinada equipe da instituição, o assessor traz uma gama de conhecimentos novos e úteis ao desenvolvimento e implementação do trabalho do assessorado. Esse tipo de assessoria está muito ligado à competência adquirida num plano de ensino da formação, do ponto vista do conhecimento e que é viabilizado através de programas de projetos extensionistas. O principal problema é a diferença de tempo em função das necessidades específicas de cada segmento, pois o tempo acadêmico é diferente do tempo institucional, tempo de mandatário. O tempo acadêmico é mais lento, enquanto o tempo dos assessorados é um tempo mais acelerado.

Nas experiências em que o assessor é um assistente social, ou equipe de Serviço Social, e o assessorado é entidade da categoria profissional, o assessor auxilia o assessorado numa relação horizontal na construção e viabilização de alternativas de avanços dos projetos societários daquela respectiva categoria. Nos espaços em que a assessoria deu-se na esfera educacional, o assistente social contribui como profissional que possui o olhar sobre as questões sociais que emergem nas relações interdisciplinares, no trato dos temas transversais e nas relações professor-aluno.

Entre todas essas relações não nos arriscamos a falar de vantagens e desvantagens em relação a essas modalidades. É necessário considerar quem são os agentes envolvidos no processo de contratação, na solicitação de assessoria, o tipo de informação de necessidade que se está requerendo e examinar com cuidado as possibilidades diante das particularidades que cada grupo de assessoria tem para estabelecer essa relação, algumas assessorias têm natureza mais política, outras têm natureza mais econômica, outras com natureza mais cultural. O assessor, antes de tudo, é um

facilitador de acesso à tecnologia, conhecimentos e informações, ou seja, há sempre um grupo que por si só não é capaz de enxergar um determinado resultado de conhecimento operacional e precisa de um aporte, de um apoio, para desenvolver suas rotinas. A assessoria não transfere a tecnologia, ela apenas acessa, ensina como acessar, mas pode se estabelecer uma relação de dependência em função de interesses econômicos ou políticos.

Nogueira (1988) apresenta um estudo que tem como tema a Assistência Técnica e Supervisão de Programas (ATSP) em Serviço Social. A ATSP não se constitui em estratégia ou função autônoma, neutra e simplesmente fundada na racionalidade. Configura-se em função socioinstitucional do Serviço Social, mediando a ação estatal e privada, de onde decorre sua importância e posição estratégica. Segue o movimento de organização institucional e se constitui de modo diferenciado em cada etapa histórica.

Esse tipo de assessoria dá-se mediante uma constante relação de acompanhamento institucional em que precisamos considerar que os objetivos institucionais podem atravessar os objetivos profissionais dificultando as relações de assessoramento. É necessário comprometimento ético-político deste profissional na definição de estratégias de enfrentamento que garantam benefícios à classe trabalhadora.

Padilha (1998) aponta que nas organizações não governamentais (ONGs), em sua maioria, as atividades concentram-se em prestação de assessorias e capacitações técnicas para o fortalecimento do aspecto organizacional e político dos segmentos populares, principalmente no encaminhamento dos pleitos às instituições governamentais.

Este papel de assessoramento feito pelo assistente social fortalece técnica e teoricamente a população que desenvolve habilidades dantes desconhecidas e conquista avanços significativos que outrora, sem a presença do assessor, eram inacessíveis.

Lopes (1998) disserta sobre a importância de os assistentes sociais, que atuam na área de assessoria, terem grande conhecimento aprofundado de questões como municipalização das políticas sociais, orçamento/

financiamento, elaboração de projetos e de planos municipais, custos/benefícios, normas éticas, órgãos financiadores de programas sociais; manuseio e elaborações de informações para a construção de diagnósticos sobre as realidades locais; avaliação de programas e projetos sociais; monitoramento de ações e planejamento. Destaca também que a assessoria aparece com alguma relevância no cenário das políticas sociais a partir do momento histórico brasileiro em que a democracia tenta consolidar-se, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. "A assessoria é uma atividade meio e a partir do uso adequado desse instrumental podemos alcançar níveis mais elevados de eficiência" (Lopes, 1998, p. 89).

A diversidade de demandas presentes nas mais variadas esferas de atuação do Assistente social leva-o à necessidade de domínio teórico, técnico e político das mais diferentes ações a que possa ser solicitado. Os assessorados esperam aprofundar suas questões gerando ou não novas questões. Considerando isto, alguns elegem áreas específicas de domínio para atuarem; entre estes, podemos destacar os profissionais recém-formados, especialistas/pesquisadores e profissionais com trajetória de mesma área de estudo e trabalho.

No âmbito dos Conselhos, observamos a atividade de assessoria constituindo-se na defesa do espaço instituído, na formulação/viabilização de políticas públicas, na implantação e implementação dos próprios conselhos e todas as ações voltadas para os processos de lutas das classes menos favorecidas. Ampliando o foco de nossa análise pudemos observar, na esfera das relações de assessoramento nos conselhos, e destacar principalmente a atividade de capacitação técnica de conselheiros e segmentos populacionais. Consideramos a capacitação como o instrumental que denota o sentido da assessoria, visto que o conhecimento é socializado a fim de otimizar as rotinas dos conselhos.

Conforme Angioni (1998), em relação ao exercício profissional do assistente social na prestação de assessoria nos conselhos, portanto, esfera pública, alguns desafios vêm sendo colocados tais como a dimensão ética do fazer profissional e a preservação do espaço público de exercício

democrático, sem que o Assistente social, enquanto funcionário governamental, venha sucumbir aos interesses do governo municipal;[2] e a respeito da aquisição de um leque de conhecimentos para muito além do oferecido pela formação profissional, pois assessorar um grupo de pessoas com tamanha responsabilidade, no que tange à gestão de política pública, demanda aprofundar o conhecimento nas áreas de administração, de planejamento e orçamento e no domínio da própria estrutura administrativa do poder público (Executivo e Legislativo).

Borges (1998) observa que, em meio a um contexto contraditório, o Assistente social tem sido constantemente chamado a intervir, quer na forma de assessor, consultor, pesquisador, na ação direta, quer mesmo na qualidade de conselheiro.

e) Categoria: assessoria articulada a atividades de ensino, pesquisa e extensão

Quanto aos trabalhos que apresentavam a assessoria articulada a atividades de ensino, pesquisa e extensão, analisamos os trabalhos de Lewgoy (2001), Bravo (1998), Bravo (2000) e Silva (2001).

Lewgoy (2001) apresenta uma experiência de uma parceria estabelecida entre a Faculdade de Serviço Social da PUC-RS, a Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima de Porto Alegre e o Serviço de Extensão do Campus Aproximado da PUC-RS de 2000 a 2001.

Bravo (1998) apresenta um convênio entre a Escola de Serviço Social da UFRJ e a Fundação Projeto Rondon (FPRO), em 1979, onde houve um intenso processo de luta pela democratização por parte de professores, apoiados pelo corpo discente.

---

2. Muito embora o Conselho seja um espaço de disputa de posições, em que a correlação de forças e o poder de convencimento deem a orientação, há que se ter clareza do papel técnico a ser desempenhado (...) O papel político a ser desempenhado pelo técnico deve ser no sentido de consolidar a política pública de assistência social e de viabilizar a construção de um projeto ético-político-profissional orgânico às políticas públicas e à ampliação da cidadania (Angioni, 1998, p. 226).

> A extensão, como núcleo do ensino e da pesquisa, e valorizada, sendo considerada como um mecanismo fundamental de aprendizagem prática que propicia a produção de conhecimentos e, ao mesmo tempo, devolve à sociedade esse conhecimento produzido sob a forma de serviços, assessoria, participação em projetos comunitários. Uma nova proposta pedagógica é gestada, na qual professores, alunos e população participam democraticamente da reflexão, tomada de decisão e execução de ações de interesse coletivo. (Bravo, 1998, p. 187)

Bravo (2000), em Projeto de Capacitação Continuada como assessoria a unidades de saúde no município do Rio de Janeiro, ressalta a prestação de assessoria a assistentes sociais de unidades básicas de saúde no município do Rio de Janeiro para a construção de um projeto de prática profissional estabelecendo mecanismos de interação entre academia e meio profissional.

Silva (2001) apresenta a atuação dos estagiários do Ecuss enquanto assessoria, porque os estagiários e supervisor levam aos campos de estágio uma determinada leitura sobre a realidade e formas de atuar sobre ela, o que não ocorre nos convênios de estágio comuns. Na maioria desses convênios, a FSS/Uerj não interfere no processo de trabalho de equipe, os estagiários participam das frentes de trabalho que já existem, formulando apenas uma nova frente pela necessidade da elaboração de um projeto de intervenção para a disciplina Estágio Supervisionado — projeto este que, em geral, não é incorporado na dinâmica do campo de estágio.

Considerações finais

A atividade de assessoria se expressa ao profissional, em meio às alterações impostas ao mundo do trabalho, como um recurso estratégico de intervenção profissional. Refletir sobre o tema assessoria proporcionou-nos a ampliação do entendimento sobre a esfera da competência profissional do Assistente social, bem como os espaços profissionais po-

dem ser ocupados e quais as estratégias a serem desenvolvidas pelos Assistentes Sociais.

O que difere o tratamento da assessoria na literatura mais antiga, em relação à mais recente, se refere à mudança no tratamento da atividade de assessoria que, através da análise da literatura, observamos ultrapassar a esfera das demandas individuais para uma requisição mais coletiva e que envolve sobretudo a universidade. Situamos a necessidade de que novos trabalhos sejam desenvolvidos nesta área, ainda tão pouca investigada em relação a outras e que possui ainda imensidão na esfera das reflexões. Tal fato é que a bibliografia está localizada em sua grande maioria em textos de Congresso.

Portanto, este artigo é fruto de uma fase da formação profissional, a elaboração do trabalho de conclusão de curso, e propiciou-nos uma leitura muito mais crítica sobre o processo de trabalho do Assistente social em que estamos inseridos e da realidade que nos rodeia e acredito que tal fato nos possibilitará uma atuação profissional do ponto de vista ético-político diferenciada e, consequentemente, muito mais rica, além de permitir-nos, enquanto profissional, vislumbrar com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho.

Referências bibliográficas

ABREU, M. M. A relação entre o Estado e a sociedade civil — A questão dos Conselhos de Direitos e a participação do Serviço Social. *Serviço Social & Movimento Social*. São Luís, v. 1, n. 1, p. 61-76, 1997.

ALVES, M. B. O Serviço Social e a capacitação de professores orientação sexual na escola. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, 2001. p. 116.

ANGIONI, M. Conselho de Assistência Social e exercício democrático: breve retrato de uma gestão. *Caderno de Comunicações*, 9º CBAS. Goiânia, 1998. p. 226, v. 2.

BARBOSA, C. F.; MELO, L. G. de. A assessoria e o Serviço Social: as possibilidades e os limites de uma atividade considerada liberal. *Caderno de Comunicações*, 9º CBAS. Goiânia, 1998. p. 135-137, v. 2.

BORGES, M. C. G. O assistente social e os conselhos paritários e deliberativos. *Caderno de Comunicações,* 9º CBAS. Goiânia, 1998. p. 225, v. 1.

BRAVO, M. I. S.; CRUZEIRO, M. A. da S.; ARAÚJO, P. S. X. de. O Serviço Social na assessoria a Conselhos de Saúde: a experiência de Paraty. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, 2001. p. 43, v. 1.

_____. Encontro Popular de Saúde da Ilha do Governador: Escola de Serviço Social/UFRJ principal articulador. *Serviço Social e Reforma Sanitária,* Rio de Janeiro: Cortez, 1998. p. 186-197.

BRITO, R. L. Uma proposta de educação através do lazer, em uma comunidade negra urbana. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, 2001. p. 115.

CARVALHO, M. C. P. B. R. de. *A supervisão em uma instituição pública, crítica à visão mecanicista*. Rio de Janeiro: Uerj, 1984. 77p.

CAVALCANTE, R. C. N. dos R.; LEITE, R. M. dos S. C. Assessoria: instrumento ou estratégia. *Caderno de Comunicações*, 9º CBAS. Goiânia, 1998. p. 84-88, v. 2.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília, 1993. 16p.

DOURADO, E. O. Serviço Social e gestão do trabalho: uma experiência de assessoria e consultoria. *Caderno de Comunicações*, 9º CBAS. Goiânia, 1998. p. 82-84, v. 2.

_____. *As inflexões das transformações do mundo do trabalho sobre a ação do Serviço Social*: demandas apresentadas à profissão a partir de um trabalho de consultoria. 1998. p. 1-5. Mimeo.

HAMLIN II, E. R.; TIMBERLAKE, E. M. Textos de supervisão em Serviço Social. *Supervisão mútua para supervisores*. Rio de Janeiro, CBCISS, n. 183, p. 31-93, 1987.

LAVORATTI, C.; HOLZMANN, L.; WLODARSKI, R. Assessoria ao Programa Estadual de Capacitação permanente na área da infância e adolescência. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, 2001. p. 224.

LEWGOY, A. M. B. et al. Violência e formação profissional: da sala de aula à comunidade escolar. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, Uerj, 2001. p. 30.

LOPES, D. B. L; PINHEIRO, J. R. T.; KIPPER, M. R.; DESCHAMPS, R.; NOGUEIRA, T. C. T. Assessoria técnica: um novo campo para atuação dos profissionais de Serviço Social. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, 2001. p. 89.

MARTINS, A. de C. Conselhos e a prática profissional do Assistente Social. Mimeo (2001). p. 1.

NOGUEIRA, V. M. R. Assistência técnica e supervisão de programas em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 27, p. 84-99, 1988.

PADILHA, M. D.; DUARTE, S. M.; PEREIRA, Z. M.; SILVA, M. M. A. da; CARVALHO, M. Demandas atuais à profissão de serviço social. *Caderno de Comunicações*, 9º CBAS. Goiânia, v. 1, p. 315, 1998.

SILVA, A. A. da. A profissão do Assistente social no limiar do novo século. *O Social em questão*. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Serviço Social, v. 2, n. 2. p. 79-94, 1997.

SILVA, L. C. da. Relatório Final de Estágio. *Assessoria no Projeto Ecuss*: uma análise da condução técnico-instrumental da experiência. Cap. 3. Rio de Janeiro: Uerj, 2001. p. 9-18.

STOELHEN, I. C. V. O Serviço Social na educação. *Caderno de Resumos*, 10º CBAS. Rio de Janeiro, Uerj, 2001. p. 176.

VASCONCELOS, A. M. de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 51, p. 114-133, 1998.

CAPÍTULO 3

A experiência de assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região — Rio de Janeiro*

Jefferson Lee de Souza Ruiz

Introdução

Este artigo relata uma experiência de assessoria prestada ao Serviço Social, buscando áreas de conexão com a assessoria prestada por assistentes sociais.

Apresenta, inicialmente, uma contextualização conjuntural, informando em que momento histórico e a quem é prestada a assessoria de que trata. A seguir, aponta reflexões sobre atribuições e comportamentos

---

* Uma versão inicial deste artigo foi apresentada na mesa-redonda "Serviço Social e Assessoria: A Experiência do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro", Disciplina Processo de Trabalho do Serviço Social V (professor Maurílio Matos), da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A mesma versão foi aprovada para exposição oral no Encontro Estadual Preparatório ao 11º CBAS (Rio de Janeiro, 2004) e no 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Fortaleza, 2004). Agradeço a todos os que fazem parte desta experiência e aos que contribuíram com suas fundamentais observações para a atual versão do artigo.

profissionais que são próprios, ou não, da função de assessor, sempre dialogando com processos vivenciados na experiência ora relatada. Prossegue citando as atribuições e perfil de tal assessoria política e fatores que podem interferir para sua alteração e atualização, finalizando com considerações acerca dos resultados que podem ser obtidos para a organização política das entidades do Conjunto CFESS/Cress[1] a partir de eventuais experiências similares.

Notas sobre o Serviço Social, o Brasil e a conjuntura

> "Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero."
>
> *Código de Ética Profissional do Serviço Social — Princípios fundamentais*

> "A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária".
>
> *Iamamoto, 2002*

Não é habitual nos depararmos com profissões que ousam afirmar, em seu projeto de inserção profissional e em sua visão de mundo, posturas como as duas acima descritas. Poderiam ser creditadas, por muitos, a partidos políticos ou movimentos sociais de cunho marcadamente anticapitalista.

Esta ousadia é apenas uma das características que fazem do Serviço Social uma profissão ímpar no Brasil. Profundamente sintonizada com as alterações conjunturais ocorridas nas últimas décadas no país, fez avançar um projeto profissional que não apenas demarcou seu espaço nas relações

1. Conjunto CFESS/Cress é o nome dado à organização que reúne os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social. CFESS é o Conselho Federal de Serviço Social e Cress o nome dado a cada Conselho Regional.

políticas e sociais nos campos onde atua, mas evoluiu em identificar as especificidades de sua atuação em relação a outras profissões. Construiu democraticamente sua legislação profissional. Combinou prestação de serviços e ação pedagógica com as mobilizações necessárias para a construção de um modelo societário alternativo ao capitalismo.

Vários exemplos podem localizar estes avanços da profissão. Mesas-redondas e artigos do CFESS, publicados em diversas edições da revista *Serviço Social & Sociedade*,[2] nos apresentam alguns. Um deles foi o importante papel cumprido pela categoria na definição do conceito de seguridade social presente na Constituição Federal de 1988. Isto porque, ainda em 2006, vários atores sociais discutem as políticas de assistência social, saúde e previdência social isoladamente, sem a compreensão de que devem ser políticas integradas e complementares. A concepção de seguridade social defendida pelo Serviço Social é fundamental para combater este tipo de visão, como os argumentos que alegam que a previdência pública no Brasil é deficitária, tentando justificar sua "contrarreforma" (Behring, 2004), discutida na gestão presidencial de Fernando Henrique Cardoso e efetivamente implantada na gestão Lula.

Outro importante exemplo deste movimento da profissão é a particularidade da ação de suas entidades. A diretoria do Conselho Federal de Serviço Social (gestão 1993-1996) já alertava que "no caso dos conselhos federal e regionais de Serviço Social foram superadas suas características iniciais, tipificadas no corporativismo e no burocratismo em relação à condução do aparato político-institucional destas entidades" (CFESS, 1996). A compreensão da necessidade do enfrentamento de desafios conjunturais e da constante atualização profissional para dar conta das novas demandas deles oriundas, sempre em consonância com os princípios expressos na Lei de Regulamentação do Serviço Social e no Código de Ética do Assistente Social, contribui para que a profissão se credencie e amplie sua visibilidade nos Conselhos de Direitos e de Políticas, nas ciências sociais, na relação com os movimentos sociais. Também é decisiva

2. A revista *Serviço Social & Sociedade* é publicada pela Editora Cortez, sendo grande referência para o Serviço Social. A revista vem obtendo crescente influência em várias áreas das ciências sociais.

para o reconhecimento da assistência social como política pública, em oposição à visão assistencialista e filantrópica.

No entanto, na contramão destas transformações do Serviço Social brasileiro, a conjuntura nacional sofreu profundas alterações, com importantes vitórias das perspectivas privatistas e de valorização do mercado como centro das ações sociais e governamentais. São exemplos a desarticulação da maioria dos movimentos sociais (com maior e mais rápido reflexo sobre o movimento operário/sindical) e as políticas sociais públicas dando lugar a "iniciativas da sociedade civil", parcerias que, nas palavras de Netto (1996), esvaziam a "efetividade da cidadania, (...) desqualificando quaisquer formas de controle social". Soma-se a isto a frustração das amplas esperanças populares nas possibilidades de mudança social, pela ação do governo Lula, que, segundo Oliveira (2003), "é o terceiro mandato de FHC". São importantes traços do momento vivido pelo país.[3]

Este último aspecto merece algumas considerações. Podemos afirmar que o Serviço Social não sai incólume dos resultados sociais e políticos do atual Governo Federal.[4] Do ponto de vista ético-político, houve uma profunda sintonia entre a ebulição existente nos movimentos sociais brasileiros durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 e os rumos tomados pelo Serviço Social como profissão. O projeto ético-político hoje hegemônico na categoria (expresso na Lei de Regulamentação do Serviço Social, no Código de Ética do Assistente Social e nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social) "está nitidamente vinculado a um projeto de transformação da ordem social, sem se confundir e/ou se diluir nele" (Braz, 2004). A conjuntura dos anos 1980 foi fundamental para possibilitar as reflexões teóricas e os movimentos ético-políticos que viabilizaram as mudanças ocorridas no Serviço Social.[5]

---

3. Ainda acerca do governo Lula, há recente artigo publicado pela revista *Serviço Social & Sociedade* (cf. Sales, 2006).

4. Refiro-me ao mandato de quatro anos do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003.

5. Em "Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social", publicado na *Coletânea de Leis e Resoluções do Cress*, 7ª Região (Cress, 2003), Braz faz breve histórico destes movimentos internos ao Serviço Social.

Do ponto de vista profissional, a opção do governo Lula por seguir as determinações neoliberais de produção de superávit primário em detrimento das políticas sociais públicas dificulta sobremaneira as condições existentes para que assistentes sociais, em seu cotidiano profissional, gerem políticas capazes de contribuir com o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos.[6] Ocorre que o governo Lula vem atuando em direção oposta ao desta história acumulada dos movimentos sociais brasileiros. "Os poucos contornos de políticas contrárias ao neoliberalismo são extremamente localizados em algumas áreas do governo" (Braz, 2004). Obviamente não é tarefa fácil negar construções políticas realizadas em anos de luta e engajamento por um país e uma profissão que respondessem aos desafios que a questão social coloca a conjuntura brasileira. O que faz com que o Serviço Social brasileiro, segundo Netto (2004), esteja "posto à prova": "o que está (e estará cada vez mais) em jogo é a sua *autonomia política para conduzir o denominado projeto ético-político que construíram para a profissão nos anos 1980 e 1990*" (grifos do autor).

Braz (2004) aponta possíveis "consequências das políticas do governo Lula para o projeto ético-político" em suas "*dimensões constituintes*": a "*dimensão teórica* (...), por conta da *progressiva mercantilização das universidades públicas*"; a "*dimensão jurídico-política*", fruto das "*alterações no sentido de flexibilizar as relações trabalhistas e de desregulamentar as profissões*" e da "*degradação/mercantilização/privatização do aparato público-estatal* e a consequente *retirada de direitos sociais* advindos da Constituição de 1988"; e a dimensão "político-organizativa", visto que "as características antidemocráticas da fase atual do capital incidem sobre a organização política dos trabalhadores", visando fragilizá-las (grifos do autor).[7]

---

6. O lema do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Fortaleza, 2004) expressou o desafio conjuntural posto aos assistentes sociais: "O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos".

7. Novo desafio posto ao conjunto CFESS/Cress em fins de 2006 é o grande crescimento de escolas e faculdades de Serviço Social (particularmente no ensino privado), não necessariamente com a garantia de adequada qualidade à formação profissional. Já são, nacionalmente, mais de 200 unidades de ensino, crescimento indiscriminado que tem preocupado as entidades de fiscalização e as entidades nacionais no campo da formação (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — Abepss) e estudantil (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social — Enesso). A este respeito vale consultar documentos aprovados acerca das preocupações com tal processo (disponíveis

Este quadro exige da profissão e de suas entidades ousadas respostas no sentido de consolidar uma direção social que tem como uma de suas bases fundantes a ruptura com o modo de produção do capital, na perspectiva da construção de nova ordem societária. Exige das entidades persistir na ampliação das relações com a categoria profissional, propiciando oportunidades de análise crítica da conjuntura e de elaboração de projetos de ação que rompam com as limitações institucionais, sempre na perspectiva da garantia dos direitos do usuário dos serviços. Impõe a compreensão precisa do "lugar" da profissão, expresso nos artigos 4º e 5º de sua lei de regulamentação. Sugere a necessidade de ampliar alianças com sujeitos sociais defensores desta nova ordem societária, "sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero".[8] A própria direção das entidades deve, assim, apreciar constantemente a conjuntura para dar conta dos desafios apontados por Netto e Braz.

O Cress-RJ[9] e suas ações neste contexto

Sintonizado com estes desafios, o Cress-RJ tem se notabilizado por criativas formas de buscar reações ao quadro conjuntural desfavorável. São medidas tomadas nos campos do exercício profissional, de sua fiscalização e orientação, de sua qualificação, da luta por condições de trabalho condizentes com a necessária qualidade dos serviços prestados à

---

nas páginas eletrônicas do CFESS e do Cress-RJ). Cabe registrar que ele não é exclusivo do Serviço Social, o que tem levado os mais diversos conselhos profissionais a implementar ações de reação a este quadro.

8. Conforme prevê um dos princípios do Código de Ética do Assistente Social, aprovado em março de 1993. Ver Cress, 2003.

9. O Cress-RJ (e as demais entidades do conjunto CFESS/Cress) tem sua direção composta por dezoito assistentes sociais, eleitos para mandatos de três anos, habitualmente adotando-se o modelo de gestão colegiada. Além de sua sede, no município do Rio de Janeiro, tem duas seccionais, em Campos dos Goytacases e Volta Redonda, com direções compostas por seis assistentes sociais. A função precípua de cada Cress é a de fiscalizar e orientar o exercício profissional de assistentes sociais em seu âmbito de atuação. O principal instrumento utilizado nesta função é a política nacional de fiscalização, que prevê dimensões ético-pedagógica e afirmativa de direitos, para além da mera fiscalização do registro profissional e da contribuição financeira à entidade.

população, da busca de uma maior compreensão sobre o papel e a contribuição do Serviço Social para as mudanças necessárias à sociedade.

Um exemplo é a publicação da *Coletânea de Leis e Resoluções — Assistente Social: Ética e Direitos*, que aglutinou as normatizações da profissão a legislações sociais então em vigor. Outra fundamental iniciativa refere-se às comemorações do "Dia do Assistente Social". Desde 2000, o Cress-RJ vem desenvolvendo dezenas de "minicursos" ou cursos de capacitação, os quais tematizam dificuldades postas ao cotidiano do exercício profissional, tendo como eixos a conjuntura e os grandes desafios da profissão. Cada vez mais amplas e descentralizadas, tais comemorações têm inovado em comunicação com o público externo, com produção de cartazes, cartões comemorativos, *folders* explicativos da profissão, publicações, seminários e ações afins. Este grande esforço envolve a direção da entidade, a categoria, escolas e faculdades de Serviço Social e todos os recursos humanos e materiais do conselho. São exemplos evidentes de superação da ação meramente normativa do conjunto.

No âmbito destas e de outras iniciativas inovadoras e estratégicas se insere a contratação, em 2000, de assessoria político-administrativa para o Cress-RJ.

Cabe lembrar que naquele ano o Brasil se encontrava no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso no governo federal. Embora fosse perceptível a insatisfação popular, que já começava a apontar anseios de mudanças significativas para o Brasil (que culminariam, em 2002, na eleição de Lula para a presidência da República), a luta contra a implantação de medidas neoliberais na economia e no Estado brasileiro se via bastante fragilizada. Já estavam consolidadas "gigantescas transferências de patrimônio do Estado para o setor privado, a maioria bancos e grupos estrangeiros. Somente no primeiro reinado de Fernando Henrique essas transferências devem somar cerca de US$ 100 bilhões, o maior processo de entrega de patrimônio já verificado num país periférico" (Kucinski, 1998). Os que lutavam contra as privatizações e defendiam o papel do Estado como promotor de acesso a direitos eram vistos como "dinossauros" e "atrasados" (idem) por toda a imprensa, que já defendia concepções neoliberais de organização da economia e de reestruturação do papel do Estado.

A capacidade de mobilização social advinda dos movimentos sociais organizados também se encontrava reduzida, com a onda de crescimento de Organizações Não Governamentais e o avanço da defesa do voluntariado como forma de ação política e social, sendo, já então, realidades crescentes e consolidadas. Mesmo as esperanças que se construíam em torno da perspectiva de Lula vir a ser eleito presidente da República, se analisadas concretamente, se defrontavam com projetos e concepções defendidos pelo Serviço Social[10] e pela própria candidatura Lula, anos antes, em 1989. Eram, ainda, crescentes as críticas e questionamentos ao pragmatismo demonstrado por prefeituras e governos estaduais administrados pelo PT, fosse em relação às políticas por eles implementadas, fosse pela relação com os movimentos sociais (de cooptação ou enfrentamento) e servidores públicos.

É neste momento histórico que o Cress-RJ realiza processo de seleção pública[11] para a contratação de assessoria político-administrativa, que culminou com minha contratação para exercer tal tarefa. Inicialmente prevendo também tarefas administrativas, o perfil da função foi sendo alterado pelas demandas postas à entidade, acentuando-se atualmente o papel de assessoria política, reforçado pela criação do cargo de coordenador administrativo-financeiro para as demais atividades, assumido por um outro funcionário da equipe de recursos humanos.

Concepções e questões relevantes na prestação de assessoria

A experiência de assessoria ao Cress-RJ (e, ainda que indiretamente, ao Serviço Social) levanta questões sobre o que é assessorar. Tratemos de

10. Boschetti (2003), analisando as propostas para a seguridade social dos programas de governo dos três principais então candidatos a presidente da República (Lula inclusive), demonstra que todos apresentavam propostas restritivas, se comparadas às explicitadas pelo Serviço Social brasileiro na Carta de Maceió, aprovada no Encontro Nacional CFESS/Cress de 2000.

11. Tal processo constituiu-se de quatro fases: apresentação de carta de solicitação de emprego, redação sobre as desigualdades sociais no Brasil e suas possíveis soluções, análise de currículo e entrevista. A banca foi composta por conselheiros do Cress na gestão 1999-2002 e por assistentes sociais de base.

algumas delas, apresentando exemplos concretos de como se enfrentaram determinadas situações no âmbito da experiência aqui relatada.

A denominação assessoria tem sido utilizada para uma ampla gama de atividades e atribuições. Apenas no âmbito do conjunto CFESS/Cress há diversas experiências de assessorias: contábeis, jurídicas, de comunicação, de informática, de recursos humanos e política.[12] Recentemente, no âmbito do Cress-RJ, inaugurou-se debate acerca da assessoria como uma das dimensões a serem reconhecidas na fundamental contribuição de assistentes sociais que exercem a função de agentes fiscais no Conjunto CFESS/Cress.[13]

Se pensarmos nas assessorias técnicas prestadas por assistentes sociais, encontraremos experiências relatadas sobre consultorias/assessorias para elaboração de projetos profissionais, assessorias prestadas a Conselhos de Direitos e de Políticas ou Conselhos Tutelares (em sua totalidade ou a determinadas representações políticas; por exemplo, aos representantes da sociedade civil), assessorias às equipes de recursos humanos, assessorias à ação de assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação.[14] Em todas elas parece haver um denominador comum: assessorar implica contribuir para a solução de determinada demanda a partir de atribuições, capacidades e conhecimentos específicos. É possível perceber que, nos exemplos listados, além da diversidade de áreas, há uma exten-

12. No que diz respeito à assessoria política, até este momento tal experiência existe apenas nos conselhos regionais de Serviço Social dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais — sendo esta última iniciada no ano de 2006. Cabe registrar, ainda, a tentativa de desenvolvimento de experiência similar no âmbito do CFESS durante a gestão 1996/1999 que, no entanto, não chegou a se caracterizar como assessoria política.

13. Esta dimensão foi tratada em mesa realizada em 2006, durante o "I Seminário sobre assessorias ao Conselho Regional de Serviço Social/RJ", em que os diversos assessores apresentaram suas concepções sobre o tema.

14. Nos *Cadernos de Resumos* e CD-ROM com a íntegra dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS) há artigos que relatam experiências de trabalho de assistentes sociais em assessoria. Como exemplos podemos citar "O Serviço Social na assessoria a Conselhos de Saúde: a experiência de Paraty" (Bravo, Cruzeiro e Araújo, 2001) e "A assessoria como atribuição e competência do Assistente Social" (Fonseca, 2004). Este último trabalho faz um apanhado dos artigos sobre assessoria apresentados em vários CBAS e está ampliado e publicado no presente livro.

sa gama de possibilidades quando pensamos sobre quem recebe tal assessoria. Ela pode ser prestada a equipes profissionais, a projetos específicos, a entidades, a espaços de controle social, a empresas, a espaços de execução de políticas públicas e sociais. A assessoria pode ser pontual, restrita a um objetivo definido, temporário e específico, como pode estar relacionada com várias demandas postas ao assessorado. Esta multiplicidade de situações pode ser positiva no sentido da ampliação do leque de possibilidades de ação de quem se qualifica para prestar assessorias. Por outro lado, pode contribuir para confusões que algumas vezes se estabelecem quando o assessor é apenas um dos membros de uma equipe mais ampla de profissionais.

Exemplificando, há áreas afins, inter-relacionadas com outras funções, o que pode comprometer ou, ao menos, incidir negativamente sobre o potencial de contribuição de quem presta a assessoria. É comum, por exemplo, confundir assessoria com secretaria executiva. Há situações em que, efetivamente, a assessoria precisa assumir encaminhamentos práticos de deliberações do assessorado. São situações em que sua presença nos debates, os subsídios e argumentações que apresentou para aprovação de determinada política podem contribuir para sua efetivação e qualidade final. Esta função de secretaria não é, no entanto, sua atribuição central. Cabe à assessoria acrescentar elementos às reflexões e discussões realizadas acerca de cada demanda, apontando prospectivamente quadros, desafios e resultados. Para esta tarefa é preciso buscar condições para um olhar, o mais amplo possível, em relação ao tema objeto de sua ação.

No que diz respeito ao Cress-RJ, a experiência anterior do assessor político de conhecimento do funcionamento do Legislativo foi fundamental para que propusesse à direção o "Projeto Parlamento", que visa transformar demandas e mobilizações de assistentes sociais e/ou usuários, identificadas no exercício profissional, em possíveis ações parlamentares. A participação e o acompanhamento efetivo de movimentos sociais (movimento sindical e partido político), na condição de direção e, em caso específico, de assessor parlamentar, favoreceram estas tarefas e possibilitaram um olhar externo e complementar ao do Serviço Social.

No que se refere a atividades similares às de secretaria, atribuídas à assessoria política, há o encaminhamento de questões em que existe necessidade de sigilo. Quando estas demandas se colocam, exige-se de quem assessora comportamento compatível com estas necessidades.

Ao assessor é necessário conhecer a conjuntura (mundial, local e da temática) em que o assessorado atua. O Serviço Social no INSS (1995), por exemplo, prevê importantes procedimentos para a tarefa de assessoria. Entre eles, o "conhecimento da realidade dos movimentos sociais a serem assessorados (categoria profissional, conhecimento acumulado sobre Previdência, condições objetivas pelas quais se dão o trabalho, suas demandas e necessidades)".

Cabe destacar que, por vezes, temas que parecem secundários para a ação de uma entidade ou organização ganham lugar de destaque em determinada conjuntura. Na experiência do Cress-RJ, avaliação de conjuntura feita pela assessoria política entre o primeiro e o segundo turnos das eleições municipais de 2004 foi importante contribuição para o debate da diretoria em torno do perfil dos prefeitos que comandariam, a partir daquele ano, as políticas públicas nos municípios brasileiros.[15] Obviamente, tais resultados eleitorais também incidem de forma importante sobre a conjuntura nacional. O mesmo pode ser afirmado em relação aos recursos humanos da entidade, onde a contribuição da assessoria política se dá fundamentalmente em tentar prever os desafios que estarão postos à categoria no Estado e que respostas serão demandadas à entidade. Destas necessidades surgem importantes elementos que orientam o debate em torno do tamanho da equipe de recursos humanos, de suas atribuições e qualificação.

Voltando aos autores, Vasconcelos (1998), ao comentar os requisitos para prestação de assessoria/consultoria, afirma que são necessários,

---

15. Independentemente deste perfil, o Cress-RJ adotou o hábito de enviar correspondência, em seu âmbito de ação, aos prefeitos municipais recém-empossados destacando, entre outros aspectos, a competência do assistente social em "elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares", conforme prevê o artigo 4º da Lei n. 8.662/93, que regulamenta a profissão (cf. *Coletânea de Leis e Resoluções*, Cress, 2003).

entre outros aspectos, "articulação constante, preparação e aprofundamentos diferenciados". Em outras palavras, podemos afirmar que assessorar implica conhecer os objetivos-fim da instituição, sujeitos e atores sociais aliados e, ainda, interagir com outros profissionais, numa perspectiva interdisciplinar.

Assistentes sociais de empresas, reunidas em núcleo no Cress-RJ, listam o conhecimento da realidade, a interpretação e análise de dados obtidos e a elaboração de proposta de trabalho como "instrumentos necessários à intervenção profissional na área de Consultoria/Assessoria" (Cress, 2003).[16]

Comparadas estas necessidades delineadas quanto ao perfil da assessoria às ações do Cress-RJ, o "Projeto Parlamento", por exemplo, tem, hoje, minuta a ser apresentada ao Legislativo sobre condições físicas mínimas necessárias ao local de trabalho de diversos profissionais para garantia do sigilo. A demanda foi identificada em visitas da Comissão de Fiscalização e Orientação realizadas por assistentes sociais que atuam como agentes fiscais no conselho; a minuta do projeto foi elaborada pela assessoria jurídica; a divulgação e cobertura jornalística das ações do projeto serão tarefa da assessoria de comunicação. Será essencial, ainda, a articulação com usuários dos serviços prestados por assistentes sociais (familiares de presos, usuários do SUS, entidades de defesa de direitos humanos e outros que tenham por demanda o sigilo sobre suas questões) de forma a ampliar o alcance do projeto e a pressão sobre parlamentares. Há ações de assessoria, portanto, em que é absolutamente necessária a articulação com outros profissionais e atores sociais. As medidas desta necessidade estão dadas, normalmente, pelo objetivo-fim de cada ação, devendo ser previstas no momento de seu planejamento.

Outro importante exemplo vivenciado nesta experiência foi o trabalho conjunto apresentado ao 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

16. Estes apontamentos foram resultado de encontro realizado em novembro de 2002 pelo então denominado Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho dos Assistentes Sociais de Empresas do Cress-RJ.

pelo assessor político e pela assessora de comunicação do Cress-RJ.[17] Unificando reflexões e experiências próprias de suas funções, os assessores propuseram ao Serviço Social as ideias de que a visibilidade pública da profissão deve se constituir em um elemento estratégico para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, especialmente na atual conjuntura nacional e mundial, e de que há públicos-alvo prioritários, aliados da direção social hegemônica na categoria, a serem eleitos pela profissão na produção de seus materiais de comunicação.

Um terceiro aspecto importante para a assessoria é a necessidade de adotar postura propositiva. É fundamental, mas insuficiente, a capacidade de elaborar boas avaliações da situação sobre a qual se debruça. Assessorar, portanto, requer o potencial de prever desdobramentos, apontando possíveis quadros, e não se furtando à tarefa de afirmar qual deles concentra a maior possibilidade de sucesso. Estes desafios implicam desenvolver capacidades argumentativa, crítica e autocrítica. Propor medidas, apresentar sugestões e desenvolver críticas construtivas devem fazer parte do cotidiano da assessoria.

Há um risco inerente a esta atribuição: o de confundir assessoria com deliberação política. É uma confusão que pode surgir de duas mãos: a de quem assessora e a de quem é assessorado. Do ponto de vista de quem assessora, há um natural comprometimento com as medidas que sugere e a visão que tem sobre determinado aspecto. Os processos de pesquisa, análise e elaboração envolvidos em cada tarefa podem levar a assessoria à convicção sobre a adequação de sua proposta. No entanto, a deliberação não cabe à assessoria. E ela deve assumir prontamente a contribuição para os encaminhamentos aprovados, ainda que divergentes em relação aos que inicialmente propôs (o que obviamente requer capacidade de autocrítica e boa dose de desprendimento). Já o assessorado pode identificar em quem presta assessoria uma ameaça a suas opiniões e posições, porque quem assessora muitas vezes reúne maiores informações sobre determi-

17. "Visibilidade do Serviço Social: uma das estratégias para a consolidação do projeto ético-político profissional" (Contente e Ruiz, 2004) foi aprovado para comunicação oral no 11º CBAS, realizado em Fortaleza, em 2004.

nado tema. Cabe ao assessorado, assim, admitir que as contribuições de um assessor podem ser eventualmente divergentes às suas, e compreender como natural, e mesmo desejável, que as argumentações apresentadas pela assessoria tenham a maior qualidade possível. Reafirmamos: deve-se reservar ao assessorado a deliberação sobre que medida desenvolver, uma vez que a ele caberá lidar com os bônus ou os ônus de uma determinada ação, política ou conduta.

Esta é uma questão recorrente no Cress-RJ, por exemplo, quando do debate de sua política de comunicação, área em que a entidade tem adotado postura mais incisiva no sentido de ampliar alianças e conferir maior visibilidade do Serviço Social e seu projeto ético-político, particularmente com usuários de serviços sociais, formadores de opinião e movimentos sociais. Um debate que, por vezes, tende a reunir polêmicas entre assessorias política e de comunicação e a direção da entidade é o que envolve a linguagem a ser utilizada (visual e/ou escrita), uma vez que lida com a imagem (dos outros) e a autoimagem (dos assistentes sociais) da profissão. Às assessorias cabe, além de propor iniciativas, argumentar técnica e politicamente, em termos de forma e conteúdo, sobre as mensagens a serem veiculadas. Mas a deliberação final é política e, portanto, cabe à direção da entidade.

Uma outra área de possível atrito entre assessor e assessorado diz respeito a demandas de avaliação das ações desenvolvidas por determinada instituição, ou mesmo as ações do contratante que interferem no cotidiano da assessoria. Cabe a quem assessora compreender que, ao proceder a eventuais críticas, estas não podem ser frágeis ou baseadas em descontentamentos pontuais com este ou aquele processo, situação ou encaminhamento. Quando justas e qualificadas, críticas podem ser mais facilmente assimiladas por quem as recebe, ainda que não de imediato. Podem e devem contribuir para o enfrentamento de demandas postas à instituição.

Outro desafio significativo é a exigência de capacidade de organizar o pensamento difuso sobre determinadas questões. Significa estar atento às diversas (por vezes divergentes) opiniões, sugestões e propostas para uma determinada ação, elaborando táticas e estratégias capazes de extrair

o que há de melhor nas diferentes percepções. Nem sempre aquilo que apresentamos como resultado final do nosso trabalho é elaboração particular. Contribuições distintas, análises e experiências anteriores interferem e contribuem nestes processos.

Um exemplo concreto no âmbito do Cress-RJ foi a elaboração de minuta final do projeto "Serviço Social e os Conselhos de Defesa de Direitos e de Políticas", que visa acompanhar e contribuir com a ação de assistentes sociais nestes espaços, tidos como fundamentais pelo projeto profissional. Várias dificuldades, demandas, ideias e ações necessárias vieram de apontamentos de assistentes sociais, de relatos de experiências vivenciadas pela direção dos Cress e do CFESS, da análise política sobre a efetividade da ação em espaços de controle social. Hoje o projeto conta com fundamental envolvimento de professores, assistentes sociais de base e estudantes. Embora a autoria possa ser de quem elabora uma proposta, ela é, muitas vezes, síntese e produto do esforço coletivo em buscar alternativas viáveis para diferentes temas. É fundamental trocar experiências, saber que sempre há o que aprender, ler, conhecer, aprofundar.

Outra demanda que socialmente começa a ser exigida dos mais diversos profissionais, fundamental para as tarefas de assessoria, é o planejamento. Carlos Matus (1989), assessor e privilegiado interlocutor do governo socialista de Salvador Allende, no Chile, em texto considerado base para o planejamento estratégico situacional, apresenta diversos argumentos acerca da importância do planejamento.

Adotando, em princípio, a definição de "que o planejamento se refere ao cálculo que precede e preside a ação", distingue "seis argumentos puros separados, artificialmente, uns dos outros". O primeiro deles é a "mediação entre o futuro e o presente", afirmando que "a necessidade do planejamento reside no fato de que meu critério para decidir o que devo fazer hoje baseia-se na avaliação da eficácia que essa ação de hoje terá, para mim, amanhã". A "exigência de prever possibilidades para prever ações e, em consequência, ser oportuno e eficaz na ação" sustenta o segundo argumento, o de "prever quando a predição é impossível". Um terceiro argumento, a "capacidade de reação planejada ante as surpresas", refere-se às ocasiões onde a conjuntura e os fatos momentâneos nos sur-

preendem, cobrando-nos a "necessidade de se estar preparado para raciocinar, veloz e eficazmente, face às surpresas". Os quarto e quinto argumentos falam de importantes mediações, presentes em várias dimensões das tarefas de um assessor. Trata-se da "mediação entre o passado e o futuro" e "entre o conhecimento e a ação". Matus alerta para a importância de se aprender com experiências passadas, no que denomina "*aprendizagem* da prática como mediação entre o passado e o futuro" (grifo do autor). Também identificará a "necessidade de refletir antes de atuar, de apontar o alvo antes de atirar, se quisermos fazer o melhor possível". Resgatando o aspecto interdisciplinar que citamos anteriormente, Matus afirma ser necessário perceber as "distintas visões ou pontos de vista dos diversos atores sociais que coexistem na situação e têm ingerência sobre um determinado problema". Por fim, aponta como sexto e último argumento a favor da necessidade do planejamento a "coerência global frente às ações parciais dos atores sociais". "Os atores que produzem fatos políticos, sociais, econômicos, bélicos etc., são muitos. Cada ator produz esses fatos em relação às suas visões e propósitos particulares e nada garante a coerência do resultado social global". Se pensarmos o processo de elaboração, implementação e financiamento das políticas sociais públicas como exemplo veremos a importância destes destaques para a obtenção de um resultado adequado. São argumentos, no entanto, que valem para qualquer processo de planejamento: diferentes dimensões são fundamentais para a tarefa de planejar nossas ações, havendo que se buscar as mediações entre o futuro, o presente, o passado, os sujeitos sociais envolvidos e os quadros possíveis e/ou prováveis para implementação das medidas planejadas.

O conjunto CFESS/Cress vem aprimorando sua sistemática de planejamento e controle das ações desenvolvidas. A padronização nacional dos planos de metas e dos relatórios anuais de atividades é uma das ações utilizadas para o cumprimento deste objetivo.[18] Esta preocupação também se encontra presente nos Relatórios de Resoluções dos diversos Encontros

18. Tais procedimentos estão previstos em publicação do CFESS que orienta procedimentos nas áreas administrativa, contábil e financeira. Ver CFESS, 2000.

Nacionais CFESS/Cress.[19] Por fim, mais recentemente, no âmbito do Cress-RJ, inauguraram-se em 2006 procedimentos de desdobrar os planos de metas anuais em planos de ação, com previsão de responsáveis, prazos e das interseções com deliberações nacionais da categoria.[20]

Na experiência do Cress-RJ, um momento de contribuição da assessoria, no que diz respeito ao planejamento, pode, talvez, ser apontado como um dos mais ricos. Trata-se do processo de preparação da delegação do Rio de Janeiro para participação no 32º Encontro Nacional CFESS/Cress, realizado em 2003, em Salvador. Ele consistiu em tarefas como reunir dados concretos sobre as temáticas a serem debatidas no encontro, o levantamento de eventuais deliberações anteriores, as relações destes temas com demandas quotidianas do Cress-RJ, entre outras. Mas o destaque e a principal contribuição da assessoria política se deu na construção de um texto de contribuição à análise de conjuntura feita pela delegação carioca (Ruiz, 2003). Tal texto orientou os debates da delegação, contribuindo para a elaboração de propostas e argumentos apresentados à apreciação e deliberação nacionais. Foi, ainda, utilizado como um dos textos-base de preparação de outras delegações.

Se analisada globalmente, vê-se, no entanto, que a dimensão de planejamento das ações do Conselho ainda constitui universo a ser mais explorado, tanto por sua assessoria política como por sua diretoria.

Por fim, pudemos perceber que na experiência do Cress-RJ a assessoria deve contribuir para variadas áreas de atuação da entidade. No entanto, a prestação de assessoria pode, ainda, ser especialmente direcionada a determinada ação ou política. Exemplos dessa outra modalidade de assessoria já vivenciados pela entidade foram as cessões do assessor político para contribuição às Comissões Organizadoras do 11º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (Fortaleza, 2004) e do 4º Congresso Bra-

19. Os Encontros Nacionais CFESS/Cress são realizados anualmente, com assistentes sociais de base e de direção das entidades, eleitos em assembleia. São a instância máxima de deliberação do conjunto CFESS/Cress.

20. Para elaboração de tais procedimentos foi constituída comissão composta por conselheiros e funcionários do Conselho Regional, entre eles o assessor político.

sileiro de Serviço Social em Oncologia (Rio de Janeiro, 2002), bem como para a relatoria do 31º Encontro Nacional CFESS/Cress (Brasília, 2002).

Relação entre assessoria, condições de trabalho e capacitação

Um profissional com tais exigências precisa ter esmero com sua capacitação e estar atualizado sobre os temas que envolvem seu exercício. Sem este esforço, há uma óbvia tendência a não se responder, com a qualidade necessária, às demandas postas, principalmente se considerarmos as alterações em curso na vida social e política no início do século XXI. Sem constante atualização e capacitação não é possível enfrentar fenômenos como a complexidade conjuntural, as novas demandas postas às diversas instituições, o rápido avanço tecnológico, a desregulamentação do mercado de trabalho, a alteração do papel do Estado, a tendência à competição entre as pessoas (e, consequentemente, à negação da organização coletiva), todos fatores associados ao avanço do neoliberalismo no país e no mundo. Este processo, em várias situações, implica combinar conhecimento e ação, colocando-se como necessários a articulação com outros sujeitos sociais e o acompanhamento cotidiano dos principais fatos que envolvem a conjuntura.

Para assessorar, portanto, são necessárias condições que viabilizem a ação. Parte destas condições deve ser provida pelos assessorados. São demandas como condições de trabalho, acesso a informações, incentivo, liberação e mesmo financiamento de presença da assessoria em atividades que qualifiquem sua ação profissional. Também é possível prever, nas próprias atribuições cotidianas, tarefas diárias cuja execução estabeleça relação com a qualificação e atualização constante da assessoria.

Na experiência do Cress-RJ, este último aspecto tem sido garantido a partir de várias medidas, entre as quais três se destacam: a atribuição de leitura diária da imprensa; a presença da assessoria política às reuniões de direção do Conselho e eventos da categoria; a liberação e, quando possível, o financiamento para participação em atividades e cursos de

capacitação sobre assuntos relacionados ao exercício da assessoria e ao próprio Serviço Social. Estas medidas permitem conhecer e compreender a maioria dos aspectos, polêmicas e possibilidades existentes em cada tema tratado. Do ponto de vista das condições de trabalho, a garantia dos direitos trabalhistas (via registro celetista) e a previsão da função no Plano de Cargos e Salários do Conselho são elementos que qualificam a função de assessor político.

Mas apenas parte destas condições cabe ao assessorado prover, o que implica reconhecer que quem presta assessoria precisa assumir a necessidade de iniciativa própria e de constante capacitação e atualização para manter e ampliar a qualidade dos serviços oferecidos. O não fornecimento, pelo assessorado, destas condições não justifica a ausência de ação profissional, nem sua substituição por queixas e reclames de condições de trabalho supostamente ideais, o que Vasconcelos (1998) denomina *círculo vicioso do "lamento"*. A qualidade profissional também pode e deve ser utilizada como arma de superação de dificuldades e de conquista de condições adequadas ao trabalho.

Atribuições e perfil da assessoria política no Cress-RJ: descrição e novas possibilidades

De forma a possibilitar conhecimento e compreensão mais precisos da experiência aqui relatada e eventuais análises críticas sobre as reflexões efetuadas por este artigo, seguem descritas as atribuições e o perfil hoje existentes para o assessor político do Cress-RJ,[21] seguidos de alguns apontamentos sobre novas possibilidades e atualizações necessárias. "Atribuições da assessoria política:

21. "Descrições de atribuições, perfis e propostas de quantitativos de pessoal para as equipes de trabalho" é documento elaborado em alguns meses, em comissão composta pela diretoria e pela, então, assessoria político-administrativa, com materiais produzidos pelos próprios funcionários do Cress-RJ. Foi aprovado no fim de 2002 e é base para o funcionamento do Conselho e para a elaboração, hoje em curso, de seu Plano de Cargos e Salários.

1) Elaboração, encaminhamento e eventual execução de projetos específicos de ação deliberados pela diretoria, Conselho Pleno, Comissões Temáticas e outras instâncias do Conjunto CFESS/Cress.

2) Pesquisa de subsídios para demandas do Conselho.

3) Assessoria a eventos externos, apoiados ou copromovidos pelo Cress.

4) Contatos com o CFESS, entidades do movimento social, parlamentares, parceiros e parceiras do Conselho, sempre que necessário.

5) Organização das pautas de reuniões de diretoria, Pleno e Executiva (levantamento de temas, informações básicas, acúmulo já existente anteriormente).

6) Acompanhamento de reuniões de diretoria, Pleno, Executiva e comissões que o solicitem.

7) Acompanhamento das deliberações das comissões temáticas, no sentido de gerar ações específicas e/ou unificadas com as demais comissões do Conselho.

8) Encaminhamento de deliberações políticas da diretoria, Conselho Pleno, Executiva e comissões, quando necessário.

9) Distribuição de tarefas oriundas de deliberações da diretoria, Conselho Pleno e Executiva aos devidos setores e/ou aos funcionários responsáveis.

10) Leitura diária da imprensa para destaques de possíveis demandas para ação da diretoria.

11) Atendimento (e triagem, quando for o caso) diário da demanda da categoria à diretoria e à assessoria política, via e-mail.

12) Elaboração de comunicados da diretoria à categoria, para envio à mala direta de e-mails.

13) Sugestão e subsídio à diretoria quanto a medidas administrativas gerais e de política de recursos humanos, que se relacionem com o funcionamento cotidiano do conselho.

14) Contribuição à diretoria no processo de capacitação política e profissional do quadro de funcionários.

15) Apoio eventual, em sua esfera de atuação, às demandas da política de comunicação (*Via Cress*, *Práxis*,[22] ações relativas a situações que envolvem o Serviço Social).

16) Redação/revisão de textos (deliberações da diretoria, circulares), quando necessário.

17) Atendimento telefônico e à categoria (pessoalmente).

18) Observar resoluções do CFESS no cotidiano de suas ações.

19) Outras tarefas, quando solicitadas".

O perfil do cargo prevê as seguintes necessidades:

"1) Noções de informática.

2) Iniciativa.

3) Criatividade.

4) Disponibilidade de alteração de horários de trabalho, conforme demandas da função.

5) Disponibilidade para participação em eventos externos.

6) Conhecimento da natureza da entidade.

7) Noções da regulamentação normativa do Serviço Social (Lei n. 8.662/93, Código de Ética Profissional).

8) Afinidade com o projeto profissional.

9) Capacidade de análise de conjuntura nacional/internacional e sua inter-relação com o Serviço Social.

10) Capacidade crítica e propositiva (a respeito da realidade da sociedade brasileira e do campo de ação do Serviço Social).

11) Noção das legislações sociais e de orçamento público.

12) Redação própria (expectativa de correção gramatical e ortográfica, objetividade e clareza, pensamento lógico, redação formal)".

---

22. *Via Cress* é o boletim eletrônico semanal do Cress-RJ. *Práxis* é seu jornal impresso, editado bimestralmente.

Estas atribuições e perfil foram definidos na intenção de que a assessoria política da entidade facilite, proponha, planeje, encaminhe, dê suporte a ações que combinem o caráter normativo da entidade, definido em lei, com ações de caráter ético-político, pedagógico, de alianças com movimentos sociais e outros parceiros, defendidas e construídas no cotidiano pelo Conjunto CFESS/Cress. Obviamente, são objeto de constante confronto com a realidade.

É importante perceber que as atribuições e funções de assessoria com as características da relatada por esta experiência estão em constante atualização e mutação, determinadas por necessidades históricas e conjunturais, pelos planos de ação e programa de cada gestão e pelos diferentes momentos vividos pelo Serviço Social. Em relação às atribuições exercidas no momento da redação deste artigo, percebemos a necessidade de debate, com a perspectiva de inclusão, das seguintes atualizações:

— acompanhamento de reuniões do conjunto CFESS/Cress, seus espaços de atuação e de ações desenvolvidas em aliança com outros sujeitos sociais, sempre que solicitado;
— primeiro atendimento, efetuado pessoalmente, a demandas à diretoria, quando de sua ausência da sede;
— ciência e providências quanto à documentação encaminhada à diretoria e, eventualmente, a comissões temáticas do conselho;
— participação em eventos internos e externos, quando necessário e/ou solicitado;
— contatos com as Seccionais no sentido de repassar informações sobre as ações do conselho e deliberações de reuniões de diretoria da sede; encaminhamento de demandas das seccionais junto à direção do Conselho; contribuição com a implementação de políticas aprovadas pelas Seccionais, quando solicitado;
— contribuição no processo de recepção de alunos de Serviço Social de diversas faculdades do Estado do Rio de Janeiro;
— coordenação e organização (com apoio da direção do conselho, das seccionais e da equipe de recursos humanos) do Relatório Anual de Atividades encaminhado ao Conselho Federal de Serviço Social.

O processo de capacitação e qualificação da assessoria pode gerar demandas e contribuições advindas destes novos conhecimentos. Na experiência em questão a assessoria política concluiu em janeiro de 2005 um Curso de Capacitação de Gestores em Direitos Humanos, promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça. O curso possibilitou um apanhado geral das questões e conceitos que envolvem o debate sobre direitos humanos, apresentando um panorama histórico da evolução desta temática no século XX. A tarefa de conclusão do curso foi apresentar um projeto de ação em direitos humanos. A direção do Cress-RJ apoiou esta capacitação da assessoria, indicando-a oficialmente para a seleção e possibilitando que duas horas diárias de suas atividades fossem dedicadas aos estudos e tarefas previstos. O projeto final foi elaborado no sentido de retornar ao próprio Cress-RJ e ao Serviço Social no Estado uma contribuição a partir das novas aquisições viabilizadas pelo curso. Uma de suas ações foi a realização de um minicurso denominado "Introdução ao debate contemporâneo sobre direitos humanos", do qual participaram profissionais e estudantes de Serviço Social.

Considerações finais

A experiência aqui relatada é inédita, considerado o âmbito de sua realização (uma das entidades que compõem o Conjunto CFESS/Cress). Uma vantagem de situações afins é a existência de amplos caminhos a serem desbravados e inaugurados. Espera-se, por exemplo, que o desenvolvimento e o relato de tal experiência tragam contribuição efetiva para que outras entidades representativas do Serviço Social possam implementá-la, caso julguem adequado, em seus espaços de ação.

Cumpre-nos reafirmar que tal assessoria política ao Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro não é mérito de uma ou outra pessoa, mas um processo que vem sendo construído a partir das demandas colocadas para a entidade e para a profissão no Estado do Rio de Janeiro. A sensibilidade e a análise conjuntural precisa da direção da

entidade são elementos centrais nas condições que a maioria dos envolvidos tem, hoje, de apreciar a experiência aqui relatada como acertada e positiva. Os cenários políticos postos para o Serviço Social brasileiro certamente terão impactos sobre as possíveis continuidade e evolução de tal assessoria.

Referências bibliográficas

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político: o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo n. 78, 2004.

BEHRING, E. R. *A contrarreforma do Estado e a organização política dos trabalhadores.* Conferências e deliberações do XXXII ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. CFESS, Brasília, 2004.

BOSCHETTI, I. *O processo eleitoral e as implicações para o projeto ético-político e profissional dos assistentes sociais*. Conferências e deliberações do 31º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. CFESS, Brasília, 2003.

BRAVO, M. I.; CRUZEIRO, M. A.; ARAÚJO, P. S. X. O Serviço Social na assessoria a Conselhos de Saúde: a experiência de Paraty. *Anais*... 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro, 2001.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS. *Dilemas da atualidade*: globalização, neoliberalismo, crise do Estado, reestruturação produtiva, questão agrária e desafios do sindicalismo. São Paulo, Centro de Estudos Sindicais, 1997.

CFESS — CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS/Cress. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo n. 50, 1996.

_____. *Carta de Maceió*. XXIX ENCONTRO NACIONAL CFESS/Cress. Maceió, 2000.

_____. *Procedimentos administrativos, financeiros e contábeis — gestão e controle do conjunto CFESS-Cress*. Brasília, CFESS, 2000.

_____. Atribuições privativas do(a) assistente social. *Em Questão*. Brasília, CFESS, 2002.

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Mesa-redonda do Conselho Editorial da revista *Serviço Social & Sociedade*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo n. 30, 1989.

_____. A revista *Serviço Social & Sociedade* e os caminhos da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo n. 50, 1996.

CRESS — CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. 7ª Região-RJ — Coletânea de leis e resoluções. *Assistente social*: ética e direitos. Rio de Janeiro: Lidador, 2003.

_____. *Descrições de atribuições, perfis e propostas de quantitativos de pessoal para as equipes de trabalho.* Rio de Janeiro. Mimeo.

_____. *Projeto Serviço Social e os Conselhos de Defesa de Direitos e de Políticas.* Rio de Janeiro, 2003. Mimeo.

_____. *Projeto Parlamento*. Rio de Janeiro, 2003. Mimeo.

_____. NEAT. *Caderno Temático*, Rio de Janeiro, n. 2. abr. 2003. Mimeo.

CONTENTE, M. C. L.; RUIZ, J. L. S. Visibilidade do Serviço Social: uma das estratégias para consolidação do projeto ético-político profissional. *Anais*... 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Fortaleza, 2004.

FONSECA, T. M. A. A assessoria como atribuição e competência do assistente social. *Anais*... 11º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Fortaleza, 2004.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos*: o breve século XX — 1914-1991. 2. ed. 18. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: *Atribuições privativas do assistente social em questão*. CFESS, Brasília, 2002.

INSS. *Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social*. Brasília, MPAS, 1995.

KUCINSKI, B. Paradoxos do jornalismo econômico. In: *A síndrome da antena parabólica*: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARTINELLI, M. L.; BAPTISTA, M. V. (Coord.). O Serviço Social no século XXI. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 51, 1996.

MATUS, C. *Adeus, Senhor Presidente*: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris Editora, 1989.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, 1996.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. Revista *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 79, 2004.

OLIVEIRA, F. Tudo que é sólido se desmancha em... cargos. *Folha de S.Paulo*, caderno Brasil, p. A-8, 14 dez. 2003.

RUIZ, J. L. S. *Contribuição para análise de conjuntura da delegação do Cress-RJ ao Encontro Nacional CFESS/Cress 2003*. Rio de Janeiro, set. 2003. Mimeo.

SALES, M. A. Ética, democracia participativa e socialismo: o modo petista de governar em xeque sob o governo Lula. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 85, 2006.

VASCONCELOS, A. M. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, 1998.

Páginas eletrônicas

CFESS — Conselho Federal de Serviço Social: <http://www.cfess.org.br/>.

CRESS/RJ — Conselho Regional de Serviço Social — 7ª Região: <http://www.cressrj.org.br/>.

CAPÍTULO 4

Assessoria e Serviço Social: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da Uerj*

Andréa Gonzaga de Oliveira

Introdução

Ao iniciarmos este debate, temos como princípio que a discussão de assessoria no Serviço Social não ocorre descolada da realidade. Nesse sentido, ao tratarmos dessa temática, se faz necessário retomarmos aos determinantes da profissão e contextualizarmos esta atividade no âmbito do exercício profissional historicamente desenvolvido.

A análise da gênese e trajetória histórica da profissão nos remete a sua relação intrínseca com a *questão social* — enquanto objeto da profissão —, e a relação entre Estado e sociedade. Assim, ao abordarmos o tema da assessoria no Serviço Social, partimos da compreensão do significado social

* Artigo baseado no Trabalho de Conclusão de Curso, de mesmo título, apresentado em julho de 2004 e orientado pelos professores Maria Inês Souza Bravo e Maurílio Castro de Matos da Faculdade de Serviço Social/Uerj.

da profissão — enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho —, tendo em vista o debate sobre os desafios atuais colocados ao trabalho profissional dos assistentes sociais para a consolidação do *projeto ético-político*.

A profissão registra, ao longo da sua conformação, uma progressiva ampliação do mercado de trabalho, condicionada pelos determinantes sócio-históricos inerentes a cada período. A partir dos anos 1980, com as significativas mudanças no mundo do trabalho, os espaços ocupacionais do Serviço Social também são reformulados e outros são inaugurados, a partir das novas roupagens de antigas demandas ou mesmo de novas expressões do objeto de ação do assistente social, a questão social.

Consideramos que o contexto descortinado a partir deste período, de reestruturação produtiva e assertiva do projeto neoliberal, incidem diretamente na configuração do trabalho do assistente social. Assim, partimos do desafio da reflexão, construção e viabilização de alternativas para avançarmos na concretização do projeto ético-político profissional, que nos coloca como pressuposto o compromisso com as classes trabalhadoras com vistas à consolidação e ampliação da cidadania, objetivando contribuir na construção de uma ordem societária sem opressão de uma classe sobre outra.

Este é um dos maiores desafios colocados hoje aos profissionais comprometidos com um projeto societário contra-hegemônico aos interesses do capital, o que implica um esforço visando a implementação e legitimação prática do arcabouço teórico-metodológico já consolidado no debate da categoria.

É buscando contribuir nesse sentido que abordamos a atividade de assessoria no Serviço Social, frente de ação relativamente nova do assistente social, que surge no bojo das transformações dos espaços ocupacionais nestas últimas décadas.

Acreditamos que, através das possibilidades e desdobramentos apontados por esta atividade, possamos não só colaborar na consolidação e ampliação dos espaços ocupacionais do assistente social, como na afirmação de uma possível estratégia de articulação entre teoria e exercício

profissional para efetivação do projeto ético-político, através de proposições fundamentadas na relação dialética entre teoria e realidade.

Para tanto, abordamos a temática enfatizando os seguintes aspectos: a assessoria enquanto atividade profissional do assistente social; a assessoria enquanto papel da universidade; e, finalmente, as experiências de assessoria da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Assessoria no Serviço Social: as elaborações teóricas sobre a atividade profissional

Em primeiro lugar, ressaltamos que a atividade de assessoria se configura tanto enquanto *competência*[1] do assistente social (Lei n. 8.662/93 — artigo 4º, incisos VIII e IX) como também em *atribuição privativa*[2] do assistente social, ao se tratar de matéria específica do Serviço Social (Lei n. 8.662/93 — artigo 5º, inciso III), segundo a lei de regulamentação da profissão do assistente social.

O registro formal da assessoria na legislação que regulamenta a profissão a partir da década de 1990 nos indica a legitimação social de tal exercício no âmbito do Serviço Social, subsidiando a afirmação desta atividade enquanto frente de trabalho para os assistentes sociais.

Nesse sentido, para realizar a discussão sobre assessoria recorremos à bibliografia registrada no Serviço Social sobre essa atividade profissional, a fim de, através da exploração das características, fundamentos teórico-metodológicos e objetivos apresentados pelos autores, visualizarmos a configuração do debate travado sobre este tema no Serviço Social. Consideramos principalmente as abordagens de Balbina Ottoni Vieira e Ana

1. Competência diz respeito à "capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais" (Iamamoto, 2002, p. 16).

2. Atribuição se refere "às funções privativas do assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas" (Iamamoto, 2002, p. 16).

Maria de Vasconcelos, que, em diferentes momentos históricos e com perspectivas teórico-políticas diversas, tiveram elaborações fundantes sobre assessoria no Serviço Social.

A obra de Balbina Ottoni Vieira de 1981 adquire expressivo significado histórico, considerando-se um dos primeiros a abordar este tema e contribuindo para a formulação teórica a respeito da atividade de assessoria no Serviço Social. Apesar das limitações colocadas pela pouca experiência registrada sobre a temática no período desta produção, Vieira nos aponta alguns aspectos interessantes a respeito desta atividade que devem ser destacados.

Entretanto, analisando o trabalho de Vieira, fica claro que sua fundamentação se dá no campo do estrutural-funcionalismo, deixando explícita esta influência em toda sua elaboração a respeito de assessoria, desde a funcionalidade da atividade, o método por ela proposto, até o papel a ser desempenhado pelo assessor.

Por ser construído dentro da perspectiva funcionalista, seu trabalho desconsidera o contexto sócio-histórico e as condições político-concretas do exercício profissional da época, que favoreceram o surgimento desta atividade na categoria. Propõe um exercício profissional voltado para a lógica organizacional, favorecendo o interesse das instituições, a partir de práticas de cunho individualizantes e da internalização de comportamentos ou de procedimentos administrativos e racionais.

Na contribuição de Vieira (1981) para este debate, consideramos que entre as principais características desta atividade está o conceito de que o assessor é alguém experiente, com um acúmulo sobre determinado saber, em um campo específico de conhecimento do Serviço Social. Outra característica se encontra na relação entre assessor e assessorado, em que o primeiro não tem poder de mando, cabendo ao segundo a tomada de decisões sobre os processos trabalhados na assessoria.

Vale ressaltar que Vieira (1981) associa a atividade de assessoria à supervisão de assistentes sociais, definindo-a como um modelo diferenciado de supervisão profissional. Para esta, mesmo recorrendo aos mesmos fundamentos e técnicas da supervisão, distingue-se por se tratar de uma orientação flexível a profissionais mais experientes.

A autora afirma que o assessor deve levar o assessorado a uma reflexão, não impondo seu próprio ponto de vista, mas trazendo elementos para que o assessorado tome sua decisão mediante as opções apresentadas (Vieira, 1981, p. 117). Segundo a autora:

> O *papel do assessor* é de um agente de mudança, cujo objetivo é fortalecer o supervisado em um dos seus papéis profissionais; *suas funções* são de fornecer informações especializadas, levar os assessorados a pensar nos vários aspectos do seu problema, formular hipótese e visualizar sequências operacionais. (Vieira, 1981, p. 119)

Destaca-se também o aspecto que se refere à assessoria enquanto um processo de troca de conhecimentos, ideias e experiências. Esta relação é estabelecida a partir do acúmulo de conhecimentos específicos que o assessor detém e do conhecimento da realidade na qual o assessorado está inserido.

Por fim, a ideia de temporalidade, intrínseca a este processo, que nos remete diretamente ao conceito de não dependência do assessorado ao assessor. A atividade de assessoria no Serviço Social não está associada à criação de uma espécie de "guru", ou seja, o assessor realiza um trabalho que potencializa o trabalho profissional, a ação do sujeito, mas não o torna dependente permanentemente da assessoria.

Ressaltamos que a ideia de mudança, expressa diversas vezes por Vieira, é passível de discussão. No contexto por ela utilizado, o conceito de mudança se refere à concepção funcionalista em que o agente de mudança (assistente social) intervém no objeto (situação-problema) para solucionar problemas e estabelecer a ordem esperada pela instituição, garantindo, consequentemente, a manutenção de todo o sistema (em nível micro e macrossocietário).

No entanto, ponderamos que toda ação profissional — inclusive a atividade de assessoria —, numa análise marxista, é ação de sujeitos sociais, inseridos nas relações sociais. Portanto, em seu exercício profissional, o assistente social se insere num conjunto de relações sociais, com as quais ele interage, modificando-as e por elas sendo modificado, numa relação dialética com a realidade social da qual faz parte.

No trabalho de Ana Maria de Vasconcelos, publicado em 1998, a discussão sobre a atividade de assessoria no Serviço Social é precedida de uma contextualização histórica da profissão e análise da conjuntura que incide no exercício profissional.

A autora ressalta que, para um real desvelamento do movimento da realidade social, é preciso que os assistentes sociais incorporem, no seu trabalho profissional, atividades de investigação e apreensão da realidade trabalhada, elaboração de objetivos, planejamento e avaliação do exercício profissional, ou seja, a formulação de um projeto que, permeado por fundamentos teórico-políticos, balize seu exercício profissional.

Para tanto, compreende que somente através de um estreitamento nas relações entre academia e meio profissional seja possível transpor o obstáculo da "fratura entre pensar e agir". Nesse sentido, aponta entre as possíveis estratégias empreendidas no sentido da unidade entre academia e meio profissional, para o enfrentamento da questão teoria/realidade, os processos de assessoria/consultoria (Vasconcelos, 1998).

Assim, a elaboração de Vasconcelos (1998) gira em torno da assessoria prestada essencialmente a assistentes sociais. Vasconcelos tem como referencial político-teórico a teoria social de Marx e o projeto profissional construído a partir da incorporação do pensamento marxista no Serviço Social. Desse modo, sua proposta de assessoria se relaciona diretamente com a consolidação do projeto ético-político profissional.

Consideramos que um dos principais aspectos do trabalho de Vasconcelos está na associação da atividade de assessoria com os espaços de formação — e aqui, principalmente, as unidades públicas de ensino[3] —, o que nos remete ao papel da universidade pública e ao próprio projeto político-acadêmico admitido pelo Serviço Social através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Ademais, toda sua elaboração em torno da assessoria prestada aos assistentes sociais, visando a qualificação do exercício profissional dire-

3. Segundo Vasconcelos (1998, p. 132) "As demandas por assessoria/consultoria certamente não serão assumidas pelas unidades particulares de ensino — excetuando, talvez as PUCs —, tendo em vista seus objetivos lucrativos (...). É nessa medida que esta é uma demanda dirigida basicamente às unidades públicas de ensino".

cionado pelo projeto ético-político do Serviço Social, é de extrema relevância para subsidiar — técnica e teoricamente — esta frente que se coloca aos profissionais do Serviço Social enquanto desafio e possibilidade.

É interessante ressaltar também alguns pontos que surgem tanto no trabalho de Vieira como no de Vasconcelos, apesar das suas diferentes abordagens. Assim, Vasconcelos trata da questão assessoria — supervisão, mas não qualifica a atividade de assessoria como um modelo de supervisão para profissionais como Vieira, no entanto, considera a atividade de assessoria para profissionais um processo de aperfeiçoamento profissional legítimo e necessário.

Outro ponto significativo se refere à relação assessor/assessorado em que se preza pela "explicitação dos objetivos, expectativas, avaliação das possibilidades e limites", ou seja, uma espécie de pacto de trabalho entre os envolvidos no processo a ser realizado, sem condicionantes de subordinação de um em relação ao outro. Nesse sentido, se relaciona com o conceito de trabalho em equipe já abordado por Vieira. Vasconcelos afirma que:

> Nesses processos a relação estabelecida entre assessores/consultores e profissionais, longe de repetir o modelo tradicional pautado numa relação hierarquizada e de subordinação, comum não só na docência, mas na prestação de serviços assistenciais, reclama uma participação efetiva de todos os envolvidos. (Vasconcelos, 1998, p. 126)

Finalizando, estas autoras têm em comum a ideia de que o assessor é um agente profissional com um expressivo acúmulo de conhecimento, preparado técnica e teoricamente para desempenhar tal função, ou seja, como introduz Vasconcelos, um *expert* em determinada área do saber. No entanto, para Vasconcelos:

> (...) a função principal do assessor/consultor está em pôr instrumentos que possibilitem o desvelamento do movimento da realidade social, ocultado pelo movimento cotidiano das relações sociais, o que faz parecer inexistentes quaisquer alternativas e possibilidades de ação profissional. (Vasconcelos, 1998, p. 127)

Com base no estudo destas autoras e considerando as demais referências bibliográficas,[4] podemos perceber que, mesmo com uma produção relativamente recente, de circulação restrita e ainda pouco expressiva, a atividade de assessoria no Serviço Social tem sido objeto da reflexão de alguns autores, principalmente a partir dos anos 1990. Esta temática tem sido abordada através de elaborações teórico-metodológicas, da sistematização de experiências, ou do estabelecimento de relações com os espaços profissionais ou com a academia.

Assim, levando em conta este breve panorama traçado a partir dos textos precurssores neste debate, abordaremos no próximo item um dos aspectos relativos à temática que nos parece central nessa discussão: a relação entre assessoria no Serviço Social e universidade.

Assessoria no Serviço Social: papel da universidade

Para além da assessoria aos profissionais de Serviço Social, a relação estabelecida entre assessoria e academia acaba implicando desdobramentos que se relacionam, principalmente, com os campos de estágio, através das disciplinas de estágio supervisionado, e com os projetos de pesquisa e extensão.

Entendemos que a discussão da assessoria no âmbito do Serviço Social e da universidade se relaciona diretamente com uma determinada concepção de formação profissional, assim como de universidade, e que tem como um dos seus pilares a *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

Assim, para pautarmos esta discussão, se faz necessário um breve resgate sobre o papel da universidade e sua conformação no atual con-

4. Registramos, ainda, o estudo realizado no já citado Trabalho de Conclusão de Curso (Capítulo 2, item 2.1.3) de outros autores que abordam assessoria no Serviço Social. São estes: Sônia Maria Almeida e Arlete Boeira Suzin (1999), Marilyn Joos e Sílvia do Valle Pereira (1998) e o Trabalho de Conclusão de Curso de Tatiana M. A. Fonseca (2003), que faz um balanço da literatura sobre a temática.

texto sócio-histórico, assim como uma reflexão sobre o projeto de formação profissional do Serviço Social, expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, em sua relação com o tripé ensino, pesquisa e extensão e, mais especificamente, com a atividade de assessoria no contexto dessa articulação.

É fundamental a compreensão de que a universidade, enquanto instituição social, está inserida no complexo de relações sociais que estabelecem a dinâmica da sociedade e, de tal modo, se insere no conjunto de relações entre sociedade e Estado. Dessa maneira, a universidade adquire características e formas peculiares ao contexto sócio-histórico, assim como reflete o embate e a correlação de forças entre os projetos societários que sobre ela incidem ao longo da sua conformação.

No Brasil, a reforma universitária de 1968 deixou marcas profundas na cultura e na estrutura que conformam a universidade, estando estreitamente vinculadas com um projeto ideológico centrado na "ideologia da escola, da competência e da meritocracia" (Cardoso, 2001, p. 6). Visava legitimar a prática social dos grupos dominantes à época, assim como uma política de desresponsabilização do Estado e mercantilização das políticas sociais.

No período ditatorial, o ensino superior tinha como principal característica "a progressiva aceleração do processo de privatização e de empresariamento do ensino" (Andes-SN, 2003, p. 8), garantida através do autoritarismo estatal e de uma política nacional que precarizava as condições de ensino e pesquisa na produção acadêmica.

Nos períodos subsequentes ao regime autoritário, esta direção política foi contínua e sistematicamente aplicada pelos governos, sendo mais claramente aprofundada durante o período FHC,[5] que balizava seu projeto educacional por uma burocracia afinada com a agenda neoliberal, imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

5. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República do Brasil nos períodos de 1995-1998 e 1999-2002.

Na atual conjuntura, o governo do PT dá continuidade e concretude à proposta iniciada na gestão anterior, de mercantilização e privatização da universidade, em pleno acordo com os mecanismos internacionais que regem a política econômica mundial.

Devemos destacar que esta política vem sendo implementada paulatinamente desde o início de sua gestão, seja através de medidas que afetam diretamente os trabalhadores, como a reforma da Previdência, que na manutenção da lógica de "diminuição de gastos sociais" do Estado, atacou direitos históricos, como a aposentadoria integral do funcionalismo e a isenção de contribuição dos aposentados; ou por meio da Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/04), que sugere que as instituições terão de se ajustar ao mercado, conduzindo ao fim da gratuidade do ensino superior e do setor público.

Aprofunda estas medidas com a lei que regulamenta as parcerias público-privadas (Lei n. 11.079/04), em que a privatização das universidades públicas e a mercantilização da educação terão respaldo na revisão do conceito público-privado, não havendo mais diferenças ou fronteiras entre empresas públicas ou privadas. Assim, a educação será regida pela concorrência de mercado, em que as universidades públicas se transformam "em *organizações sociais* (públicas, mas não estatais), que competem com as demais [privadas] por verbas" (Ilaese, 2004, p. 15), pelo financiamento público ou da iniciativa privada.

Soma-se ainda a própria proposta de "Reforma Universitária", seguindo uma lógica mercantil, gerencial e antidemocrática, e que tem como um dos principais baluartes de sua política a inversão da concepção de autonomia universitária, que passa a significar "liberdade para captar recursos na iniciativa privada [por intermédio de fundações de apoio e da venda de serviços pela universidade] e para contratar e demitir professores e funcionários" (Ilaese, 2004, p. 13).

Esta reforma ganha corpo com o Programa Universidade para Todos (Prouni), que visa "comprar" as vagas ociosas da rede privada de ensino, através da concessão de incentivo fiscal, em vez de ampliar o número de vagas nas instituições públicas; e com o projeto de avaliação institucional do governo, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes)

que, substituindo o antigo "provão" pelo Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (Enade), permanece servindo para controle burocrático e ideológico e, sob a lógica mercadológica, continua sendo utilizado para o "ranqueamento" das universidades.

Desse modo, de acordo com Chaui (2003), a proposta de universidade que nos é apresentada pelo Estado e que favorece as classes dominantes, pode ser denominada *universidade operacional*, ou seja, uma universidade "regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível (...), definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual" (Chaui, 2003, p. 2).

Nesse sentido, entendemos que a universidade brasileira encontra-se em um momento em que se torna indispensável os esforços dos setores progressistas para reafirmar sua essência social e democrática, de "uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber" (Chaui, 2003, p. 1).

Ora, a universidade pública resguarda em si dimensões contraditórias, tanto de espaço público e de liberdade, como também de *locus* de reprodução social da ordem capitalista, através da ideologia, controle e disciplina, no entanto, a universidade pública é ainda uma das poucas instituições em que o potencial cultural crítico, criativo e contestador pode se manifestar.

> É a dimensão do espaço público na universidade pública que permite a esta universidade abrigar a reflexão, a crítica, as controvérsias de toda natureza, constituindo-se em lugar propício à cultura, ao debate, à criatividade, à fermentação intelectual e à ampliação dos horizontes. (Cardoso, 2001, p. 8)

Assim, e principalmente diante do quadro sócio-histórico apresentado, defendemos que "a autonomia universitária só tem sentido se obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e estiver aliada, de forma não desvinculável, ao processo de democratização interna das IES"[6] (Andes-SN, 2003, p. 12).

6. Instituições de ensino superior.

Portanto, encontramos no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão o principal aporte para a garantia da função social da universidade e da qualidade do trabalho acadêmico, assim como para "a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes" (Andes-SN, 2003, p. 18). Nesse sentido, corroboramos com a Andes-SN (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior — Sindicato Nacional) em sua proposta para a universidade brasileira, quando nos afirma que:

> A qualidade da universidade concretiza-se, ganha sentido e atinge a sua finalidade quando torna o produto do fazer acadêmico acessível à sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida da população. Para que isso seja possível, defendemos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (...). (ANDES-SN, 2003:17)

É nesse contexto contraditório, do embate entre projetos diferenciados para a universidade — que estão intrinsecamente relacionados a projetos societários — que se encontra inserido o projeto de formação profissional do assistente social.

Este projeto de profissão e de formação, hoje hegemônico no debate da categoria e denominado projeto ético-político, guarda em si o compromisso com as classes trabalhadoras pela ampliação e consolidação da cidadania. Tem como princípios fundamentais a defesa da democracia e aponta para a construção de uma nova ordem societária, posicionando-se claramente em favor da equidade e justiça social.

Assim sendo, diante da discussão travada, acreditamos estar explícito que nosso projeto de formação profissional está sintonizado com o projeto que defende a universidade pública, gratuita e de qualidade, alicerçada sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Ressaltamos que a universidade é o *locus* privilegiado da formação profissional e sua direção social é fundamental para a garantia da formação de profissionais conscientes, críticos e criativos, que consigam pautar sua ação na unidade dialética entre teoria e *práxis*.

Nesse sentido, não podemos ignorar a gigantesca expansão da rede de ensino privada desde a última década, favorecida pela política educa-

cional implementada nos últimos governos. No caso do Serviço Social, isto se traduz num crescimento de cursos, na maioria das vezes, sem vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, configurando-se em um desafio a ser enfrentado para a consolidação do projeto de formação e profissional.

As Diretrizes Curriculares, propostas pela ABEPSS, são fruto de um esforço coletivo de mobilização e reflexão, realizado entre 1994 e 1996, no sentido de contextualizar a profissão face às transformações societárias que regem a divisão sociotécnica do trabalho, incorporando a direção social assumida pela categoria no debate da formação acadêmica.

Vale destacar que as Diretrizes Curriculares, aprovadas pelo MEC, descaracterizaram o projeto coletivo construído com base nesta direção social e submeteram a formação profissional do Serviço Social aos princípios neoliberais que têm fundamentado a política indicada para o ensino superior nos últimos anos.

Ainda assim, apesar da conjuntura contrária a um projeto com esta direção social, entendemos que nosso projeto de formação, reconhecido nas Diretrizes Curriculares preconizadas pela ABEPSS, se inscreve também num esforço de resistência e de luta pela universidade pública.

Entre os princípios que fundamentam a formação profissional e que têm centralidade no debate sobre assessoria no Serviço Social e universidade estão a "indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão" e o "estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade" (Abess/Cedepss, 1997, p. 61).

O eixo que articula estes princípios está justamente na *característica interventiva* da profissão, ou seja, o projeto de formação do Serviço Social, expresso nas Diretrizes Curriculares, busca, através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, não só garantir a formação de um profissional que, a partir da apreensão e desvelamento da realidade, possa se colocar de forma crítica e propositiva em seu exercício profissional, como contribuir na realização da função social da universidade, de produção de conhecimentos voltados para a sociedade.

Guerra (2002, p. 5) afirma que "na base das Diretrizes subjaz uma lógica que não pode operar com a fragmentação entre teoria e prática. Ela tem que pensar a complementaridade — a unidade na diversidade". Afirma ainda que "esta lógica recusa a separação entre ensino teórico e ensino prático, entre investigação e intervenção, entre ética e política".

Aqui retornamos ao ponto de partida deste debate: o desafio da efetivação do projeto profissional do assistente social, que tem como fundamento a relação de unidade entre teoria e exercício profissional, ou seja, um fazer profissional comprometido com uma direção social e fundamentado na realidade social que se insere.

Assinalamos que, nos pilares do projeto ético-político — Código de Ética, Lei de Regulamentação da profissão e Diretrizes Curriculares da ABEPSS —, encontramos instrumentos que nos desafiam a pensar alternativas ao *status quo* da realidade. Compreendemos ainda que o potencial de traduzir a dimensão teórico-prática da profissão tem inexorável vinculação com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que se dá no âmbito da universidade, no bojo da formação profissional.

Segundo Guerra, "compete aos professores, supervisores, estudantes, em conjunto ou individualmente, *criar metodologias capazes de permitir essa síntese entre um saber teórico* que se expresse em *um fazer qualificado*" (Guerra, 2002, p. 16). E é nesse sentido que entendemos a estreita relação entre assessoria no Serviço Social e a universidade.

Conforme constatamos anteriormente, onde discorremos sobre as elaborações sobre assessoria registradas no Serviço Social, percebemos o expressivo potencial dessa atividade não apenas enquanto consolidação e ampliação de uma frente de trabalho, mas também enquanto estratégia de fortalecimento do projeto profissional e de formação do Serviço Social.

Enquanto uma das possíveis estratégias de implementação das Diretrizes Curriculares propostas pela ABEPSS e, de modo mais amplo, de efetivação do projeto ético-político, a assessoria ganha um relevante significado, principalmente se considerarmos a atual conjuntura que é desfavorável para esta proposta.

A atividade de assessoria no Serviço Social, estando vinculada ao projeto de formação profissional e à função social da universidade, ao articular e potencializar o tripé ensino, pesquisa e extensão, pode contribuir tanto na formação do assistente social — de acordo com o perfil demandado pelo projeto ético-político — como num fazer profissional qualificado e comprometido com as reais necessidades da população usuária, e ainda na ação transformadora da universidade em relação à sociedade, a partir da relação estabelecida com ela.

Assim, compreendemos que a atividade de assessoria pode e deve ser valorizada, principalmente no âmbito da universidade pública, onde se efetiva na articulação entre ensino, pesquisa e extensão e enquanto campo de estágio,[7] estabelecendo "como mediações a aquisição de valores/princípios ético-políticos e habilidades, posturas e competências" (Guerra, 2002, p. 16), possibilitando, assim, a formação de um profissional que, para além de consciente e comprometido ética e politicamente, é capaz de realizar seu potencial crítico, criativo e propositivo.

Assessoria e Serviço Social: a experiência da Faculdade de Serviço Social da Uerj

Considerando a reflexão realizada a respeito da atividade de assessoria como campo de trabalho para os assistentes sociais e, principalmente, na sua especificidade no âmbito da universidade, tomamos como objeto de nossa análise as experiências de assessoria da Faculdade de Serviço Social da Uerj.

Para abordagem destas experiências, realizamos uma análise do projeto político-acadêmico da faculdade, através de seu currículo pleno

7. Vale ressaltar que acreditamos que o campo de estágio, articulado às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, tem como característica "o desenvolvimento do potencial reflexivo e capacidade analítica, pois é o espaço privilegiado para que o aluno possa ampliar as possibilidades de análise, compreender as dimensões constitutivas das questões específicas que se põe ao campo, superar o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana" (Guerra, 2002, p. 11).

de 1993, que vigora na presente data, e do Projeto de Currículo Pleno apresentado pela Comissão de Revisão Curricular em 2004. Procuramos verificar como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão se apresenta, já que partimos da hipótese de que a direção social da unidade, em busca da concretização da relação teórico-prática pertinente à formação, tem como um de seus desdobramentos as experiências de assessoria realizadas pelos docentes da faculdade.

O projeto político-acadêmico da Faculdade de Serviço Social da Uerj[8] sofreu alterações ao longo de sua história, determinadas pelo contexto sócio-histórico e pelas correlações das forças sociais vividas na sociedade e na categoria profissional, assim como pelo protagonismo dos sujeitos sociais que atuaram no âmbito dessa unidade.

Assim, esta faculdade incorpora tanto o amplo debate travado na categoria na década de 1980, a respeito das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, como traz em sua história particularidades de "um rico e intenso processo de democratização e expansão acadêmica" (Almeida, 1996, p. 103). Nesse sentido, a faculdade forjou, ao longo desses anos, uma cultura institucional que lhe proporcionou uma concepção de que:

> A Universidade deve ser mais que uma aglomeração/reunião de cursos de graduação. Apesar de todo investimento no âmbito do ensino de graduação, a Faculdade de Serviço Social nunca se reconheceu como um curso apenas. A sua contribuição no cenário acadêmico extrapola a formação profissional no âmbito da graduação, ela encerra também a formação em termos de pós-graduação, a produção de conhecimentos e sua socialização. A história da faculdade foi, assim, marcada também por uma expectativa de crescimento no campo da pesquisa, da extensão e da pós-graduação. (Almeida, 1996, p. 105)

Assim, considerando-se a cultura institucional da unidade e a lógica que conduziu todo o processo de construção de seu projeto político-aca-

8. A Faculdade de Serviço Social da Uerj foi fundada em 1939, por uma das pioneiras do Serviço Social no Brasil, Maria Esolina Pinheiro.

dêmico, podemos afirmar que o Currículo de 1993 contribuiu para avanços relevantes tanto no âmbito da formação profissional, da categoria profissional como da própria universidade.

Apesar dos limites apresentados pelo contexto conjuntural da última década, que incidem diretamente na universidade pública, e dos próprios "nós" teórico-metodológicos e político-pedagógicos identificados no Currículo Pleno de 1993, este propiciou um ambiente menos hostil ao desenvolvimento de atividades dentro da articulação ensino, pesquisa e extensão, e entre elas, o desenvolvimento da atividade de assessoria.

O processo de revisão curricular ora deflagrado — sistematizado na proposta de currículo pleno de 2004 — visa reestruturar o currículo, de modo a sanar algumas questões que foram objeto de reflexão ao longo dos últimos anos na unidade, além de incorporar novos elementos do debate teórico-metodológico e político-pedagógico contemporâneo da profissão.

No entanto, percebemos que esta proposta, não apenas dando continuidade à "tradição" construída nas últimas décadas nesta faculdade, como buscando sistematicamente aprimorá-la, demonstra que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão encontra centralidade no projeto de formação e proposta de universidade admitida pela Faculdade de Serviço Social da Uerj em seu projeto político-acadêmico.

Ao propor a criação de espaços acadêmicos[9] que primam pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a Faculdade de Serviço Social privilegia a construção de uma cultura fundamentada na concepção de função social da universidade, fortalece a relação entre os aportes teórico-metodológicos e a realidade social na qual se inserem os estudantes através dos campos de estágio e extensão, valorizando a dimensão investigativa essencial ao exercício profissional. Nesse sentido, prioriza também a formação de um profissional crítico e propositivo, que desenvolva sua ação profissional de acordo com os preceitos ético-políticos.

9. Enquanto principal estratégia nesse sentido, o projeto de currículo pleno apresenta a criação de um espaço acadêmico que articule o ensino aos programas de pesquisa e extensão e também às disciplinas de Estágio Supervisionado e de Trabalho de Conclusão de Curso, que serão as disciplinas de Seminário Integrado de Pesquisa, Extensão e Estágio (FSS/Uerj, 2004, p. 11).

Desse modo, acreditamos que a perspectiva construída pela Faculdade de Serviço Social nos últimos vinte anos, somada à iniciativa e determinação dos sujeitos sociais que protagonizaram estas experiências, possibilitou o desenvolvimento das atividades de assessoria.

Ressaltamos aqui nossa compreensão de que a assessoria na universidade se realiza no bojo da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Mesmo sendo caracterizada como uma atividade essencialmente extensionista, se relaciona intrinsecamente com a pesquisa, porque dela se alimenta, e tem compromisso com o ensino, já que este conhecimento deve retornar à sala de aula, fundamentando a discussão teórico-prática do Serviço Social.

O caráter extensionista da assessoria valoriza esta função básica, que muitas vezes é colocada em segundo plano na universidade, por conta de uma supervalorização das atividades de pesquisa, porém sem um comprometimento com a relação da universidade com a sociedade e com a democratização do conhecimento produzido.

No caso da assessoria na Faculdade de Serviço Social da Uerj, este caráter diz respeito especialmente à "tradição" extensionista construída nesta unidade desde os anos 1980. Mas também se relaciona diretamente com os projetos de pesquisa e com os campos de estágio supervisionado.

Nesse sentido, acreditamos que a reformulação do currículo pleno em andamento vem reforçar essa perspectiva, ao criar novos espaços para que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de fato se realize numa "relação orgânica e cheia de sinergias" (FSS/Uerj, 2004), que tem entre seus muitos desdobramentos o desenvolvimento da atividade de assessoria.

As experiências de assessoria aqui registradas foram identificadas a partir dos Seminários "Assessoria e Serviço Social: experiências da FSS/Uerj" realizados nos períodos letivos de 2003.1 e 2003.2.[10] Nesse sentido, tomamos por base as falas dos docentes para a elaboração de uma caracte-

10. Organizado pelos professores Maurílio Castro de Matos e Maria Inês Souza Bravo e pela monitora, da disciplina Processo de Trabalho do Serviço Social V, Andréa Gonzaga de Oliveira.

rização das experiências desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Serviço Social, assim como para a realização da análise destas experiências.[11]

Os seminários "Assessoria e Serviço Social: experiências da FSS/Uerj" foram pensados no sentido de proporcionar uma ampla discussão sobre a atividade de assessoria a partir das experiências existentes na Faculdade de Serviço Social da Uerj. Por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscavam também subsidiar a disciplina a partir deste conhecimento, além de socializar estas experiências com estudantes, professores e profissionais. Assim, foram amplamente divulgados no âmbito da unidade, da universidade e para a categoria, através de cartazes do evento, do informativo da universidade "Uerj em dia", do informativo do Conselho Regional de Serviço Social *Via Cress*, além de nota no jornal *Folha Dirigida*.

Esta foi uma experiência muita rica que, reunindo vários professores da unidade em torno deste debate, proporcionou-nos identificar e conhecer oito experiências de assessoria realizadas pelos docentes da Faculdade de Serviço Social da Uerj, respectivamente: assessoria no Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social, coordenado pelo professor Ney Luiz Teixeira Almeida; a experiência relatada pela professora Andréa Souza Gama, do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia; a assessoria realizada pelo Projeto Políticas Públicas de Saúde, coordenado pela professora Maria Inês Souza Bravo; a assessoria no Programa Universidade Aberta da Terceira Idade, da qual a professora Alzira Nunes Lobato é integrante; a experiência de assessoria à Comissão de Saúde do Cress-RJ e Grupo de Trabalho de Hospitais apresentada pela professora Ana Maria Vasconcelos; a assessoria na área do Trabalho, relatada pela professora Lúcia Bastos Freire; a assessoria no Projeto Movimento Contra a Fome e a Miséria: alternativas para as ONGs e para o mercado de tra-

11. Identificamos ainda o projeto de extensão "Capacitação continuada: assessoria às unidades de saúde do município do Rio de Janeiro", coordenado pela professora Alany Pinto Caldeira e também o trabalho de assessoria desenvolvido mais recentemente pelo "Grupo de Estudos e Pesquisa do Orçamento Público e da Seguridade Social — GOPSS", coordenado pela professora Elaine Rosseti Behring. Essas experiências não foram abordadas no Trabalho de Conclusão de Curso, já que tínhamos por base empírica as experiências identificadas a partir dos Seminários de Assessoria e Serviço Social.

balho do Serviço Social, coordenado pela professora Maria Cecília Brandão;[12] e a experiência de assessoria na área de Saúde Mental do Hupe, apresentada pelo professor Marco José Duarte.

Assim, foi construída uma caracterização das experiências[13] que procurou identificar alguns elementos que nos serviram de eixos para análise. São estes: se a assessoria se dá através de projetos de pesquisa, extensão e/ou campo de estágio; quais os agentes que prestam a assessoria (docentes, profissionais e/ou alunos — bolsistas e/ou estagiários); quais as áreas temáticas da assessoria; qual o público-alvo da assessoria (profissionais, equipes, instituições, movimentos sociais etc.); quais os tipos de assessoria (ou seja, qual a proposta e o objetivo da assessoria); qual a metodologia utilizada na assessoria (procedimentos e instrumentos); e quais os resultados apresentados (produções, seminários de avaliação etc.).

Na análise destas experiências, percebemos que todas as assessorias relatadas se relacionam com projetos ou atividades extensionistas, projetos de pesquisa e/ou campo de estágio. Das oito experiências identificadas, cinco (62,5%) delas são experiências vinculadas à extensão; cinco (62,5%) se relacionam com campos de estágio; e cinco (62,5%) experiências estão atreladas a linhas de pesquisa. Portanto, a maior parte das experiências (seis das atividades, equivalente a 75%) articula mais de uma destas características. Entre estas, se destacam principalmente projetos de extensão e campos de estágio — quatro das experiências (50%) efetivam esta articulação.

É importante considerarmos nesse ponto, para efeito de análise, a trajetória histórica vivida pela faculdade em relação ao desenvolvimento da política de extensão. Segundo Almeida (1998, p. 185), "durante os anos 80, a atividade de extensão universitária marcou flagrantemente a inserção das unidades formadoras de assistentes sociais no cenário das universidades públicas".

---

12. Esta experiência foi relatada por Aline Celente, assistente social integrante do projeto.

13. Esta caracterização das experiências de assessoria da FSS/Uerj encontra-se no Capítulo 3, item 3.3, do Trabalho de Conclusão de Curso supracitado.

Essa característica foi favorecida pelo contexto de redemocratização e mobilização social em torno de lutas e reivindicações coletivas, como também pelo processo de mudança de orientação teórico-metodológica, incidindo na reformulação dos currículos de Serviço Social, assim como pelo próprio papel do estágio no processo de formação, em uma profissão com inerente caráter interventivo.

Nesse sentido, durante a década de 1980, a Faculdade de Serviço Social da Uerj, assim como outras unidades de ensino, teve um amplo desenvolvimento do perfil extensionista que, mediatizado pelo estágio supervisionado, se configurava essencialmente como um trabalho de natureza socioeducativa objetivando o fortalecimento político dos movimentos populares.

No entanto, nos anos 1990, a atividade de extensão sofreu um processo de refluxo na Faculdade de Serviço Social, resultante, entre outros fatores, tanto do próprio refluxo vivido pelos movimentos sociais neste período como de um maior investimento e priorização das atividades de pesquisa pelo corpo docente da unidade.

Assim, o perfil antes construído na unidade foi adquirindo características de uma articulação mais efetiva do ensino com procedimentos investigativos, que se materializavam através da realização de seminários, cursos e projetos extensionistas. A partir da década de 1990 a extensão começou a tomar novos contornos na faculdade:

> (...) a partir de novos patamares de compreensão quanto ao próprio alcance das atividades de extensão, que era a de transformar o investimento no acompanhamento dos campos de estágio, traduzidos em diversas atividades como as de assessoria, cursos, processos de investigação e supervisões coletivas, entre outras, em projetos de extensão. Neste esforço de desdobrar dos estágios projetos de extensão, recomendava-se especial atenção à dimensão investigativa dos mesmos, ao passo que ampliavam-se as possibilidades de serviços prestados pelos projetos. (Almeida, 1998, p. 193)

Podemos verificar que, na realidade da Faculdade de Serviço Social da Uerj, a atividade de assessoria — conforme afirmado anteriormente e de acordo com a trajetória da unidade — encontrou na articulação

entre ensino, pesquisa e extensão um espaço propício à sua concretização. Este fato é traduzido até mesmo pela ocorrência de que a maioria das assessorias se inicia a partir da década de 1990. Assim, constatamos que uma (12,5%) das experiências foi iniciada na década de 1970; cinco (62,5%) das atividades iniciaram-se a partir dos anos 1990; e em duas (25%) das experiências não há referência do período de realização na fala dos docentes.

No entanto, ressaltamos que a atividade de assessoria é desenvolvida na faculdade como um desdobramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, sendo, em grande parte, fruto da iniciativa dos docentes. Nesse mesmo sentido, a maior parte da assessoria (cinco das atividades, equivalente a 62,5%) é realizada somente pelos próprios docentes. Apenas três (37,5%) das assessorias envolvem também alunos (bolsistas e/ou estagiários) e profissionais supervisores neste processo enquanto equipe assessora.

Acreditamos que essa predominância do docente enquanto assessor também se relaciona com a ideia de que o assessor é um profissional que detém um acúmulo teórico e de experiência acerca de um saber específico. No entanto, este conceito não impede que o trabalho possa ser desenvolvido por um coletivo, dentro da perspectiva de um Projeto de pesquisa e/ou extensão na universidade.

Além disso, temos de levar em consideração que na unidade existem diversos tipos de assessoria: a assessoria que envolve alunos (bolsistas e/ou estagiários) e profissionais supervisores na prestação de assessoria, enquanto equipe assessora (três das atividades, 37,5%); a assessoria que é prestada à própria equipe de alunos e supervisores no campo de estágio (duas das experiências relatadas, 25%); e a assessoria desenvolvida pelos docentes a outros sujeitos e/ou instituições (três das experiências, 37,5%).

Ressaltamos também que todas as experiências de assessoria se dão no campo das políticas e dos direitos sociais, havendo um predomínio da área da Saúde (quatro das assessorias, equivalente a 50%).[14] Tanto em

14. Ressaltamos que, embora não considerada como do campo da saúde para efeito desta análise, a assessoria realizada na área do trabalho tem um destaque na saúde do trabalhador.

relação às áreas de atuação das assessorias, como quanto à predominância da área da saúde, entendemos que este dado reflete não só a configuração do campo profissional do assistente social, como também a particularidade da Faculdade de Serviço Social que tem seus programas e projetos de pesquisa e extensão, assim como campos de estágios,[15] voltados principalmente para estas discussões.

Em relação ao público-alvo das assessorias, a grande maioria (seis experiências, 75% do total) é centrada em equipes de profissionais. Neste caso, tanto profissionais do Serviço Social, quanto de outras áreas. Do mesmo modo, também equipes que contam com alunos estagiários e/ou bolsistas. As duas outras experiências (25%) são voltadas ao público usuário do Serviço Social.

Os dados relativos ao público-alvo dessas experiências se relacionam diretamente com os objetivos propostos nas assessorias. Predominantemente, as assessorias têm como finalidade a qualificação do trabalho profissional, tanto dos profissionais de Serviço Social, quanto das equipes que trabalham com políticas e serviços sociais. Mesmo nas experiências voltadas aos usuários, existe uma preocupação latente com a qualificação da equipe assessora, formada por alunos e profissionais, mesmo sendo o objetivo central dessas assessorias a capacitação dos sujeitos para a participação social na garantia de seus direitos.

É interessante observar como essa nítida preocupação com a capacitação e o aperfeiçoamento profissional, apresentada nos dados acima, além de ser reflexo do debate e desafio da categoria em relação à efetivação do projeto ético-político, se relaciona diretamente com as transformações ocorridas na Faculdade de Serviço Social na última década, de consolidação de grupos, projetos e núcleos de pesquisa, que acabaram apresentando à extensão necessidades de capacitação, atualização e assessorias.

---

15. Destacamos que, além dos demais campos — da área da saúde e de outras áreas como educação, criança e adolescente, justiça, terceira idade, ação comunitária, entre outros —, a Faculdade de Serviço Social da Uerj tem como um de seus principais campos de estágio o Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe).

Em relação às estratégias metodológicas adotadas para a realização desta atividade, todas as assessorias estão fundamentadas em um processo de reflexão coletiva, em que o trabalho profissional e/ou a realidade em que se inserem os sujeitos são colocados em foco.

Assim, a partir da articulação entre as referências teórico-metodológicas e a apreensão da dinâmica social e/ou dos processos de trabalho, são elaborados proposições, planos e avaliações destes espaços. Como principais instrumentais e técnicas utilizados nas assessorias surgem: os processos de sistematização da prática; planejamento do trabalho profissional e/ou de ações dos sujeitos; e atividades de pesquisa participante.

As assessorias se realizam, em grande parte (cinco das atividades, 62,5%), por intermédio de cursos de capacitação ou de extensão, ou por meio de um processo de reuniões e encontros sistemáticos (37,5%). Quanto ao aspecto relativo ao predomínio dos cursos, Almeida (1998) nos afirma que "a história de oferecimento de cursos de extensão pela Faculdade de Serviço Social é bastante recente e também está diretamente relacionada ao desenvolvimento do próprio estágio supervisionado".

Vale ressaltar ainda que a orientação teórico-metodológica admitida nesses processos está habitualmente vinculada à dimensão ético-política do fazer profissional. Nesse sentido, a atividade de assessoria surge frequentemente (expresso em seis atividades, o equivalente a 75% das experiências) relacionada aos processos político-organizativos, sejam da categoria de Serviço Social, de entidades representativas dos trabalhadores e/ou dos movimentos sociais e sindicais.

Por fim, constatamos que as experiências de assessoria desenvolvidas na Faculdade de Serviço Social, como um todo, apontam desdobramentos tanto ao nível da produção teórica — na elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação, de residência e de mestrado, e na publicação de artigos e trabalhos científicos — como na potencialização da demanda por cursos de extensão, capacitação e especialização profissional; na qualificação dos profissionais para a prestação de serviços — o que resulta também em uma maior visibilidade e reconhecimento social do trabalho do Serviço Social —; e ainda no fortalecimento dos sujeitos coletivos na luta pela garantia de políticas públicas e dos direitos sociais.

Considerações finais

Recuperando a trajetória deste artigo, nos remetemos à reflexão sobre o significado social da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, sobre os embates teórico-metodológicos da categoria e sobre o desafio de consolidação do projeto ético-político. Nesse sentido, podemos vislumbrar a estreita e profícua relação entre o projeto de profissão e o projeto de formação do Serviço Social construídos nas últimas décadas.

É a partir da compreensão do Serviço Social enquanto trabalho e do entendimento da "questão social" enquanto seu objeto de ação e fundamento histórico da profissão, que a categoria pode direcionar seus esforços para a consolidação do projeto ético-político profissional — um projeto que visa a garantia de direitos e a ampliação da cidadania, contribuindo para a construção de uma sociedade igualitária e justa.

A intrínseca relação entre os projetos de profissão e formação do Serviço Social está fundamentada numa direção social que considera a apreensão da dinâmica social como premissa para ação do sujeito e, deste modo, entende que o processo de formação profissional é contínuo, não se encerrando na graduação.

Ao contrário, a formação está alicerçada no estabelecimento de uma constante, permanente e sistemática relação entre as referências ético-políticas e teórico-metodológicas com a realidade na qual se insere o exercício profissional, para a qual são traçadas estratégias e possibilidades no campo profissional. Iamamoto afirma que:

> (...) as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho. (Iamamoto, 1998, p. 21)

Nesse sentido, é interessante observar que a assessoria, especialmente no âmbito da universidade, se torna uma alternativa de realização do projeto de formação e de profissão hegemônicos no debate da categoria.

Na relação dialética estabelecida entre a formação e o exercício profissional — fundamentada no caráter interventivo da profissão associado

ao referencial teórico-metodológico crítico — é que a assessoria se desdobra tanto em um campo profissional como em uma estratégia de enfrentamento da questão teoria-prática, se constituindo em uma possibilidade de efetivação do projeto ético-político da profissão.

Tomando em consideração as elaborações teóricas analisadas, podemos afirmar que, predominantemente, este debate é travado em torno da formação e qualificação para o exercício profissional. É interessante observarmos também que o trabalho de assessoria desenvolvido na Faculdade de Serviço Social da Uerj tem como centro uma maior qualificação dos sujeitos sociais e/ou do profissional para a formulação, gestão e implementação das políticas sociais e públicas.

Desse modo, a grande afirmativa sobre a relação estabelecida entre a assessoria e o Serviço Social é de que a competência do assessor está justamente no trabalho de *potencializar* o exercício profissional e/ou a participação social, buscando, tanto em um como no outro, a garantia dos direitos sociais.

Iamamoto (1998, p. 21) nos afirma que "sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social". Corroborando com seu pensamento, acreditamos que a assessoria, enquanto frente de trabalho do assistente social e na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, surge enquanto estratégia no espaço da universidade.

Na perspectiva de efetivação do projeto ético-político, o trabalho de assessoria encontra na universidade seu *locus* privilegiado. É no cumprimento da função social da universidade, através da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que a atividade de assessoria tem se concretizado e adquirido expressão enquanto estratégia profissional.

Ora, no âmbito da universidade, a atividade de assessoria se relaciona com diversas dimensões e desdobramentos. Articula-se ao projeto de formação, ao realizar-se através da pesquisa, extensão e campos de estágio. Efetiva-se na compreensão de que a pesquisa e a extensão têm um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social.

Partindo deste pressuposto, juntamente com a consideração de que "a experiência de estágio não deve ser um mero aprendizado do que fazer em termos de técnicas. Ao contrário, é um momento privilegiado de reflexão — aprendizado —, síntese entre teoria e prática" (Bravo e Matos, 2004, p. 5). Podemos afirmar que esta atividade privilegia a efetivação da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa maneira, tende a favorecer uma formação crítica e competente, ao que se afirma que "os alunos que passam pela experiência de pesquisa e extensão articulada ao estágio tem uma formação mais densa e complexa que o estágio comum" (Bravo e Matos, 2004, p. 11).

Além disso, na contramão da política educacional formulada e implementada nos últimos governos — e que se acirra no governo Lula — de privatização e mercantilização da educação —, esta atividade, assentada em seu tripé básico, reafirma a função social da universidade, que só pode ser garantida a partir de uma concepção de universidade pública, gratuita e de qualidade.

Na Faculdade de Serviço Social da Uerj, levantamos como hipótese,[16] a partir desta investigação, que a atividade de assessoria tem refletido positivamente tanto na formação dos estudantes quanto na capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais, bem como na formação política dos demais sujeitos sociais envolvidos.

Nesse sentido, acreditamos que essa frente de trabalho do Serviço Social deve ser mais bem avaliada e explorada no espaço institucional da universidade, sendo objeto de reflexões coletivas e de elaboração de proposições no sentido da consolidação e ampliação desta atividade no âmbito da faculdade e para além dela. Para tanto, sinalizamos a necessidade de se pensar, no conjunto da unidade, uma política acadêmica que abrigue de forma mais consistente esta demanda em nível institucional.

Considerando tanto o referencial ético-político, como a trajetória acadêmica da Faculdade de Serviço Social da Uerj, apostamos no poten-

16. Para comprovarmos esta afirmação, seria necessário outro processo investigativo, a respeito do real impacto do desenvolvimento desta atividade na unidade.

cial de desenvolvimento e ampliação da atividade de assessoria na unidade. Nos apropriando da proposta de Almeida (1998), ao se referir aos cursos de extensão, acreditamos que a atividade de assessoria possa estar voltada ao:

> (...) próprio circuito profissional do Serviço Social, ou de corte mais vertical atingindo as populações de trabalhadores não universitários e grupos sociais organizados e atuantes na vida política e cultural. Desse modo, seria privilegiado o conhecimento produzido na universidade, em especial aquele que pudesse instrumentalizar as suas lutas e formas de organização (...). (Almeida, 1998, p. 198)

De um modo geral, observamos a necessidade de um debate mais amplo acerca da temática na categoria, que venha a subsidiar e fortalecer suas bases de ação a partir da reflexão teórica sobre esta atividade profissional. Ressaltamos que, mesmo este sendo um campo relativamente novo para o assistente social, este trabalho tem sido estratégico na busca pela efetivação do projeto de profissão e de formação do Serviço Social. Nesse sentido, é preciso uma maior produção e circulação das elaborações teóricas e sistematizações de experiências acerca desta temática, de modo a contribuir na consolidação desta atividade profissional.

Por fim, reafirmamos que a possibilidade de ampliação e consolidação desta atividade no Serviço Social pode favorecer não só a concretização do projeto profissional e de formação da categoria, como propiciar uma relação entre universidade e sociedade civil não fundamentada nas leis de mercado, e sim baseada na democratização do conhecimento produzido, contribuindo, deste modo, para a construção de uma sociedade menos desigual.

Referências bibliográficas

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 novembro de 1996). *Cadernos Abess*, São Paulo, n. 7, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Significado e alcance do processo de Avaliação Institucional na Faculdade de Serviço Social da Uerj. (*Syn*)*Thesis*, cadernos do Centro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1996.

_____. Extensão e capacitação permanente na Faculdade de Serviço Social da Uerj. *Em Pauta*, revista da Faculdade de Serviço Social da Uerj, Rio de Janeiro, n. 12, 1998.

ALMEIDA, Sônia Maria; SUZIN, Arlete Boeira. Assessoria: um novo instrumental no processo de trabalho do Serviço Social? In: ROCHA, Maria Aparecida Marques et al. (Orgs.). *Capacitação profissional em Serviço Social*. Porto Alegre: Cress 10ª Região, 1999.

ANDES-SN. Proposta do Andes-SN para a universidade brasileira. *Cadernos Andes.* 3. ed. Brasília, n. 2, 2003.

BRASIL. Lei n. 8.662/93. *Lei de regulamentação da profissão do assistente social. assistente social*: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções. 2. ed. Rio de Janeiro: Cress 7ª Região-RJ, 2000.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. As dimensões ético-políticas e ético-técnicas na formação acadêmica do assistente social: a articulação ensino-pesquisa e extensão. XVIII Seminário Latino-Americano de Escuelas de Trabajo Social. San José, Costa Rica, 2004.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Avaliação da universidade: legitimação e lógica mercantil. *Temporalis*, ano 2, supl. Brasília, ABEPSS, 2001.

CHAUI, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Anped. Poços de Caldas, out. 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>.

FONSECA, Tatiana M. Araújo. *Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria.* Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro: Uerj, 2003. Mimeo.

FSS/UERJ. *Currículo pleno do curso de Serviço Social.* Rio de Janeiro: Uerj, 1993. Mimeo.

_____. *Projeto de currículo pleno Curso de Graduação FSS/Uerj.* Rio de Janeiro: Uerj, 2004. Mimeo.

GUERRA, Yolanda. *O ensino da prática no novo currículo*: elementos para o debate. Palestra proferida na Oficina Regional da ABEPSS-Região Sul I. Florianópolis, maio, 2002. Disponível em: <pessoal.sercomtel. com.br/colman/files/yolanda6. zip>.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. *Em Questão*. Brasília: CFESS, 2002.

ILAESE. *Reforma universitária de Lula*: o fim da universidade pública. São Paulo: Cadernos de Educação Ilaese, 2004.

JOOS, Marilyn; PEREIRA, Sílvia do Valle. *Assessoria*: inovações e avanços da prática do Serviço Social. Porto Alegre: DaCasa, 1998.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, 1998.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *Modelos de supervisão em Serviço Social.* Rio de Janeiro: Agir, 1981.

OLIVEIRA, Andréa Gonzaga. *Assessoria e Serviço Social: a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social da Uerj.* Trabalho de Conclusão de Curso, FSS/Uerj, 2004. Mimeo.

_____; LEONE, Carina; SALUZI, Jaqueline. *I e II Seminários de Assessoria e Serviço Social*: experiências da FSS/Uerj. Rio de Janeiro: Transcrição de fitas, Disciplina Processo de Trabalho do Serviço Social V, FSS/Uerj, 2004. Mimeo.

2ª PARTE

Serviço Social, Assessoria e Políticas Sociais

CAPÍTULO 1

O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde

Maria Inês Souza Bravo
Maurílio Castro de Matos

Considerações iniciais

O presente texto é fruto de reflexões dos autores sobre a experiência de assessoria a conselhos, conselheiros de saúde e movimentos sociais na luta pela política pública de saúde.[1] Visa, especialmente, refletir sobre o potencial do Serviço Social na assessoria a esses sujeitos sociais.

Com a institucionalização dos espaços de participação popular nos conselhos e conferências, houve um esvaziamento dos organismos de mobilização popular de luta pela saúde (conselhos comunitários de saúde, fóruns populares de saúde, associações de moradores, entre outros).

1. As reflexões apresentadas são originadas a partir da experiência do projeto "Políticas públicas de saúde: o potencial dos Conselhos do Rio de Janeiro". O referido projeto envolve alunos de graduação e pós-graduação, assistentes sociais e docentes, sendo desenvolvido com apoio do CNPq, Faperj e Uerj.

Este esvaziamento é uma expressão da desmobilização dos movimentos sociais na década de 1990, que foi marcada por um refluxo destes movimentos nas suas diferentes frentes de luta. Não por acaso, este refluxo acontece em uma conjuntura de êxito ideológico do neoliberalismo no Brasil e sua adoção em diferentes governos.

Atualmente, é possível perceber, entre diferentes agentes, críticas aos espaços de participação institucionalizada.[2] Acredita-se que estes estão em construção e não são imunes à histórica prática política clientelista brasileira e nem à política de desmonte implementada pelos governos neoliberais. Os conselhos e as conferências podem ser espaços de construção da política, desde que se superem várias questões, entre elas a necessidade de governos comprometidos com a democracia. A realidade, entretanto, tem mostrado em diferentes lugares deste país um descompromisso governamental com a institucionalização de políticas públicas como apregoa a atual Constituição Federal. A dificuldade de efetivação de políticas públicas, inclusas as da saúde, aumenta na medida em que se tem uma frágil participação dos movimentos sociais que, quando organizados e fortalecidos, podem conquistar avanços na política por meio de enfrentamentos e disputas no espaço do Estado.

Este texto objetiva refletir sobre a necessidade de fortalecimento da organização política dos usuários, que acredita-se se dará pela sua participação nos movimentos sociais que se fundamentem nos princípios de defesa da democracia e dos direitos humanos. Pretende, também, contribuir para o debate sobre a importância da universidade e de seus trabalhadores e alunos, na democratização do Estado e da sociedade. Objetiva, especialmente, problematizar a contribuição do Serviço Social para esse processo, recolocando a relevância do tema dos movimentos sociais para o debate profissional.

---

2. Neste artigo se diferencia participação popular institucionalizada de controle social. Quando, aqui, se refere ao primeiro tomam-se como referência exclusivamente os espaços das conferências e dos conselhos de direitos e de política. Enquanto o controle social é mais abrangente, refere-se ao exercício da sociedade civil na garantia de efetividade da política pública (por isso é fundamental a sua inserção na elaboração, implementação e fiscalização da política), onde o seu direito pode e deve ser buscado nos diferentes espaços existentes ou a serem construídos.

O artigo está dividido em quatro itens. O primeiro, procura resgatar a importância da temática movimentos sociais para o Serviço Social, por meio de uma revisão da recente trajetória histórica da profissão e sua interlocução com os movimentos sociais para, assim, ressaltar a relevância da assessoria a esses sujeitos na construção da política pública de saúde.

O segundo item pretende apresentar um panorama do projeto "Políticas públicas de saúde: o potencial dos Conselhos do Rio de Janeiro", por meio da apresentação da sua intencionalidade, da proposta de articulação ensino-pesquisa e extensão e dos seus principais fundamentos. Esse projeto universitário se caracteriza pelo estudo do potencial de intervenção dos movimentos sociais nas políticas públicas de saúde.

O terceiro vai analisar o processo de assessoria realizado pelo projeto nas suas principais frentes de ação, buscando, a partir da experiência desenvolvida e das reflexões teóricas empreendidas, pensar estratégias de assessoria.

No quarto item procurar-se-á levantar algumas reflexões com relação à assessoria para a área do Serviço Social, buscando discutir os desafios que esta questão apresenta, tanto para a formação profissional — na graduação e a continuada de seus profissionais — quanto para o exercício da profissão de Serviço Social.

1. A temática movimentos sociais para o Serviço Social e a importância da assessoria a esses sujeitos na construção da política pública de saúde

A temática movimentos sociais é muito cara ao Serviço Social. Esta profissão, como se sabe, tem em sua origem uma característica conservadora, vinculada à doutrina social da Igreja Católica. Este projeto profissional entra em crise e há diferentes respostas. Netto (1996), em sua análise sobre o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, identificou três tendências em disputa: a modernizadora, com influências do estrutural-funcionalismo, a reatualização do conservadorismo com recur-

so à fenomenologia e a intenção de ruptura que realiza a interlocução com o marxismo. Essa última tendência emerge nos anos 1980, período de releitura da profissão, que também é marcado pela emersão dos movimentos sociais vinculados à luta pela redemocratização do país e por melhoria das condições de vida nas cidades. Assim, o Serviço Social não passa ao largo desta realidade e busca uma articulação com os movimentos sociais.

A temática dos movimentos sociais — e das que derivam desta como, por exemplo, educação popular — é incorporada à formação profissional do assistente social nos anos 1980, expressa nos currículos dos cursos de graduação nas diferentes unidades de ensino de Serviço Social no país.[3]

Esta incorporação também repercute na produção acadêmica. Kameyama (1998), em seu estudo sobre a produção da pós-graduação *stricto senso* em Serviço Social no período de 1975 a 1997, identificou que a primeira produção sobre movimentos sociais data de 1984, praticamente dez anos após a primeira defesa de dissertação (1975). Entretanto, até 1997, haviam sido defendidas 82 teses ou dissertações sobre o tema, constituindo-se na quinta maior área de estudos.

---

3. O estudo dos movimentos sociais foi significativo nos anos 1960 e 1970, no panorama mundial, principalmente pelos autores franceses, com destaque para as formulações de Castells (1980) e Lojkine (1981). Estes estudos estão relacionados com as manifestações da crise capitalista dos fins dos anos 1960 e início dos anos 1970. Estas fazem com que a luta de classes tome uma configuração nos centros urbanos, tendo como foco o enfrentamento da crise urbana. Os antigos sujeitos coletivos (partidos, movimento sindical) não conseguem abordar as questões colocadas e emergem novos sujeitos sociopolíticos (Bravo, 1991). A partir daí, surge um amplo e contraditório debate sobre as características destes movimentos sociais. No Brasil, essa polêmica se inicia na segunda metade dos anos 1970 e, segundo Reis (2000), pode ser compreendida em três fases. A primeira, entre metade da década de 1970 e início da de 1980, como um período marcado por uma incorporação por vezes mecânica das teorias europeias, com uma leitura heroica dos movimentos sociais e demonização do Estado. A segunda fase, em meados dos anos 1980, quando há uma releitura dos autores estrangeiros, notadamente Castells e Lojkine, a partir das particularidades brasileiras. Neste período, existe uma maior ênfase na busca de mediações na relação Estado-sociedade. Como autores significativos neste período destacam-se Machado e Ribeiro (1988) e Jacobi (1989). A terceira fase, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, é marcada pela perplexidade devido à mudança da relação com o Estado, visando uma cultura do tipo propositiva e de busca de conhecimentos. Ao mesmo tempo, este momento é para os movimentos sociais desafiante pela preocupação destes com a cooptação e sua dificuldade organizativa, marcada pela relação democracia de base × democracia representativa.

Silva (1999), em sua análise sobre os artigos da revista *Serviço Social & Sociedade* desde a sua criação, em 1979, até 1999, identificou que o tema movimentos sociais foi, na década de 1980, discutido em dezessete artigos, que equivalem a 5,97%, constituindo-se na terceira temática mais abordada, em conjunto com a participação popular. Ao juntar com os eixos educação popular/organização popular/cultura popular (2,46%), classes populares/classes subalternas (1,05%) com movimento de mulheres/feminismo (1,05%), chega-se a 16,50% de artigos que tratam da questão. Na década de 1990, a temática dos movimentos sociais foi tratada em catorze artigos, que significa 4,36%, constituindo-se no quinto tema mais abordado. Neste período, emergem outros correlatos, como conselhos populares (1,56%), além dos artigos que tratam da descentralização (2,18%), que podem, provavelmente, tangenciar a questão dos movimentos sociais.

Duriguetto (1996), ao realizar uma pesquisa sobre a incorporação da temática movimentos sociais pelo Serviço Social, no período de 1984 a 1994, identificou cinquenta artigos na revista *Serviço Social & Sociedade* e cinquenta e quatro Trabalhos de Conclusão de Curso de Serviço Social elaborados em cinco unidades de ensino da Região Leste da Abess, atual Abepss.[4] Por meio da análise empreendida pela autora, pode-se observar que somente 25% dessa produção buscava articular o rico debate teórico da época sobre os movimentos sociais com análises empíricas e sua relação com o Serviço Social. Assim, já em meados da década de 1990, está posta a crítica de Duriguetto (1996) sobre a dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional. Esta questão se expressa também pela falta de reflexões sobre a influência das instituições assessoras na organização dos movimentos sociais (Duriguetto, 1996, p. 145).

Enfim, é no processo de renovação do Serviço Social brasileiro que a profissão identifica os movimentos sociais como campo de trabalho.

4. A Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), fundada em 1946, é uma instituição que busca articular as unidades de ensino e a formação profissional na área do Serviço Social. É dividida por regiões, a leste compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. A consulta aos Trabalhos de Conclusão de Curso se deu nas seguintes universidades: UFJF, UFRJ, Uerj, UFF e Ufes.

Claro que esta aproximação careceu dos problemas identificados por Netto (1996) na tendência intenção de ruptura, onde se destaca a ênfase numa prática de militantismo confundida como trabalho profissional.

Iamamoto (2005), na metade dos anos 2000, ao realizar uma análise da pesquisa em Serviço Social, a partir dos relatórios dos programas de pós-graduação enviados à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), identificou que a temática "movimentos sociais e processos organizativos" tem sido a menos pesquisada, detendo, no conjunto dos programas de pós-graduação, apenas sete linhas de pesquisa (12,7%) e trinta e quatro projetos concluídos ou em andamento (5,8%). É verdade que algumas questões referentes a esta temática podem estar incluídas em outras, por sinal a mais pesquisada, denominada "políticas sociais, Estado e sociedade civil", que possui dezenove linhas de pesquisa (34,5%) e duzentos e trinta e oito projetos concluídos ou em andamento (41%). Mas, como identifica Iamamoto, é preocupante o quantitativo reduzido de investigações tendo como objeto os movimentos sociais, principalmente ao considerar a atual conjuntura brasileira.

Silva et al. (2005), também recentemente, realizam uma extensa pesquisa sobre a pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Analisam a produção de teses de doutorado e de dissertações de mestrado, no período de 1998 a 2002, e os relatórios elaborados pelos programas de pós-graduação, enviados à Capes, no biênio 2001-2003.

A análise que aqui se faz, sobre os movimentos sociais, ficará prejudicada pois no que se refere à produção de teses/dissertações e dos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos programas, Silva et al. (2005) tratam a categoria "movimentos sociais" dividida em dois eixos temáticos: "questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente" e "questão agrária, movimentos sociais e meio ambiente", universos reconhecidamente mais amplos que os movimentos sociais. Entretanto, ao analisarem a produção bibliográfica (livros e coletâneas; capítulos de livros; artigos publicados em periódicos e trabalhos completos publicados em anais) de 2001 a 2003, as autoras desagregam a categoria "movimentos sociais" das questões urbanas e rurais e de meio ambientes. Assim, "movimentos sociais, processos organizativos, associativismo, sujeitos sociais, conselhos, controle

social" se constitui no nono eixo temático mais divulgado, com 115 produções, o que equivale a 4,31% do total de publicações. Ainda assim, pode-se levantar a hipótese de que parte expressiva deste eixo se constitui em publicações sobre conselhos e controle social, temas que polarizaram o debate acadêmico nos últimos anos.

O fato é que, com a institucionalização, nos anos 1990, da participação popular nos conselhos e conferências de políticas e de direitos, houve — em consonância também com a conjuntura de êxito do projeto neoliberal — um esvaziamento dos movimentos sociais, esvaziamento este que diminuiu as análises teóricas e as redirecionou para o espaço — não menos importante — dos conselhos e das conferências.

É necessário ao Serviço Social continuar avançando nas análises sobre os conselhos, as conferências e o controle social. O último Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em 2004, mostrou a riqueza de reflexões que a categoria municia o pensamento crítico.[5] Mas, sem abandonar esse investimento, faz-se relevante retomar as investigações tendo como objeto os movimentos sociais e encará-lo como parte integrante do exercício profissional. Outra alternativa é articular os estudos referentes a conselhos com movimentos sociais.

Compreende-se que o Serviço Social muito já contribuiu para a organização dos movimentos sociais. Mas, cabe na atualidade, *fazer* e *registrar* essa contribuição como parte das suas competências profissionais, conforme está expresso na lei de regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/93).

---

5. Desde o congresso de 1995 que os assistentes sociais vêm apresentando reflexões sobre a importância dos espaços de controle social para a área da saúde. A cada edição do congresso as comunicações expressam um momento destas reflexões. No congresso de 1995 são apresentadas reflexões teóricas sobre os espaços de controle social, no de 1998 essas são adensadas com comunicações sobre as experiências de capacitação de conselheiros. No congresso de 2001 são apresentadas também diferentes experiências de trabalho junto ao controle social. E, no congresso de 2004, de maneira mais visível, são apresentadas comunicações que refletem sobre o impacto das capacitações e reflexões críticas sobre a efetividade desses espaços de controle social. As comunicações apresentadas nos congressos expressam a evolução do debate do controle social na categoria profissional e a interseção deste com a conjuntura. Sobre as comunicações da área da saúde apresentadas nos congressos da década de 1990, ver Matos (2003). E sobre as comunicações relativas ao controle social na saúde, na mesma década, ver Souza (2001, p. 168-176).

A reflexão acima desenvolvida se faz importante, pois, tirando comunicações em congressos e pouquíssimos trabalhos de alunos das graduações e pós-graduações, as produções bibliográficas sobre assessorias aos movimentos sociais são muito reduzidas. Os textos publicados pelo Serviço Social sobre assessoria, na sua maioria, refletem sobre experiências desenvolvidas com assistentes sociais ou setores de Serviço Social, ou seja, no campo das atribuições privativas.

A partir das questões evidenciadas, considera-se que é de suma relevância a assessoria qualificada e politicamente progressista aos movimentos sociais de defesa da política pública de saúde, bem como a sistematização dessas experiências.

O Sistema Único de Saúde (SUS), estratégia inconclusa da reforma sanitária brasileira, é um marco nos rumos da saúde neste país, na medida que a compreende como o acesso a um conjunto de bens e serviços necessários ao exercício da cidadania e não como ausência de enfermidades. Escorel (*apud* Bravo, 1996) já afirmou que a saúde, por lidar com a vida, tem um potencial revolucionário e de consenso. É revolucionário porque o não acesso é a expressão da luta de classes; e é consenso, porque a luta pela saúde é objeto de diferentes forças presentes na sociedade.

Por isso, e não por acaso, é inconcebível se propor construir o conceito de saúde, acima citado, sem se considerar a participação popular. Daí esta ser uma das diretrizes do SUS.

Como já foi discutido por diferentes autores, a participação tem que ser sempre qualificada, pois esta categoria já serviu para diferentes e antagônicos conteúdos. Entretanto, a participação popular na saúde, inscrita na Constituição Federal de 1988, refere-se ao exercício cotidiano e crítico do controle social, que significa a participação da sociedade civil na elaboração, implantação e fiscalização das políticas públicas, no caso a saúde.

Assim, as ações engendradas pelo Estado não são compreendidas como responsabilidade somente daqueles, mesmo que, democraticamente, tenham conquistado a sua direção. O Estado é hegemonizado por essa força política que conquistou o poder, mas é permeado por forças contra-

ditórias. Portanto, o Estado não é um bloco monolítico impermeável às tensões postas na sociedade.[6]

É desde a reabertura política, a partir do fim da década de 1970, que as tendências progressistas vêm se empenhando na democratização do Estado brasileiro, Estado este historicamente privatizado por dentro, ou seja, por interesses particularistas daqueles que manejam a máquina pública.

É na perspectiva de fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a democratização do Estado e da sociedade que o Projeto Políticas Públicas de Saúde se inscreve, na medida em que visa pensar estratégias teórico-práticas para o trabalho de assessoria. Assim, acredita-se que a reflexão aqui empreendida pode contribuir para aqueles, no caso equipes de assessoria, que através do seu trabalho — algo diferente da militância, mas também radicalmente contrário à pretensa neutralidade — buscam fortalecer o Projeto de Reforma Sanitária, tendo no horizonte a democratização do Estado e da sociedade brasileira.

2. O projeto políticas públicas de saúde: características e fundamentos

O eixo central do projeto é a gestão democrática e o controle social na saúde. Pretende fornecer aportes teóricos e críticos que orientem os diversos sujeitos da sociedade civil para análise e intervenção na política de saúde. A concepção de controle social utilizada tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o debate referente à democracia e, na saúde, o movimento de reforma sanitária (Bravo, 2001).

O projeto busca articular as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Desenvolve investigação sobre a "Gestão democrática na saúde

6. Gramsci é o precursor dessa concepção, com a elaboração da teoria do Estado ampliado. Diversos autores, entretanto, a partir da sua elaboração, têm contribuído para a produção dessa perspectiva, analisando as sociedades capitalistas contemporâneas em que se evidenciou a maior complexidade do Estado. Para maior aprofundamento vide: Poulantzas (1980), Ingrao (1977-1978) e Wolfe (1977), entre outros.

e Serviço Social" que tem por objetivo identificar e fortalecer a participação dos diversos sujeitos sociais na elaboração, implementação e fiscalização das políticas de saúde. Para sua concretização, têm três linhas de investigação: as políticas de saúde no Brasil e no Rio de Janeiro, os conselhos de Saúde e os assistentes sociais e os conselhos.[7]

Como já pode ter sido observado, o conhecimento produzido no projeto visa fornecer subsídios para a alteração da realidade, por meio da democratização deste conhecimento. Assim, uma estratégia relevante é contribuir para a formação de novos profissionais, por meio do oferecimento deste projeto como campo de estágio supervisionado em Serviço Social, bem como buscar articulação com outras disciplinas ministradas no Curso de Serviço Social.[8] Outra estratégia consiste na interlocução com os diversos sujeitos sociais e tem se viabilizado através de quatro grandes frentes de assessoria: elaboração de planos de saúde, realização de cursos de capacitação de conselheiros, seminários de gestão participativa em saúde e acompanhamento dos conselhos de saúde da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e demais entidades da sociedade civil organizada.[9] Destaca-se que, atualmente, há algumas experiências de assessoria abrangendo o estado do Rio de Janeiro.[10]

Esta concepção de atividade universitária expressa dois pilares básicos. O primeiro é a concepção de universidade pública, democrática,

---

7. A apresentação aqui desenvolvida sobre o Projeto Políticas Públicas de Saúde visa subsidiar a reflexão sobre assessoria, tema deste artigo. Resultados das três linhas de pesquisa já foram divulgados. Ver: Bravo e Matos (2001), Bravo (2001a e 2004a) e Bravo e Souza (2002).

8. Esta experiência de estágio, articulada ao debate do atual projeto de formação profissional na área do Serviço Social, já foi apresentada nos seguintes artigos: Bravo (2004) e Bravo e Matos (2005).

9. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por dezenove municípios distribuídos em duas sub-regiões, a saber: metropolitana 1 (Rio de Janeiro e Baixada Fluminense) e metropolitana 2 (Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim). Esta região tem uma população de onze milhões de habitantes e representa 76,5% da população total do estado.

10. O estado do Rio de Janeiro é composto por noventa e dois municípios, tem população de 14.367.083 habitantes — censo demográfico de 2000 (IBGE) — e está dividido em oito regiões geográficas: metropolitana (19 municípios), norte (8 municípios), Baía da Ilha Grande (3 municípios), baixada litorânea (9 municípios), noroeste (14 municípios), centro-sul (11 municípios), serrana (16 municípios) e médio Paraíba (12 municípios).

gratuita e de qualidade. Entende-se a universidade voltada para a sociedade, ou seja, com compromisso social que tem por intencionalidade democratizar o conhecimento, não ficando fechada em seus muros. Esta concepção, na atual conjuntura, é contra-hegemônica.

O segundo pilar é a formação profissional do assistente social, baseada nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, que tem como pressuposto o projeto ético-político construído pelas entidades do Serviço Social nos últimos trinta anos. Considera-se que o projeto de formação profissional apresenta como avanços o entendimento de que a "questão social" é a base da fundação histórica da profissão e a compreensão de que a prática profissional se constitui em trabalho e, por esta razão, o conjunto das atividades profissionais tem que ser compreendido no âmbito das relações sociais capitalistas. O assistente social — apesar do estatuto de profissional liberal — é um trabalhador assalariado, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho com organismos empregadores estatais ou privados.

Os objetivos gerais da formação acadêmica coerente com as diretrizes são a capacitação competente e crítica dos alunos para a pesquisa e intervenção na realidade. Para o alcance desses propósitos, considera-se que é fundamental, na formação, a articulação ensino, pesquisa e extensão.

O projeto políticas públicas de saúde baseia-se em três grandes reflexões teóricas, relativas aos *projetos societários*, aos *projetos em disputa na saúde* e à concepção de *controle social*.[11] Essas referências, acredita-se, têm inter-relação com o citado projeto de formação profissional do Serviço Social e com a referida concepção de universidade.

Considera-se que, na atual realidade brasileira, existem dois grandes *projetos societários em disputa*, em conexão com a dinâmica sociopolítica e econômica internacional.[12] O projeto democracia de massas que defende o Estado democrático de direito, a ampliação dos direitos sociais e o alar-

11. Vai-se apenas pontuar essas referências, pois há uma ampla bibliografia a respeito dessas temáticas.

12. Esta divisão engloba as grandes perspectivas, pois sabe-se que existem outros projetos. Pretende-se, nesta análise, vislumbrar as grandes linhas do debate teórico e político.

gamento da democracia com ampla participação social, conjugando as instituições parlamentares e os sistemas partidários com uma rede de organização de base, com destaque para os sindicatos, comissões de fábrica, organizações profissionais e de bairros, movimentos sociais urbanos e rurais. Tem como requisitos fundamentais, segundo Netto (1990), a redefinição da democracia política, com ênfase na democratização da relação Estado-sociedade, na introdução do proletariado e seus aliados estratégicos nas atividades de gestão, e a instauração de uma dinâmica societária que permite vincular o "mundo do trabalho" ao "mundo da cultura".

O projeto democracia restrita que adota a concepção do Estado mínimo para as questões do social, a restrição dos direitos sociais e políticos e a democracia pautada nos conceitos liberais, na representatividade, no corporativismo, nos grupos de interesse.

Coutinho (1992), ao referir-se a esses projetos, explicita como principais características do projeto democracia de massas: elevar a política do nível econômico-corporativo para o ético-político; a existência de partidos fortes/ideológicos; movimento sindical organizado extrapolando o corporativismo. Com relação ao segundo projeto, o autor denomina-o liberal corporativo e apresenta como características: defesa de interesses corporativos; despolitização da sociedade civil e transferência para o "terceiro setor" as responsabilidades do Estado; sindicalismo apolítico; partidos não ideológicos.

Nos termos de Iamamoto (2002) tem-se, de um lado, um projeto universalista e democrático (do qual a Seguridade Social da Constituição Federal de 1988 é uma expressão) que não é uma ilusão, mas uma possibilidade real, já que tem bases históricas, pois é sustentado por forças vivas da sociedade. No outro extremo, há um projeto de inspiração neoliberal que subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, subvertendo, assim, o preceito constitucional.

Esses dois grandes projetos societários têm influenciado as diversas áreas das políticas sociais. Na saúde, tem-se o *Projeto de Reforma Sanitária e o Projeto Privatista* (Bravo e Matos, 2001).[13] O projeto de reforma sanitá-

13. Diversos autores têm discutido a saúde nos anos 1980 e 1990. Para maior aprofundamento ver: Bravo (1996), Costa (1997), Fleury (1997), entre outros.

ria, construído na década de 1980, tem como preocupação central assegurar que o Estado atue em função da sociedade, responsável pelas políticas sociais e, por conseguinte, pela saúde. Seus pressupostos básicos são: democratização do acesso, universalização das ações, descentralização, hierarquização, intersetorialidade, integralidade, participação popular e controle social.

O projeto privatista está pautado na política de ajuste neoliberal e tem como principais tendências: contenção dos gastos com racionalização da oferta, descentralização com isenção de responsabilidade do poder central, focalização. Entende-se que todas essas medidas visam o estímulo ao seguro privado de saúde, ficando o Sistema Único de Saúde (SUS) restrito aos pobres através do pacote mínimo para a saúde. A universalização é excludente, às avessas, havendo um outro sistema para os consumidores.

A concepção de *Controle Social* utilizada pauta-se na construção de uma nova relação Estado-sociedade, em que diferentes sujeitos sociais interferem para a democratização do Estado brasileiro que é tão privatizado. Esta perspectiva rompe com a concepção clássica de Controle Social, em que o Estado intervém e domina a sociedade. Alguns mecanismos são importantes nesta relação com destaque para os conselhos e conferências. Nesta temática, também há concepções diferenciadas:

- autores que analisam o espaço dos conselhos e conferências concebendo-os enquanto espaço contraditório, pautando-se em Gramsci e nos neogramscianos;
- autores que analisam os conselhos e conferências enquanto espaço de consenso, de pacto, baseados em Habermas e, basicamente, nos neohabermasianos;
- autores que analisam os conselhos enquanto espaço de cooptação da sociedade civil pautados em Althuser. Esta concepção não percebe as contradições, a dinâmica, o movimento desses espaços.

Como este texto tem por finalidade refletir sobre a assessoria realizada no projeto, é importante destacar a relação das concepções teóricas com as perspectivas políticas.

Os autores que analisam os conselhos, enquanto espaços contraditórios, têm uma perspectiva realista do conselho. Veem seus limites, suas possibilidades e potencialidades. Os estudos pautados nessa visão consideram que os conselhos não substituem os movimentos sociais. Quanto mais forte forem as entidades e os movimentos sociais, maior potencial político terá o conselho.[14]

Os autores que têm a perspectiva do conselho enquanto espaço de consenso, têm uma visão otimista com relação aos conselhos, como se eles fossem resolver as questões, embates e contradições. Esta concepção não visualiza os projetos em disputa relacionando-os às classes e suas frações existentes na sociedade brasileira.

Os autores pautados na análise dos conselhos, enquanto espaços de cooptação, têm uma análise muito pessimista deste espaço. A proposta concreta, que algumas entidades da sociedade civil organizada têm feito, é a retirada desse espaço, por falta de possibilidade de intervenção qualificada.

A partir do exposto, é importante explicitar a direção adotada pelo projeto, ou seja, ele tem como referência os projetos democracia de massas e de reforma sanitária e a concepção de conselhos pautada em Gramsci e nos neogramscianos.

No próximo item será enfatizada a assessoria realizada pelo projeto, procurando levantar questões ao trabalho realizado.

3. A assessoria no projeto políticas públicas de saúde: algumas indagações

A experiência vivenciada pelos alunos, assistentes sociais e docentes do projeto se caracteriza, ao contrário da maioria dos campos de trabalho do Serviço Social, não como uma experiência na prestação de serviços sociais desenvolvida em instituições. Isso faz com que a equipe não reali-

14. Para maior aprofundamento destas tendências, ver Bravo e Souza (2002).

ze atendimentos diretos à população usuária nos moldes em que a maioria dos assistentes sociais atua. A equipe vivencia a experiência de assessoria, que exige o trabalho de coordenação de reuniões; atividades de formação técnica e política; produção de textos de subsídios para os usuários que assessoram; a promoção de seminários de gestão participativa; e a realização de pesquisas, de cursos de capacitação e de coordenação de oficinas para elaboração de planos de saúde.[15]

Ao analisar o processo de assessoria, diversas questões se colocam. Inicialmente, é importante indagar como se dá o processo de negociação da assessoria, afinal, o processo de assessoria é uma relação pautada na interlocução do saber, e não no poder de mando, e cabe a quem recebe a assessoria acatar ou não as eventuais sugestões. No referido projeto, fica-se aguardando que haja solicitação da assessoria? Ou vai-se atrás e apresenta-se a proposta? E, mais do que isso, será que só com a apresentação da proposta os conselhos, os movimentos sociais e os trabalhadores de saúde aceitam? Ou necessitam conhecer, inclusive politicamente, a equipe de trabalho proponente de assessoria?

Enfim, as perguntas acima esboçadas já possuem respostas na prática do projeto, entretanto, carecem de maior sistematização para pensar estratégias generalizantes para outras iniciativas similares, ou seja, não apenas relatar a experiência de assessoria, mas refletir sobre este processo.

Conforme já sinalizado neste texto, a assessoria se dá via extensão universitária e articulada intrinsecamente com a pesquisa e o ensino. Assim, quando se vai a campo, não se objetiva apenas assessorar um movimento social, por exemplo, mas também buscar elementos na realidade para a pesquisa e contribuir para a formação profissional dos profissionais e dos alunos de Serviço Social.

A escolha pelo tema dos conselhos de saúde e do potencial de contribuição dos movimentos sociais não é aleatória. Ao contrário, expressa uma escolha estratégica. Aqui, já se encontra a primeira questão: o proje-

15. Para uma discussão sobre assessoria e sua relação com o Serviço Social, ver o primeiro artigo desta coletânea, escrito por Matos, intitulado "Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social".

to (sujeito prestador da assessoria) tem uma direção clara (teórica, metodológica, política) sobre qual objeto deve priorizar. Assim, vai-se propor assessorar questões que derivam deste objeto de análise.

A assessoria se dá tanto pela procura como pela apresentação de propostas por parte da equipe. A primeira é mais simples, pois apenas cabe ao projeto da universidade clarear junto aos solicitantes o que de fato querem/precisam e identificar se cabe nos princípios do projeto. A partir daí, é construído um plano de trabalho conjunto.

A segunda, já exige do projeto universitário um trato mais delicado, pois precisa demonstrar o quanto a assessoria, potencialmente, pode vir a qualificar a intervenção dos movimentos sociais e dos trabalhadores. Por vezes, os alunos e os profissionais ficam, durante tempos, acompanhando diversas reuniões (de conselhos, de articulação sindical, de conselhos profissionais, de federação de associações de moradores...) e entre uma reunião e outra, a partir de aparentemente um simples palpite dado na reunião, por algum integrante do projeto da universidade, passam a ser credenciados pelos sujeitos como assessores.

Para os sujeitos dos movimentos políticos organizados, mais importante do que poder contar com uma equipe de assessoria é o fato de acreditar no potencial da equipe que propõe a assessoria. Pode-se afirmar, a partir da experiência, que os movimentos sociais (em suas entidades, nas reuniões de conselhos ou nas reuniões entre as entidades) só credenciam os assessores a partir de uma análise da sua capacidade. Assim, quando vai-se a campo, a equipe é avaliada por esses sujeitos. Considera-se que, antes de isso ser um problema, é identificado como uma qualidade, pois expressa a preocupação desses sujeitos, e destas entidades, em garantir a direção política de suas ideias e uma preocupação com a cooptação. A equipe do projeto precisa clarear os seus pressupostos políticos — a busca de democratização do Estado e da sociedade brasileira — e a concepção de que assessoria pressupõe autonomia de quem está sendo assessorado.

Uma vez esclarecidos os pressupostos teóricos e políticos, que se dão por meio de reuniões conjuntas e pela observação participante, se inicia, de fato, o processo de assessoria. Neste processo, são utilizados diferentes procedimentos. Assim, uma reflexão importante, de ser aqui socializada,

refere-se às estratégias metodológicas utilizadas e sua articulação com os fundamentos teóricos.

O projeto tem utilizado como estratégias técnico-operativas a *pesquisa participante*, o *planejamento estratégico situacional* e a *ação socioeducativa*. O objetivo central é a democratização e/ou socialização do conhecimento como estratégia para ampliação da participação dos diversos sujeitos sociais na luta pela efetivação do direito à saúde, considerado como dever do Estado. Tem-se por pressuposto que este direito só vai ser conquistado com a participação de amplos setores da sociedade na construção de um projeto societário radicalmente comprometido com a democracia social, econômica e política.

A partir dessa concepção, tem-se como orientação a pesquisa comprometida com esta transformação que procura analisar a realidade e devolver os dados para os sujeitos.

A *pesquisa participante*[16] é revisitada e agregada com a utilização de outros instrumentos de coleta de dados, como a entrevista, a história de vida, a análise documental e bibliográfica. Tem-se por suporte as categorias de totalidade e historicidade e alguns pressupostos norteiam as investigações efetivadas:

- comprometimento com a prática dos movimentos sociais, havendo uma preocupação de não focalizar a população como objeto a ser investigado, mas ressaltando sua posição de sujeito do processo histórico;
- as conclusões dos estudos são devolvidas para os sujeitos por meio de debates, seminários e publicações;
- o trabalho é considerado como um processo em construção que se caracteriza pela unidade teórico-prática, entendida como uma totalidade contraditória;
- busca-se através dos conceitos teóricos explicativos para a compreensão do real a orientação na escolha das estratégias de ação.

16. Desde os anos 1990, pouco se produziu sobre a temática. Para maior aprofundamento ver Brandão (1981) e Thiollent (1981).

A pesquisa realizada no projeto tem esse compromisso. Não interessa à equipe conhecer a dinâmica dos conselhos, por exemplo, se não for feita a devolução para os sujeitos, identificando os problemas, os limites e as potencialidades.

Diversos eventos já foram realizados pelo projeto para esta socialização. Por exemplo, em 2004 e 2005 foram programados Seminários de Gestão Participativa em Saúde em que as pesquisas referentes às regiões do estado do Rio de Janeiro, situação de saúde, seus conselhos de saúde e os perfis dos conselheiros, foram apresentados e debatidos.[17] Estes seminários elaboraram agendas públicas para a saúde a serem assumidas pelos gestores, trabalhadores de saúde, usuários e movimentos sociais, bem como a criação e/ou fortalecimento dos fóruns regionais de conselhos de saúde. Esses têm utilizado como estratégia a realização de reuniões de articulação entre os conselhos de saúde das regiões e elaboração de planos de saúde regionais com a intencionalidade de fortalecer os conselhos e ampliar a participação da sociedade. Em todos os seminários foram distribuídos documentos referentes às investigações e, após estes, elaborados cadernos das regiões contendo as discussões e debates ocorridos nos eventos para ampla distribuição.[18]

A utilização do Planejamento Estratégico Situacional[19] se justifica porque ele considera os sujeitos sociais como fundamentais na elaboração de propostas e critica o planejamento normativo, por sua postura tecnicista, formal, burocrática que opera verticalmente, de cima para baixo. Este último procedimento é o mais utilizado pelas prefeituras e secretarias de saúde na elaboração de seus planos, sendo um mecanismo formal de gestão das políticas sociais.

---

17. Foram realizados cinco Seminários na região metropolitana I (3 na Baixada Fluminense, e no município do Rio de Janeiro e um articulando Baixada Fluminense e Rio de Janeiro) e cinco nas outras regiões: Metropolitana II; serrana; baixada litorânea; noroeste e norte. O seminário referente às regiões centro-sul, Baía da Ilha Grande e médio Paraíba foi promovido em conjunto. No final, ocorreu o seminário estadual.

18. Este projeto contou com o apoio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, que publicou parte do material em suas edições dos *Cadernos Metropolitanos*.

19. Esta proposta foi elaborada por Carlos Matus (1989), assessor do governo socialista de Salvador Allende, no Chile. Na saúde, existem algumas publicações nesta direção. Para maior aprofundamento, vide Testa (1993); Campos, Merhy e nunes (1989).

Tem-se utilizado no projeto o planejamento estratégico para elaboração de planos de saúde com a participação dos sujeitos sociais pelo seu potencial mobilizador e conscientizador. Nesse processo, há o envolvimento dos conselheiros de saúde, das associações de moradores, dos trabalhadores de saúde, entre outros, para que eles tenham conhecimento mais aproximado da realidade e apresentem proposições. Considera-se que, não havendo um conhecimento, pelos sujeitos, dos determinantes sociais da saúde do município, não se consegue vislumbrar uma ação problematizadora a ser assumida pelos conselhos e/ou movimentos sociais para a elaboração de propostas que possibilitem a transformação das condições sociais.[20]

Os planos de saúde são construídos a partir da realização de oficinas, onde a partir da realidade — por meio da análise do perfil socioeconômico e da situação de saúde — do município, são identificados os principais problemas a serem enfrentados. O planejamento estratégico compreende quatro momentos — explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional — que não se configuram em etapas de um processo linear e sim de forma articulada.

O momento explicativo corresponde à identificação, seleção e explicação de problemas pelos sujeitos que planejam. A compreensão que o sujeito tem da realidade depende, portanto, do grau de conhecimento dela. O momento normativo corresponde à elaboração de propostas de ação do plano. O momento estratégico compreende a formulação de estratégias para a viabilidade do plano. E o momento tático-operacional corresponde à análise e construção de condições organizacionais ao desenvolvimento do plano. Inclui, portanto, a estruturação de um sistema de gestão estratégica e de definição dos indicadores de monitoramento e avaliação.

Depois dos planos de saúde elaborados, estes se transformam em estratégias de negociação dos movimentos sociais nos espaços de discussão da política, notadamente nos conselhos, conferência e plenárias de

20. Foram elaborados quatro planos de saúde com a participação dos movimentos sociais, conselheiros de saúde e entidades: São Gonçalo (1993), Duque de Caxias (1995), São João de Meriti (1996), Nova Iguaçu (1997). Em 2005, como desdobramento dos seminários de gestão participativa, mais dois planos foram sistematizados após a realização de oficinas de trabalho: para o município do Rio de Janeiro e para a Região Metropolitana II.

saúde. Como forma de contribuir nesse processo, visando acesso mais didático para aqueles que ainda desconhecem o assunto e a redução de custos com reprografia, a equipe de assessoria realiza uma versão resumida dos planos, que assim podem ser amplamente divulgados pelos movimentos sociais nos diferentes espaços de mobilização política.

Outra dimensão importante do trabalho é a *ação socioeducativa*. As temáticas "educação popular" e "pesquisa participante" foram centrais nos trabalhos de extensão, desenvolvidos pelo Serviço Social nos anos 1980. Na década de 1990, esses conteúdos foram negligenciados, juntamente com os movimentos sociais. Torna-se fundamental, entretanto, recuperá-los. Abreu (2002) faz um retrospecto da função educativa no processo histórico brasileiro articulado com as influências internacionais. A autora ressalta três perfis pedagógicos da prática do assistente social: da ajuda, da participação e da emancipação.

As duas primeiras têm como objetivo a adesão e vêm atualizando a perspectiva de subalternização e controle dos trabalhadores. A emancipatória tem como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura. Entretanto, esta é um desafio a ser conquistado, pois depende de outras ações articuladas para que se possa atingir a mobilização desses sujeitos na perspectiva do fortalecimento e avanço da organização das classes subalternas.

O projeto, no seu processo de assessoria em suas diversas frentes — como, por exemplo, na capacitação de conselheiros[21] —, tem como intencionalidade a participação dos sujeitos no conhecimento crítico da realidade para a construção de estratégias coletivas.

---

21. O projeto já realizou Cursos de Capacitação para Conselheiros de Saúde com diversos formatos e públicos diferentes. Para conselheiros de saúde foram efetivados dez cursos nos seguintes municípios: Duque de Caxias (1995 e 1999), São João de Meriti (1996), Nova Iguaçu (1997), Paracambi (1998), São Gonçalo (1999 e 2000), Paraty (2000) e Pinheiral (2004 e 2005). Também coordenou trinta e três cursos no estado do Rio de Janeiro (2002 e 2003), desenvolvidos por meio do "Projeto de fortalecimento do controle social no SUS", uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, UnB, UFMG e Unicamp. Participou ainda de duas experiências de capacitação de conselheiros de diversas áreas da política social a saber: o curso organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social — Cress/7ª R. (1999) e o coordenado pelo projeto em São Gonçalo (2000).

A capacitação de conselheiros é construída em conjunto com os sujeitos sociais que fazem a demanda. Em todas as experiências coordenadas pelo projeto, estas se deram em um contexto de assessoria. Assim, o conteúdo dos cursos,[22] a dinâmica (dias, horários, carga horária) e a didática são discutidos em conjunto com os solicitantes.

Na capacitação de conselheiros, cada facilitador, ao trabalhar os conteúdos, já conhece a realidade dos participantes do curso, por meio do acesso à caracterização geral do município e das suas condições de saúde, bem como da análise do controle social no município e/ou na região (conselhos existentes, dinâmica de funcionamento, realização de conferências). Esses documentos, acessíveis aos facilitadores em todas as capacitações, são construídos coletivamente pela equipe do projeto e expressam o resultado do processo de pesquisa sobre o controle social na saúde no estado do Rio de Janeiro.

No processo dos cursos de capacitação emergem algumas produções bibliográficas, como textos didáticos com vistas a auxiliar a compreensão dos temas abordados, sem a pretensão de substituir o espaço coletivo de trocas e aprendizado que os cursos propiciam.[23] E documentos elaborados pelos conselheiros que articulam o conhecimento adquirido nos cursos com as reivindicações que a realidade vivida por eles apresenta.[24] Esses resultados não formam uma regra e expressam a dinâmica de cada curso.

---

22. Nos cursos desenvolvidos por meio do "Projeto de fortalecimento do controle social no SUS", os conteúdos não foram profundamente discutidos, pois já existia um material didático pronto, entretanto, os outros procedimentos de organização do curso foram mantidos.

23. Em 2001 foi publicada pela Sub-reitoria de Extensão da Uerj parte dos textos originariamente construídos pelos profissionais e alunos do projeto no período de 1994 a 2001, que visam auxiliar sobre alguns temas abordados nas capacitações de conselheiros de saúde (Bravo, Matos e Araújo, 2001). Além destes, vários textos mimeografados, também com características didáticas, são elaborados.

24. Por exemplo, no curso realizado em 1995, em Duque de Caxias, os participantes, por meio de oficinas realizadas pela metodologia do planejamento estratégico situacional, elaboraram um documento intitulado "Os principais problemas de saúde da Baixada Fluminense". Este documento foi lançado no encerramento do curso e se constituiu em uma bandeira de luta, sendo apresentado pelas entidades participantes nas diferentes conferências de saúde da região e em outros espaços de reivindicação política.

Esta dinâmica, naturalmente, é determinada pela conjuntura histórica e pela mobilização dos conselheiros e facilitadores.

Acredita-se que a capacitação de conselheiros não deva ser vista como uma prestação de serviços e nem que possa ter um único modelo para a sua realização.

Uma outra estratégia utilizada, na perspectiva da ação socioeducativa, é a elaboração de boletins informativos. Durante a realização dos cursos de capacitação de conselheiros de saúde no estado do Rio de Janeiro (2002-2003) e nos seminários regionais de gestão participativa (2004 e 2005) foram construídos, respectivamente, boletins mensais que se referiam às atividades a serem desenvolvidas no estado do Rio de Janeiro, buscando, assim, socializar o processo de construção dessas atividades e adensar o engajamento crítico a estas iniciativas.

Um aspecto referente ao trabalho educativo com que a equipe do projeto universitário tem se preocupado nas suas ações é a importância do conhecimento técnico, mas que não desmerece o conhecimento da população e também os mecanismos de alienação a que ambos estão submetidos. Estas questões precisam ser problematizadas permanentemente na troca dos saberes diferenciados. Parte-se do pressuposto de que não basta ter boa intenção, mas é necessário vincular as questões enfrentadas pela população no cotidiano com as questões mais amplas e conjunturais, tendo como pano de fundo a perspectiva de transformação da atual ordem societária.

No próximo item serão levantadas algumas questões gerais com a perspectiva de fortalecer a assessoria nas suas diversas dimensões: formação e exercício profissional.

4. Algumas reflexões

Pretende-se, a partir da análise do projeto, levantar algumas questões e reflexões que possam contribuir para ampliar as experiências que visam o fortalecimento das lutas pela garantia do direito à saúde.

Uma primeira indagação refere-se ao impacto da experiência desse tipo de assessoria para os sujeitos envolvidos, a *universidade* — e seus trabalhadores e alunos — e os *movimentos sociais.*

No que se refere à *universidade*, um desafio colocado é retomar a valorização da articulação ensino-pesquisa e extensão. Para tanto, é necessário repensar essa articulação por meio das questões que envolvem a formação profissional na área e as que impactam a universidade na atualidade.

Nos anos 1980 houve um dinamismo das experiências de extensão articuladas ao estágio nos diversos cursos de Serviço Social que sedimentaram alguns "campos próprios de estágio" voltados para o fortalecimento dos movimentos sociais. Essas experiências apresentavam um limite na época, que era a ideia da necessidade de construção de campos ideais de atuação profissional, em polarização aos campos tradicionais de atuação profissional, que até hoje são maioria. Entretanto, a revisão desta ideia se deu, na maioria dos cursos de Serviço Social, sem um redirecionamento desta concepção, e sim, com o fechamento destas experiências. Entretanto, é necessária a recuperação deste princípio, da realização do estágio em um contexto articulado com a extensão e a pesquisa sem, entretanto, idealizá-lo.

Uma outra característica a ser refletida sobre a universidade refere-se ao impacto do desmonte da universidade pública e a ampliação das universidades privadas. Nesse contexto vivido pelas instituições de ensino superior, desde os anos 1990, a extensão tem sido relegada, por meio de uma valorização das universidades, e dos órgãos de fomento, pelas atividades de pesquisa. E um direcionamento nas universidades privadas, e em largo andamento nas universidades públicas, da concepção de extensão como prestação remunerada de serviços.

Percebe-se, relacionados aos projetos societários, dois projetos de universidade em disputa. O projeto que defende a busca de recursos no mercado, com viés privatista, e o projeto que defende a universidade compromissada com a sociedade e com as transformações necessárias para o fortalecimento da democracia radical. Chaui (2003) denomina-os,

respectivamente, de universidade operacional e universidade inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Para os sujeitos que atuam na equipe do projeto — professores, pesquisadores, supervisores das atividades de campo, estudantes de graduação e pós-graduação —, essa experiência possibilita um permanente questionamento sobre a função social desta instituição na sociedade brasileira e uma interlocução com as demandas, implícitas e explícitas, que os sujeitos e suas organizações apresentam à universidade por meio do processo de assessoria.

A experiência de contato constante com movimentos sociais que lutam pela saúde inflluencia a leitura da equipe sobre o papel do Estado e da efetividade de suas políticas, além do contato com realidades distintas das suas. Isso serve de baliza também para a interpretação sobre a factibilidade do projeto de formação profissional do assistente social e a busca de seu aperfeiçoamento.

Quanto aos movimentos sociais, percebe-se que os sujeitos sociais, que passaram pela experiência de assessoria, têm uma visão mais crítica da política de saúde e dos conselhos e procuram estabelecer articulação com as entidades e movimentos sociais. Esse é um processo lento, pois a ação coletiva, na atual conjuntura, tem sido desvalorizada e a ênfase tem sido nos pequenos grupos, no local, na fragmentação. A tirania neoliberal destrói a esperança, as organizações sindicais, populares e os movimentos sociais.

Acredita-se que é a própria crise que o atual estágio do capitalismo propugna que também pode ser um vetor para articulação de forças progressistas da sociedade contra os degradantes efeitos do neoliberalismo. Pela dureza da atual conjuntura, podem-se construir estratégias coletivas de enfrentamento do cenário, que aponta, mas pode ser reversível, para a barbárie.

Conforme já sinalizado neste artigo, a defesa da saúde é estratégica. Assim, o trabalho desenvolvido junto aos movimentos sociais se constitui em uma tática e, portanto, não se reduz a ação exclusiva nesta política setorial. O trabalho empreendido pela equipe se pauta em pressupostos teóricos e políticos mais abrangentes que caminham na contracorrente.

Na experiência de assessoria desenvolvida, observa-se um esvaziamento dos movimentos sociais em geral, que rebate na luta pela saúde. Diversas entidades participam dos conselhos, algumas já foram muito fortes, como as federações de associações de moradores, entretanto, observam-se, em geral, as seguintes questões: uma tênue interlocução dos conselheiros com as bases e com a própria entidade sobre as questões discutidas nos conselhos; uma fragilidade política dos participantes dos movimentos sociais; e um reduzido grupo de militantes que gera uma repetição dos mesmos sujeitos nos diferentes espaços de intervenção política.

Essas questões, relativas ao potencial dos movimentos sociais na atualidade, são permanentemente problematizadas pela equipe do projeto e, pela assessoria, busca-se contribuir para a reversão desta constatação.

Considera-se, entretanto, que esta avaliação do impacto da assessoria aos diversos segmentos ainda é incipiente, pois não se tem utilizado mecanismos de avaliação para aprofundar sua análise. Naturalmente, isto tem ligação com a refração, desde os anos 1990, das atividades de pesquisa e de extensão com os movimentos sociais.[25] A experiência do projeto tem sido a observação da participação dos diversos sujeitos nas lutas por saúde nos diversos espaços como conselhos, seminários, conferências de saúde.

A partir das indicações levantadas, considera-se que, para o fortalecimento e aprimoramento da assessoria aos movimentos sociais na luta pelo fortalecimento dos projetos democracia de massas, da reforma sanitária e da universidade democrática, pública, de qualidade, autônoma, é importante aprofundar as seguintes indagações:

— que outras estratégias são necessárias para a politização dos movimentos sociais, visando sua inserção nas lutas mais gerais contra o capitalismo;

25. Entretanto, algumas tentativas existem sobre a avaliação do impacto dos cursos de capacitação para conselheiros de saúde onde, em geral, são caracterizados os perfis dos conselheiros e dos facilitadores das capacitações, suas expectativas sobre os cursos e avaliação destes, se possuem experiência em movimentos sociais e suas sugestões de temas a serem aprofundados (Correia, 2003; SMS-MT e Grupo de Saúde Popular, 2003; Pereira, 2004).

— como ampliar nos mecanismos de participação institucionalizada (conselhos, conferências etc.) reivindicações e posturas relacionadas com as lutas gerais acima citadas;
— como recuperar, no âmbito do Serviço Social, a importância dos movimentos sociais e aperfeiçoar o potencial de contribuição da profissão para o fortalecimento destes.

Identifica-se, a partir dessas questões, a necessidade de politizar o debate junto aos movimentos sociais e de incluir o processo de assessoria aos movimentos sociais como parte constitutiva do exercício profissional do Serviço Social, sem deixar de considerar, entretanto, na reflexão, uma acurada análise da realidade e quais as condições objetivas que se tem para tais ações.

Referências bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura*: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e reforma sanitária*: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Políticas públicas de saúde: a experiência de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. In: *Interagir: pensando a extensão*. Rio de Janeiro: Uerj, Depext, 2001.

_____. Gestão democrática na saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Uerj, 2001a.

_____. O ensino do trabalho do assistente social na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Temporalis*, Porto Alegre, ABEPSS, n. 8, 2004.

BRAVO, Maria Inês Souza. A política de saúde no governo Lula: os principais fundamentos que nortearam a nossa economia na última década foram mantidos. *Inscrita*, Brasília, CFESS, n. 9, 2004a.

_____. As dimensões ético-políticas e ético-técnicas na formação acadêmica do assistente social: a articulação ensino-pesquisa e extensão. In: RUIZ, Ana (Coord.). *Búsquedas del trabajo social latinoamericano*: urgencias, propuestas y posibilidades. Buenos Aires: Espacio, 2005.

_____; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: _____; PEREIRA, P. A. P. *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Uerj, 2001.

_____; _____; ARAÚJO, Patrícia S. Xavier (Orgs.). *Capacitação de conselheiros*: textos de apoio. Rio de Janeiro: Uerj/Depext, 2001.

_____; SOUZA, Rodriane de O. Conselhos de saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. *Ser Social*, revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, n. 10. Política Social — Saúde. Brasília, UnB, jan./jun. 2002.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza; MERHY, Emerson Elias; NUNES, Everardo Duarte. *Planejamento sem normas*. São Paulo: Hucitec, 1989.

CARVALHO, Antônio Ivo de. *Conselhos de saúde no Brasil*: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro, Fase/Ibam, 1995.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUI, Marilena. *A universidade pública sob nova perspectiva*. Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da Anped. Poços de Caldas, out. 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/26/marilena_chauianped2003.doc>.

CORREIA, Maria Valéria. Reflexos da capacitação na atuação dos conselheiros de Saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, Cebes, v. 27, n. 64, maio/ago. 2003.

COSTA, Nilson R. O Banco Mundial e a política social nos anos 90; Agenda para reforma do setor saúde no Brasil. In: *Política de saúde e inovação institucional*: uma agenda para os anos 90. Rio de Janeiro: Ensp, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no Serviço Social. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. Mimeo.

FLEURY, Sônia (Org.) *Saúde e democracia*: a luta do Cebes. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. *Pesquisa em Serviço Social* (aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP). São Paulo, 2005 (anotações de aula).

INGRAO, Pietro. *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*: demandas por saneamento básico e saúde. São Paulo: Cortez, 1989.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção do conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997). *Cadernos Abes*, São Paulo, n. 8, 1998.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MACHADO, L. A.; RIBEIRO, A. C. T. Paradigma e movimentos sociais: por onde andam nossas ideias? *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Anpocs/Cortez, 1988.

MATOS, Maurílio Castro. O debate do Serviço Social nos anos noventa. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 74, 2003.

MATUS, Carlos. *Adeus, Senhor Presidente*: planejamento, antiplanejamento e governo. Recife: Litteris Editora, 1989.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista*: escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros. 1990.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PEREIRA, Débora de Sales. Uma análise do Curso de Capacitação de Conselheiros Distritais de Saúde das APs 1, 2.1, 2.2 e 4 do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Uerj (Trabalho de Conclusão de Cur-so de Serviço Social), 2004. Mimeo.

REIS, Marcelo Braz. O debate teórico acerca dos novos movimentos sociais no Brasil: um balanço crítico. *Serviço Social e Movimento Social*, São Luís: Ed. UFMA, v. 1, n. 2, 2000.

SES-MT; Grupo de saúde popular. Relatório final do Projeto de Capacitação de conselheiros de Saúde em Mato Grosso — 3ª etapa. Mato Grosso: Secretaria Estadual de Saúde, 2003.

SILVA, Maria Ozanira. Contribuições da revista para o Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, n. 61, São Paulo, 1999.

_____ et al. A pesquisa, a produção e a divulgação de conhecimento dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, Denise Bontempo; _____ (Orgs.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Rodriane. *Serviço Social e saúde*: contribuições políticas e profissionais ao exercício do controle social. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001. Mimeo.

TESTA, Mario. *Tendencias en planificación em pensar en salud*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1993.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Pólis, 1981.

CORTEZ EDITORA

CAPÍTULO 2

Assessoria e consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do assistente social

Lúcia M. B. Freire

O campo de assessoria e de consultoria que apresento neste texto é o de visibilidade mais recente, sobretudo a partir de 1990, a despeito de experiências próprias, também apresentadas, que datam de 1973 a 1988, explicitadas parcialmente em Freire, 1987, 2. ed. p. 63-71, 1998; p. 475-478; e 2003, p. 112, 115, 137.[1]

Trata-se de uma concepção de assessoria e de consultoria diferenciada das empregadas exclusivamente para profissionais e dirigentes. Esta, evidentemente, também acontece na empresa e, cada vez mais, por meio de assessorias e consultorias externas. Quero, porém, ressaltar três outras perspectivas.

1. Destacam-se as experiências de consultora junto a quatro empresas estatais (Casa da Moeda, Embratel, Vale do Rio Doce e Petrobrás — sede e centro de pesquisas) e de assessora interna a trabalhadores e gerentes de três outras empresas (Serpro-RJ e Nacional, Dataprev e Cobra — Computadores e Sistemas Brasileiros S/A), de 1973 a 1989, como assistente social e gerente de programas sociais.

A primeira, mais radicalizada, tem origem ideológica e ético-política, no sentido de democratizar o uso da assessoria e consultoria, a partir da seguinte problematização: Por que se assessoram apenas os dominantes (gestores, dirigentes, gerentes) e os pares (profissionais) e não os sujeitos usuários dos programas, aos quais apenas se "orienta" e educa? Não estaria camuflada, nessa diferença, um preconceito, uma admissão *a priori* de incapacidade, de minoridade, de inferioridade e, consequentemente, de necessidade de tutela? Por isso:

> Tenho utilizado a ação de assessorar [para] todos os sujeitos atendidos pelo Serviço Social, em razão desta expressar, de forma mais contundente, a perspectiva democrática de respeito à capacidade desses sujeitos de pensar sobre a sua realidade e elaborar seus planos de ação; nesta perspectiva, o verbo assessorar substitui os verbos assistir, atender, apoiar, encaminhar e a maioria dos compreendidos na ação profissional, na perspectiva de ruptura com o conservadorismo. (Freire, 2003, p. 137, nota 1)

A segunda modalidade diz respeito à expansão da assessoria e consultoria internas, demandas postas principalmente a partir da década de 1990, por empresas de grande porte no Brasil, expressando um objetivo predominantemente neoconservador, porém passível de ser realizado em outra direção, por tratar-se de um espaço contraditório. De um lado, ela é dirigida predominantemente a gerentes e gestores públicos, estes com demanda mais recente, mas, de outro, também é aplicada a grupos de representantes de trabalhadores, com o desenvolvimento de trabalhos de interesse institucional e gerencial.

Essa demanda crescente decorre das novas tecnologias gerenciais de empresas e também, em menor escala, de instituições públicas, a maioria de vanguarda ou pressionada por políticas nessa direção, como as recentes diretrizes do Humaniza SUS, programa que busca aplicar às instituições públicas de saúde os princípios de gestão participativa, envolvendo usuários, trabalhadores e gestores. Em todos esses sentidos, o trabalho de assessoria e consultoria se defronta com condições e possibilidades contraditórias.

Enquanto o termo assessoria pode ser inusitado e polêmico em sua aplicação genérica da citação anterior, a partir de 1990 são inquestionáveis as demandas ao assistente social para esta atribuição na segunda modalidade, algumas, como exposto, antes dessa época. Nesse sentido, o objetivo de pesquisar as necessidades e políticas da instituição como um todo e de apresentar propostas para a criação, ampliação ou aperfeiçoamento dos meios para atender a essas necessidades, diferencia o trabalho daquele voltado para demandas singulares de indivíduos e grupos.

Na década de 1970, quando iniciei esse tipo de assessoria (à qual denominei Serviço Social Organizacional),[2] já existia trabalho semelhante na Itália, como o modelo operário italiano e experiências no Japão e nos Estados Unidos da América, no padrão toyotista, a maioria de ideologia neoconservadora ou apresentando uma transição entre funcionalismo e exercício sociopolítico, de controle social pelos trabalhadores, a exemplo da experiência italiana, analisada em Laurell e Noriega (1989), posteriormente incorporada aos objetivos capitalistas gerenciais.

No Brasil, foi identificada, também nos anos 1970, experiência similar em uma unidade operacional do Nordeste da empresa estatal analisada em Freire (2003, p. 101), com um Conselho de Representante de Trabalhadores, em perspectiva funcionalista, além de bem-sucedidas experiências de 1985 a 1989, na mesma empresa estatal pesquisada, sob a denominação "Clima Social", que representava uma direção de transição para a ruptura (2003, p. 101-2), ou intenção de ruptura, conforme Netto (1991, p. 159-164). Nessas duas décadas, o trabalho não era identificado como assessoria e consultoria interna, muito embora já denominássemos o realizado como tal (Freire, 1987, p. 82).

Esta modalidade também se aplica a comissões de trabalhadores, tanto as relativas às condições de trabalho em geral, tais como as Comis-

2. Esta denominação seguia as distinções do serviço social segundo suas abordagens e dimensões de ação. O termo organizacional era então muito utilizado pelos trabalhos mais amplos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, referindo-se à análise da organização produtiva e sua racionalidade para alcançar seus objetivos. Já a expressão institucional coloca em questão a legitimidade da instituição, permitindo uma abordagem crítica, conforme Weisshaupt (1988), entre outros, cuja análise se encontra em Freire (2003, p. 97-99).

sões de Fábrica, como as voltadas para necessidades específicas, a exemplo da Segurança do Trabalho (da qual a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes — Cipa é a mais conhecida) ou de alimentação, lazer, transporte, assistência médica, conforme exposto em Freire (1983 e 1987), sendo um meio estratégico de gestão participativa ou controle social, fora aqueles coletivos voltados para a produção, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Todos esses coletivos são constituídos de grupos relativamente autônomos e o assistente social não vai orientá-los, mas assessorá-los.

Portanto, nesta segunda modalidade, existem as seguintes demandas de assessoria: a gerentes isoladamente, a trabalhadores isoladamente, ou ao conjunto de gerentes ou representantes da empresa e trabalhadores, como na Cipa. Podem ocorrer também demandas temporárias, na introdução de novos projetos e em reestruturações, com grandes pesquisas, para obter a adesão de trabalhadores ou um controle diferenciado por eles (muitas vezes, apenas na aparência de que existe um controle social de fato). Esse espaço na área do trabalho é sempre um espaço contraditório — passível de conflitos de interesses e também de consensos —, onde o profissional que coordena o trabalho tem uma relativa autonomia, limitada e muitas vezes pequena, que poderá ser utilizada no sentido de favorecer mais os trabalhadores ou somente os empresários, em dependência do seu saber teórico-metodológico, de suas habilidades técnico-operacionais e de sua postura ético-política (conforme fartamente exemplificado em Freire, 2003). De qualquer maneira, os empresários e gestores sempre ganham, porque os trabalhadores, ficando satisfeitos com suas conquistas relativas neste espaço, produzem melhor e prestam melhores serviços, no espaço consensual, também existente nas instituições. Ao mesmo tempo, os trabalhadores ganham, não apenas em suas conquistas, mas, principalmente, no exercício político. Conforme depoimento de um ex-trabalhador entrevistado na mencionada pesquisa sobre a ex-estatal privatizada, no período anterior ao processo de privatização, mais conflituoso: *botávamos 15.000 [trabalhadores] num pátio, em reuniões que fazíamos na hora do almoço*, relatando que conseguiram realizar ações de vigilância, paralisando serviços sem condições, controlando e obtendo melhorias quanto à alimentação, obtendo a implantação de refeitórios

setoriais descentralizados, estabelecendo prazo para correções, cobrando, inclusive de empreiteiras, opinando sobre sua contratação em função das condições de segurança, conforme a legislação vigente.[3]

Fora da empresa, como variáveis da segunda modalidade, tem-se ampliado a demanda de prestar assessoria a comunidades vizinhas à empresa, nos programas de "responsabilidade social" ou "filantropia empresarial", que constitui um espaço bastante recente e analisado com profundidade por Cesar (2001 e 2006), sob enfoque diferenciado dos da década de 1960, às comunidades constituídas de vilas operárias no entorno da empresa, de cunho funcionalista.[4] Nesse sentido, a contradição se mantém, uma vez que os interesses da comunidade interagem com o marketing empresarial e sobretudo com o objetivo da ocupação pelas empresas de um espaço de direção social da cultura e da submissão de movimentos nessas comunidades (que, algumas vezes, desenvolvem lutas contra poluição provocada por empresas locais). Essa direção busca atender ao interesse de relações e visões sociais despolitizadas e consensualistas da sociedade capitalista e do papel falsamente positivo do empresário no vazio deixado pelo Estado neoliberal. A falsidade desse papel situa-se no ocultamento de sua responsabilidade na produção e manutenção da desigualdade, expresso nas políticas geradoras de desemprego, subemprego e outras faces da "questão social". Em dependência do processo, a responsabilidade pode ser desocultada, porém sempre remetendo a uma análise mais ampla do modo de produção da sociedade.

Também os sindicatos ou centrais sindicais podem solicitar assessoria nessa modalidade de análise, sendo a maioria delas em projetos de capacitação política ou discussão de projetos.

Em uma *terceira modalidade, por atingirem a dimensão societária*, também pode ser incluída a assessoria a conjuntos de sindicatos e de gestores,

3. Com relação à luta pelos refeitórios nessa empresa, o movimento chegou a colocar mesas de refeição na rua com quinhentas pessoas comendo, que, até então, se alimentavam nos corredores, com marmitas, o que provocou a destituição do diretor da área "Social" (em Freire, 1998, p. 354).

4. A denominação comunidade mantém-se hoje relativamente a locais com movimento representativo organizado, próximos à instituição, no seu entorno, buscando enfrentar questões específicas desses locais, embora estas questões estejam articuladas às políticas de toda a sociedade.

demandada por programas públicos com controle social por trabalhadores organizados.[5] Um exemplo que vem sendo cada vez mais analisado é o que integra esses trabalhadores em conselhos de políticas e de direitos.[6] Alguns desses conselhos participam ainda de ações de vigilância sobre condições de trabalho que afetam a saúde do trabalhador, conforme o Conselho Estadual de Saúde do Trabalhador do Rio de Janeiro (Consest-RJ), analisado em Freire (1998, p. 74 e 78-86). Neste, existiam também trabalhos de assessoria a câmaras técnicas segundo ramos de produção, constituídas de sindicalistas conselheiros, que compartilhavam a gestão do Programa de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (PST-RJ), de 1990 a 1997, inclusive com assessoria de uma assistente social ali lotada. Ocorria trabalho em direção semelhante, por assistentes sociais, em Conselhos Gestores de Programas Municipais de Saúde do Trabalhador (analisados em Freire, 1998, p. 88-96).

Portanto, existem diversas dimensões de assessoria e consultoria, além das tradicionais a profissionais e a instituições, geralmente externas. São elas: interna na empresa e fora da empresa, vinculada a esta, como nos programas de "responsabilidade social", em comunidades vizinhas e a sindicatos e centrais sindicais; externa, a representantes de trabalhadores e da sociedade organizada.[7]

Em todas as dimensões, foi encontrado um ponto comum importante, utilizado desde a década de 1970, em trabalhos participativos, sendo uma estratégia que compreende uma técnica que exige competência e

5. A dimensão societária diferencia-se da "comunitária" hoje, por abranger políticas sociais para toda a sociedade, sendo operacionalizada por meio de conselhos de políticas e de direitos.

6. Na análise da assessoria a conselheiros representantes da sociedade civil organizada, destacam-se os estudos de Bravo (1991, 1996 e 2001, entre outras produções dessa autora).

7. Entre 1970 e 1997, todas as modalidades são localizadas na pesquisa de Freire (2003): 1) assessoria a entidades e a programas comunitários (2003, p. 76, 118, 123); 2) assessoria/consultoria interna a gerentes de empresas (2003, p. 82, 115, 120, 162, 164-5, 171, 215, 217, 245), sob diferentes direções, inclusive de ruptura; 3) assessoria/consultoria interna a diferentes programas da instituição e sobre políticas sociais, inclusive a outros assessores internos especializados (2003, p. 123, 147, 209); 4) a gerentes e a grupos de trabalhadores, como "assessores executantes" (2003, p. 82, 177); 5) a trabalhadores (2003, p. 147-150, 170, 174); 6) a sindicatos e a movimentos sociais (2003, p. 127, 230); 7) externa, na função de vigilância a empresas fiscalizadas (2003, p. 214-15).

habilidades; enfim, é *um meio de trabalho* que gera um determinado produto. Trata-se da pesquisa-ação ou pesquisa participante, muito usada nesse processo de assessoria, em voga e polemizada na década de 1980 e hoje silenciada, sem menção explícita no rol dos meios que tratam das atribuições e do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil.[8]

No entanto, entre os diversos trabalhos pesquisados, principalmente na direção da ruptura com o conservadorismo, todos tinham como centro da ação este trabalho. Também com base em minhas experiências, desde a década de 1970 (em Freire, 1983 e 1987), considero que *o produto controle social efetivo viabiliza-se sobretudo com este meio de trabalho, que por isso é central para a efetivação das diretrizes do projeto ético-político dos assistentes sociais brasileiros*. Assim, em quase todos os trabalhos de assessoria na tendência da ruptura ou de intenção de ruptura com o conservadorismo, foi constatado ser a pesquisa-ação participante o meio principal desencadeador da constituição de sujeitos políticos,[9] tanto em instituições privadas como públicas, em trabalhos comunitários e societários, em todas as modalidades, de todas as épocas pesquisadas.

A pesquisa-ação é um processo de trabalho que convoca os assessorados à reflexão sobre os dados que fornecem, com a diferença de o assessor possuir um acúmulo distinto de saber e de experiência. Ele o exercita como profissional pesquisador e para coordenar o processo educativo de levantamento e reflexão sobre necessidades e meios para

8. A pesquisa-ação pode ser considerada indiretamente na exposição de Iamamoto no XXX Encontro Nacional do CFESS (2001), ao propor o "repensar do trabalho de mobilização e educação popular (...) com releitura crítica da tradição profissional do Serviço social..." (2001, p. 33). Também no rol das competências e atribuições profissionais do assistente social, na Lei n. 8.662/93, que regulamenta a profissão de assistente social, ela cabe tanto no artigo 4º, das competências do assistente social, nos itens II, VII, VIII e IX, como no artigo 5º, das atribuições privativas, em seu item III, que mencionam *planejamento com participação da sociedade civil, pesquisas para análise da realidade social, assessoria e consultoria a instituições, empresas, outras entidades e movimentos sociais*, a despeito de não ser explicitamente denominada, como também qualquer outro meio (tais como entrevista e reunião), comum a diversos profissionais que trabalham com pessoas.

9. Esse processo é perceptível, inclusive no histórico Método Belo Horizonte (BH), conforme Santos (1983) (que também o analisa em outro texto nessa publicação). Ele é adaptado em Freire, 1983 e 1987, e também localizado a partir de 1985, explicitado em entrevistas sobre todos os trabalhos de vanguarda e ainda no texto de Vasconcellos (1994), acerca do trabalho do PST-RJ e Consest-RJ.

atendê-las, de propostas de mudanças e de melhorias pelos usuários, cujos dados e análises se tornam, ao mesmo tempo, fonte de pesquisa. Nesse processo, podem ser efetivados os três sentidos de mediação (ou processos de mediatização), propostos por Freire (2003) para o trabalho de Serviço Social na direção do projeto ético-político de ruptura com o conservadorismo, incluindo a pesquisa, a educação e a assessoria como meio de seu trabalho:

> A identificação do potencial de ruptura é investigada segundo a aproximação-distanciamento com os parâmetros relativos aos três sentidos do processo de mediatização, (...). O primeiro é o *reflexivo na busca das mediações ontológicas, pelo assistente social como pesquisador*, ou seja, na busca dos vínculos das situações presentes no exercício profissional com os processos existentes nas totalidades universal, particular e singular, no sentido da apropriação da realidade concreta. O segundo sentido é o *reflexivo como educador, com os sujeitos assessorados pelo assistente social*; ele se dá a partir das percepções desses sujeitos sobre as demandas trazidas, buscando a ultrapassagem das aparências dessas demandas, na busca das contradições e dos processos ocultos, procurando captar as relações dessas demandas com as particularidades e as totalidades que com elas se articulam; este sentido inclui a análise dos meios e formas sujeitos agirem nesta realidade, assim como a descoberta de outros meios e formas de ação possíveis. O terceiro sentido é o do *estímulo ao desencadeamento, pelos sujeitos, de processos determinantes*, *em suas ações na sociedade, que denomino mediações de prática social*. O assistente social exerceria aí o papel de *assessor no planejamento das ações pelos sujeitos e seu acompanhamento*, de acordo com a correlação de forças, também objeto de análise, e em articulação com mecanismos políticos coletivos, internos e externos à instituição (que compreendem outras instituições, organizações comunitárias, sociedade civil organizada, já identificados no segundo sentido). (2003, p. 137-8)

Assim, a pesquisa participante permite que seja desenvolvido com o grupo ou representantes da instituição um aprofundamento em relação às próprias necessidades, os meios e as formas possíveis de atender a essas necessidades.[10] Aliás, a pesquisa-ação é um dos meios mais completos para a realização da análise institucional, que é parte do processo

10. Entre os autores que tratam desse processo, destaco Renée Barbier (1985).

de trabalho do assistente social, conforme os autores de vanguarda, como Iamamoto (1998, 2001) e Almeida (1995). Segundo a primeira, o conhecimento da instituição faz parte do trabalho do assistente social e, conforme Almeida,

> (...) neste limiar da capacidade crítico-resolutiva da profissão com a realidade socioinstitucional, as condições mais fecundas para a eleição da análise institucional como um recurso a ser mobilizado no processo de trabalho do Serviço Social e que lhe possibilita aquela dimensão mais ampliada dos seus meios de trabalho. (1995, p. 26)

Neste processo de assessoria institucional, como ponto de partida, pode-se propor um estudo coletivo sobre a própria demanda e sobre os objetivos para os quais foi solicitada a assessoria.

Geralmente, o assistente social inicia o trabalho de assessoria na própria discussão da demanda, com os gestores, apresentando em seguida um projeto. Com os usuários, muitas vezes o trabalho precisa ser iniciado mobilizando todos os integrantes da instituição ou determinado grupo para o qual foi identificada a necessidade do trabalho e até com indivíduos, como no caso de exames periódicos de saúde, ao se pretender realizar um trabalho posterior com representantes das áreas mais sujeitas a desgaste, adoecimento, acidentes, ou de todas as áreas, por meio de uma comissão de saúde, por exemplo. Os processos de escolha democráticos são discutidos também nesse momento preliminar, tanto com os gestores como com os trabalhadores.

Formado o grupo ou comissão ou equivalente, os objetivos são discutidos, sendo objetivo geral o aprofundamento do entendimento do objeto do trabalho (expressão da questão social instalada ou latente), sejam eles os acidentes e doenças profissionais, no caso da Cipa, seja o próprio trabalho profissional, no caso de novos processos ou situações críticas, que poderá incluir os assistentes sociais, seja o entendimento da instituição e dos processos que estão acontecendo nela, sejam as necessidades das organizações comunitárias, sejam os conselhos, no entendimento do seu papel, das políticas e ações consequentes, seja em ações de vigilância às empresas por conselheiros.

É importante lembrar que, no início do processo, o entendimento dos primeiros dados surge como algo incompleto, na sua aparência imediata. As primeiras mensagens, principalmente se elas vierem do empresário ou de representantes da classe dominante, vêm com sua ideologia; então, há uma falsidade, não necessariamente consciente, por exemplo, no programa de "responsabilidade social", aparecendo como se a empresa fosse muito boa, querendo servir à sociedade somente pela "ética" na forma filantrópica.

Portanto, é importante metodologicamente desenvolver a consciência de que as primeiras ideias podem ser falsas ou incompletas percepções imediatas, que devem ser negadas para se aprofundar o que estaria por trás delas. O que está por trás são mediações ou processos que articulam aquelas formas imediatas a processos maiores, particulares da instituição, da política pública, do Estado, da sociedade civil, do país, do mundo, com seus interesses e correlações de forças econômicas e políticas e meios culturais de dominação e de resistência. Isso seria captado na reflexão conjunta e por levantamentos e debates entre os integrantes do coletivo, para tornar possível a ultrapassagem do senso comum ou a apropriação relativa do concreto como "concreto pensado" (Marx, 1982, p. 14).

Nesse processo, é preciso discutir essas mediações da realidade, a estrutura econômica, política e social onde esses grupos vão descobrir os limites determinados por estruturas e conjunturas maiores, universais, que se reproduzem naquele espaço, da empresa, da instituição, na organização comunitária ou no conselho, porque as necessidades imediatas e visíveis estão relacionadas às estruturas e conjuntura da sociedade, não se encerrando o processo na apresentação de queixas, descoberta de necessidades e, muito menos, na expectativa de que a assessoria vai produzir soluções mágicas ou apenas mudar comportamentos de conflito para comportamentos de compreensão (que representaria uma outra perspectiva, não condizente com o projeto democrático e ético do assistente social).

Conforme Barbier (1985), o senso comum expressa estereótipos, que normalmente incorporam a ideologia dominante. Esse autor simbolicamente explicita que haveria uma ação provocadora como o banho de ácido que se coloca na fotografia para que ela se transforme do negativo

para a imagem semelhante ao real. E aí se revelariam as contradições, as relações de forças que estão acontecendo, porque todas as situações que demandam assessoria são complexas e, como situações complexas, são contraditórias e apresentam várias faces. Consequentemente, é preciso ajudar o grupo a se aprofundar no entendimento dessas questões para desocultar as contradições e as relações com as dimensões mais amplas.

Depois desse entendimento, haveria um estudo dos meios disponíveis ou possíveis de criar naquela realidade, interna e externamente à instituição, que poderiam ser utilizados para enfrentar as contradições. Por exemplo, numa Cipa ou comissão de saúde, poderiam seus integrantes descobrir que meios seriam utilizados diante das contradições descobertas: os internos, de reivindicação, de propostas e de cobrança, com base no próprio respaldo legal (dando sentido e importância ao conhecimento das legislações e dos direitos ali expressos); também os meios externos, como de apoio sindical e do Conselho e Programa de Saúde do Trabalhador, pois a legislação do SUS dá esse poder de vigilância sobre condições da empresa ou instituição, junto com autoridades instituídas, que realizam visitas, podendo interpelar e elaborar com elas um projeto de mudança.

Nessa estratégia, na empresa ou em outra instituição, pode ser identificado e analisado, pelos trabalhadores e pelo corpo gerencial, o seguinte conjunto: necessidades materiais, biológicas, psicológicas, sociopolíticas, assim como os meios e os recursos para seu atendimento, que precisam ser descobertos, ampliados ou criados, em diferentes áreas — nos grupos e comissões já existentes, nas representações sindicais, em serviços técnicos, nas normas internas, nos acordos coletivos, na legislação.

Como exemplo sistematizado de possibilidades, apresento o quadro na página seguinte, produto de uma pesquisa-ação, por mim coordenada, sobre programas de natureza social identificadas em uma empresa estatal, sua complexidade e interação desses programas com o Serviço Social, assim como entre áreas e grupos afins, realizada em dez Estados brasileiros, em 1987-1988.

Nesse quadro, que corresponde a uma determinada realidade histórica, foram colocados com destaque, na coluna do meio, os *programas do Serviço Social denominados então Desenvolvimento Social*, paralelamente aos

Matriz de interação de programas de natureza social

(Síntese de pesquisa-ação — 1987-1988 — coordenação Lúcia M. B. Freire)

Comunicação social
= Divulgação
= Comemorações participativas
= Integração família-empresa
= Grupos culturais

Serv. social — Rec. sociais
(benefícios — nutrição — fund. seg.)
= Políticas sociais, divulgação e atendimento
= Gestão participativa/Comissões

Saúde e cond. ambientais
= Exames admis/periód/demis/s
= Educação para a saúde
= Cipa/Comissão de Saúde
= Análise ambiental/Ergonomia
= Acompanhamento de casos
= Estudos de absenteísmo
= Análise psicossocial de doenças
= Análise acidentes/doenç. profis.
= Reabilitação/realocação

Acompanham. funcional
(setor recrutamento e seleção)
= Análise, orientação, acompanhamento
= Readaptação
= Pré-desligamento

Desenvolvimento funcional
(Setor de Treinamento e Desenvolvimento)
= Ambientação/Treinamento/Introdução
= Treinamento/desenvolvimento/comportamento
= Desenvolvimento/Chefias operacionais
= Desenvolvimeto gerencial

Avaliação desempenho
(Setor de Treinamto e Desenvolvimento)
= Análise de dados e do processo
= Comitê de avaliação
= Comissão de avaliados

Serviço Social
[Desenvolvimento social]

Ambientação social
= Treinamento introdutório

Análise social individual

Análise social grupal
= Situações de absenteísmo
= Gestantes
= Licenciados
= Grupos funcionais
= Menor trabalhador
= Pré-aposentadoria
= Portador de deficiência física/sensor
= Portadores doença profissional
= Alcoolistas/portadores de dependência química

Desenvolvimento funcional sócio-organizacional
= Equipes de programas sociais
= Corpo gerencial
= Representantes dos trabalhadores
= Assessoria às comissões
= Associação de empregados

Planejamento empresarial
= Colegiado gerencial
= Desburocratização
= Desenvolvimento/Acompanhamento
= Redução de custos

Gestão de pessoal
= Registro e encaminhamento/documentação
= Movimentação
= Análise cargos/realocação

Engenharia de produção
= Humanização da produção
= Relações sociofuncionais
= Reorganização do trabalho
= CCQ
= Pausa programada/prevenção/LER
= Enriquecimento de cargos
= Avaliação operacional

Relações trabalhistas
(setor relações trabalhistas)
= Comissões de trabalhadores
= Comissões mistas
= Associação de empregados

Comissões de trabalhadores
= Alimentação
= Acomp. propostas *diagnóstica* organizacional
= Cipa Saúde/Con. ambientais
= Transporte

Associação de empregados
[entidade sindical]
= Programas participativos
= Programas de benefícios (base cooperativa com os da empresa)

da esquerda, denominados *Recursos Sociais*.[11] Apesar de na matriz essas áreas serem unificadas, naquele momento, naquela empresa, nos Estados, elas se separaram, a despeito de ambas serem integradas predominantemente por assistentes sociais, além de administradores e nutricionista. Para a segunda migraram os *benefícios e serviços* como o de nutrição e assistência médica, farmacêutica, de próteses e outros que a empresa foi implantando em função da correlação de forças, decorrente de reivindicações sindicais, articulando-se também com a Fundação de Previdência Privada.

Os programas de *Desenvolvimento Social* foram subdivididos em *Treinamento Introdutório*, *Análise Social* — individual e grupal (para os atendimentos singulares) e *Desenvolvimento Sócio-Organizacional*, que buscava articular todos os programas e Comissões, neste momento bastante autônomas.[12] O *Treinamento Introdutório* buscava ser a porta de entrada para a estratégia de pesquisa-ação, no sentido de firmar uma marca sobre a relação do Serviço Social com os trabalhadores, indo além de esclarecimentos a trabalhadores novos ou transferidos. Compreendia levantamento de expectativas e reflexão sobre necessidades sociais, buscando apresentar toda a realidade da instituição, articulada com a análise das necessidades sentidas por esses trabalhadores, ao mesmo tempo estimulando-os a participar de comissões e da entidade sindical, apresentadas como meios sociais para alcance das necessidades. Havia um acom-

11. Este fato também representava uma transição para o esvaziamento do Serviço Social nos estados pesquisados, tendo relação também com a dicotomia entre assistência e relações sociais, analisada em Freire (2003, p. 75 e 80-5), estimulada pela sistematização proposta no Documento de Bertioga, de 1974, sendo este uma adaptação do Documento de Teresópolis, de 1970, para as empresas. Análise completa sobre este segundo documento encontra-se em Netto (1991, p. 177-93).

12. Tratava-se de uma conjuntura política curta na empresa, da denominada Nova República, que favoreceu a ascensão de diretores originários dos movimentos sindical e/ou político, no período do ministro Dílson Funaro, ao qual a empresa estava subordinada. No quadro, alguns programas são localizados no Desenvolvimento Social e, ao mesmo tempo, em outras áreas. Isto evidencia, ao mesmo tempo, a interação e a responsabilidade diferenciada em alguns locais ou, ainda, etapas distintas em mais de uma área. São eles: o trabalho com comissões referentes aos serviços, na área de Recursos Sociais, coordenada por assistente social, e na de relações trabalhistas, para acordos; o treinamento introdutório, tradicionalmente vinculado à área de treinamento; a realocação, relativa aos grupos de portadores de doença profissional, com etapas distintas na Saúde Ocupacional e na Gestão de Pessoal. Este momento precedeu as fusões e apontava para a administração por projetos.

panhamento paralelo pela área de seleção e acompanhamento funcional, constituída basicamente por psicólogos, e pelo órgão de treinamento para a ambientação.

No Serviço de Saúde e Condições Ambientais, antes inserido na Gerência de Bem-Estar, na qual se situavam todos os Programas Sociais, permaneceu o conteúdo social, muitos dos programas tendo migrado também do Serviço Social. Diante dessas subdivisões e migrações de programas, propusemos e obtivemos aceitação do trabalho de análise institucional com todas as áreas e programas afins ao Serviço Social, para identificar e desenvolver interações, que originou a pesquisa-ação e o quadro montado.

Além das áreas mais tradicionais de conteúdo social, foram considerados importantes os programas estratégicos novos e todos os segmentos com processo participativo: planejamento estratégico e engenharia de produção, já aproximados das novas estratégias gerenciais; relações trabalhistas, por discutir acordos salariais e de benefícios; comissões de trabalhadores — que proliferaram em face de conjuntura política e institucional favorável aos trabalhadores — e a associação de empregados. O quadro também evidencia muitas das estratégias conquistadas pelos trabalhadores, apropriadas pela direção e gerentes, na Engenharia de Produção, entre eles os Círculos de Controle de Qualidade e a instituição de pausas programadas para prevenção de Lesões por Esforços Repetitivos (LER), resultante de comissão interdisciplinar, com representantes de trabalhadores lesionados, coordenada pelo Serviço Social.

Ao mesmo tempo, todas essas subdivisões e mudanças também se referem ao momento político preliminar à reestruturação neoliberal. Note-se que os programas intitulados Humanização da Produção e Relações Sócio-Funcionais, nessa área de Engenharia de Produção, canalizavam-se para o de Reorganização do Trabalho, sinalizando a reestruturação produtiva. Mesmo assim, em todos os programas destacados por uma moldura, era possível o exercício da assessoria pelo Serviço Social. Um dos produtos finais expressos no quadro foi a confirmação da relação entre todos esses programas e o Serviço Social.

Anteriormente a esse programa maior, foi realizada uma pesquisa participante com todos os assistentes sociais da empresa, através de um Encontro Nacional. Daí surgiu o produto de pensar o conjunto de demandas e programas possíveis com participação do Serviço Social. O produto seguinte, como parte do que foi denominado Desenvolvimento Sócio-Organizacional, foi realizado com as outras equipes de programas sociais afins, alguns contendo assistentes sociais.

Ambos os trabalhos iniciaram-se com uma oficina sobre o que se pensava acerca do que era "o social", discutindo-se as necessidades mais sentidas por todos os integrantes, assim como o que percebiam de relação entre os setores e os programas, as dificuldades e as possibilidades de melhorá-los. No final, foi estabelecido um planejamento conjunto para ser acompanhado.

Em uma das unidades do Nordeste (sendo o projeto para todas as unidades estaduais do Brasil e para as três áreas da matriz), pudemos realizar uma análise institucional ampla, com o "diagnóstico" e propostas solicitadas pelo novo diretor, não ocorrendo essa oportunidade facilmente, por tratar-se de um momento histórico singular, para os quais o profissional deve estar atento.[13] Nesta unidade em que a análise institucional foi mais completa, pôde ser realizado: 1) aplicação de questionários a todos os trabalhadores, com resultados sintetizados em grupos homogêneos, por áreas de trabalho, que escolheram um representante, posteriormente, por eleição; 2) uma dinâmica com esses representantes eleitos, sem a presença de chefes, e também com grupos constituídos de chefes e supervisores e de gerentes, separadamente, no sentido de romper também com a inibição provocada pela presença do poder instituído. Isto porque, numa assessoria em que se discute toda a empresa, suas características particulares de poder na sociedade capitalista, na qual a negociação e o confronto estão presentes na relação capital-trabalho, as pessoas devem se sentir seguras e preparadas. Por isso, preliminarmente, é importante desenvolver, em separado, a análise crítica e política, no senti-

13. É importante captar as diferentes singularidades desses momentos e dos gestores, sobretudo tratando-se de empresa estatal.

do das mediações já explicitadas. 3) Em outro momento, as conclusões e propostas de cada área e nível hierárquico, incluindo as dos grupos de representantes de todos os trabalhadores, foram reunidas, deliberadas em uma assembleia e incorporadas ao planejamento da empresa, em documento oficial.

A dialética entre confronto e negociação também foi constatada em outra realidade, a das ações de inspeção do Consest-RJ. Além do preparo nas câmaras técnicas e no próprio conselho, não se faziam somente denúncias para aplicar multa, como era tradicional nas fiscalizações do Ministério do Trabalho. Junto com a visita de impacto, existia uma discussão sobre as possibilidades de mudança, sendo negociado um documento com a empresa fiscalizada, contendo prazos para mudar as condições e o processo de trabalho.

Já no sindicato, por exemplo, os dirigentes têm trazido, nos dez últimos anos, a demanda de entender a reestruturação produtiva e seus impasses, de revitalizar a formação política e discutir os novos condicionamentos das estratégias sindicais. No decorrer das análises, sentiu-se necessidade de discutir sobre classe social hoje e análise de conjuntura, esta com a assessoria de seus próprios intelectuais orgânicos ou buscados nas universidades. Então, o mesmo mecanismo de pesquisa participante foi aplicado de forma diferenciada, com partes de capacitação política.

É preciso desmistificar a ideia de que se pode fazer tudo em todos os lugares, porque caracterizaria messianismo. Os limites institucionais, que fazem parte do trabalho de análise e de assessoria, e muitas vezes os limites históricos dos momentos que estão sendo vividos na sociedade, como atualmente — com a reestruturação do trabalho e a fragilização dos trabalhadores — muitas vezes impedem a ocupação de espaço mais amplo, correspondente a todas as necessidades e meios sociais potenciais. Porém, contraditoriamente, numa reestruturação com o objetivo de cooptar a adesão dos trabalhadores às mudanças, também são implantados programas amplos que permitem a análise das contradições.

Esta oportunidade poderá ocorrer ainda em uma política pública como a do Humaniza-SUS, impulsionada pelos movimentos sociais e de intelectuais que ocuparam espaços no Estado. O importante é que o pro-

fissional esteja atento para perceber oportunidades de trabalho, que possam comportar esse processo de construção de sujeitos políticos, evitando também o fatalismo, polo contrário do messianismo.

Em organizações comunitárias, poderá ser realizado trabalho semelhante, assim como em um conselho ou comissões, porém, diferem entre eles os objetos, os objetivos e o nível de discussão, entre outras particularidades. Por exemplo, ao assessorar um grupo de assistentes sociais, fala-se a linguagem do Serviço Social, com as suas preocupações, perspectivas teórico-metodológicas, estratégias e técnicas, o projeto ético-político, a legislação, mas sempre com o cuidado de colocar no centro as demandas dos trabalhadores, os meios que existem para atender essas demandas, com seus bloqueios, seus limites e suas possibilidades e um planejamento para ser acompanhado, que deve ser também discutido por todos os que estão envolvidos.

Portanto, é a demanda e o objetivo a serem discutidos que determinam os focos e os modos de trabalho, sempre buscando mecanismos para aprofundar o entendimento além da aparência, para dar aquele banho de negação que vai revelar a fotografia do real e os meios e formas de ação recriados.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ney. Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. *Em Pauta* — Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Uerj, n. 6, p. 10-29, nov. 1995.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação na instituição educativa.* Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CESAR, Monica. Responsabilidade social: novo ethos do discurso empresarial. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social — Enpess. Juiz de Fora, 2001, CD-ROM.

CESAR, Monica. A intervenção social das empresas no Brasil. In: FREIRE, L. M. B.; FREIRE, S. M.; CASTRO, A. T. B. *Serviço Social, política social e trabalho.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Lucia M. B. *Serviço Social organizacional.* São Paulo: Cortez, 1983.

_____. *Serviço Social organizacional.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

_____. *Saúde do trabalhador e Serviço Social*: possibilidades pelo avesso do avesso. Tese (Doutoramento) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____. *O Serviço Social na reestruturação produtiva*: espaços, programas e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *Atribuições privativas do(a) assistente social*. CEFESS, 2002.

LAURELL, Asa Cristina; NORIEGA, Mariano *Processo de produção e saúde*: trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Tradução Edgard Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas.)

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Leila Lima. *Textos de Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. *Investigação epidemiológica e intervenção sanitária em saúde do trabalhador*: o planejamento segundo bases operacionais. Rio de Janeiro, 1994. 13 p.

WEISSHAUPT, Jean Robert (Org.). *As funções socioinstitucionais do Serviço Social.* São Paulo: Cortez, 1988.

CORTEZ EDITORA

CAPÍTULO 3

Consultoria: uma estratégia para a implantação da Loas*

Kênia Augusta Figueiredo

Apresentação

Esse artigo pretende ser uma narrativa histórica de como a atividade de consultoria veio a ser uma das estratégias utilizadas para disseminarmos os acúmulos obtidos na experiência do "modo petista de governar" e para implantarmos a Lei Orgânica da Assistência Social — Loas.

Com vinculação direta à minha experiência profissional, iniciada em 1989, essa história tem início em João Monlevade/MG, onde foram contratados inicialmente cinco assistentes sociais, selecionados e indicados previamente pelos assistentes sociais militantes do Partido dos Trabalhadores, e cuja missão seria a de implantar uma política progressista no campo da assistência social.

---

* O artigo utiliza alguns elementos da dissertação de mestrado "Novos desafios para o Serviço Social na era das comunicações", defendida pela autora, em junho de 2005, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e orientada por Maria Inês Souza Bravo (orientadora) e Maria Cristina Leal (coorientadora).

O Partido dos Trabalhadores, naquele momento, foi eleito para administrar cidades cuja população somavam 15 milhões de habitantes, correspondendo à época a 10% da população brasileira. Inaugura-se aí a primeira geração das administrações do campo democrático-popular e dá-se início à construção do "modo petista de governar".

Para melhor compreensão, este artigo tem três divisões: *João Monlevade, Minas, o início...* que apresenta o cenário político e social quando iniciamos nossa experiência. *Meados de noventa...* registra a expansão do "modo petista de governar" e as condições que favoreceram para darmos início às atividades de consultoria. *A Consultoria* apresenta a experiência em si com registros da metodologia utilizada na realização de diagnóstico social. Por fim, as considerações finais abordando um pouco da atualidade.

João Monlevade, Minas, o início...

Iniciei minhas atividades profissionais, em 1989, em João Monlevade, Minas Gerais, numa época de muita efervescência política, em meio a uma população bem organizada e *sem medo de ser feliz*.[1] João Monlevade há muito já se fazia presente nas lutas de classe, nas questões nacionais, e elegeu pela primeira vez um operário para prefeito, Leonardo Diniz.[2] Elegeu também vereadores oriundos das camadas populares, como a lavadeira da. Preta, o operário Contrapino e outros companheiros aposentados também de origem sindical. Com cerca de 60 mil habitantes, tendo por atividade econômica principal a indústria siderúrgica, esse município, podemos avaliar, começava então a sair da era do fordismo[3] e a conhecer o toyotismo.[4]

---

1. *Slogan* da campanha do PT para a presidência da República em 1989. Coligação PT, PV, PSB, PCdoB.

2. O prefeito terminou seu mandato com 82% de aprovação popular. Não elegeu o seu sucessor. Faleceu em 2000.

3. Padrão produtivo capitalista desenvolvido no século XX. Baseou-se na produção de massa, sendo sua estrutura verticalizada e com controle rígido de produção e dos movimentos.

4. O toyotismo, surgido no Japão no pós-45, tem por características principais: produção flexível; formação de grupos ou equipes de trabalho com utilização da microeletrônica e informática. A pro-

O primeiro mês da administração do PT naquele lugar foi com o prefeito esbaforido entre muitos atendimentos individuais, conhecimento da máquina pública e muitas reuniões. Como dizia: "minha sala é um verdadeiro confessionário". Na prática, ele estava conhecendo por dentro da máquina pública aquilo que já conhecia na fábrica e na convivência com os mais pobres na cidade: os reflexos do chamado primeiro-damismo (atuação benevolente da primeira-dama) na máquina pública. Concluiu que precisava de assistentes sociais.

No segundo mês de sua administração, estávamos lá, uma equipe de cinco profissionais. Deparamos com a total ausência de diagnósticos sociais, programas, projetos e serviços. Encontramos uma cultura dos usuários da assistência social que poderia se resumir em *quem procura o prefeito nos primeiros dias, consegue alguma coisa no final*. Com efeito, este posicionamento coletivo era consequência de um longo período assistencialista, que mobilizava dezenas de pessoas diariamente à prefeitura, numa verdadeira demonstração de força da "Rádio Peão".[5]

Neste momento, os artigos 203 e 204 do Título VIII — Da Ordem Social — da Constituição Cidadã não haviam sido regulamentados. Para um grupo de forasteiros, a ideia era de sermos oportunos e, para tal, colocamo-nos à disposição daquelas pessoas (no início totalmente resistentes: quero falar é com o prefeito!), transformando o confessionário num pré-diagnóstico de demandas para a assistência social e outras áreas da gestão pública.

Naquele tempo, ainda influenciados pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social, herdamos a compreensão de que os profissionais progressistas faziam "trabalho social", diferenciando-se assim do Serviço Social tradicional, ou seja, da prática assistencialista. Nesta perspectiva, criamos a Secretaria de Trabalho Social, respaldados pelas discussões promovidas pelos assistentes sociais nas publicações do Celats — Centro

---

dução é heterogênea e os estoques reduzidos. O trabalho com tendências forte à terceirização e à precarização.

5. Expressão usada quando os trabalhadores, em João Monlevade, repassavam informação uns para os outros em surdina.

Latino-Americano de Trabalho Social e da Alaets — Associação Latino-Americana de Trabalhadores Sociais.

Em 1990, o artigo 227 da Constituição Federal foi regulamentado pela Lei n. 8.069, dando origem ao Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA.

Na altura desses acontecimentos, alguns de nós já atuávamos em outras áreas que não eram da competência do trabalho social. Aliás, esta era uma discussão: o que era da competência deste setor? É claro que, com o advento do ECA, além das ações sociais básicas, geração de trabalho e renda, políticas habitacionais — como o financiamento de material de construção ou mesmo a aquisição da casa própria —, a questão dos direitos da infância e da juventude ganha maior desenvoltura, uma vez que a lei é muito clara, inclusive na forma de gestão. Era preciso constituir o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar.

O processo de constituição do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente emergiu junto à construção do Conselho de Saúde e ao início da experiência do Orçamento Participativo. Um verdadeiro alvoroço democrático. Eram reuniões todas as noites. Variavam-se os temas, um pouco as pessoas... Reuniões nos bairros para discutir a obra, o serviço implantado, as reclamações... Reuniões para esclarecer sobre a epidemia do Cólera, como prevenir... Reuniões para ampliar a coleta de lixo e ensinar a usar este direito, para definir a coleta seletiva, a reforma de praças... Reuniões para alterar o horário do transporte coletivo... Intervenção na empresa de transporte coletivo... Reuniões com os operários dentro da usina para discutir mudanças nos horários de ônibus... Reuniões e reuniões...

Esta mobilização contou com a presença de profissionais de diferentes áreas, mas, eram raras as que não tinham a contribuição dos assistentes sociais. Era a concretização da disciplina "Desenvolvimento de Comunidade",[6] a qual, todos nós, assistentes sociais ali presentes, havíamos cursado nos anos 1980, na PUC-MG.

6. Embora esta disciplina na PUC-MG, na década de 1980, tenha sido ministrada com um conteúdo crítico e com vistas à perspectiva de fortalecimento dos movimentos sociais, na década de

No término deste mandato, em 1992, a Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT (SAI) promoveu vários encontros por área de atuação das administrações públicas, o que possibilitou ao final a organização do primeiro livro *O modo petista de governar*. Lá dizíamos, através de Jorge Bittar, titular da pasta na época:

> (...) o socialismo que queremos, temos certeza, irá se definindo a partir de nossa capacidade de transformar utopia e desejos em planos de ação concretos, além das lutas do dia a dia. (...) o programa do partido não pode se confundir com o programa de governo. Hoje fica mais claro que construímos uma ação institucional em um projeto de construção de novas condições de governabilidade que integrasse e orientasse nossa prática. (...) Este processo de transição envolve uma reorganização político-institucional, mudanças nos blocos históricos de alianças, redefinição do papel do Estado, reestruturação das forças produtivas, visando abrir caminho a um novo ciclo de acumulação. A disputa de hegemonia se dá no controle político e cultural deste processo de transição (1992, p. 15-17)

O capítulo sobre Assistência Social, nesse livro, foi escrito por lideranças e técnicos presentes nos governos petistas. Teve por objetivo aprofundar e defender os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, sistematizando o pensamento dos militantes de esquerda do movimento da assistência social pró-Loas. Além disto, o artigo registra as ações do setor e, ainda, o embate político interno que se travou nas administrações, pois, tradicionalmente, para a esquerda, a assistência social contribuía para retardar ou desarticular o processo organizativo dos trabalhadores, sendo seus usuários parcelas da população que não atingiram o grau de organização para lutar pelos seus direitos sociais, civis e políticos.

O capítulo em si argumenta sobre a importância da assistência social como política pública. Lembro-me de que aguardávamos com muita expectativa a sua aprovação pela direção da Secretaria de Assuntos Ins-

---

1990, no processo de revisão do currículo de formação profissional do assistente social, esta disciplina recebeu várias críticas. A principal delas dizia respeito ao passado em que o desenvolvimento de comunidades no Brasil era orientado pelos princípios norte-americanos, das Nações Unidas, da Igreja Católica e dos particularismos das classes dominantes.

titucionais do PT, já que não contávamos com um referencial legal mais completo (a Loas ainda não havia sido criada). Estávamos um pouco estarrecidas ante a contradição histórica que vivíamos: a de termos lutado pela Constituição cidadã, incluindo os artigos sobre a Assistência Social, e elegermos governos de esquerda que não compreendiam a importância, ou, mais que isto, alguns dirigentes não concordavam com a política de Assistência Social.

Ao longo da gestão pública deflagramos uma intensa luta institucional, pois defendíamos que implantar a assistência social enquanto política pública era "assumir abertamente as ações do campo da assistência social por suas potencialidades de dar visibilidade à questão da pobreza e de impulsionar a criação de mecanismos de transferência de renda para os mais pobres" (1992, p. 116).

O artigo recuperou que, ao longo da história, a assistência social desenvolvia suas ações de forma emergencial e paliativa, desarticulada de uma política mais ampla, ao sabor das sucessivas crises econômicas e das estratégias de legitimação dos grupos no poder. Era preciso, desta forma, inscrevê-la como "política permanente no campo dos direitos sociais e de luta pela conquista da cidadania" (1992, p. 115).

Meados dos anos 90...

Fim do primeiro mandato. A década de 1990 traz para o Brasil, ainda que este tenha sido o último país da América Latina, a hegemonia do ideário do Consenso de Washington. Primeiro, com a eleição de Fernando Collor de Melo, numa atitude de desespero e irresponsabilidade da burguesia nacional. Numa ampla articulação política, Fernando Henrique Cardoso obteve vitória em dois pleitos eleitorais, 1994 e 1998, demarcando a contraofensiva burguesa. Segundo Paula (1998), é exatamente a contrapartida do vigor que as forças populares exibiram entre 1977 e 1989.

Mesmo assim, talvez com o resto de fôlego que restava aos movimentos sociais, no apagar das luzes do governo do presidente Itamar

Franco, os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988 foram regulamentados pela Lei n. 8.742, dando origem à Lei Orgânica da Assistência Social — Loas.

Neste cenário pouco fecundo aos avanços sociais, alguns municípios no país conseguiram se constituir como focos de resistência ao projeto neoliberal. E, embora não fossem ilhas, aprofundaram o modo petista de governar. Para Tarso Genro, em 1997, o partido ainda não tinha uma doutrina conformada sobre os governos locais, mas vinha criando uma cultura, que passava, entre outros elementos importantes, pela inversão de prioridades e pela promoção da participação popular.

A promulgação do ECA e da LOAS exigiu intensas mobilizações. Vários assistentes sociais, entre outros profissionais e setores da sociedade, se articularam e envolveram nestas questões. No período eleitoral os movimentos sociais comprometiam os candidatos a prefeito, através de documentos assinados, a implantarem estas leis.

Uma vez eleitos, muitos prefeitos buscaram honrar com o compromisso assumido e buscaram no partido indicações de profissionais desta área que acumulavam o "modo petista de governar" e a concepção da Loas e do ECA.

Indicados, lá íamos nós, na certeza de que muitas vezes o prefeito queria mesmo era se ver livre da pressão pública e do "confessionário". Mas, estava dada a oportunidade política para aprofundarmos sobre as referidas leis e aprendermos coletivamente a implantá-las. Historicamente, tínhamos um novo desafio: implantar a política pública de assistência social.

Em primeiro lugar, era preciso articular para que pessoas sensíveis à Loas e ao ECA estivessem respondendo pelo setor da Assistência Social. Nos municípios de médio e pequeno portes era muito comum a assistência social estar vinculada ao Departamento ou Secretaria de Saúde. Assim, o segundo desafio era convencer o prefeito de que a Assistência Social é uma política com escopo próprio, não se constituindo mais como um setor da saúde, embora existam ações de assistência social neste setor.

Conquistada esta reforma administrativa, com direito a amplos processos de discussão nas câmaras municipais, a luta passava para a tercei-

ra fase: imprimir um processo de articulação e organização dos conselhos de política, de direitos e tutelares; realizar conferências; criar e otimizar os serviços, projetos e programas; criar os fundos, bem como as diretrizes políticas para os seus financiamentos.

A consultoria é a possibilidade de trocarmos conhecimento sem estarmos envolvidos diretamente com o lugar. Nosso desafio era imprimir uma marca para o campo democrático popular e implantar a Loas e o ECA. Como a discussão sobre democratização do Estado estava no seu apogeu, visto a nova Constituição e o fim da ditadura militar, a necessidade de munir os municípios com bancos de dados era premente. Além das agências de financiamento, passaram também a demandar informações a dinâmica do Orçamento Participativo e os conselhos de política e de direitos.

Na sucessão de 1994, Fernando Henrique Cardoso pôde beneficiar-se dos êxitos do Plano Real. Mas, a conversão de amplos setores das classes médias e mesmo populares não foi somente decorrente de uma boa campanha publicitária, reforçada pelo colapso do socialismo lá fora. Refletia, também, segundo Garcia (2002), o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo. A crise da *década perdida* havia acentuado as distorções do Estado brasileiro e posto mais em evidência as desigualdades sociais.

Em 1997, na segunda publicação reflexiva da Secretaria de Assuntos Institucionais do PT sobre o *modo petista de governar*, Celso Daniel afirmou que:

> (...) o Plano Real constitui uma verdadeira armadilha para as finanças públicas. O câmbio valorizado, os juros altos, abertura indiscriminada do mercado fazem com que a economia não tenha condições de crescer de maneira sustentada, o que implica a não sustentação do crescimento das receitas, que aumentam e caem ao sabor da atividade econômica. A taxa de juros muito elevada faz com que as dívidas cresçam como uma bola de neve. (1997, p. 111)

Preocupados com a governabilidade, esta compreensão possibilitou a abertura de algumas portas para o trabalho de pesquisa e diagnóstico tão necessários à assistência social. Na terceira geração das administrações

do campo democrático-popular (1997-2000), as contratações de consultoria para realização de diagnósticos sociais, através de pesquisa documental e de campo, se proliferaram, acompanhando a ampliação das administrações deste campo político.

A consultoria...

Particularmente, através de consultoria, realizei dois diagnósticos sociais em municípios mineiros, neste período: Sacramento e Tarumirim. Curioso é que nestes dois municípios, com características semelhantes, pequena densidade demográfica, mas, de grandes dimensões territoriais, inexplicavelmente, os prefeitos solicitaram a presença dos pesquisadores em todos os domicílios.

A metodologia aplicada compreendeu três fases. A primeira foi composta pela elaboração do questionário aplicado nos domicílios, construção do *software*, pesquisa documental, seleção e capacitação dos entrevistadores, divisão territorial do município e elaboração de uma proposta de comunicação e mobilização social (comunicação visual — crachá, camisetas, bonés e outros; inserção na mídia; participação da comunidade em geral). Na segunda fase foram realizadas as entrevistas domiciliares, inseridos anúncios explicativos na mídia local e digitação dos dados. A terceira fase constituiu-se na tabulação dos dados, análise estatística e elaboração do relatório final.

O questionário foi composto por oito blocos de identificação: do imóvel; da estrutura social domiciliar; da moradia e supraestrutura; da saúde; dos meios de comunicação; da posse e do uso da terra; do acesso e da qualidade da infraestrutura de serviços públicos, da produção.

Os entrevistadores eram estudantes de segundo grau e residiam no município. Foram selecionados através de avaliação e entrevistas. Ficaram em campo durante 40 dias consecutivos.

Vários profissionais foram engajados no processo, em especial, na terceira fase, a fim de assegurarmos o maior aproveitamento dos dados

levantados. No decorrer do trabalho, foram envolvidos os conselhos de política e direitos, bem como outras entidades de representação da sociedade civil. Buscamos também garantir as informações aos cidadãos em seus domicílios, visando assegurar sua disponibilidade em responder ao questionário. O resultado final foi apresentado e submetido aos referidos conselhos, sendo o Conselho Municipal de Assistência Social a principal referência. Participaram deste momento os vereadores e outras autoridades.

A oportunidade de qualificarmos o trabalho da política pública de Assistência Social, através de um diagnóstico social, ganhou força, inclusive, porque neste período várias Escolas de Serviço Social e intelectuais de outras áreas receberam financiamentos e entramos na era da realização dos "mapas da exclusão social".

As experiências de implantação da Loas e do ECA iam prosseguindo no campo democrático-popular, sejam através do trabalho de consultoria às lideranças e técnicos que assumiam a gestão da Assistência Social, ou pela ação do movimento por meio dos fóruns de assistência social e de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nesta época, já havíamos também criado o Cogemas, órgão de gestores municipais de assistência social, entre outros. As escolas de Serviço Social também já formavam profissionais envolvidos com a Loas e o ECA.

Considerações finais

Dentro do PT, por várias vezes, tentamos articular o setorial de assistência social, sem contudo conseguirmos dialogar com aqueles que ainda consideram a assistência social um entrave à organização social ou à revolução. O início do governo Lula traduziu bem a ausência de hegemonia interna dos que compreendem a Assistência Social como política pública. Ao empossar Benedita da Silva como ministra da Assistência Social e desvincular o Bolsa-Família desta pasta, o governo deixou estarrecido o movimento da assistência social, em especial, os petistas militantes do setor. Tal decisão fazia com que, naquele momento, compreendês-

semos que toda a nossa articulação, inclusive como consultores, no modo petista de governar, ficou dada como uma experiência local, não servindo de acúmulo para a intervenção de governo na esfera nacional.

Durante quase dois anos amargamos essa derrota. Uma derrota acrescida à era FHC, com sua ação focalizada e permeada pela ideia de solidariedade. Nunca se viu o surgimento de tantas organizações não governamentais em tão pouco tempo. Segundo Gramsci, "a história é uma contínua luta de indivíduos e de grupos para mudar aquilo que existe em cada momento dado; mas para ser eficaz, estes indivíduos e grupos deverão se sentir superiores ao existente" (2001, p. 54). Neste sentido, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, bem como a V Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente deram demonstrações de ousadia e compromisso com uma história que já se estende a quase duas décadas. Ao apontar para a construção e implantação de um sistema único, participativo e descentralizado, confirmando a Assistência Social como política pública, de direito do cidadão e dever do Estado, o modo petista se reviu, mudando a direção e o curso da história.

Sabemos que as políticas sociais são a síntese de múltiplas determinações. Acreditamos que os trabalhos de consultoria nas administrações do campo democrático-popular, nos momentos que antecederam a Loas e o ECA nos seus primeiros anos, foram importantes para o fortalecimento da luta empreendida pelas entidades sociais, pela garantia de direitos e pela assistência social como política pública, bem como para a ampliação das discussões, trocas de experiência e implementações no campo da gestão, controle social e financiamento.

De qualquer forma, entendemos que o avanço na implementação da Loas, através do Sistema Único de Assistência Social (Suas),[7] só tem sen-

7. O Sistema Único de Assistência Social tem sido debatido em vários níveis e instâncias de discussão. Algumas entidades têm publicado suas contribuições críticas a fim de fortalecer o debate e ampliar possibilidades nesta fase de implementação. Em nota do Conselho Federal de Serviço Social — Concretização do Suas, como garantia do direito à assistência social — lançado por ocasião da V Conferência Nacional de Assistência Social — dezembro de 2005 —, o CFESS aponta uma relação de avanços reconhecidos e avanços necessários. Entre vários, um indica a necessidade de se dar "ênfase em ações e serviços sociopolíticos que estimulem a organização e o

tido se for para contribuirmos para a reorganização das forças políticas no país, constituindo um novo bloco histórico, para sepultar de vez o assistencialismo. Conforme assinalou Coutinho, trata-se de "adotar uma estratégia reformista-revolucionária, que mantenha a superação do capitalismo como objetivo, mas que conceba o socialismo como meta final de uma época histórica assinalada por profundas e progressivas reformas de estrutura" (2000, p. 116).

Assim, quantas consultorias serão necessárias a outros tantos governos, para que possamos narrar outras estratégias?

A vida é um incêndio: nela
Dançamos, salamandras mágicas.
Que importa restarem cinzas
Se a chama foi bela e alta?
Em meio aos toros que desabam,
Cantemos a canção das chamas!
Cantemos a canção da vida,
Na própria luz consumida...

Inscrição para uma lareira
Mário Quintana

Referências bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti. *Cadernos de capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.

_____. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Brasil em contrarreforma, desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

protagonismo dos usuários no processo de fortalecimento da política de assistência social". Disponível em: <www.cfess.org.br>.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política de assistência social*: uma estratégia de inclusão social. Tema: Financiamento e controle social: instrumentos imprescindíveis na construção da política pública de assistência social. Fórum Social Brasileiro, 8/11/2003. Mimeo.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil*: um direito entre a originalidade e o conservadorismo. 2. ed. Brasília, 2003.

_____. As forças de apoio e de oposição à primeira Proposta de Regulamentação da Assistência Social no Brasil. *Cadernos do Ceam* — Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Brasília, UnB, ano III, n. 11, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente*: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, ed. e trad. Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3 e 4.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Novos desafios para o Serviço Social na era das comunicações. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Uerj, 2005. Mimeo.

TEORIA E DEBATE. *O modo petista de governar*. Caderno especial. São Paulo, 1992.

_____. Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 51, 2002.

_____. Revista trimestral da Fundação Perseu Abramo, São Paulo, n. 57, 2004.

TREVAS, Vicente; BARRETO, Luiz; MAGALHÃES, Inês (Orgs.). *Governo e cidadania*: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Estado e políticas sociais no capitalismo: uma abordagem marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 28, 1988.

Documentos oficiais

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. N. 8.069, 13/7/1990.

LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. N. 8.742, 7/12/1993.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução do CNAS n. 145, 15/10/2004.

CORTEZ EDITORA

CAPÍTULO 4

Assessoria: atribuição da "equipe técnica" no Conselho Tutelar

Alessandra Gomes Mendes
Maurílio Castro de Matos

Apresentação

O artigo é fruto de reflexões a respeito dos desafios e potencialidades do Conselho Tutelar no processo de efetivação da política de proteção integral prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Tais reflexões foram propiciadas a partir da inserção profissional em um Conselho Tutelar na região metropolitana do Rio de Janeiro de 1998 a 2003, em que fomos provocados a pensar não só a respeito do referido órgão, como também sobre qual o papel a ser desempenhado pelos conselheiros e profissionais que ali atuam.

Nesse sentido, é importante destacar que o ECA define o Conselho Tutelar a partir de sua estrutura mínima de funcionamento, que é a existência de pelo menos um conselho em cada município, composto de cinco conselheiros tutelares, cabendo ao poder executivo municipal a responsabilidade de propiciar condições adequadas de trabalho. A reali-

dade tem demonstrado que inúmeros conselhos têm demandado recursos materiais e também trabalhadores que auxiliem o funcionamento deste órgão. Assim, muitos conselhos hoje dispõem de funcionários administrativos (administradores, recepcionistas, arquivistas, motorista etc.) e também de profissionais com formação superior em áreas como serviço social, psicologia, pedagogia e direito. Apenas, panoramicamente, lembramos que em 2001, no estado do Rio de Janeiro — através de uma pesquisa por amostragem que cobriu 63% dos conselhos tutelares então existentes —, foi identificado que em 29,35% existiam equipes técnicas e em Santa Catarina — por meio de respostas de 296 conselhos — existiam, até 2002, 69,6% conselhos com equipes técnicas.[1]

A inserção desta última categoria de trabalhadores, geralmente denominada equipe técnica,[2] sugere a necessidade de uma definição clara a respeito de suas atribuições, as quais devem se pautar não só nas prerrogativas de cada profissão, como também se coadunar à particularidade da ação do Conselho Tutelar, o qual constitui, na forma prevista pelo ECA, sem dúvidas, uma inovação institucional. Assim, investir no fortalecimento do Conselho Tutelar é diretamente, e de forma propulsora, investir na efetivação do ECA, o qual vem atravessando — assim como o conjunto das políticas sociais — por imensas dificuldades de efetivação (Mendes e Matos, 2004).

É nesse sentido que buscamos, neste artigo, lançar algumas contribuições para pensar o papel dos técnicos nos conselhos tutelares. O primeiro ponto a destacar em relação à inserção dos técnicos nesse espaço é

1. Os dados do Rio de Janeiro estão disponíveis em Mendes e Matos (2004). Os de Santa Catarina foram acessados em setembro de 2006 no seguinte endereço eletrônico: <http:www.mp.sc.gov.br/apli_inter/pqc/PQC_ Estatistica.exe/Consulta>.

2. Utilizaremos neste artigo os termos "equipe técnica" e "técnicos" porque essas têm sido, na sua maioria, as denominações dadas aos profissionais que auxiliam os conselheiros tutelares nos assuntos referentes à temática da criança e do adolescente. O objetivo é facilitar a compreensão. Entretanto, como poderá ser observado no decorrer do artigo, entendemos que as atividades desenvolvidas por essas equipes, e seus profissionais, nos Conselhos Tutelares, devem se pautar em pressupostos diferentes do que tradicionalmente se entende quando se reporta às equipes técnicas. Em geral, esse entendimento se refere a uma atividade executora desta equipe e traz, subliminarmente, uma ideia de dissociação de outras dimensões das próprias profissões, como, por exemplo, a da política.

que esta não se faz sem polêmicas, isto é, uns compreendem que os conselhos somente necessitam de suporte administrativo e que não há necessidade de trabalhadores para os outros assuntos cotidianamente abordados nos conselhos tutelares; outros apontam para a relevância do trabalho de técnicos nos conselhos tutelares para a realização de atendimentos como forma de suprir a deficiência da rede de serviços dos municípios; outros indicam, ainda, os técnicos como sujeitos importantes no fornecimento de subsídios aos conselheiros nas suas tomadas de decisões, ressaltando a dimensão de assessoria. Todas essas posições remetem diretamente a uma compreensão específica sobre as atribuições dos conselhos tutelares.

O nosso ponto de vista é de que o trabalho dos técnicos nos conselhos tutelares é de extrema relevância, contudo, na perspectiva de assessoria às atividades desenvolvidas pelo órgão, esta afirmação é resultado da análise sobre o papel do Conselho Tutelar,[3] cujo desdobramento principal é o entendimento de que o conselho é um órgão de garantia dos direitos, e não de realização de atendimentos, ou seja, ele deve atuar no sentido de que existam instituições na rede assistencial do município para o atendimento aos usuários, e não ser o prestador direto desses serviços. Assim, os profissionais de diferentes áreas do conhecimento dispõem de um importante potencial de contribuição ao Conselho Tutelar, sem com isso obscurecer o objetivo original deste órgão, podendo, por meio de suas proposições, analisar e fortalecer a realidade de trabalho desses conselhos, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. É a partir da experiência concreta, articulada com os citados estudos, que este artigo pretende refletir sobre a inserção de técnicos nos conselhos tutelares.

Os direitos de ser criança e adolescente e a atual realidade

A conjuntura atual, marcada pela implantação de políticas de ajuste estrutural, concomitante a uma relativa ampliação do processo democrá-

3. Nos referimos a esta concepção em trabalhos anteriores: Matos e Mendes, 2004; Mendes, 2002.

tico brasileiro,[4] tem colocado novas demandas para os que lidam profissionalmente com as políticas sociais, as quais extrapolam as funções tradicionalmente exercidas por esses sujeitos. O importante a ser recuperado dessa relativa ampliação da democracia é que tivemos o reconhecimento formal da universalização de alguns direitos como de responsabilidade, sobretudo, do Estado, e a criação de mecanismos de participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Esse contexto trouxe novas demandas, como a capacitação e assessoria a novos sujeitos sociais e políticos, como, por exemplo, os conselhos e conselheiros de direitos e de políticas sociais (conselhos de saúde, de assistência social, criança e adolescente, direitos da mulher, entre outros) e também, o que é mais importante para nossa discussão, aos conselhos tutelares.

Para entender o papel dos técnicos nos conselhos tutelares, precisaremos primeiro conceituar o que vem a ser esse espaço, o qual está inscrito, mais especificamente, no interior do processo de transformação da concepção da política social voltada para a infância e a juventude no Brasil, cuja maior expressão é o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Sem dúvidas, algumas das maiores mudanças introduzidas por esta legislação foram o reconhecimento formal da cidadania da população infantojuvenil, a desjudicialização do atendimento às crianças e adolescentes das classes populares e a participação popular na formulação das políticas para este público.

No que diz respeito à cidadania das crianças e adolescentes, podemos dizer que foi trazida para o ordenamento jurídico-institucional brasileiro a concepção de que todas as crianças e adolescentes brasileiros possuem os mesmos direitos e que são concebidos como *sujeitos* e em *fase de desenvolvimento* em relação aos adultos. Entendê-los como sujeitos significa dizer que eles têm direito a voz e a serem ouvidos, dentro dos limites e

4. A ampliação do processo democrático no Brasil é relativa, pois a democracia pressupõe não só a possibilidade de participação política e a garantia da liberdade individual, mas também o direito a condições dignas de existência. Se considerarmos o aprofundamento das desigualdades sociais, o agravamento das condições de vida e, principalmente, o aumento das taxas de desemprego nas últimas duas décadas, acompanhados pelo encolhimento dos gastos sociais do Estado, podemos nos atentar de quão limitada ainda é nossa democracia.

de sua condição; que importam pelo que vivem hoje, como crianças e adolescentes que são, e que *não* são pessoas incompletas que somente importarão pelo adulto que virão a ser no futuro ou pelos traumas que poderão vir a desenvolver. As crianças e os adolescentes não são só *o futuro do país*, conforme postulou uma certa tradição do pensamento sobre a infância por muito tempo.[5] Mais que isso: eles são o presente. Nesse sentido, a situação de miséria em que se encontra um quarto[6] de nossas crianças e adolescentes espelha bastante a realidade atual e apresenta reflexos do que pode ser o futuro. Dizer que eles estão em *fase de desenvolvimento* em relação aos adultos significa afirmar que eles devem ser alvo de proteção e de direitos especiais e, por isso, possuem o direito de ser crianças e adolescentes, de ir à escola, de brincar, de não serem obrigados a trabalhar, entre outros.

Quando falamos da desjudicialização do atendimento, estamos nos referindo à retirada de grande parte da responsabilidade pela efetivação dos direitos da criança e do adolescente do âmbito do Judiciário e a sua transferência para a sociedade. Com o ECA, a ação do Judiciário deve estar restrita a questões judiciais, e não mais se estender a questões de ordem político-sociais. O ECA propõe que a responsabilidade pelos direitos da criança deve ser partilhada pela família, Estado e sociedade, e é nesse sentido que é criado o Conselho Tutelar.

A participação popular inscrita no ECA deriva do preceito constitucional da Carta de 1988, que concebe as políticas públicas como algo que deve estar submetido ao controle público. Espaços fundamentais são as conferências e os conselhos de direitos e de política, em que a sociedade, em conjunto com os trabalhadores da área e gestores públicos e privados, constroem a política. Os conselhos de direitos da criança e do adolescente, como nas outras áreas, têm sido espaços de construção da política permeados por lacunas. A questão da participação na política para a infância e a adolescência ganha, particularmente, outra característica com os conse-

5. A esse respeito, ler Pilotti e Rizzini (1995), onde é abordada a influência do pensamento higienista na construção da política social voltada à infância (ou menoridade) no Brasil.

6. Ipea, 1993.

lhos tutelares que, mesmo diferentes dos conselhos de direitos e de política, são também espaços onde a população — por meio de seus representantes, os conselheiros tutelares — pode imprimir uma contribuição progressista, ou não, à política para a área. Assim como os conselhos de direitos, as conferências e outros espaços de controle social, os conselhos tutelares estão em construção e como tal contribuem para a democracia, mesmo que as realidades locais muitas vezes se distanciem da proposta inicial. O que está em jogo não é a importância desses espaços, e sim como eles vêm sendo utilizados pela sociedade e pelo Estado.

O Conselho Tutelar

A partir da definição jurídico-legal conquistada no ECA, o Conselho Tutelar é um órgão autônomo e não jurisdicional composto por, no mínimo, cinco conselheiros escolhidos pela comunidade, a cada três anos, para garantir a defesa dos direitos da criança e do adolescente no município. Isto significa que o Conselho Tutelar é uma instituição permanente, que não pode desaparecer, apenas se renovam os seus membros. Por outro lado, afirmar que o Conselho é um órgão autônomo é o mesmo que dizer que, formalmente, toma decisões e age sem quaisquer interferências externas, embora esteja sob fiscalização do Ministério Público, da autoridade Judiciária, do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e das entidades civis que trabalham com a população infanto-juvenil. Esta autonomia, contudo, é relativa, uma vez que o órgão depende de verba do Poder Público Municipal, o que sugere que seu caráter é funcional. Por fim, indicar que o Conselho é um órgão não jurisdicional é dizer que não lhe cabe fazer cumprir determinações legais ou efetuar punições nos moldes do Poder Judiciário.

No que diz respeito às suas funções, o Conselho Tutelar atua sobre a omissão, ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, isto é, quando esses direitos são violados pela família, pelo Estado, pela sociedade e/ou em função do próprio comportamento da criança ou do adolescente, utilizando-se, para tanto, de alguns dos seguintes instrumen-

tos de proteção previstos pelo artigo 136 do ECA, a saber: a aplicação de medidas de proteção, que vão desde encaminhamentos, orientações, requisição de serviços, até a inserção em abrigos; a assessoria ao Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para a área da infância e adolescência; e encaminhamento/representação ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal ou administrativa contra os direitos da criança e do adolescente. Além disso, o Conselho, juntamente com o Poder Judiciário e o Ministério Público, tem importante papel na fiscalização de entidades governamentais e não governamentais.

Ao dotar o órgão dessas atribuições, o Estatuto colocou o Conselho Tutelar numa posição estratégica em relação ao reordenamento da política social voltada para a infância e a juventude. Entretanto, muitos desafios ainda estão colocados, até mesmo para que o Conselho venha a cumprir efetivamente o papel para o qual foi criado. Nesse sentido, gostaríamos de levantar aqui algumas questões:

- A herança do modelo de proteção da "menoridade", que coexiste com o modelo de proteção integral proposto pelo ECA, nas instituições,[7] mas também, e principalmente, na sociedade, isto é, os valores hegemônicos — da sociedade, dos trabalhadores e dos gestores, públicos e privados, da área — a respeito das crianças e dos adolescentes, principalmente das classes pauperizadas, ainda estão impregnados de um forte viés controlador e estigmatizante.
- A restrita autonomia dos conselhos tutelares. Embora formalmente autônomos, esses conselhos dependem de uma estrutura de funcionamento cedida pelo Poder Executivo municipal. É possível que isso interfira na sua capacidade de exigir políticas públicas.
- A ausência de diagnósticos da situação da infância e adolescência nos municípios dificulta a elaboração do orçamento da política da área, bem como a própria exigência de serviços e programas sociais.

7. Muitas vezes, o Conselho Tutelar, apesar de ser uma experiência inovadora, tende a reproduzir a estrutura burocrática das tradicionais instituições de atendimento à infância e à juventude.

- A frequente dificuldade dos membros do Conselho em articular um projeto em comum, de enfrentamento da questão da infância no âmbito municipal.
- A dificuldade de articulação com outras instituições da área (Ministério Público, Vara da Infância e da Juventude etc.) em torno de um projeto (e que ele seja progressista, de preferência) para a infância e adolescência.
- A necessidade de (re)conhecer os conselheiros e demais sujeitos da área como sujeitos políticos. Ou seja, que interesses eles representam? Quais as alianças passíveis de serem feitas? Quais são aquelas que não podem ser feitas em hipótese alguma? Qual o espaço para o conflito? Qual o espaço para o consenso?

Todas estas questões, associadas à ausência e/ou deficiência da rede assistencial, dão origem, muitas vezes, a críticas em relação à resolutividade e à legitimidade do Conselho, o qual ainda não é amplamente conhecido pela sociedade. Um exemplo disto é o debate em torno da formação dos conselheiros tutelares, em que não são poucos os que defendem a ideia de que eles deveriam ter formação específica na área de serviço social, pedagogia, direito ou psicologia.[8] Esta ideia se distancia da redação final do ECA, a qual definiu o Conselho Tutelar como um órgão de representação da comunidade na garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nesta perspectiva, o conselho é um órgão essencialmente político e não técnico, que deve ser acionado quando se buscou, sem sucesso, atendimento na rede de serviços voltada ao público infanto-juvenil. Isto é, o conselho não é um órgão de atendimento, e sim de garantia dos direitos e, nesse sentido, de encaminhamento, quando necessário, para a rede de serviços e/ou atendimentos especializados (Kaminski, 2001 e 2002).

8. Curiosamente, esta proposta — de um conselho tutelar composto obrigatoriamente por conselheiros com formação na área do direito, da pedagogia, da psicologia e do serviço social — constava da formação original do projeto de lei do ECA. Neste projeto original, o conselho tutelar era identificado como um órgão de atendimento de direitos.

Nesse aspecto, defendemos que, reconhecendo os conselheiros como representantes da sociedade (o que consideramos uma conquista democrática), eles devem ser escolhidos dentro dos critérios mais amplos possíveis (e, portanto, mais representativos), não devendo haver, a princípio, restrição quanto à formação profissional.[9] Isto porque o êxito da atuação de um conselheiro tutelar depende antes do seu compromisso com os direitos da criança e do adolescente e de sua habilidade em articular estratégias para efetivá-los do que de sua formação acadêmica (Mendes e Matos, 2004).

A realidade, entretanto, tem demonstrado que os conselheiros tutelares têm lidado no cotidiano com questões que requerem conhecimentos mínimos em diferentes áreas do conhecimento, o que tem deixado patente a necessidade de recursos como capacitação continuada e assessoria aos conselhos tutelares, isto é, uma vez considerado o papel representativo que o conselheiro tutelar deve ter, torna-se necessário, pois, algum suporte para que o órgão possa cumprir sua função. Entendemos que a assessoria aos conselhos tutelares é uma estratégia de capacitação continuada dos conselheiros. Eis o que vamos analisar na próxima parte: o que vem a ser esse trabalho de assessoria no Conselho Tutelar.

Assessoria e conselho tutelar

Na língua portuguesa, a assessoria é tida como um órgão ou conjunto de pessoas que assessoram, auxiliam ou ajudam um chefe, escritório ou instituição, especializado na coleta e análise de dados técnicos ou científicos.

Todavia, quando aqui falamos em assessoria, estamos nos remetendo a uma espécie de assessoria bem específica, com contornos distintos das definições acima referidas. Por um lado, não se trata de um *escritório especializado na coleta e análise de dados técnicos ou científicos*, porque, entre

9. É importante lembrar que nada garante que um conselheiro, com nível superior, terá um desempenho melhor do que um que tenha somente o nível fundamental.

outros motivos, entendemos que a atuação dos técnicos ultrapassa esta dimensão de análise e coleta de dados, abarcando também a capacitação continuada dos membros do conselho e a análise institucional, isto é, os técnicos no Conselho, na nossa perspectiva, ofereceriam suporte ao funcionamento da instituição como um todo, não se limitando à análise e coleta de dados. Por outro lado, não estaria referida a um conjunto de pessoas que assessoram um chefe, porque, em que pese o espaço privilegiado que ocupam os conselheiros no Conselho Tutelar, ressaltamos a importância de uma relação de troca entre assessores e conselheiros, em que saberes e atribuições se articulam. Esta parceria não reflete uma relação harmônica, isenta de conflitos, e nem mesmo pressupõe que todos os sujeitos pensarão da mesma forma, partilharão um mesmo projeto, embora preconize a disponibilidade para o diálogo. Desta forma, não se trata, ou não se deveria tratar, de uma relação hierárquica, mas sim de uma relação de complementaridade.

> Assim definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém; deve propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições.[10]

Entendemos a assessoria aos conselhos tutelares como um processo no qual os assessores vão estar inseridos na própria instituição para a qual prestarão assessoria, isto é, participarão de seu cotidiano, onde estarão colocando seus conhecimentos — teóricos, técnicos, investigativos — a serviço da garantia dos direitos da população usuária. Assim, devem buscar, permanentemente, apresentar estratégias aos que atuam nos conselhos tutelares com vistas ao aprimoramento das ações desenvolvidas.

10. Trecho extraído do primeiro artigo desta coletânea, intitulado "Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social", de Maurílio Castro de Matos.

A assessoria realizada no cotidiano dos conselhos tutelares não exclui a realização de assessorias ou consultorias realizadas por outros sujeitos aos conselhos tutelares e nem mesmo a necessidade de capacitações. Todas essas estratégias, realizadas sob perspectiva crítica, são importantes para o fortalecimento dos conselhos tutelares, e, portanto, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, passaremos a refletir, na próxima parte deste artigo, sobre as possibilidades de assessoria aos conselhos tutelares apresentadas pela atual realidade. É importante ressaltar que não existe um formato para a realização dessa assessoria, mas alguns pontos são imprescindíveis nessa reflexão:

- Em que pese que não exista um enquadramento previamente definido para a assessoria no Conselho Tutelar, é fundamental que os assessores detenham, além do saber específico de sua profissão, um conhecimento sobre a política social voltada para a infância e adolescência, assim como sobre o seu funcionamento no nível municipal. É importante reconhecer os sujeitos políticos locais, seus projetos, possíveis interlocutores etc.
- Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre o projeto ético-político de cada uma das profissões (que compõem a equipe de assessoria) e o projeto de Conselho Tutelar que se pretende construir. Assim como os conselheiros tutelares, os assessores não estão isentos do risco de imprimir à sua atuação um caráter conservador e contribuir para a construção de uma imagem autoritária do órgão, através de práticas repressivas e controladoras. É importante destacar que a atuação inicial desses profissionais na proteção social à infância remete ao controle e à patologização dos indivíduos (a esse respeito ver a Donzelot, 1986, sobre o surgimento dos tribunais de menores). Desta forma, podemos dizer que assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, assessores jurídicos entre outros profissionais podem optar todos os dias entre o controle das famílias e o fortalecimento de sua cidadania; entre a individualização e patologização dos problemas sociais e o reconhecimento da necessidade de construção de um novo projeto de sociedade, de transformação das relações sociais.

Uma vez resolvida essa questão do projeto ético-político, resta, ainda, inventar e reinventar o cotidiano, desvelando-o para que um projeto transformador seja implementado. Portanto, além de uma sólida formação profissional, de uma clara direção política para o trabalho a ser desenvolvido e de uma acurada análise de conjuntura, faz-se necessário à equipe de assessoria o exercício da criatividade, pois, a construção do novo clama por fugir à simples reprodução da rotina e demanda a articulação de estratégias, negociação, conflitos e proposições.

Uma experiência de assessoria

Como forma de ilustrar a discussão, esta parte do artigo pretende se debruçar sobre a experiência na Equipe de Técnica[11] do Conselho Tutelar I de São Gonçalo,[12] onde atuamos profissionalmente no período de 1998 a 2003. Nesse sentido, é importante recuperar que o processo de implantação dos conselhos tutelares e de direitos não ocorreu de forma uniforme. Ele teve início nos anos 1990 e se estende até os dias atuais.

Em São Gonçalo, o órgão foi regulamentado por lei municipal em 1991 e teve sua primeira gestão em 1993, se constituindo em um dos primeiros municípios do Estado do Rio de Janeiro a implantar o Conselho Tutelar, se antecipando até mesmo à capital do Estado. Assim como a implantação do conselho, a inserção de técnicos no órgão em São Gonçalo também foi uma das primeiras experiências do Estado, a qual remonta

11. A experiência a ser refletida se deu de 1998 a 2003 e foi empreendida em conjunto com outros assessores. Portanto, nos remeteremos a diversas ações que não foram propostas somente pelos autores deste artigo. Entretanto, todos os integrantes estão desresponsabilizados de quaisquer lacunas que possamos apresentar neste texto. Na impossibilidade de nomear todos(as) que viveram este processo, registramos nossos agradecimentos a todos os conselheiros e aos integrantes das equipes administrativa e técnica.

12. O município de São Gonçalo, segundo dados do IBGE de 2004, possui 249 km² e 948.216 habitantes. A população economicamente ativa trabalha, predominantemente, fora do município. O processo de urbanização da cidade foi recente e sem planejamento. O município conta com expressiva dificuldade de saneamento básico e de rede de serviços para atendimento à sua grande população. Desde 2000, o município passou a ter mais um Conselho Tutelar.

a 1996. Nossa inserção naquele conselho data de 1998, quando, após a aprovação em concurso público para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social daquele município, fomos lotados (quatro assistentes sociais, duas psicólogas e uma pedagoga) no conselho, junto com uma assessora jurídica em cargo comissionado, pois não houve concurso público para essa área.

Os assistentes sociais e a profissional de direito já possuíam uma rotina de trabalho estabelecida — no primeiro caso pela equipe anterior, e, no segundo, pela própria profissional, a qual desempenhava uma assistência jurídica cotidiana. À exceção da assistente jurídica, inicialmente todos os outros profissionais realizavam atendimentos aos usuários. Estas solicitações se davam mediante um livro de recebimento e devolução de processos e, durante os atendimentos, eram realizados encaminhamentos, os quais eram assinados pelos conselheiros tutelares.

Esse procedimento denotava um excesso de burocracia, herdada das antigas estruturas de atendimento à infância e resultava ainda na realização de inúmeras visitas domiciliares, diante da dificuldade de localização dos endereços pelo correio, da ausência de recursos financeiros dos usuários para retornar ao Conselho Tutelar, e da própria urgência das situações. Claramente, havia uma forte reprodução da estrutura burocrática da Justiça da Infância, assim como um certo caráter autoritário, à medida que os atendimentos da Equipe Técnica se davam ora mediante convocações enviadas pelos conselheiros, ora por meio de visitas domiciliares realizadas à revelia dos usuários. É importante salientar que tais procedimentos não se deviam a um posicionamento ou opção dos profissionais, seja da equipe anterior ou da que estava iniciando o trabalho, e sim à forma como o órgão estava estruturado, a qual demandava uma cuidadosa reflexão crítica e mudanças.

Acostumados aos espaços tradicionais de atuação profissional, onde a tônica do trabalho dos assistentes sociais e psicólogos consistia no atendimento direto à população, a impossibilidade de assinar os próprios encaminhamentos nos provocava a refletir sobre a autonomia profissional, isto é, se nos impunham questões como: *de que servem nossos atendimentos se não dispomos de autonomia para efetuar os encaminhamentos*? *Será que real-*

mente não podemos assinar nossos encaminhamentos? Por quê? Afinal, o que é o Conselho Tutelar? Qual o nosso papel neste órgão? Será que nossa atuação possui de fato impactos na vida dos usuários atendidos?

As questões eram inúmeras e algumas necessidades se faziam prementes: era fundamental estudar a política da infância e contextualizar o trabalho do Conselho Tutelar no interior dessa política. Necessário também era conhecer e delimitar a atuação dos técnicos nesses espaços, o que nos levou inicialmente a um trabalho teórico-investigativo, paralelo à atuação na instituição.

No processo investigativo acima citado identificamos que as produções sobre conselhos tutelares eram as mais escassas possíveis, e as sobre o papel dos técnicos eram inexistentes (ainda hoje a produção sobre esses dois assuntos é bastante insípida). Se por um lado não conseguimos identificar uma experiência de referência, por outro lidávamos no dia a dia com um acentuado volume de atendimentos e com a ausência ou insuficiência de uma retaguarda assistencial proporcional à demanda recebida pelo órgão. Podíamos dizer que o cotidiano dos atendimentos refletia a existência de um fosso entre as proposições do ECA e a política concreta voltada para a infância[13] e que devíamos buscar estratégias para contribuir na redução desse hiato.

Esse início foi marcado por imprecisões, mas também por imensa disponibilidade dos técnicos e conselheiros no sentido de identificarem suas atribuições e aperfeiçoar a ação desenvolvida. Assim fomos nos aproximando, paulatinamente, das polêmicas e assertivas que giravam em torno dos conselhos tutelares e, sobretudo, sobre o significado da inserção e atribuições de técnicos nesses órgãos.

Foi necessário um diálogo entre a realidade dos conselhos tutelares e os princípios que regeram a sua criação. Em outros termos, uma análise da contraditória relação entre o dever ser e o concreto. Aos poucos, em permanente interlocução com a parca produção bibliográfica sobre o tema e a realidade, estabelecemos uma concepção de Conselho Tutelar e do saber dos técnicos naquele espaço.

13. A esse respeito, ver Mendes, 2002.

Além das questões anteriormente aludidas, o Conselho Tutelar de São Gonçalo atravessava ainda algumas dificuldades,[14] a saber:

- sua utilização como órgão de atendimentos que visava suplantar os problemas da rede municipal e estadual de atendimento à criança e ao adolescente;
- reduzida leitura política, por parte dos conselheiros tutelares, que articulasse a realidade do conselho com a escassez e o desmantelamento das políticas públicas;
- desarticulação com o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
- falta de clareza da sociedade e das instituições sobre o papel do Conselho Tutelar;
- tensão com o Poder Executivo sobre as condições para funcionamento;
- ausência do Conselho Tutelar na assessoria ao Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para a área.

A partir destas constatações, a equipe construiu algumas estratégias. A primeira delas foi a busca — em conjunto com os conselheiros — da definição das competências profissionais dos técnicos e de interseção entre as suas profissões. Assim, foi necessário definir o campo de atuação de cada profissional e sua relação com as atribuições dos conselheiros tutelares. Desta forma, nosso segundo passo foi a construção de uma *Carta de Atribuições da Equipe Técnica*, fundamentada nos códigos de ética das respectivas profissões, bem como na análise do papel do Conselho Tutelar na política da infância. Essa primeira necessidade de atribuição das funções dos profissionais de assessoria ao Conselho Tutelar não foi encarada de forma estática, tendo sido revista permanentemente no decorrer do trabalho, à medida que se aprofundava a compreensão sobre o trabalho desen-

14. Essas características não eram exclusivas do Conselho Tutelar de São Gonçalo, pois várias das questões aqui elencadas — ou dos seus motivos desencadeadores — foram também identificadas em outras regiões, como São Paulo (Andrade, 2000); Porto Alegre (Kaminsky, 2001; Bragaglia, 2002); Rio de Janeiro (Bazílio, 2003); e Curitiba (Meirelles, 2005).

volvido. O potencial de contribuição de cada profissional se dava por meio de assessoria aos conselheiros no encaminhamento de questões de domínio desse profissional. Exemplificando: na área do Serviço Social os temas giravam em torno da assessoria às ações que envolviam a relação das crianças e adolescentes com a família e a comunidade, identificando os rebatimentos da questão social na vida desses sujeitos e apontando estratégias aos conselheiros de encaminhamento para essas questões. Para isso se fazia necessária a realização de alguns procedimentos, como entrevistas, visitas domiciliares e/ou realização de grupos. O assessor não é um sujeito interventivo, mas para propor, a quem assessora, alguma estratégia, deve conhecer a realidade, daí a necessidade de contato com os usuários neste caso. Assim, tais procedimentos não visavam à prestação de atendimento, mas sim o conhecimento das questões apresentadas e o apontamento de estratégias e encaminhamentos necessários.

Além das ações de assessoria, vinculadas ao campo de conhecimento de cada profissão, a equipe técnica do Conselho Tutelar propôs um conjunto de ações estratégicas no equacionamento das dificuldades identificadas no cotidiano de trabalho e também na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, que serão abordados na próxima parte.

Principais estratégias utilizadas no processo de assessoria

Uma vez esclarecido o processo de construção da atribuição de cada profissão na assessoria, passaremos neste artigo a refletir sobre as atividades propostas pelo conjunto da equipe de assessoria para o Conselho Tutelar.

Visando identificar o descompasso entre a demanda atendida pelo Conselho Tutelar e a sua função originária, estabelecida no ECA, foram pensados diversos "Seminários Internos". Esta iniciativa reunia conselheiros e equipes técnica e administrativa, com vistas a promover a capacitação e discussão sobre as questões apresentadas pelo cotidiano de trabalho. Elaborados numa perspectiva interdisciplinar, cada uma das

respectivas áreas profissionais oferecia sua contribuição específica e ao mesmo tempo desenvolvia atividades em conjunto com os demais técnicos. Nesse sentido, enquanto a psicologia buscava trabalhar as relações institucionais interpessoais, o serviço social centrava sua contribuição na direção da democratização das decisões institucionais, da busca da melhoria da qualidade do serviço oferecido e na articulação das políticas sociais. Daremos ênfase neste artigo ao primeiro seminário realizado, por ter sido este o desencadeador das outras estratégias, que serão refletidas adiante.

Dessa forma, no I Seminário Interno foi organizada uma atividade de Planejamento Estratégico Situacional, onde todos os sujeitos institucionais puderam contribuir na identificação dos principais obstáculos no atendimento aos usuários e na elaboração de propostas para o enfrentamento dessas dificuldades. Essa experiência de deliberação conjunta foi fundante, uma vez que pudemos conhecer as diferentes dimensões das dificuldades de atendimento no órgão, já que ali encontravam-se reunidos tanto conselheiros e técnicos quanto recepcionistas,[15] motoristas e funcionários administrativos em geral, e cada um tinha seu saber valorizado e uma grande contribuição para oferecer.

No seminário pudemos identificar que os principais problemas do conselho, naquela época, giravam em torno do acentuado volume de atendimento, o que estava, entre outras coisas, relacionado à procura inadequada do órgão pela população e à falta de conhecimento sobre ele. Havia uma tendência muito grande de se procurar o conselho sem que tivesse havido qualquer violação de direitos da criança e do adolescente, ou seja, a população recorria primeiramente ao Conselho Tutelar, pois acreditava que este facilitaria o acesso aos serviços sociais. Assim, boa parte dos usuários procurava o órgão para solicitar um encaminhamento para unidades de saúde, escolas e outros serviços, antes de ter se dirigido aos próprios serviços. Naquela mesma atividade de planejamento estra-

15. Interessantíssima, por exemplo, foi a contribuição das funcionárias da recepção, as quais participavam da porta de entrada do órgão, aonde os usuários chegavam ansiosos, contavam seus problemas, permaneciam durante horas aguardando atendimento e pressionavam as recepcionistas, as quais eram as funcionárias da instituição mais próximas naquele período de espera.

tégico foram pensadas soluções, tais como a realização de atividades de sala de espera, triagens e os seminários sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme veremos a seguir.

Atividades de sala de espera

A atividade era realizada pela assessoria, quando esta transformava o local de espera do atendimento num espaço de socialização de informações sobre o ECA, o Conselho Tutelar e outros temas que emergiam durante o grupo. Esta atividade possibilitava ao usuário clareza sobre o órgão e sua autoidentificação com os outros usuários. Também eram realizadas triagens pelos conselheiros tutelares, os quais, imediatamente após as atividades de sala de espera, encaminhavam a outras instituições aqueles usuários cuja demanda não se referiam ao Conselho Tutelar. Esta triagem tinha o duplo efeito de agilizar o atendimento — visto que as demandas de atendimento inadequadas eram prontamente encaminhadas para as instituições — e diminuir seu volume, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço.

Seminários ECA: uma prática em construção

Estes seminários tinham a intenção de provocar o debate da sociedade civil e instituições ligadas ao atendimento da criança e do adolescente para a importância de construir novos caminhos rumo ao efetivo cumprimento dos direitos e deveres previstos pelo ECA no município. Estes foram realizados durante três anos consecutivos, sempre em julho, período do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os seminários contavam com a participação de intelectuais da área vinculados a instituições de ensino e de autoridades municipais. Dessa forma, além de promover a divulgação da ideia de crianças e adolescentes cidadãos, estes seminários buscavam também discutir a política municipal voltada a esses segmentos populacionais.

Encontros de parceiros

Esta iniciativa visava articular a rede de serviços voltados à infância e juventude no município, buscando possibilitar o debate entre elas e a integração entre os diferentes serviços. Tais encontros contavam com a participação de diferentes segmentos da sociedade, tais como universidade, escolas, instituições de saúde, além das autoridades da área. Embora tenha sido uma iniciativa extremamente relevante e significativa, somente dois foram realizados, pois esta atividade coincidiu com o desmonte da Equipe de Assessoria, assunto que será abordado mais adiante.

Debates entre os candidatos a conselheiros tutelares

A Equipe chegou a promover dois debates entre os candidatos ao cargo de conselheiros tutelares como forma de divulgar e democratizar o processo eleitoral para aquele órgão, visto que boa parte da sociedade não chegava a ter conhecimento de sua existência e, quando tinha, não existiam espaços para o conhecimento das propostas de cada um dos candidatos. Assim, entendíamos que não bastava somente existirem eleições diretas e facultativas, era necessário que a sociedade conhecesse esse processo e os candidatos que se apresentavam.

Produção de material informativo

O trabalho de assessoria originou a criação de materiais impressos — cartilhas e fôlderes — criados com objetivos específicos e a partir da demanda da realidade de atendimento dos conselheiros tutelares. Esses materiais eram dirigidos à população em geral e distribuídos no próprio órgão, em eventos, ou em atividades específicas. Pode ser listado da seguinte da forma:

A cartilha *ECA — aprenda brincando* era voltada para o público infantil, buscando introduzir a ideia de crianças e adolescentes sujeitos de

direitos entre este público, sua elaboração se deu para o 1º Seminário "ECA — Uma prática em construção", quando profissionais da equipe de assessoria — psicóloga e pedagoga — realizaram uma oficina com esse público. Também foram distribuídas nas outras edições dos seminários, em que buscávamos sempre oferecer algumas atividades para os públicos infantil e juvenil, e também no próprio conselho após o atendimento a crianças e adolescentes.

A cartilha *ECA — Uma prática em construção* tinha os mesmos objetivos da anterior e foi construída originariamente para o mesmo evento, com a diferença de se voltar para o público adulto. Era distribuída tanto no conselho quanto em eventos, e se dirigia à população usuária e aos trabalhadores de outras instituições.

A cartilha *Adolescência* foi construída devido aos imensos conflitos geracionais que eram atendidos no Conselho Tutelar. Abordava esta fase como um período de transformações psicológicas, biológicas, sociais e culturais. Assim, buscava contribuir para a reflexão de pais e adolescentes sobre esse ciclo da vida, subsidiando o trabalho realizado no Conselho Tutelar.

A cartilha *Maus-tratos na Infância* foi elaborada com o objetivo de possibilitar a reflexão sobre a violência doméstica, sugerindo a reconstrução da sociedade com as crianças e adolescentes. Era voltada para a sociedade em geral, tendo sido distribuída, sobretudo, nos seminários e no próprio cotidiano do conselho.

Além das cartilhas citadas, foram também criados dois fôlderes. Um com o objetivo principal de divulgar e clarificar as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar, intitulado *Conhecendo o Conselho*, e outro que se referia às atividades empreendidas pelos assessores naquele espaço, que se chamava *Atividades desenvolvidas pela equipe técnica do Conselho Tutelar*. Ambos serviam de subsídios, sobretudo, às atividades de sala de espera, as quais constituíam um momento privilegiado para a elucidação das atribuições do órgão e de discussão da imagem repressiva da sociedade em relação à política social voltada à infância e juventude. Contudo, o segundo fôlder visava, especialmente, explicar a atribuição de assessoria desenvolvida pela equipe técnica.

Reflexões acerca das estratégias utilizadas na assessoria

Retomando as estratégias utilizadas na assessoria ao Conselho Tutelar de São Gonçalo, podemos notar, no relato descrito, pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a ação da equipe de assessoria. A primeira atividade de assessoria foi um seminário com os sujeitos que atuavam no conselho, coordenado por uma equipe multiprofissional, com recurso ao planejamento estratégico. A realização dessa atividade expressava uma dimensão fundante: de que qualquer atividade de assessoria teria que ser precedida pela pesquisa sobre a realidade. Esta pesquisa se deu por meio de uma atividade participativa. Isso expressava a tática de que a busca de alternativas só se daria pelo coletivo, por meio da participação dos conselheiros e funcionários. Também sinalizava a compreensão de que os desafios postos à realidade dos conselhos tutelares eram, necessariamente, para serem enfrentados coletivamente e de forma multidisciplinar.

Após essa primeira atividade, as outras estratégias se pautaram também nos princípios de um trabalho coletivo e em permanente construção. A sala de espera, originariamente utilizada no setor público de saúde, foi trazida para a realidade da área da infância e da adolescência como um espaço que buscava socializar informações, mas também possibilitar uma reflexão sobre a política social para a área, buscando no grupo identificar o rebatimento desta política na vida dos sujeitos e de como estes podiam contribuir para a sua reorientação.

As edições do Seminário "ECA — Uma prática em construção" e do "Encontro de parceiros" tentaram ser parte da estratégia de articulação da rede de atendimento da infância e da adolescência, tema muito abordado na literatura sobre gestão das políticas sociais, mas raramente efetivado. É um pressuposto hoje construir políticas sociais públicas intersetoriais e interinstitucionais, entretanto, a competitividade entre as instituições e a debilidade — ética, técnica e política — da formação profissional dos que nelas atuam, na sua maioria, são elos dificultadores.

A proposição de um debate com os candidatos ao cargo de conselheiros tutelares foi uma intenção de diminuir o fosso entre a população e o Conselho Tutelar e de democratizar, na perspectiva de construção de

direitos, a escolha para o cargo. Isso expressava a clareza do conselho como um espaço de participação popular e que, como tal, deve contar com essa participação de forma crítica e atuante.

Considerações finais

A riqueza da experiência de assessoria ao Conselho Tutelar de São Gonçalo foi a construção deste processo no cotidiano. A realidade, a pesquisa e a defesa intransigente da efetivação do ECA clarificaram a atribuição da equipe técnica já que, no início deste trabalho, havia a tendência de se fazer/demandar ao profissional a realização de atendimentos, mesmo que curtos, com vistas a substituir a lacuna da rede de serviços. Fundamentais também foram o compromisso dos conselheiros tutelares e dos gestores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) com este processo, bem como o absoluto respeito dos assessores ao conhecimento acumulado pelos conselheiros, a disponibilidade para a troca e democratização do seu conhecimento, consonantes e compromissados com o princípio da participação popular nas políticas públicas.

Além dessas atividades que foram descritas aqui, a Equipe teve em mente a implantação de outros projetos, como, por exemplo, a capacitação de profissionais da saúde e da educação para a identificação de suspeitas de violência contra a criança e o adolescente. Contudo, é importante frisar que as políticas de ajuste estrutural sempre tiveram um duplo impacto no trabalho desenvolvido pela assessoria. O primeiro era relacionado à escassez de serviços sociais, que dificultava enormemente a realização das ações indicadas, haja vista a comum ausência de serviços ou de vagas no município. O outro foi relacionado ao desmonte daquele trabalho, pois embora oito técnicos dê a ideia da existência de uma equipe grande, na prática sempre houve defasagem no número de profissionais. Por outro lado, se a situação de trabalhadores estatutários proporcionava uma maior autonomia à equipe, por outro, a baixa remuneração dos profissionais e o redirecionamento da ação política da SMDS em outra gestão (com uma efetiva desvalorização dos profissionais efetivos nas diferentes instituições) levaram a uma progressiva evasão dos profissionais, a qual não foi

acompanhada pela reposição dos quadros, o que resultou no fim do trabalho desenvolvido.

Conforme já tratado no artigo, foi necessária uma confluência de fatores para o êxito dessa experiência de trabalho nos Conselhos Tutelares, entre elas o tipo de vínculo empregatício do assessor. A inserção como profissionais concursados foi um dos fatores que contribuíram sobremaneira para a realização daquele trabalho, uma vez que dotou a equipe de maior autonomia no desenvolvimento de seu trabalho. A inserção profissional precarizada constitui um grande obstáculo ao posicionamento dos técnicos em relação ao trabalho desenvolvido. Exemplo disto são os conselhos tutelares do município do Rio de Janeiro que, somente com a entrada de profissionais concursados (em substituição aos terceirizados contratados por uma organização não governamental), se iniciou um amplo e tenso debate sobre a característica deste trabalho, em que os profissionais provocaram seus órgãos de fiscalização — Conselhos Regionais de Serviço Social e de Psicologia — para a inserção no debate.

A realidade do Rio de Janeiro é múltipla — são dez conselhos — e construída por sujeitos, conselheiros e profissionais, com diferentes perspectivas. Mas reafirmou a necessidade do debate sobre o trabalho de técnicos nos conselhos tutelares. Recentemente a Secretaria Municipal de Assistência Social publicou um caderno com artigos dos profissionais sobre os conselhos tutelares. Mesmo que na maioria destes haja uma sobreposição das ações de assessoria com as de atendimento, estes textos avançam ao enfatizar os conselhos como espaços de trabalho profissional e de construção de política pública.[16]

Na experiência de São Gonçalo, muitos foram os embates. A construção não foi calma, foi permeada também por lacunas que, se enfren-

16. Importante também registrar que o procedimento no Rio de Janeiro foi parecido com o de São Gonçalo. Houve inicialmente a necessidade de definição das atribuições dos técnicos nos conselhos. A partir daí também foi identificada a sua ação enquanto de assessoria aos conselhos e a construção de um documento com as suas atribuições. Contudo, pelos artigos publicados pelos profissionais que atuam nos conselhos tutelares do Rio de Janeiro, podemos observar que há uma tensão entre a construção da dimensão de assessoria e as demandas de alguns conselheiros para a execução de serviços por parte dos técnicos. Este processo, nitidamente, está em construção, mas apresentou algumas conquistas e assim aponta para a possibilidade de aprimoramento da ação desenvolvida pelos conselhos tutelares.

tadas, poderiam ter aperfeiçoado o trabalho. O percurso aqui esboçado não pretende ser um modelo a ser seguido. A intenção da sua socialização é a de contribuir para o debate, a partir da experiência que foi pioneira no que tange a esse tipo de inserção profissional. Até porque somos sabedores de que a implantação dos conselhos tutelares é uma história de somente uma década.

Por outro lado, é importante registrar que, embora cada um dos assessores tivesse suas próprias convicções teórico-político-ideológicas, as quais muitas vezes eram divergentes e conflitantes entre si, todos possuíam em comum o compromisso com a defesa da cidadania infanto-juvenil e a efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ao mesmo tempo, havia a disponibilidade para a construção de um projeto comum de assessoria, isto é, em que pesem todas as diferenças passíveis de existir numa equipe composta por oito profissionais com perfis e formações diferentes, sempre houve grande disponibilidade e empenho em discuti-las, negociá-las e transformá-las em material de crescimento coletivo.[17]

Referências bibliográficas

ANDRADE, José Eduardo. *Conselhos tutelares*: sem ou cem caminhos? São Paulo: Veras, 2000.

BAZILIO, Luiz Cavalieri. O Estatuto da Criança e do Adolescente está em risco. Os Conselhos Tutelares e as Medidas Socioeducativas. In: _____; KRAMER, Sonia. São Paulo: Cortez, 2003.

BRAGAGLIA, Mônica. Conselho Tutelar: que agente social é esse? In: NAHRA, Clícia M. Leite; _____. *Conselho Tutelar*: gênese, dinâmica e tendências. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.

17. Nesse sentido, gostaríamos de registrar o nome dos outros profissionais que participaram da construção daquela equipe de assessoria e agradecer-lhes a oportunidade de crescimento e amadurecimento compartilhados: Maria Bethânia Raulino Gomes e Olívia Regina Henriques Vianna — psicólogas; Maria de Fátima Ferreira de Rezende Silva, assessora jurídica; Mônica Regina Martins, Patrícia Valéria Leal de Andrade e Andreia Ledig — assistentes sociais; e Maria Aparecida Valle — pedagoga.

BRASIL. Lei n. 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

KAMISNKI, André Karst. Conselho Tutelar: dez anos de uma experiência da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. *Âmbito Jurídico*, n. 19, 2001. Disponível em: <http:www.ambito-juridico. com.br/aj/eca0019.htm>. Acesso em: 15 jun. 2003.

_____. Conselhos tutelares: perspectivas. In: NAHRA, Clícia M. Leite; BRAGAGLIA, Mônica. *Conselho Tutelar*: gênese, dinâmica e tendências. Canoas: Ed. Ulbra, 2002.

MEIRELLES, Gisele Ávila Leal. As relações político-administrativas entre os Conselhos Tutelares e a Prefeitura de Curitiba. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 83, 2005.

MENDES, Alessandra Gomes. *A inserção de crianças e adolescentes em abrigos e Cieps-residência*: a experiência do Conselho Tutelar de São Gonçalo. Dissertação (Mestrado) — Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2002.

MENDES, Alessandra Gomes; GOMES, Maria Bethânia Raulino; MATOS, Maurílio Castro; MARTINS, Mônica Regina. Refletindo sobre a inserção de técnicos no Conselho Tutelar. In: ABEPSS; CFESS; Enesso. *Caderno de Comunicações do X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. Rio Janeiro, 2001.

MENDES, Alessandra Gomes; MATOS, Maurílio Castro. Uma agenda para os conselhos tutelares. In: SALES, Mione; MATOS, Maurílio; LEAL, Maria Cristina. *Política social, família e juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Uerj, 2004.

M.P. — Santa Catarina. Pesquisa sobre os conselhos tutelares. Disponível em: <http:www.mp.sc.gov.br/apli_inter/pqc/PQC_Estatistica.exe/Consulta>. Acesso em: 10 set. 2006.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1995.

VV. AA. Trabalho técnico dos conselhos tutelares. Rio de Janeiro: SMAS — RJ/Escola Carioca de Gestores da Assistência Social, 2005. (*Cadernos de Assistência Social*, v. 2.)

CAPÍTULO 5

Fórum em defesa dos serviços públicos e contra as fundações estatais de direito privado no Rio de Janeiro: uma experiência de assessoria*

Maria Inês Souza Bravo
Juliana Souza Bravo de Menezes

Apresentação

O artigo apresenta uma análise acerca da organização dos diversos sujeitos sociais inseridos na saúde, no estado do Rio de Janeiro, a partir da apresentação pelo governo do Estado e posterior aprovação pela Assembleia Legislativa da Lei Complementar, que autoriza a criação de "Fundações Estatais de Direito Privado" como modelo de gestão a ser implementado nos hospitais do estado, em 2007.

* Parte das reflexões aqui tratadas foi abordada pelas autoras em comunicação escrita em conjunto com Pelaez e Oliveira apresentada no XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas Trabajo Social, realizado em Guayaquil/Equador, em 2009.

É fruto da experiência de assessoria do Projeto Políticas Públicas de Saúde[1] no Fórum em Defesa do Serviço Público e contra as Fundações Estatais de Direito Privado, instalado no Rio de Janeiro, em novembro de 2007.

O texto vai inicialmente apresentar os antecedentes e a origem desta proposta na Política de Saúde, em seguida caracteriza a criação do Fórum em Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações no Rio de Janeiro e a experiência de assessoria realizada. Para finalizar, levantam-se algumas considerações com o objetivo de valorizar a assessoria aos movimentos sociais, considerada uma demanda importante para os assistentes sociais na atualidade.

1. A proposta de fundação de direito privado: origem e desenvolvimento

A proposta de fundação estatal de direito privado insere-se no debate dos "novos" modelos de gestão e tem origem nas reformas do Estado[2] que têm influenciado as políticas sociais de diversas formas com corte nos gastos sociais, retração significativa do setor público através de processos de privatização e introdução de mecanismos típicos de mercado no setor público.

Coutinho (2007) aponta que na atualidade constata-se a tentativa de supressão radical daquilo que Marx chamou de "vitória da economia política do trabalho" e, por conseguinte, de restauração plena da economia política do capital. Dessa forma, o autor considera mais adequado, para

1. O Projeto articula ensino, pesquisa e extensão, pois envolve estágio curricular e assessoria aos movimentos sociais e conselhos e está situado na Faculdade de Serviço Social da Universidade do estado do Rio de Janeiro, coordenado pela professora Maria Inês Souza Bravo e conta com o apoio do CNPq, Faperj e Uerj.

2. O termo reforma está sendo empregado face a sua utilização por diversos autores e por órgãos oficiais. Entretanto, considera-se que a denominação mais adequada é "contrarreforma", pois as mesmas vão na direção de supressão de direitos enquanto as reformas têm sua origem nas lutas sociais e progressistas. Para maior aprofundamento, vide Behring (2003).

uma descrição dos traços essenciais da época contemporânea, utilizar não o conceito de *revolução passiva*, mas sim o de *contrarreforma*.[3]

Estas propostas aparecem no Brasil, a partir dos anos 1990, em contraposição ao Projeto de Reforma Sanitária, construído nos anos 1980. O Projeto de Reforma Sanitária, tendo no Sistema Único de Saúde (SUS) uma estratégia, tem como base um Estado democrático de direito, responsável pelas políticas sociais e, consequentemente, pela saúde. Destacam-se como fundamentos dessa proposta a democratização do acesso; a universalização das ações; a melhoria da qualidade dos serviços com a adoção de um novo modelo assistencial pautado na integralidade e equidade das ações; a democratização das informações e transparência no uso de recursos e ações do governo; a descentralização com controle social; a interdisciplinaridade nas ações. Seu ponto central é a defesa da "saúde como direito de todos e dever do Estado" (Bravo e Matos, 2001).

A partir da década de 1990, a proposta de Seguridade Social e da Saúde, em particular, vem sofrendo os impactos do Projeto Neoliberal pautado na seguinte ideia: a "satanização" do Estado responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade e, por outro lado, a "santificação" do mercado e da iniciativa privada (Borón, 1995).

Dessa forma, Tavares e Fiori ressaltam que

> em oposição ao "pacto social" que deu lugar à Constituição de 88, consolidou-se, nos anos 1990, um amplo consenso liberal (filiado ao Consenso de Washington)[4] favorável à implementação do programa de estabilização, ajuste e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos na-

3. "Gramsci caracteriza a contrarreforma como uma pura e simples 'restauração', diferentemente do que faz no caso da revolução passiva, quando fala em uma 'revolução-restauração'. Apesar disso, porém, ele admite que até mesmo neste caso tem lugar uma 'combinação entre o velho e o novo'. Podemos supor assim que a diferença essencial entre uma revolução passiva e uma contrarreforma resida no fato de que, enquanto na primeira certamente existem 'restaurações', mas que 'acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo', como diz Gramsci, na segunda é preponderante não o momento do novo, mas precisamente o do velho. Trata-se de uma diferença talvez sutil, mas que tem um significado histórico que não pode ser subestimado" (Coutinho, 2007).

4. Denominação dada a um plano de medidas de ajustamento das economias periféricas imposto pelas agências financeiras internacionais (FMI, BM, BIRD) e pelo governo norte-americano em reunião ocorrida em Washington no ano de 1989 (Fiori, 1995; Soares, 2000).

> cionais e pelas agências financeiras internacionais: programa de privatizações; redução de tarifas alfandegárias para importação; liberalização dos preços; redução de isenções fiscais, subsídios e linhas de crédito, corte dos gastos públicos. (1993, p. 153)

Na saúde, este avanço tem como base o Estado Mínimo para as questões sociais e um modelo de efetividade e eficiência. Pauta-se na Política de Ajuste que tem como principais tendências a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central. Nesse Projeto, a tarefa do Estado consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento dos que têm condições de acessar o mercado. Suas principais propostas são: caráter focalizado para atender às populações vulneráveis através do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços no nível local, eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento. Em síntese, a proposta de uma saúde pobre para pobre (Bravo e Matos, 2001).

Com relação aos modelos de gestão, diversas proposições surgem nos anos 1990 que se originaram a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), coordenado por Bresser Pereira no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Entre as propostas que pretendem transformar a gestão pública destacam-se as Organizações Sociais (OS), em 1995, e, posteriormente, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), em 1998.

Franco (1998), ao analisar as Organizações Sociais, apresenta seis razões contrárias a esta proposição e que se contrapõem ao SUS constitucional:

1. A quebra do "Sistema", na forma concebida originalmente pelo SUS

O hospital gerenciado por uma entidade de direito privado, a OS, passa a trabalhar sob a lógica do mercado. Dessa forma, a cadeia de serviços que garante ao SUS a condição de sistema deixa de operar de

forma integrada, rompendo com os seus princípios de integralidade e regionalização.

2. A extinção do quadro de servidores públicos da Saúde, nos estabelecimentos gerenciados pelas OS

O quadro estatutário atual da saúde será gradativamente extinto para dar lugar a um quadro contratado via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O objetivo de se construir um quadro de servidores da saúde, com isonomia, plano de cargos, carreiras e salários (PCCS) e a viabilização da NOB/RH SUS são propostas para garantir o SUS constitucional. Neste modelo, elas não serão efetivadas.

3. A gestão de Recursos Humanos (RH), desafios atuais e no quadro das OS

Nas OS, a gestão do trabalho é predominantemente centralizadora, autoritária e normativa. O controle do trabalho é regido por expedientes administrativos. O setor público tem possibilitado a realização de novas experiências de gestão, em que são oferecidos aos trabalhadores da saúde processos de trabalho, com maior grau de autonomia no exercício profissional. Isto só é possível em estabelecimentos onde o profissional opera sob a lógica solidária, sob valores éticos que permeiam a questão da saúde como direito de cidadania, sob uma nova consciência do papel transformador do trabalho. A mudança dos hospitais públicos para a gerência de OS, operando sob a lógica do mercado, quebra com esta possibilidade criativa e com base na justiça social.

4. A saúde como direito público, o mercado e a opção das OS

A OS vai dividir os serviços que presta, com dois tipos diferentes de clientela: o usuário dependente do sistema público e o usuário que paga pela assistência através dos seguros e planos de saúde privados. As leis mercantis vão definir a relação do hospital sob gestão da OS e os usuários. O mercado é impessoal e prioriza o lucro através da sua atividade e não a resolução da questão saúde. A prioridade ao atendimento será dada à população pagante, reduzindo a oferta de serviços no sistema universal, contribuindo para a não garantia da saúde como direito.

5. O modelo de assistência e as OS, entre a necessidade e os limites rígidos do mercado

Os serviços de saúde, na sua dimensão operacional, são a instância mediadora entre o que é ofertado e as necessidades de saúde da população. Com os hospitais públicos, geridos por entidades de direito privado, as OS, o trabalho em torno de um novo modelo de assistência será impossível, dada a natureza mercantil que direciona a assistência. Além disso, a tendência destes estabelecimentos é trabalhar apenas sob a lógica da "razão instrumental" bloqueando qualquer possibilidade de mudança no modo de fazer saúde.

6. O controle social das OS

Há duas razões para se duvidar de que haverá controle social nos estabelecimentos geridos pelas OS. A primeira diz respeito ao fato de que, na Medida Provisória (MP) aprovada, que cria as OS, não há nenhuma menção ao controle externo destas. Por serem estabelecimentos regulados através de um contrato de gestão com o poder público, o seu funcionamento será fiscalizado pelo governo que fará o controle da entidade. Pela MP, o Ministério Público só agirá contra os dirigentes das OS a chamado do governo, limitando assim a ação controladora da sociedade.

Rezende (2008) também faz diversas críticas às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destacando vários aspectos que apenas serão sintetizados, a saber: as ações serão focalizadas; não haverá participação da comunidade nem controle social; a descentralização das ações caberá à iniciativa privada.[5]

No governo Lula, em 2007, é apresentada também uma proposta de adoção de um "novo" modelo jurídico-institucional para a rede pública de hospitais, ou seja, a criação de Fundações Estatais de Direito Privado. Este debate está mais avançado na saúde,[6] mas pretende atingir todas as

5. Para maior aprofundamento vide Rezende (2008).

6. Na saúde este debate inicia-se com a crise da saúde no Rio de Janeiro e teve impulso com a criação e elaboração, pela equipe de trabalho constituída pelos Ministérios do Planejamento e Saúde com a participação de professores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fio-

áreas que não sejam exclusivas de Estado, tais como: saúde, educação, ciência e tecnologia, cultura, meio ambiente, desporto, previdência complementar, assistência social, entre outras.[7]

Algumas questões podem ser levantadas com relação a esta proposta, tendo por referência a saúde: as fundações serão regidas pelo direito privado; tem seu marco na "contrarreforma" do Estado de Bresser Pereira/FHC; a contratação de pessoal é pela CLT, acabando com o Regime Jurídico Único (RJU); não enfatiza o controle social, pois não prevê os Conselhos Gestores de Unidades e sim Conselhos Curadores; não leva em consideração a luta por Plano de Cargo, Carreira e Salário dos Trabalhadores de Saúde; não obedece às proposições da 3ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, realizada em 2006; fragiliza os trabalhadores através da criação de Planos de Cargo, Carreira e Salário por Fundações (Bravo, 2007; Bravo e Menezes, 2008).

Granemann ao analisar esta proposta afirma que:

> A contrarreforma estatal que permitiu à iniciativa privada transformar quase todas as dimensões da vida social em negócios, ao definir de modo rebaixado o que são as atividades exclusivas do Estado — ação que permitiu a entrega das estatais ao mercado pela via das privatizações — tem no Projeto de Fundação Estatal um estágio aprofundado da transformação do Estado em mínimo para o trabalho e máximo para o capital. (2008, p. 37)

Os movimentos sociais têm reagido a esta proposição. Em 2007, o Conselho Nacional de Saúde se posicionou contrário às Fundações pri-

---

cruz), Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Sunfeld Advocacia/SP, do documento que foi apresentado, inicialmente, no Congresso da Abrasco, em 2006, com o título "Gestão em saúde: novos modelos de gestão para os institutos e hospitais do Ministério da Saúde" e, posteriormente, teve revisão no título para fundações estatais. Atualmente, há uma articulação entre os estados da Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sergipe para a adoção deste modelo bem como, para os hospitais federais do Rio de Janeiro.

7. Em 2007, é apresentado ao Congresso Nacional brasileiro, pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar n. 92/07 que propõe a criação das Fundações Estatais de Direito Privado para todas as áreas que não sejam exclusivas do Estado. Este projeto objetiva regulamentar a Emenda Constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, mais conhecida como emenda da contrarreforma do Estado brasileiro, do governo Fernando Henrique Cardoso.

vadas na sua reunião do mês de junho.[8] Nesse mesmo ano, foram realizadas Conferências Estaduais em todos os Estados brasileiros e a 13ª Conferência Nacional de Saúde — maior evento envolvendo a participação social no país. Em todas estas conferências a proposta de criação das Fundações de Direito Privado foi rejeitada.

No item a seguir, vai-se enfocar a experiência do Fórum em Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações do Rio de Janeiro.

2. O Fórum em Defesa do Serviço Público e contra as Fundações e a experiência de assessoria

O fórum surgiu em novembro de 2007, como espaço composto por centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e mandatos parlamentares, representantes dos conselhos municipais e estadual de saúde, projetos de pesquisa e extensão universitária das universidades públicas, bem como outras entidades e movimentos sociais. Este foi o caminho de unidade encontrado pelo movimento para intervir no processo de tramitação do Projeto de Lei que autoriza a criação de fundações estatais de direito privado na saúde, para gerir 24 hospitais. O projeto de lei em questão foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e sancionado pelo Executivo na forma da Lei n. 5.164, de 17 de dezembro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a instituir três fundações: a fundação estatal dos hospitais gerais; a fundação estatal dos hospitais de ur-

8. O Pleno do Conselho Nacional de Saúde (CNS) decidiu pelo debate da proposta uma vez que o ministro Temporão já havia admitido durante a reunião de maio de 2007, do Conselho Nacional, que o projeto, ainda em fase de construção, seguiria direto para o Congresso Nacional onde ocorreria o debate e não passaria pelo Conselho. A reunião do CNS que discutiu e rejeitou o projeto contou com a participação de representante do Ministério do Planejamento, da consultora em saúde e do presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS). O Conselho Nacional mesmo tendo tirado posição reconheceu a necessidade de ampliar o debate com a sociedade civil organizada sobre as diferentes modalidades de gestão do SUS. Foram realizados dois seminários: um em julho de 2007 e o II Seminário em 12 de maio de 2008 (*Jornal do CNS*, novembro de 2007). Os dois seminários realizados mantiveram a posição do pleno do CNS contrária às Fundações privadas.

gência e emergência e a fundação estatal dos institutos de saúde e da central de transplante. Mesmo após a aprovação e sanção da Lei este espaço se manteve buscando a participação de outros movimentos sociais, especialmente nas áreas futuramente afetadas pelo projeto de fundações que segue em discussão no Congresso Nacional — o Projeto de Lei Complementar (PLC) n. 92/07 —, conforme já referido no primeiro item deste trabalho.

No decorrer desse processo, entidades que lutam pela defesa da saúde pública se reuniram para pensar estratégias de enfrentamento ao Projeto de Lei e, posteriormente à lei, no sentido de discutir com os usuários, trabalhadores de saúde e movimentos sociais o conteúdo desta e os pontos que desrespeitam os princípios contidos no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, debateram-se as inconsistências jurídicas e políticas da proposta de fundação estatal de direito privado, a qual, segundo Rezende, vem "carregada de todos os vícios da relação público-privado já vivenciados na área da saúde" (2008, p. 25).

O Projeto Políticas Públicas de Saúde da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/Uerj) desenvolveu nesse espaço uma assessoria direta, que envolve formação técnica e política aos sujeitos sociais através da produção de textos e subsídios para os participantes através da realização de debates e seminários, bem como a preparação de reuniões realizadas com usuários e trabalhadores de saúde nas unidades a serem transformadas em fundações. Buscou-se contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais na construção de uma esfera pública democrática, através da democratização das informações oriundas das investigações e estudos realizados com relação à temática.

A principal ação de resistência articulada e organizada conjuntamente pelas entidades que compunham o Fórum consistiu no *Ato Político contra as Fundações Estatais de Direito Privado e em Defesa da Saúde Pública,* realizado no dia 7 de abril de 2008, na Alerj, que contou com a participação de cerca de seiscentos participantes de diversas forças políticas, ou seja, dirigentes e militantes de vários sindicatos e conselhos profissionais da área da saúde (assistentes sociais, enfermeiros, nutricio-

nistas, odontólogos, fonoaudiólogos e médicos); centrais sindicais (Conlutas e CTB); estudantes e servidores de hospitais universitários e outras unidades de saúde; militantes de movimentos populares, como as Federações de Associações de Moradores (Famerj, Faferj e FAM-Rio), além de movimentos em luta pela terra e por moradia; associações de docentes; militantes dos partidos políticos que se posicionaram e/ou votaram contra as Fundações Privadas (PSOL, PSTU, PCB, PCdoB, PDT e PPS), além de dissidentes do PT.

Este Ato resultou na aprovação do "Manifesto em Defesa do Direito à Vida, à Saúde e contra as Fundações", tendo como eixo central a luta contra as Fundações privadas, articulando em sua pauta política a discussão sobre a epidemia de dengue, a necessária regulamentação da Emenda Constitucional 29, que se refere ao financiamento da saúde, e a luta pela implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos trabalhadores de Saúde. Todas essas bandeiras de luta são contextualizadas no bojo da crise da saúde que não é apenas conjuntural, mas que se arrasta por anos e tem raízes na forma de institucionalização histórica da política de saúde brasileira.

A aglutinação de representações significativas dos segmentos dos usuários e trabalhadores de saúde foi possível em virtude de uma série de atividades propostas e organizadas a partir do Fórum, tais como: assembleias nas unidades de saúde do estado do Rio de Janeiro; debates com entidades representativas dos usuários e outros sujeitos; elaboração e divulgação de manifestos assinados por entidades e por diversos sujeitos sociais além de debates realizados com estudiosos do tema ocorridos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

Tais ações visavam socializar a discussão acerca do conteúdo da Lei das Fundações e dos diversos pontos que desrespeitam os princípios contidos no Sistema Único de Saúde e preconizados pelo Movimento de Reforma Sanitária e, a partir daí, mobilizar a sociedade contra a implementação da Lei. Outra estratégia pensada para impedir a implantação desse projeto se configura na elaboração e no encaminhamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade: Violação do Estado de Direito; Inconstitucionalidades Formais, Parciais e Total.

Com o intuito de democratizar os debates e as ações em curso no âmbito do Fórum participou-se de atividades nacionais promovidas por diversas entidades, entre as quais destaca-se o II Seminário sobre Modalidades de Gestão, organizado pelo Conselho Nacional de Saúde no mês de maio de 2008, em Brasília. As discussões travadas nesta ocasião demonstraram a importância da mobilização realizada no fórum em questão, a qual foi vista como uma referência para as movimentações a serem iniciadas nos demais estados, tendo como perspectiva um movimento de caráter nacional.

A experiência que se acumulou neste fórum, aquilo que se experimentou na prática e, sobretudo, o resultado dessa mobilização têm tido uma repercussão importante sobre todo o projeto com o qual se pretende o desmonte dos serviços públicos. O ingresso das fundações na saúde é parte de uma reforma regida pela lógica gerencial e pautada na retirada de direitos sociais, que visa alcançar todos os serviços públicos ou prestações sociais de responsabilidade do Estado. Uma última etapa que pode ser considerada como a mais devastadora do processo de privatização do público. A mobilização de diversos sujeitos sociais é fundamental para resistir a esta proposição. Nesse sentido, objetivava-se que a mobilização iniciada no Rio de Janeiro na área da saúde atingisse outros estados da federação, constituindo-se no ponto de partida para uma luta nacional contra a privatização das políticas sociais.

Outra ação realizada pela assessoria foi a organização de uma publicação com base nos Seminários ocorridos na Uerj em 2006 e 2007, promovidos pelo Projeto Políticas Públicas, com o objetivo de problematizar junto aos diversos sujeitos sociais preocupados com a política de saúde a democratização do Estado e os modelos de gestão. Esta coletânea foi publicada em 2007 e divulgada amplamente.[9] Em 2008, foi elaborada a segunda edição acrescida de um texto inédito e que foi publicada pelo projeto em tela junto com a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Adufrj) com uma tiragem

9. O título é "Política de Saúde na Atual Conjuntura: Modelos de Gestão e Agenda para a Saúde".

de oito mil exemplares para ser distribuída aos movimentos sociais e entidades.

O Fórum, no segundo semestre de 2008, desdobrou-se no Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe) a fim de unificar a luta dos servidores públicos estaduais com a proposta de ampliar para os demais servidores: federais e municipais.

Em janeiro de 2009, foi criado o Fórum de Saúde para dar seguimento à luta dos sujeitos sociais em defesa da saúde pública que se reúne mensalmente na última terça-feira, na Uerj. Este mecanismo não pretende fragmentar as ações efetivadas pelo Muspe, mas articulá-las e ser um espaço de debate com relação à saúde junto com os movimentos sociais e a academia.

O Projeto de Políticas Públicas de Saúde foi demandado pelo Fórum a ministrar um curso de extensão em Políticas de Saúde como também realizar um Seminário sobre Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho em articulação com o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), ambos ocorridos no primeiro semestre de 2009.

O curso de extensão "Política de Saúde na Atualidade" surge como requisição das entidades que participam do Fórum de Saúde, diante da necessidade de aprofundar conhecimentos sobre a saúde e a Reforma Sanitária, pois as lacunas de conhecimento referente à análise das políticas limitavam a concretização do referido Fórum como espaço de discussão e articulação para o fortalecimento do caráter público da saúde.

O curso teve por objetivo instrumentalizar os movimentos sociais no que tange à saúde, visando fomentar e fortalecer a atuação política, abrangendo os que atuam nas lutas por saúde e que iniciam uma aproximação com o tema. É uma atividade de formação teórico-política que tem como referência o Projeto de Reforma Sanitária, o qual tem como premissas básicas: compreensão do processo saúde-doença a partir da sua determinação social; universalização do acesso; responsabilização do Estado; valorização do setor público; participação popular no controle social das políticas e inserção dos movimentos sociais. Ocorreu de maio a agosto de 2009, com carga horária de 30 horas totalizada em 10 encontros, abran-

gendo temáticas que vão desde os antecedentes históricos da política de saúde até a sua atual configuração, passando por temas como: Modelos de Gestão; Financiamento; Mix Público-Privado; Movimentos Sociais e Participação Social na Saúde. Ao final, foi construída uma agenda de lutas pelos participantes do Curso: representantes de Conselhos de Saúde; Movimento Estudantil na saúde; Movimento Popular — de mulheres, por terra, moradia, emprego; Movimento Sindical — docentes, servidores estaduais e trabalhadores da Seguridade Social; Partidos Políticos e profissionais do Serviço Social. A organização do Curso é uma estratégia importante na defesa da universidade pública voltada para as requisições da sociedade, a democratização do conhecimento e o intercâmbio institucional, não ficando fechada em seus muros.

O seminário "Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho" reuniu cerca de trezentos participantes[10] e foi programado em duas etapas. Na primeira,

10. Os participantes eram integrantes de diversas entidades, movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, a saber: Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela a Paz; Assembleia Popular; Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto do Rio de Janeiro (Abrea/RJ); Associação de Mulheres da Praia da Rosa; Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do Rio de Janeiro (Apae/RJ); Central de Movimentos Populares (CMP); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Centro Acadêmico de Saúde Coletiva/UFRJ; Centro Acadêmico Walter Fernandes; Coletivo Educadores do Campo-Cidade; Comitê Popular de Mulheres/Marcha Mundial das Mulheres; Comitê Social do PAN; Conselho Comunitário da Ilha do Governador; Conselho de Gestão Participativa do Hospital Geral de Bonsucesso; Conselho Distrital de Saúde AP 1.0; Conselho Distrital de Saúde AP 2.2; Conselho Distrital de Saúde AP 3.1; Conselho Distrital de Saúde AP 3.2; Conselho Estadual de Saúde (CES/RJ); Conselho Gestor do Hospital Getúlio Vargas; Conselho Gestor dos Usuários da Saúde do Trabalhador (Cerest); Conselho Municipal de Saúde de Queimados; Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ); Conselho Regional de Fonaudiologia; Conselho Regional de Psicologia; Conselho Regional de Serviço Social (Cress-7ª Região); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas); Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física; Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem; Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia; Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu (MAB — Nova Iguaçu); Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj); Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-Rio); Fórum Nacional de Residentes; Fórum Popular de Políticas Públicas de Duque de Caxias; Movimento Pão e Rosas; Igreja Evangélica Assembleia de Deus (Ideps); Movimento "Direito para Quem?"; Movimento "Quem Vem com Tudo Não Causa"; Movimento da Luta Antimanicomial; Movimento de Beneficência Social – Controle Social; Movimento de Mulheres Negras; Movimento de Saúde das Mulheres; Movimento dos Trabalhadores Desempregados do Rio de Janeiro (MTD/RJ); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento Fé e Compromisso; Movimento Mulheres do Município do Rio de Janeiro; Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais (Muspe); Rede Nacional Evangélica de Ação Social; Sindicatos: Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

realizada em 30 de junho de 2009, foram discutidos, através de mesas-redondas, os seguintes temas: "Movimentos Sociais, Saúde e Trabalho — dilemas e desafios" e "As Lutas pela Saúde e os Movimentos Sociais".[11]

Na segunda etapa, o debate centrou-se na temática "As Centrais Sindicais e a Luta pela Saúde" com a participação de representantes da seguintes centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical) e Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Como produto deste seminário tem-se um DVD com as apresentações e os debates e uma coletânea com textos de alguns palestrantes acrescida de outros estudiosos. A coletânea tem o mesmo título do seminário e será lançada este ano.

No segundo semestre de 2009, o Fórum de Saúde foi demandado para a realização de um Ciclo de Debates de temas atuais da conjuntura de saúde[12] e para a realização de um Seminário sobre Partidos Políticos e a Saúde, além das reuniões ordinárias do Fórum que ocorrem toda última terça-feira de cada mês.

(Adufrj), Sindicato da Enfermagem, Sindicato dos Assistentes Sociais, Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil, Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro (Sinerj), Sindicato dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc), Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro (Sintuperj), Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef), Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufrj), Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (Sindsprev/RJ), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro/RJ), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Rio de Janeiro (Traquimfar), Sindicato dos Trabalhadores no Combate às Endemias e Saúde Preventiva no Estado do Rio de Janeiro (Sintsaúde/RJ), Sindicato dos Trabalhadores Químicos Farmacêuticos, Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe/RJ), Sindicatos dos Empregados de Empresa de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro; e Partidos Políticos: PT, PSOL, PDT, PT, PCdoB, PCB, PMDB, PSB, PPS, PSTU.

11. O Seminário foi organizado em articulação com o Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh) vinculado à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz).

12. Os Ciclos de Debates centrou-se nos seguintes temas: Mídia e Democratização da Informação; Participação e Controle Social na Saúde; Fundações Privadas e Organizações Sociais; Orçamento e Reforma Tributária e Movimentos Sociais na atualidade.

As reuniões do fórum iniciam-se com os informes das atividades realizadas pelas entidades e movimentos sociais com a finalidade de articulação das lutas efetivadas pelos diversos movimentos. Outra preocupação é com a análise e acompanhamento da conjuntura de saúde como as Conferências de Saúde (distritais e municipais), a votação pela Assembleia Legislativa e pela Câmara de Vereadores do Projeto das Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips), bem como as lutas de resistência realizadas pelos movimentos sociais em defesa da saúde pública, universal, de qualidade e com controle social. Nesta direção, foi lançado um Manifesto do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e contra a Privatização, com a assinatura de diversas entidades[13] e organizado um Ato Público em defesa do SUS e contra as Organizações Sociais, realizado em 22

13. Assinam o manifesto as seguintes entidades e movimentos sociais: Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde/Núcleo — Rio de Janeiro (Aneps/RJ); Assembleia Popular/RJ; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto do Rio de Janeiro (Abrea/RJ); Associação de Professores da PUC de São Paulo (Apropuc/SP); Casa de Daura/Agesdh — Ações em Gênero, Saúde e Direitos Humanos; Central de Movimentos Populares (CMP); Centro de Estudos Octavio Ianni – FSS/Uerj; Comando de Mobilização dos Servidores da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); Conselho Distrital de Saúde da AP 1 do Rio de Janeiro; Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3 do Rio de Janeiro; Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro — 7ª Região (Cress-7ª R.); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas-RJ); Coordenação Regional Sudeste 1 da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem); Diretório Central dos Estudantes da Uerj (DCE/Uerj); Executiva Nacional de Estudantes de Enfermagem (Eneenf); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso); Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro (FAM-Rio); Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores; Fórum Nacional de Residentes (FNRS) — Coletivo Rio; Fórum Popular de Políticas Públicas de Duque de Caxias; Fórum de Saúde do Rio de Janeiro; Movimento Nacional de Luta pela Moradia — RJ; Movimento de Trabalhadores Desempregados — RJ; Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social — Neepss/FSS-Uerj; Núcleo Socialista de Campo Grande; Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Projeto Políticas Públicas de Saúde — FSS/Uerj; Regional IX do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe/Santa Cruz); Seção Sindical dos Docentes da UFRJ (Adufrj-SSind); Setorial de Saúde do Partido dos Trabalhadores (PT); Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed/RJ); Sindicato dos Servidores Civis e Empregados do Ministério da Defesa Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica (Sinfa/RJ); Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (Sindsprev/RJ); Sindiquímica – Duque de Caxias (Sindicato dos Petroquímicos); União da Juventude Comunista (UJC).

de outubro de 2009, na frente do Hospital Pedro II em Santa Cruz, na Zona Oeste.[14]

O seminário "Os Partidos Políticos e a Saúde" que contou com a participação de cerca de 150 pessoas,[15] teve duas mesas-redondas e foi realizado no dia 15 de dezembro de 2009. A primeira mesa enfocou "Os partidos políticos na atualidade" e a segunda "Os partidos políticos e a luta por saúde" com a participação de representantes dos seguintes partidos: Partido Comunista Brasileiro (PCB); Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido dos Trabalhadores (PT); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Como produto deste seminário tem-se um DVD com as apresentações.

No Fórum de Saúde, a equipe do projeto "Políticas Públicas de Saúde" tem desenvolvido uma assessoria direta que envolve a coordenação das reuniões, o suporte na análise da conjuntura, a discussão da programação, a produção de textos, a realização de debates e seminários. O intuito é subsidiar os participantes tendo por diretriz a garantia dos direitos sociais e o direito à saúde, bem como a mobilização para a organi-

14. O local foi escolhido por ser a área em que o governo pretende iniciar a transformação dos serviços públicos em organizações sociais.

15. O seminário teve a participação dos seguintes movimentos, entidades, sindicatos e partidos políticos: Ação Social Nacional 1; Assembleia Popular; Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto do Rio de Janeiro (Abrea/RJ); Atingidos Pela Vale; Baía de Sepetiba Pede Socorro; Centro Acadêmico de Serviço Social/Uerj; Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes); Conselho Distrital de Saúde 1.0; Conselho Distrital de Saúde 2.1; Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2; Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3; Conselho Gestor do Cerest – Polo Duque de Caxias; Conselho Regional de Serviço Social (Cress-7ª Região); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas); Fórum Comunitário; Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores; Fórum Nacional de Residentes em Saúde; Fórum Popular de Políticas Públicas de Duque de Caxias; Igreja Batista; Rio Rede Evangélica; Movimento da Luta Antimanicomial; Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD/RJ); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); Movimento Estudantil; Movimento Fé e Política; Movimento Nacional de Luta pela Moradia; União Brasileira de Mulheres e Negros; Sindicatos: Associação de Docentes da Uerj (Asdue/RJ), Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Asuni-Rio), Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (Sinmed/RJ), Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro (Sintuperj), Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Trabalho e Previdência Social no Estado do Rio de Janeiro (Sindsprev/RJ), Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (Sepe/RJ), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN); Partidos Políticos: PSOL, PDT, PCB, PCdoB, PT, PSTU.

zação e articulação dos diversos sujeitos coletivos para a luta e defesa de uma sociedade sem exploração.

Considera-se que os assistentes sociais, através da assessoria, podem contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária à efetiva participação dos movimentos sociais na luta por direitos sociais, num cenário de regressão destes e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores. Tem-se por pressuposto que a participação dos sujeitos sociais e coletivos só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de capacitação para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva no sentido de exigir direitos e a quem reclamá-los. O Estado tem tido uma prática de manter o populismo regressivo ou a cooptação dos movimentos sociais (Simionatto, 2006). É nesta tensão que os profissionais de Serviço Social devem atuar.

Iamamoto (2002) ressalta que é importante a ação dos assistentes sociais nos conselhos de política e de direitos e nos movimentos sociais. Trata-se de reassumir o trabalho de base, de educação, de mobilização e organização popular. Nesta direção, é necessária uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo com a perspectiva de conduzir o trabalho profissional aos novos desafios do presente (Bravo, 2009).

Considerações finais

A assessoria realizada ao Fórum em Defesa do Serviço Público e contra as fundações estatais de direito privado e, posteriormente, ao Fórum de Saúde, refere-se à necessidade de fortalecimento dos sujeitos políticos para a participação social nas lutas por saúde, bem como em um dos principais mecanismos de controle social que são os conselhos, ante uma realidade de fragilização dos movimentos sociais. A preocupação central é a efetivação da participação social dos sujeitos sociais e políticos nos processos de transformação social, ou seja, o resgate do seu potencial político, diante do refluxo ocorrido a partir dos anos 1990.

Para atingir esse objetivo, a ação fundamental é a democratização da informação que tem se viabilizado através das seguintes frentes: realização de cursos de capacitação, de seminários e ciclos de debates, reuniões coletivas com a participação dos sujeitos e a elaboração de publicações e boletins informativos a serem amplamente distribuídos. Como estratégias técnico-operativas ressaltam-se a pesquisa participante e a ação socioeducativa. A pesquisa comprometida procura analisar a realidade e devolver os dados para os sujeitos (Bravo e Matos, 2006). A ação socioeducativa tem relação com a dimensão pedagógica. Abreu (2002) ressalta três perspectivas pedagógicas: a *pedagogia da ajuda* marcada pela individualização dos problemas; a *pedagogia da participação* que se expressa pela introdução das ideias do desenvolvimentismo norte-americano e a *pedagogia emancipatória* que tem como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura. A perspectiva defendida pela autora e que também é compartilhada pelas autoras deste texto é a prática pedagógica que visa, junto com as classes subalternas, contribuir para a sua emancipação (Matos, 2006; Bravo e Matos, 2006).

A atitude defensiva assumida pelos movimentos sociais, neste período, tem como determinantes as mudanças na esfera do trabalho, através da reestruturação produtiva e das concepções pós-modernas que enfatizam o local desvalorizando categorias mais gerais como a totalidade social. A agenda dos movimentos tem sido elaborada a partir da agenda governamental, o que difere da ação destes nos anos 1980, que formulavam proposições para intervenção nas políticas públicas (Bravo, 2007).

Neste contexto, insere-se a importância das lutas efetivadas pelo Fórum em Defesa dos Serviços Públicos e contra as Fundações no Estado do Rio de Janeiro que influenciou a criação de Fóruns em diversos Estados do Brasil, a saber: Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Sul. Em 2009, é criado o Fórum Nacional de Lutas Contra o PLP n. 92/07 formado por diversas entidades,[16] que realizou uma grande manifestação em Brasília para impedir que ele fosse aprovado na Câmara dos Deputados.

16. Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (Cnesf); Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes); Federal Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps); Federação de Sindicatos

No dia 9 de julho de 2009, o ministro da Saúde através da sua assessoria comunica que não vai mais fazer pressão ao Congresso para aprovar o Projeto de Fundações. O secretário de Gestão Estratégica e Participativa informou que o ministério já admite uma proposta alternativa e quer o apoio das entidades. O Conselho Nacional de Saúde reunido comemorou a decisão e o seu presidente eleito Francisco Junior afirmou que "a democracia participativa, com envolvimento dos movimentos sociais, tem o seu valor" (*O Globo*, 10 jul. 2009). Entretanto, no dia 10 de julho de 2009, o ministro da Saúde disse que continua lutando pela aprovação da proposta, apesar de reconhecer que enfrenta muitas resistências (*O Globo*, 11 jul. 2009).

Para finalizar, ressalta-se a importância de a assessoria ser realizada pela Universidade Pública em função da sua autonomia e pela capacidade de produção e difusão do conhecimento. Outro aspecto relevante é a possibilidade de articulação entre a extensão — lugar da assessoria — com o ensino e a pesquisa. Na década de 1980, houve um dinamismo das experiências de extensão articuladas ao estágio. Estas, entretanto, tiveram um recuo a partir de 1990. A extensão também tem sofrido mutações. A concepção que se defende pauta-se na universidade compromissada com a sociedade e com as transformações necessárias para o fortalecimento da democracia de massas e não a prestação de serviços, com viés privatista (Bravo, 2009).

A partir das indicações pontuadas, considera-se que as ações de mobilização e organização popular e assessoria aos movimentos sociais são espaços de trabalho em que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo no horizonte a emancipação humana (Bravo, 2009).

---

de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra); Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (Assibge); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe); Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef); Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas); Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco); Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora (Intersindical).

Referências bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura*: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contrarreforma*: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo*: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAVO, Maria Inês Souza. A política de saúde no governo Lula: algumas reflexões. *Inscrita*, Brasília, CFESS, n. 9, 2004.

_____. Serviço Social e saúde: desafios atuais. *Temporalis* — revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. ABEPSS/Política de Saúde e Serviço Social: *Impasses e Desafios*, São Luís: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS, n. 13, ano VII, jan.-jun. 2007.

_____. O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático. *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais (publicação: Conselho Federal de Serviço Social — CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS). Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: _____; PEREIRA, Potyara A. Pereira (Orgs.). *Política social e democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____; _____. O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde. In: _____; _____ (Orgs.). *Assessoria, Consultoria & Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Política de saúde no governo Lula. In: _____ et al. (Orgs.). *Política de saúde na atual conjuntura*: modelos de gestão e agenda para a saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrj-Ssind, 2008.

_____; _____; PELAEZ, Elaine Junger; OLIVEIRA, Mariana Maciel do Nascimento. O Fórum em Defesa dos Serviços Públicos e Contra as Fundações Estatais de Direito Privado no Rio de Janeiro/Brasil: uma experiência de assessoria aos movimentos sociais. *XIX Seminário Latinoamericano de Escuelas Trabajo Social — El*

Trabajo Social en la coyuntura latinoamericana: desafíos para su formación, articulación y acción profesional. Guayaquil/Equador, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A época neoliberal* (outubro de 2007). Sítio Gramsci e o Brasil. Disponível em: <www.acessa.com/gramsci>. Acesso em: 30 jan. 2010.

FRANCO, Túlio Batista. *As organizações sociais e o SUS* (junho de 1998). Disponível em: <www.datasus.gov.br/cns/temas/as_organizações_sociais_e_o_sus.htm>. Acesso em: 12 mar. 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRANEMANN, Sara. Fundações Estatais: projeto de estado do capital. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Orgs.). *Política de saúde na atual conjuntura*: modelos de gestão e agenda para a saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.* Brasília: CFESS, 2002.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria e consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; _____ (Orgs.). *Assessoria, Consultoria & Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

O GLOBO, 10 jul. 2009.

O GLOBO, 11 jul. 2009.

REZENDE, Conceição Aparecida Pereira. O modelo de gestão do SUS e as ameaças do projeto neoliberal. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Orgs.). *Política de saúde na atual conjuntura*: modelos de gestão e agenda para a saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrj-SSind, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do "Plano Plurianual" — 2004/2007. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 88, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O desmonte da nação*: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

3ª PARTE

Seminário: "Serviço Social e Assessoria:

as experiências da Faculdade de Serviço Social da Uerj"

CAPÍTULO 1

Assessoria e extensão universitária

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Primeiramente, eu gostaria de estar situando a minha trajetória profissional para que vocês possam entender um pouco qual foi o movimento que eu acabei realizando em direção à temática da assessoria, fato que acabou ganhando uma nova dimensão para mim há muito pouco tempo, provavelmente, muito em função do próprio convite para participar desta atividade. Confesso que não tinha uma ideia previamente definida de que eu já desenvolvia atividades de assessoria e que já possuía algum acúmulo nessa área, apesar de que os dois principais projetos que coordeno preveem objetivos específicos nessa direção. Contudo, quando fui chamado para apresentar essas experiências, acabei tendo que refletir sobre elas de uma maneira mais cuidadosa, assim como sobre a temática da assessoria e minha própria trajetória acadêmica.

Sem recair em uma perspectiva estritamente pessoal, eu queria destacar quatro elementos que marcam minha trajetória profissional e que julgo importante de serem recuperados, exatamente por não serem exclusivos de meu percurso acadêmico, o que faz ressaltar sua importância para a compreensão da relação entre a atividade de assessoria e a de extensão universitária. Acredito que vários outros companheiros de trabalho aqui da Faculdade de Serviço Social também trilharam o mesmo ca-

minho e, provavelmente, elas estarão vindo à tona ao longo dos três encontros que estão programados para este seminário.

A primeira marca dessa trajetória é a de intensa e regular proximidade com o que a faculdade está vivendo hoje: um processo de revisão curricular. Eu costumo brincar que lá pelos quatro anos de idade eu já fazia parte de Comissão de Revisão Curricular de alguma escola. Eu entrei na Uerj, em 1982, como aluno do curso de Serviço Social e, em 1983, eu já integrava a Comissão de Revisão Curricular da faculdade como representante do Centro Acadêmico. Deste modo, de quase todos os processos de revisão curricular nesta unidade eu participei, inclusive do processo de construção das diretrizes para o Curso de Serviço Social como vice-presidente da Região Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social. Essa intensa e extensa participação em processos de discussão da formação profissional e de revisão curricular acabou gerando um acúmulo de conhecimento, experiências e de informações que me levou a estabelecer contatos com instituições e grupos de professores, alunos e supervisores de diferentes regiões, configurando um novo campo de atuação no campo da assessoria. Não será sobre esta esfera de atuação que eu vou me deter nesta exposição, mas queria situar esse marco por ter se constituído no primeiro e mais permanente contato que tive com o campo da assessoria.

A segunda marca dessa trajetória está vinculada ao debate sobre o processo de trabalho dentro da própria discussão da Revisão Curricular. A antiga Comissão de Revisão Curricular, da qual também participei e que trabalhou de 1991 a 1992 na elaboração desse currículo, a partir do qual vocês estudam hoje, teve o cuidado de, na organização e proposição das disciplinas de Processos de Trabalho do Serviço Social, da primeira à quinta, apontar uma perspectiva de desenvolvimento dos conteúdos previstos a partir do investimento em atividades de pesquisa. Não se tratava, portanto, de socializar um conhecimento já há muito acumulado e que estava sendo levado para sala de aula, mas preocupações que eram identificadas no mundo do trabalho profissional, no universo do trabalho dos assistentes sociais que seriam interessantes que fizessem parte da formação profissional, ainda que sem a sistematização necessária para ser tratada como as demais disciplinas.

Um determinado grupo de professores acabou não só assumindo esta responsabilidade com a sistematização dessas reflexões, mas se manteve muito fiel a essa preocupação. Eu mesmo acabei participando deste esforço desenvolvendo junto com a professora Rosangela Nair de Carvalho Barbosa um projeto de pesquisa nessa área. Mais adiante, a partir do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social (PEEPSS), produzi alguns textos, comentários e registros sobre vários dos conteúdos que fazem parte desse debate sobre processo de trabalho. O debate sobre o processo de trabalho acabou também determinando uma peculiaridade da minha forma de olhar o exercício profissional. E isso acabou rebatendo, centralmente, na discussão de assessoria que eu vou apresentar para vocês.

O terceiro marco dessa trajetória profissional, também compartilhada com vários companheiros de trabalho, entre os quais eu destaco uma professora, cujo investimento nesta área eu admiro muito, que é a professora Maria Inês Souza Bravo, é a trajetória de professor extensionista, ou seja, como professor coordenador de projetos de extensão da própria faculdade. Desde que eu ingressei na faculdade, a primeira atividade profissional que eu tive fora da sala de aula foi a de coordenar um dos projetos de Extensão da FSS/Uerj. Desde então, não larguei mais esta atividade. E, essa marca, também acabou influenciando no desenvolvimento das atividades de assessoria que passei a realizar.

E, por último, o que abriu um grande canal de articulação entre essas experiências e outras equipes e instituições foi a minha participação na vice-presidência da Região Leste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o que permitiu um contato com diferentes unidades de ensino, abrindo um campo de relacionamento e de desenvolvimento da atividade de assessoria bastante fecunda.

Essas quatro marcas acabaram me empurrando progressivamente para a atividade de assessoria sem que eu tivesse, confesso, muita consciência sobre a constituição dessa trajetória. Apesar de eu ter sido convidado para falar da experiência de assessoria na área da educação, eu não vou me deter apenas à contribuição nesta área, assim como também não vou me deter apenas na minha experiência na Uerj, realizada a partir do PEEPSS. Eu também sou professor da Universidade Castelo Branco e atuo lá coordenando o Projeto Lext-Oesste. O nome é resultado tanto da abreviação

dos enfoques do projeto como de uma brincadeira que fiz em relação ao meu deslocamento de um lado para outro da cidade: o LEXT, com "X", é a abreviação de Laboratório de Extensão; e o OESSTE, com dois "SS", significa Organização de Experiências em Serviço Social, Trabalho e Educação.

A partir desses dois projetos, essa trajetória no campo da assessoria adquiriu maior consistência e amplitude. Durante o tempo de existência do PEEPSS — ele completa dez anos ano que vem — e do Lext-Oesste — que já vai completar dois anos — eu pude desenvolver uma série de atividades de assessoria e dar continuidade à atuação no campo da revisão curricular, sobretudo, às unidades de ensino de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Entre as múltiplas atividades que vêm caracterizando o largo espectro da extensão universitária, indubitavelmente, a assessoria figura como uma das mais recorrentes e emblemáticas ações deste campo da vida acadêmica. Ledo engano comete quem associa incondicionalmente esta atividade, e seu espantoso crescimento, apenas ao viés mercantil que atravessa o campo da extensão, seja nas instituições privadas e, mesmo, nas públicas. A demanda pela assessoria de professores e pesquisadores, individuais ou vinculados a grupos institucionais, encerra determinações menos evidentes, mas, com certeza, decisivas para a compreensão de seu significado social, cultural e econômico nos dias atuais.

A assessoria, as capacitações no formato de cursos e oficinas — dentre outras modalidades —, os eventos como os encontros, seminários, feiras, mostras, congressos e colóquios, aliadas às ações de intervenção social, organizadas através de projetos, programas e núcleos, constituem hoje parte do diversificado campo de atividades que caracterizam a extensão universitária. Esta simples lista de atividades expressa que a extensão sofreu uma substancial ampliação prática e conceitual, o que confere às nossas preocupações e interrogações sobre a atividade de assessoria uma direção: a de examinar suas particularidades e potencial como modalidade de relacionamento da universidade com a sociedade.[1]

1. Enfatizamos aqui o uso do termo sociedade como o mais adequado para expor nosso posicionamento diante da função social da universidade e do significado estratégico que a extensão

Para tanto, privilegiei conduzir um diálogo preliminar com as duas principais experiências que realizei ao longo dos últimos oito anos, exatamente nesta rica dimensão da vida acadêmica.

O Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social no Rio de Janeiro (PEEPSS) está vinculado ao Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da FSS/Uerj e decorre de algumas preocupações e iniciativas originárias da atividade de ensino que desenvolvemos à frente do grupo de Estágio Supervisionado na área de educação, desde o início de 1994.

Seu propósito inicial era o de conhecer melhor a área de educação na região metropolitana do Rio de Janeiro, assim como propor e experimentar ações investigativas. Seu perfil foi se consolidando, no entanto, na linha da capacitação, contribuindo hoje tanto para uma formação profissional que, do ponto de vista teórico e técnico-operativo, seja cada vez mais sólida e fundamentada, quanto para que um largo leque de categorias profissionais e a própria população possam sistematizar e socializar suas experiências nesta área. Ele tem como população-alvo: assistentes sociais, alunos de Serviço Social, profissionais e alunos da área de educação, trabalhadores e organizações estatais e da sociedade civil interessados nas questões relacionadas à área de educação.

O PEEPSS está organizado em subprojetos que articulam as subáreas de atuação (educação infantil, educação básica, educação superior, educação de jovens, educação de trabalhadores, educação especial, educação profissional, educação popular, educação para a terceira idade, educação de adultos, educação e cultura, educação sindical e informática aplicada à educação) às linhas de ação do projeto (articulação com o ensino de graduação e pós-graduação, ações investigativas, ações experimentais e ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional — que envolve desde o desenvolvimento de cursos, eventos, assessorias até a organização de acervos para consulta pública).

---

universitária assume neste sentido. Nele estão inclusas as organizações da sociedade civil, as empresas privadas e as instituições públicas que se relacionam com a produção cultural, tecnológica e científica da universidade, excluindo, assim, a possibilidade de um entendimento ou defesa da subordinação ideológica ou econômica da universidade ao mercado.

Já o Laboratório de Extensão — Organização de Experiências em Serviço Social, Trabalho e Educação (Lext-Oesste) foi elaborado também com o intuito de articular atividades investigativas e de ensino em um projeto de extensão universitária vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Castelo Branco. Ele expressa, na verdade, tanto um amadurecimento intelectual, quanto a ampliação das atividades desenvolvidas pela equipe de Serviço Social junto a um outro Projeto da UCB: o Projeto Micro-Escola.

A criação desse projeto representa, desta forma, a consolidação de um campo teórico-prático de interesse para universidade e para o Serviço Social que articula ensino e pesquisa via extensão universitária. As áreas temáticas centrais do projeto gravitam em torno do trabalho e da educação. As ações aqui previstas, em muitas situações, decorrem do trabalho e das reflexões produzidas pela equipe de Serviço Social do Projeto Micro-Escola da Universidade Castelo Branco, assim como do convênio de estágio firmado com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que propiciou a participação dos alunos vinculados ao Projeto Educação, Cultura, Universidade e Serviço Social daquela instituição.

As atividades do Lext-Oesste foram sendo ampliadas, de forma a consolidar ações de assessoria internas, voltadas para o apoio aos projetos de extensão da própria universidade, e externas, direcionadas para o apoio nos processos de sistematização e desenvolvimento de projetos, junto a instituições públicas e organizações não governamentais.

Eu gostaria agora de apresentar um breve painel sobre as atividades que são realizadas nestes dois projetos em termos de assessoria. Na Universidade Castelo Branco, o Lext-Oesste atua com profissionais da área de pedagogia que se inserem nos demais projetos da universidade com os quais são desenvolvidas as atividades de assessoria. Aliás, esse é um dos aspectos mais interessante dessa experiência e que tive que aprender a lidar dentro do espaço da universidade, que era o fato de ter organizado um projeto de extensão que, por ter um formato — no sentido da sua proposta pedagógica — de laboratório, estaria assessorando outros projetos de extensão. Nunca tinha vivido essa experiência, mas ela se deu, sobretudo, porque esses outros projetos tinham interesse na presença do

assistente social e não tinham como contar com estes profissionais em suas equipes. Pelo fato de serem projetos de extensão, foi possível estabelecer uma aproximação e desenvolver algumas atividades específicas que eles necessitavam e que tinham a ver com o que o projeto se propunha a desenvolver: atividades de sistematização, desenvolvimento de oficinas junto aos usuários e a capacitação dos educadores. Um destes projetos se chama Alfamulher e é um projeto de alfabetização de mulheres; o outro projeto é o Microescola que, inclusive, conta com algumas estagiárias presentes aqui no auditório, e que atua com atividades de reforço escolar junto aos alunos do Ensino Fundamental.

Também assessoramos um outro projeto que conta com uma equipe multiprofissional de professores e alunos dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Educação Física e Terapia Ocupacional da Universidade Castelo Branco e que desenvolve um projeto com meninos de rua, aqueles meninos que fazem malabarismo nos sinais de trânsito, na Barra da Tijuca. Um projeto financiado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A assessoria, neste caso, está voltada para a sistematização da experiência.

Em função de o recorte do projeto estar voltado para a sistematização de experiências sob a organização do trabalho, as ações de assessoria foram ampliadas para as instituições, equipes e até secretarias fora da área de educação, como na área de Saúde, no sistema sociojurídico, na área de Atenção à Criança e ao Adolescente. Uma das primeiras experiências do projeto nesta linha de atuação junto às instituições fora da universidade foi com as equipes do Serviço Social do Hemorio, aqui no Rio de Janeiro. Foram quase dois anos de atividades realizadas com a equipe do hospital e, com um tempo bem menor, com a equipe da captação de sangue.

Estamos também desenvolvendo um trabalho junto aos Assistentes Sociais que atuam no Judiciário da Baixada Fluminense e também junto aos Assistentes Sociais da Secretaria Municipal de Promoção Social de Nova Iguaçu.

Em relação ao Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social (PEEPSS) no Rio de Janeiro, nossa primeira experiência se deu junto à Fundação Fé e Alegria do Brasil e ao Núcleo de Creches Comunitárias da Baixada Fluminense, onde auxiliamos na realização de um levantamento

sobre a rede de educação infantil de Nova Iguaçu. Atuamos depois junto ao Centro Salesiano do Menor, que atua com projetos de qualificação de jovens voltados para o ingresso no mercado de trabalho. Mas a atividade que realizamos lá estava voltada para a comunidade do Jacarezinho poder desenvolver atividades socioeducativas e de lazer aos sábados nas dependências do Cesam. Foi o primeiro contato do projeto com a temática do lazer. Mais tarde realizamos algumas atividades de capacitação junto aos trabalhadores de duas Vilas Olímpicas vinculadas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Hoje, nós estamos realizando um trabalho de assessoria junto aos Assistentes Sociais do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (Degase), voltado para a sistematização de suas experiências profissionais.

Outra linha de atuação que o projeto tem estabelecido está relacionada à categoria profissional e aos Conselhos Regionais de Serviço Social. Além de acompanharmos a criação de fóruns e comissões de assistentes sociais que atuam na área de educação, participamos de eventos organizados em algumas cidades para a discussão da inserção dos assistentes sociais na área de educação. Estivemos presentes em Quissamã e Campos, no Rio de Janeiro, e Uberlândia, em Minas Gerais, com este propósito.

Depois de ter resgatado esse elenco de atividades para esta apresentação, eu percebi que eu tinha alguma experiência na área de assessoria. O importante deste resgate é o de sinalizar como, a partir de dois projetos que enfocam, sobretudo, a temática da educação, foi possível passar a atuar com instituições tão diferentes e em áreas de políticas sociais distintas. Eu nunca tive a pretensão e nem tampouco a competência para conhecer as particularidades de todas essas áreas em que os dois projetos passaram a atuar. O que dava sustentação para essas atividades era uma trajetória ligada à discussão do Processo de Trabalho. Em todas as áreas, a minha discussão foi sobre a organização do trabalho coletivo nessas instituições, quer dizer, tudo que fugia às questões específicas do campo da Educação, a atividade de assessoria era realizada a partir de questões relacionadas ao desenvolvimento e à organização do trabalho, sobretudo

às discussões sobre: planejamento, avaliação e, principalmente, a sistematização do trabalho. Por essa razão foi possível desenvolver atividades na área da saúde, da assistência e no campo sociojurídico. A limitação decorrente da ausência de especialização nas diferentes áreas foi superada por um enfoque particular, construído na trajetória profissional que recuperei no início desta apresentação.

Eu vou falar um pouco agora de como estamos entendendo a assessoria nesses dois projetos. Nós não chegamos a formular — e nem foi pretensão nossa — um conceito de assessoria. Mas nós sabíamos que tínhamos uma forma particular de lidar com a questão da assessoria. Essa forma particular traz alguns elementos conceituais importantes.

Nós entendemos que todo o processo de assessoria envolve sujeitos que têm interesses, às vezes diferenciados, mas que podem ser negociados num projeto comum. Então, quem tem necessidade de ser assessorado, tem uma demanda, tem um interesse, e quem se propõe a assessorar, também tem o seu interesse. O nosso era essencialmente ter um espaço de formação para nossos alunos vivenciarem uma experiência de assessoria através do estágio supervisionado e termos acesso a novas experiências que enriquecessem a formação profissional de um modo geral. Aquelas equipes tinham uma carência, uma necessidade muito clara em relação à incorporação de procedimentos de investigação a seu trabalho. Em quase todos os contatos iniciais, a história se repetia: a equipe quer fazer pesquisa, mas não sabe como fazer, então entram em contato com a universidade. Os primeiros convites que nós recebemos se deram nessa linha. Quando íamos discutir e negociar com as equipes, nós começávamos a verificar que essa demanda era, aparentemente, num primeiro momento, superficial. Quando examinávamos exatamente as dificuldades da equipe, elas não se localizavam na necessidade de fazer pesquisa, mas sim em compreender o próprio processo de trabalho e de ter uma dinâmica de sistematização que permitisse realizar reflexões mais constantes sobre suas experiências.

Na verdade, muitas equipes sentiam-se isoladas em relação ao desenvolvimento de suas práticas, quase chegando a nos perguntar se elas estavam realizando o trabalho de forma correta ou não. Os primeiros

contatos foram decisivos para a verificação de que a principal demanda era ter um interlocutor, ter alguém para poder trocar, para poder falar do seu próprio trabalho e resgatar a dimensão teórica no próprio processo de trabalho.

Destarte, quase todas as demandas que nos foram solicitadas de pesquisa não resultaram em atividade de pesquisa, resultaram em atividades de sistematização do trabalho profissional e, sobretudo, de valorização da experiência acumulada. Encontramos equipes com muito acúmulo profissional, uma rica trajetória, mas sem saber o que fazer com este acúmulo e com essa trajetória, manifestando o interesse em ter uma referência se elas estavam corretas ou não.

Nossa preocupação não era a de dizer se as formas de condução daquelas práticas estavam corretas, mas sim tentar identificar como esse conhecimento foi sendo produzido dentro do próprio processo de trabalho. Quando negociávamos a proposta de intervenção, o que percebíamos, cada vez mais intensa e claramente, é que nós tínhamos uma relação com o conhecimento, o tempo, a sistematização e a rotina, que precisava ser bem discutida naquele processo. O tempo e o conhecimento na universidade têm significados e alcances distintos daqueles presentes nas dinâmicas institucionais com as quais iríamos nos relacionar.

Sempre percebemos nessas experiências que as equipes não dispunham de um tempo previamente definido ou reservado para a sistematização das experiências. O mundo do trabalho em nossa sociedade não destina tempo para que possamos pensar sobre o que estamos fazendo. Muitas vezes, a gente faz sem pensar, faz no tapa, faz no fôlego. E, a universidade, ainda que não tenha tanto tempo excedente, tem uma certa condição, pela própria natureza de suas funções, para estar sistematizando e produzindo conhecimento, o que possibilita o exercício de criação de um tempo possível de ser vivenciado por essas equipes, exatamente a partir das atividades de assessoria.

Uma das questões centrais que identificamos nesses trabalhos é exatamente esse tempo diferenciado de quem demanda e de quem oferta a assessoria. E o tempo da universidade ainda é muito mais moroso do que o das instituições. Essa negociação se torna, às vezes, muito difícil, porque

a equipe quer tudo para ontem e a universidade quer isso para o próximo semestre. Tem que entrar no calendário. Tem que entrar na discussão do estágio. Tem que entrar no planejamento da carga horária. Tem que ter tempo para planejar. Tem que entrar no planejamento da carga horária docente. Enfim, uma série de elementos que, às vezes, naquele momento não damos conta de responder. Chegar a esse meio-termo foi um dos grandes aprendizados que tivemos com esse trabalho de assessoria.

A eleição da sistematização como estratégia de materialização da atividade de assessoria, ao mesmo tempo em que respondia às necessidades das equipes, após a superação das requisições iniciais em torno da pesquisa, se constituiu em um elemento de embate junto às equipes. Isto porque para elas a sistematização acabava sendo reduzida ao registro, com a produção da documentação institucional, o que não era a nossa concepção, visto que pensamos a sistematização como uma reflexão teórica sobre o trabalho desenvolvido.

Deste modo, forçosamente, nós temos que criar espaços de discussão teórica sobre o que estes profissionais estão fazendo. E, neste processo, surge outro aspecto a ser enfrentado, que é a heterogeneidade dentro das equipes. Tem profissionais que acabaram de sair da graduação, outros se formaram há cerca de vinte anos. Aparecem as dificuldades relativas ao acompanhamento das discussões e dos debates do ponto de vista teórico, a necessidade de atualização, a de escrever, ou seja, de colocar no papel as reflexões, não por dificuldade de redação, mas pelo fato de quase nunca terem feito este esforço no âmbito profissional. Sempre temos que lidar com uma série de obstáculos durante o trabalho. Desde a primeira experiência que nós tivemos até a mais recente, nós conseguimos incorporar elementos e estratégias novas para facilitar esse processo. Se compararmos a primeira experiência com a última, em função do que aprendemos nesta direção, aquela inicial poderia ser considerada um verdadeiro desastre nesse sentido.

Um outro aspecto importante no desenvolvimento dessas experiências é a questão da rotina. Por termos um olhar muito voltado para a questão do trabalho, um dos elementos de negociação com as equipes é que a assessoria se dê no horário de trabalho. Esse é um ponto central na

nossa abordagem, ou seja, que eles entendam que parar e pensar sobre o trabalho deve ser parte do processo de conquistas de melhores condições de trabalho.

Em todos os trabalhos que nós realizamos, toda a atividade de assessoria foi realizada no horário de trabalho pelas equipes. Em algumas experiências, após o término de nosso trabalho, as equipes continuaram utilizando aquele horário para discutir questões do próprio trabalho. Tornou-se uma conquista da equipe. Talvez elas não estejam desenvolvendo o trabalho com a mesma facilidade, com a mesma disciplina, mas conseguiram conquistar este espaço, e este é um elemento que nós não abrimos mão na negociação.

A condução da atividade de assessoria está apoiada, portanto, em alguns pressupostos que eu chamo de pressupostos políticos e teóricos, como entender o papel da universidade em relação ao mundo do trabalho e em relação à sociedade. Nossa função não pode se restringir à formação de quadros, de recursos humanos, muito embora esta seja uma atividade central na universidade, mas temos também que produzir e socializar conhecimento. Sob esta perspectiva, o que nos tem motivado, em um primeiro momento, em relação ao desenvolvimento da atividade de assessoria, é a necessidade de conhecer e de sistematizar o que os profissionais estão fazendo. E, em um segundo momento, é de estar resgatando junto a esses profissionais aquilo que nós acumulamos, a nossa capacidade de pensar o processo de trabalho, a nossa capacidade de estar auxiliando os procedimentos de sistematização.

Diante da afirmação desses pressupostos eu avalio que a assessoria nesses dois projetos foi mudando o seu percurso e saindo daquela linha pautada no convite para a dimensão da proposição, ou seja, nós fomos convidados na primeira vez, na segunda, mas já na terceira atividade nós é que íamos bater à porta das pessoas, nos oferecendo, apresentando claramente que compreendíamos a assessoria como uma via de mão dupla. Queríamos colaborar com a sistematização do conhecimento acumulado pela equipe, assim como usufruir desse conhecimento. Queríamos levar o que a universidade estava produzindo e investir naquela equipe por acreditarmos que aquele trabalho era importante e que, es-

trategicamente, seria fundamental que aquela equipe sistematizasse sua experiência.

Um outro pressuposto, mais de natureza acadêmica e pedagógica, é que essa dimensão de mão dupla da assessoria, ela se articula perfeitamente com a ideia de Extensão Universitária. A extensão favorece esse contato e esse tipo de percurso pedagógico que propomos pelo fato de articular a produção de conhecimento à formação de quadros, sobretudo, no caso do Serviço Social, visto que se articula também ao Estágio Supervisionado.

Os alunos, através do estágio supervisionado, adquirem a habilidade e a capacidade de entender a organização do trabalho, entender o funcionamento do trabalho, propor ações e, sobretudo, negociar aspectos relacionados ao desenvolvimento das experiências. Isso é interessante porque o aluno acaba elaborando um olhar crítico sobre a realidade. Ele, por vezes, comenta: "Professor, como é que vou falar que eu penso diferente do que estão fazendo?" Eu sempre respondo: isso é um fundamento do exercício profissional. O tempo todo você vai ser instigado a fazer isso na sua vida profissional. Então, é importante aprender agora a traduzir o olhar diferente numa discussão teórica e técnica, uma discussão qualificada que possa ser negociada com aquela equipe.

Este é apenas um exemplo de como a discussão do trabalho se torna o eixo condutor dessas experiências. Nós estamos olhando para diferentes processos de trabalho com uma preocupação interventiva, que é o desenvolvimento de atividade de sistematização, em que todos os envolvidos assumem tarefas e têm suas competências. Trata-se, na verdade, de um processo de produção de conhecimento coletivo envolvendo profissionais, alunos e professores de instituições diferentes.

Por último, queria indicar como nós organizamos os momentos desse trabalho. Eu já sinalizei para vocês que temos duas possibilidades de contato, que é o convite, que hoje ocorre com menor intensidade, e a proposição. Esta segunda modalidade acabou ganhando maior destaque porque entendemos que esse trabalho tem uma vinculação direta com os processos políticos e organizativos da categoria. Nós procuramos não descolar esse tipo de atuação das questões que vêm sendo tratadas hoje no interior dos Conselhos Regionais de Serviço Social e dos movimentos

dos próprios segmentos dos trabalhadores dessas áreas, sobretudo, como forma de garantirmos de fato uma perspectiva de produção de conhecimento coletivo.

Nós temos uma etapa inicial que é a apresentação da proposta, seja de nossa parte ou por parte das equipes. Tem um período, que leva um certo número de encontros, reservado para o estabelecimento de um contrato de trabalho, em que negociamos todas as variáveis: a duração, o envolvimento dos alunos, a destinação de horário dentro da carga horária do trabalho, o espaço em que vai se dar assessoria, quer dizer, se vai ser na universidade ou no próprio campo. Geralmente tem-se dado na própria instituição onde atua a equipe com a qual trabalharemos.

Depois nós temos a elaboração de um projeto de assessoria para aquela área e equipe. Nele são formuladas as principais estratégias de condução da atividade de assessoria, que são elas: cursos, cujo eixo central é a sistematização da prática; o estágio; a socialização dos resultados do trabalho de assessoria — que tende a ser organizado no final através de um seminário de apresentação e divulgação; e uma avaliação sobre o significado dessa intervenção do ponto de vista político, quer dizer, o que significou essa assessoria em termos das mudanças provocadas no campo do trabalho.

Com relação ao curso, ele tem uma particularidade, não se trata de um curso tradicional, mas de um espaço coletivo de discussão. Existe uma pauta de temas a serem tratados com seus principais conteúdos, bibliografia, reflexão teórica, discussão relacionando ao cotidiano da equipe e análise do trabalho a partir das referências teóricas tratadas.

Ao longo dessa trajetória e da dinamização dos encontros nos cursos, passamos a usar um recurso bastante interessante para discutir a sistematização da prática e a organização do trabalho: a construção coletiva do fluxograma de atendimento à população. É um recurso, de natureza pedagógica, que utilizamos com as equipes para recuperar e refletir sobre toda a trajetória da população dentro daquela instituição.

As equipes se envolvem muito nesse processo. Elas acabam trazendo todas as dificuldades de olhar e pensar o trabalho como um trabalho cole-

tivo, onde eles não estão atuando sozinhos, apesar de toda autonomia que tem o assistente social no seu trabalho. Ao colocarem as dificuldades na discussão do fluxo, eles acabam remontando estes fluxos, ou seja, pensando em um possível reordenamento do trabalho, em novas alternativas.

Apoiado nesta discussão do fluxo, nós começamos a sublinhar alguns pontos de vista teóricos que poderão ajudar na problematização daquela experiência profissional. Então, todos eles acabam enfatizando um aspecto de natureza teórica e política sobre o trabalho que vai fazer parte da sistematização da experiência. O curso funciona dessa forma com a preocupação de ser um espaço coletivo de sistematização das experiências, variando, no entanto, com relação à frequência dos encontros. Algumas unidades têm encontros semanais, outras quinzenais, e algumas mensais. Isso varia de acordo com cada projeto.

Para encerrar, situarei os produtos que conseguimos alcançar. O primeiro a ser destacado é reflexão sobre as particularidades do trabalho do assistente social, tanto na área da educação, esporte e lazer. Nós temos hoje TCCs sobre este tema, material sendo sistematizado e outros já apresentados nos últimos três Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. E já estamos nos preparando para apresentar no próximo CBAS trabalhos sobre o que tem particularizado o trabalho dos assistentes sociais na área da Educação e de Esporte e Lazer.

Outro produto a ser ressaltado diz respeito ao desenvolvimento de experiências profissionais que são propostas pelo projeto na atividade de assessoria. Elas têm contribuído para revisão de procedimento de trabalho das equipes. Em alguns casos propomos novos instrumentais de trabalho e de diagnóstico da realidade, caracterização da população e sistematização das experiências.

Temos um outro tipo de produto que é resultante da própria capacitação das equipes. São recursos humanos mais qualificados para realizar novos empreendimentos no campo da sistematização e que, ainda que não desenvolvam de fato tal esforço, eles acabam valorizando algumas dimensões do trabalho profissional de forma diferente daquela do início da atividade de assessoria.

O último produto, ao qual gostaria de me referir, é o Trabalho de Conclusão de Curso da Tatiana Fonseca, que está aqui presente, que apresenta um balanço da produção do Serviço Social sobre o tema da assessoria. Ela fez um trabalho de análise muito interessante resgatando a produção socializada nas revistas: *Serviço Social & Sociedade*, *Temporalis*, *Em Pauta* e, sobretudo, fazendo um mapeamento de TCCs e das teses dos CBAS.

Bem, esta era a exposição que organizei para este seminário. Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para debater alguns dos pontos tratados em minha fala. Muito obrigado!

CAPÍTULO 2

Curso de extensão em gênero, saúde e reprodução — uma experiência de articulação entre capacitação profissional e assessoria

Andréa de Sousa Gama

Vou trazer para vocês uma experiência, que não é só minha, é a experiência do Curso de Extensão em Gênero, Saúde e Reprodução.[1] Este curso é uma iniciativa do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia (PEGGE) da Faculdade de Serviço Social, coordenado pela profa. Dayse de Paula Marques da Silva e composto dos seguintes professores: eu, profa. Andréa Gama, profa. Alzira Teresa G. Lobato Nunes, profa. Carla Almeida, profa. Eliana Mendonça e profa. Magali Almeida.

Esse curso é uma proposta que congrega todos estes professores. Atualmente, ele é coordenado por mim e pela professora Dayse de P. M. da Silva, mas todos os professores do PEGGE estão envolvidos diretamente no curso, ministrando aulas, sugerindo temáticas e professores

1. As considerações presentes neste artigo sobre o curso de extensão referem-se às atividades desenvolvidas entre os anos 2000 e 2003, não tendo este sido mais oferecido.

convidados, corrigindo trabalhos etc. Enfim, todos os professores do PEGGE participam, em maior ou menor grau, dessa iniciativa.

Então, é uma iniciativa coletiva que surgiu principalmente com o intuito de trabalhar os referenciais teórico-metodológicos de gênero, geração e raça/etnia para trabalhadores de saúde que estivessem atuando diretamente na assistência em saúde. Esse curso teve início no ano de 2000. Ele é anual e, este ano, nós estamos na quarta turma. É importante ressaltar que o curso vem tendo uma procura crescente.

O curso tem como objetivo principal formar recursos humanos na área da Saúde capazes de identificar na sua prestação de serviços as implicações das relações de gênero, geração e raça/etnia, bem como propor formas de intervenção no campo da Saúde ou, mais especificamente, no campo da saúde reprodutiva, problematizando a formulação e implementação de políticas públicas. Esse curso se destina aos diversos profissionais de saúde, podendo dele participar médicos(as), assistentes sociais, enfermeiras(os), nutricionistas, psicólogos(as), entre outros. É um curso que visa alcançar as equipes de saúde, porque temos o intuito de fortalecer o trabalho multidisciplinar na área.

Essa proposta de formação e de capacitação continuada parte de algumas reflexões que a equipe vem desenvolvendo, principalmente a respeito de algumas lacunas em relação ao modelo de assistência desenvolvido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Passados já mais de uma década de implementação do SUS, a gente ainda verifica uma série de atropelos e uma série de dificuldades no que se refere ao modelo de assistência, à qualidade dos serviços prestados e à satisfação dos usuários com esses serviços.

É claro que temos alguns avanços nessa implementação, seja pela ampliação da cobertura, pelo processo de municipalização e controle social, entre outros, entretanto, uma série de estudos, em diversas áreas, aponta que uma das principais causas desse cenário de baixa qualidade da assistência, de insatisfação dos usuários com os serviços prestados, deve-se, principalmente, à forma como os trabalhadores de saúde implementam e desenvolvem projetos e políticas de saúde.

A formação desses profissionais é, eminentemente, baseada em um modelo biomédico, que ainda é hegemônico, e que interpreta os fenômenos de saúde e doença de maneira muito restrita, induzindo um modelo de assistência absolutamente desconectado das relações sociais mais gerais, relações sociais essas, em toda a sua complexidade, onde estão presentes os condicionantes de classe social, de gênero, de raça e etnia, de geração, entre outros.

Nesse sentido, o SUS tem, eu diria, um calcanhar de aquiles, pois, na medida em que não consegue modificar o modelo assistencial, baseado predominantemente em um recorte biomédico, termina impetrando dificuldades, tanto na organização dos serviços como no seu financiamento, porque não vão existir recursos que consigam acompanhar a alta tecnificação da medicina. Esse modelo de assistência que segmenta os usuários, que os individualiza, que é biologizante, que não interpreta os fenômenos de saúde e doença a partir da sua determinação social, é um modelo que tende exponencialmente a ser mais custoso, menos eficiente e cada vez mais insatisfatório, do ponto de vista da resolução das demandas que os usuários apresentam.

Mesmo com esse cenário, amplamente conhecido pelos formuladores de política, por gestores, por pesquisadores e por uma parte dos trabalhadores de saúde e, apesar da detecção dessa realidade, muito pouco investimento é feito em recursos humanos em Saúde. Se formos observar o financiamento de programas de recursos humanos pelo Ministério da Saúde, vamos constatar que isso não é uma prioridade, tanto no que se refere à capacitação continuada de trabalhadores de saúde quanto na própria formação profissional.

Em outros países, como na Inglaterra, na França, na Alemanha, o que a gente conhece aqui como Ministério da Saúde influencia diretamente nos currículos dos profissionais que vão trabalhar na área da saúde. A política de saúde desses países está absolutamente conectada com a formação de seus futuros profissionais, o que não acontece na nossa realidade. O currículo Médico, por exemplo, e de enfermagem — a despeito de algumas experiências inovadoras na Enfermagem — ainda é um currículo que forma médicos que não estão preparados para atender no SUS,

na implementação das diretrizes da política pública de saúde, vide a discussão mais recente sobre o ato médico.

O investimento nesses recursos humanos, seja na formação em nível de graduação, ou na capacitação continuada, ainda é muito incipiente. Esse processo vai ter um forte impacto no tipo de assistência prestada por esses profissionais de saúde, até porque devemos compreender que toda a Política de Saúde, que é conformada em princípios de universalidade, integralidade, equidade, controle social etc., é implementada e efetivada pelo profissional de saúde, ou seja, a face da política pública quando o usuário chega, quem é? É o(a) médico(a), é a(o) enfermeira(o), é a(o) assistente social, é a(o) nutricionista, é o guarda que está na recepção, é a(o) auxiliar de enfermagem. Ou seja, os trabalhadores de saúde, a nosso ver, conformam a base desse sistema, que, além dos reveses no seu financiamento, impactando nos recursos em saúde e nas condições de trabalho institucional, enfrentam a falta de preparo para lidar com a complexidade dos fenômenos sanitários.

E aí a gente se pergunta: por que esse pouco investimento, essa pouca preocupação com o capital humano? Por que a política de saúde não investe continuamente nesse trabalhador? É um pouco a partir dessa problematização que se insere a proposta desse curso, na medida em que buscamos inserir as relações de gênero, geração e raça/etnia, tanto na interpretação, no desvelamento dos problemas de saúde como também no seu enfrentamento.

O curso pretende estabelecer mediações entre as categorias analíticas gênero, raça/etnia e geração no campo da saúde e, mais especificamente, no campo da saúde reprodutiva e as possibilidades de intervenção no cotidiano dos serviços. Eu trouxe dois fôlderes do curso deste ano para circular, pra vocês entenderem a proposta.

O curso está organizado em torno de três módulos, a saber: I — O conceito de gênero nos processos de saúde e sexualidade; II — Saúde reprodutiva como campo de conhecimentos e de práticas; e III — Apresentação de experiências nos serviços de saúde. O primeiro módulo perfaz as seguintes aulas: a) Relações de gênero e as suas diversas perspectivas teórico-metodológicas; b) Gênero, sexualidade e família; c) O significado da sexualidade em diferentes ciclos de vida; e d) Gênero, etnia

e saúde. As aulas que compõem o segundo módulo são: a) A constituição da saúde reprodutiva como campo de políticas públicas; b) Contracepção e relações de gênero; c) Aspectos da morbimortalidade reprodutiva e avaliação de serviços de saúde; d) Sexualidade, relações de gênero e envelhecimento; e e) Imagens e funções profissionais na equipe interdisciplinar no campo da saúde reprodutiva. O terceiro módulo é flutuante e busca enfatizar as apresentações de experiências institucionais inovadoras. Como vocês podem ver, nesse último ano, as temáticas abordadas foram: assistência ao pré-natal e ao parto, educação sexual e gravidez na adolescência, práticas educativas — uma experiência no campo do climatério e sexualidade, violência de gênero e assistência em saúde, gênero e DST/Aids e prevenção em saúde e diferenças étnico-raciais.

Damos ênfase às diversas modalidades de assistência inerentes ao Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), mas não apenas nele. Vimos, cada vez mais, tendo uma procura plural. Inicialmente, tínhamos um público muito grande de profissionais de saúde que atuavam no interior do PAISM. Hoje, esse é ainda o nosso maior público, mas vimos tendo diferenciações na procura por essa proposta de formação.

Apesar dos diversos avanços conquistados pelo PAISM, ainda permanecem obscurecidos os impactos que as desigualdades de gênero e raça/etnia produzem na configuração de um quadro de morbimortalidade diferenciado entre homens e mulheres, bem como as iniquidades no acesso e na prestação de serviços de saúde.

Ainda hoje, verifica-se uma série de dificuldades no que se refere às desigualdades de gênero em saúde presente, por exemplo, na concepção, na contracepção, na prevenção de DST/Aids, na violência de gênero, na gravidez na adolescência, entre outros. Podemos identificar também o pouco trato ou um trato absolutamente inábil, quando se refere às questões de sexualidade dos usuários, de raça/etnia, de direitos sexuais e reprodutivos, geracionalidade — seja trabalhando com adolescentes, seja com a terceira idade, bem como também percebemos a pouca ênfase ou a secundarização de uma série de tecnologias que são importantes e que estão previstas, tanto no Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher como na própria conformação do SUS, como, por exemplo, as práticas educativas e o trabalho multidisciplinar.

Então, o curso, que inicialmente tinha o nome de Curso de Capacitação em Saúde Reprodutiva para Profissionais, vem passando por um processo de avaliação dessa experiência e este ano inclusive, modificamos o seu nome, que estava muito restrito à saúde reprodutiva, quando nosso foco não é apenas esse, como vocês podem observar no folder que está passando. Ampliamos o curso, até porque ele já era muito maior do que apenas trabalhar com saúde reprodutiva.

Considero que o curso tem um objetivo ambicioso dentro desse cenário empobrecido de formação de trabalhadores de saúde, pois o mesmo se propõe a revelar, discutir e propor formas de intervenção alternativas no cotidiano dos serviços que contribuam para a melhoria da qualidade da assistência, traduzida na constituição de relações mais igualitárias entre homens e mulheres e na constituição de relações mais simétricas entre profissionais de saúde e usuários (as).

Por que eu digo que nós temos um forte compromisso em propor formas de intervenção, com mudanças de modelo de assistência nos serviços? Bom, no interior do curso, buscamos introduzir no conteúdo programático um módulo que traz experiências concretas de serviços, inovadoras, de sucesso, que a gente considera de qualidade, de equipes que fazem um trabalho que já incorpora uma perspectiva de gênero, de raça/etnia e/ou geracionalidade na assistência em saúde para os alunos conhecerem essas experiências. É um módulo muito interessante porque é um módulo flutuante. Então, em um ano nós colocamos gravidez na adolescência, prática educativa em climatério e menopausa, assistência ao pré-natal e ao parto; em outro ano a gente muda, aborda projetos em contracepção... Enfim, é um módulo que é aberto a situações novas, a projetos e programas novos e, também, a situações que estejam hoje na agenda contemporânea da área, como, por exemplo, desde o ano passado, incorporamos a questão da violência de gênero e saúde. Nós trouxemos a experiência de um serviço de saúde daqui do Rio de Janeiro que atende mulheres vítimas de violência física e sexual. Então, é um módulo bastante rico, que os alunos têm sempre muito interesse, porque eles aprendem e podem replicar essas experiências, adaptando-as em suas realidades.

Uma outra forma também que encontramos de tentar garantir que após o curso haja perspectivas de mudanças reais nos serviços de saúde

é a exigência de que, ao seu final, o aluno construa um anteprojeto de intervenção na instituição de origem que o liberou para fazer o curso. Isso é uma exigência para a sua conclusão. O aluno deve entregar um anteprojeto de intervenção na sua instituição que incorpore os construtos teórico-metodológicos que ele apreendeu durante esse período. Consideramos que, a partir dessas duas inovações, conseguimos ter algum tipo de impacto nos serviços de saúde.

Com a entrega dos trabalhos finais (anteprojetos de intervenção), os professores do programa avaliam os projetos e dão um parecer sobre os mesmos, que é entregue aos alunos e posteriormente discutido coletivamente em uma supervisão. Achamos importante garantir esse retorno, tanto individual quanto coletivamente.

Após esses primeiros três anos de curso, a gente vem fazendo uma avaliação dessa experiência. Então, ano passado, organizamos um Seminário de Avaliação de Impacto do Curso de Capacitação em Saúde Reprodutiva nos Serviços, onde contatamos todos os alunos que se formaram nos primeiros dois anos e perguntamos: "Você está desenvolvendo o projeto que nos apresentou na sua instituição? Por que não está? Se estiver, como está sendo o desenvolvimento desse projeto? Quais são as dificuldades encontradas?"

O aspecto mais inovador dessa experiência de capacitação reside exatamente na busca de modificações na prestação da assistência, seja através de apresentações de trabalhos institucionais pioneiros dentro do seu conteúdo programático, seja através da exigência para os seus participantes de um anteprojeto de intervenção nas instituições de origem como requisito para a conclusão do mesmo.

Nessa direção, esse Seminário buscou avaliar as repercussões institucionais dessa experiência de capacitação, através da análise do desenvolvimento de alguns projetos realizados nas instituições de saúde. Os participantes do curso conseguiram estabelecer as mediações entre as categorias analíticas relativas ao campo de gênero e saúde e as possibilidades de intervenção? Quais foram as dificuldades encontradas? Quais foram os entraves institucionais que dificultaram o desenvolvimento de novas propostas de atuação? Foram essas as principais questões que nortearam esse seminário.

Os debates foram organizados em duas mesas-redondas. A primeira mesa — Desafios da intervenção em sexualidade — contemplava os seguintes trabalhos: 1) Implantação do ambulatório de Planejamento Familiar; 2) Sexualidade e afetividade em mulheres participantes da Universidade da Mulher — UCAM; e 3) Sexualidade adolescente e violência. A segunda mesa — As articulações entre prevenção de DST/Aids e contracepção — continha os seguintes trabalhos: 1) A descentralização do Planejamento Familiar nos módulos do Programa de Saúde da Família (SMS/IG); 2) Prevenção de DST/Aids em mulheres laqueadas; e 3) Projeto Mulher Cidadã: uma abordagem sobre as DSTs.

Vou apresentar, agora, uma breve sistematização sobre o perfil profissional dos nossos alunos e também o estado da arte do desenvolvimento dos anteprojetos de intervenção. Estarei apresentando dados dos anos de 2000, 2001 e 2002.

O curso começou oferecendo 20 vagas no ano 2000 e gradativamente a gente vem ampliando. Em 2001 e 2002, ampliamos para 25 vagas e nesse ano de 2003, abrimos 32 vagas devido a grande procura, principalmente, após uma reportagem sobre o curso que o *Jornal do Cress* realizou.

A maioria dos alunos nesses três anos foi de assistentes sociais. Considero que influencia muito nessa procura o fato de o curso ser oferecido na Faculdade de Serviço Social, apesar de ele ter um caráter multidisciplinar.

Vejamos a tabela:

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	2000	2001	2002
Assistente social	13	8	21
Médica(o)		1	1
Enfermeira(o)	4	3	1
Psicóloga(o)		1	
Socióloga(o)	1	1	
Nutricionista	1		
Economista	1		1
Outros	1	1	1
Total de inscritos	21	15	25

No primeiro ano, por exemplo, nós tivemos 21 alunos. Do total, treze eram assistentes sociais, nenhum médico, quatro enfermeiras, uma socióloga, uma nutricionista e um economista. No item "outros", temos uma biblioteconomista.

No ano de 2001, tivemos oito assistentes sociais, uma médica, três enfermeiras, uma psicóloga, uma socióloga e um em outros. Nesse ano, nós não conseguimos fechar o número de vagas. Eram 20 vagas e nós só tivemos 15 alunos. Em 2002, nós fechamos uma turma de 25 alunos, dos quais vinte e um eram assistentes sociais, havia um médico, um enfermeiro, um economista e, no item "outros", tivemos uma bióloga.

No conjunto desses trabalhadores, temos um grupo majoritário de profissionais de saúde que lidam diretamente com as temáticas relativas à Saúde Reprodutiva. Contudo, tivemos crescentemente profissionais da área da Assistência Social e de Organizações Não Governamentais. Nessas instituições, esses profissionais trabalham, principalmente, com adolescentes e lidam com questões como gravidez na adolescência, sexualidade e prevenção de DSTs. Então, não são apenas profissionais da rede pública de saúde que se inserem no curso, mas também aqueles que lidam com questões de gênero e sexualidade associadas às situações de saúde.

Em resumo, o nosso grande público é de assistentes sociais. Infelizmente, nós temos um número pequeno de médicos, porque tínhamos o objetivo de também alcançar esse público. Provavelmente, uma parte deles que se interessa pelo curso não consegue liberação de seus trabalhos, devido à insuficiência desses profissionais em toda a rede pública de saúde, podendo ocasionar desassistência aos usuários.

PÓS-GRADUAÇÃO	2000	2001	2002
Assistente social	13	08	21
Mestrado	3		3
Lato sensu	2	2	4
Total	5	2	7

Do ponto de vista da pós-graduação, tivemos três alunos com mestrado, tanto em 2000 quanto em 2002, e dois alunos em 2000 e 2001 e quatro em 2002 com pós-graduação *lato sensu*.

E, de onde vêm esses profissionais? Grande parte deles é oriunda das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. Entretanto, temos tido crescentemente profissionais de outros municípios do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias, Niterói, Belford Roxo, Queimados e de municípios do interior, como Macaé, Iguaba e Arraial do Cabo. Temos alguns profissionais oriundos de hospitais universitários e de organizações não governamentais. Estes são profissionais que trabalham em comunidades carentes e que geralmente atuam com adolescentes. Então, para lidar com situações de prevenção de DST/Aids, sexualidade e gravidez na adolescência, eles buscam o curso. Vejamos com mais detalhes, a partir da tabela que se segue.

LOCAL DE TRABALHO	2000	2001	2002
SMS/RJ	7	7	4
SMAS/RJ			1
SES/RJ			8
Ministério da Saúde	2		
SMS/Niterói	2		3
SMS/Caxias	1	1	1
SMS/Macaé			2
SMS/Iguaba Grande		1	
SMS/Arraial do Cabo			1
SMS/Belford Roxo			1
Hospitais universitários	3	1	1
Uerj	1		
UFRJ		1	
ONGs	5	1	3
Ucam/USU		1	
Sem trabalho		1	
Total	21	14	25

Temos tido, também, uma interessante interlocução com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher do Município e do Estado do Rio de Janeiro. Os gestores desses programas ajudaram na divulgação e incentivaram a liberação dos profissionais de saúde para a realização do curso. Se assim o desejarem, eles não têm impedimentos para a sua participação. Isso se deve, em grande medida, à nossa iniciativa de buscar uma parceria com essas Secretarias, estabelecendo uma aproximação cada vez maior da universidade com os serviços de saúde e com os gestores de políticas. Conseguimos ter bastante sucesso com os gestores das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde do Rio de Janeiro.

Dando prosseguimento, no que se refere ao quantitativo de aprovação do curso, temos os seguintes dados:

NÍVEL DE APROVAÇÃO	2000	2001
Concluíram	15	13
Não concluíram	06	02
Desenvolveram os projetos	09	04
Não desenvolveram os projetos	04	06
Sem informação	02	03
Total	21	15

Quanto ao nível de aprovação, temos quinze alunos que o concluíram no ano 2000 e treze no ano 2001. Em 2000, nove participantes desenvolveram seus projetos nas instituições de origem. Em 2001, um número muito reduzido, apenas quatro.

Daí vocês poderiam perguntar: "Não foi um número pequeno de pessoas que conseguiram efetivamente desenvolver os projetos?". É verdade. Nos dois primeiros anos, nós tivemos um número que eu considero reduzido para o investimento realizado pela equipe.

Mas os motivos são os mais diversos. Em primeiro lugar encontram-se aqueles que mudaram de instituição. Houve um quantitativo consi-

derável de profissionais que migraram para outras unidades de saúde, onde muitas vezes passaram a realizar um trabalho completamente diferente do que faziam anteriormente. Em geral, eram profissionais que saíram de unidades básicas de saúde e foram deslocados para serviços de emergência, ou vice-versa, e, portanto, não conseguiram implementar seus projetos.

Em segundo lugar, um número também expressivo reportou como causa para a não implementação dos projetos, mudanças na gerência do PAISM e nas unidades de saúde em função das eleições municipais. Os profissionais ficaram muito à mercê dessas mudanças organizacionais e de relações conflituosas nos espaços institucionais e terminaram não conseguindo implementar de fato seus projetos ou dar continuidade a eles.

Em terceiro lugar, tivemos profissionais que ficaram desempregados, fazendo com que percebêssemos que alguns tinham contratos precários de trabalho (cooperativados), bem como outros se encontravam inseridos em ONGs e não mais faziam parte dessas instituições. Ou seja, devido à precarização do mercado de trabalho, houve uma considerável flutuação dessa mão de obra, impossibilitando a execução dos projetos nos locais previamente escolhidos.

Por fim, os concluintes relataram dificuldades na execução dos projetos devido à insuficiência de profissionais para a proposição de novos trabalhos e programas, tendo em vista o acúmulo de atividades já desempenhadas por eles e pelas equipes em que estavam inseridos.

De qualquer forma, nós tivemos um Seminário bastante rico no final de 2002. Os profissionais que vieram apresentar seus trabalhos mostraram projetos muito interessantes e que trouxeram inovações nos seus serviços. Pudemos observar também que, no ano de 2001, mais da metade dos participantes conseguiu implementar seus projetos, o que é um dado muito positivo. E achamos que é assim mesmo. Com o decorrer do tempo, com o amadurecimento intelectual e também institucional, esses profissionais vão conseguindo gestar estratégias para modificar e impactar de fato a assistência em saúde.

A experiência desse curso é uma experiência que a gente considera bem-sucedida. Os alunos que se formaram elogiaram muito o proposto

e o aprendizado que tiveram. Temos sempre sinalizações para que ele seja transformado em curso de especialização. Apontamos para os participantes a possibilidade de ingressarem no nosso Mestrado, mas muitos não se acham em condições de concorrer a essa seleção. São profissionais que estão há algum tempo formados e nem sequer possuem um perfil para tal inserção. Na minha avaliação, tal demanda demonstra que o perfil profissional e as próprias exigências do mercado de trabalho apontam para a necessidade de continuidade ou mesmo a retomada, para algumas unidades de ensino, dos cursos de especialização no Serviço Social. Bem, mas isso é uma outra discussão, que não cabe nesse momento.

Acredito que essa é uma experiência interessante de Capacitação Continuada e de Assessoria profissional e institucional. Penso que um dos principais agentes de assessoria é a universidade, seja na produção, divulgação e democratização do saber, no desenvolvimento de projetos-piloto, seja na articulação ensino — pesquisa — extensão, esta compreendida de forma diferente da prestação de serviços, já que a universidade não deve substituir o Estado nessa função, ou seja, o tipo de Assessoria desenvolvida pela universidade é aquele que explicita os problemas e contradições sociais, influindo na realidade e buscando a mudança, a partir de um referencial teórico-metodológico e de um projeto societário e de profissão que tenha esse objetivo.

Nesse sentido, o Curso de Extensão em Gênero, Saúde e Reprodução representa uma rica experiência de assessoria, através da capacitação de equipes de profissionais, em que buscamos apontar os problemas e as limitações do "fazer saúde" atual, presente na falta de capacitação profissional e na organização do processo de trabalho em saúde. O referencial teórico-metodológico das relações de gênero é muito adequado para essa finalidade. É inerente a essa categoria de análise, pela sua própria conformação histórica, a dimensão propositiva. No curso, essa dimensão se expressou através do estabelecimento de novas relações pedagógicas, pelo processo de participação dos sujeitos envolvidos em uma dupla dimensão: conhecimento crítico da realidade social para a construção de estratégias institucionais de mudança e mobilização desses sujeitos para, a partir de uma nova compreensão das demandas complexas das(os)

usuárias(os) por saúde sexual e reprodutiva, contribuir para a desconstrução das desigualdades de gênero e raça/etnia.

Como exemplo desse potencial de mudança, temos, ainda, alguns assistentes sociais que nos procuraram, posteriormente, para continuar fornecendo assessoria para o trabalho que está sendo implementado nas unidades de saúde, o que, além de muito gratificante, possibilitou o redimensionamento do trabalho dos assistentes sociais, abriu espaço para a inserção de estagiários em Serviço Social e o interesse na construção e/ou na manutenção de projetos de pesquisa nessas instituições.

Bom, era isso que eu queria apresentar para vocês. Agradeço a atenção de todos. Obrigada.

CAPÍTULO 3

Assessoria na área de Serviço Social e saúde mental: conversações

Marco José de Oliveira Duarte

"Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é possível fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada."

Clarice Lispector

1. Uma introdução

Nesse momento, o que podemos trazer a público é uma reflexão inicial do que estamos fazendo sobre essa dimensão da assessoria em nossa prática profissional no espaço da docência, a partir de nossa inserção no campo da saúde mental e Serviço Social. É verdade que há uma incipiente literatura a respeito em nossa área profissional, poderíamos dizer até que quase inexistente (Vasconcelos, 1998) e por isso a relevância desse encontro, para podermos trocar experiências, conversarmos e dialogarmos sobre essa prática que já há muito tempo vem se dando no Serviço Social, em diversos setores.

Nosso trabalho inicialmente se realiza na medida em que, no cômputo da carga horária total da disciplina de Estágio Supervisionado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Uerj, está prevista uma parte dessas horas para um trabalho integrado às organizações-campo de estágio de nossos alunos.

Evidentemente que cada professor administra essa carga horária a partir do planejamento da sua disciplina, incorporando ou não o trabalho de supervisão no campo de estágio, a capacitação dos supervisores-*staff*, através de grupos de estudo, participações nas reuniões da equipe do serviço, um nível de assessoria na elaboração do plano de estágio envolvendo os alunos em treinamento profissional em nível de graduação ou de pós-graduação, como é o nosso caso, que temos os Residentes, ou mesmo no redimensionamento do planejamento das atividades profissionais num amplo esforço desses profissionais na busca e na identificação de novas possibilidades de trabalho no espaço institucional.

É bem verdade que temos uma singularidade desse tipo, quando a dinâmica organizacional facilita, como é o caso do hospital-escola que tem como premissa o ensino, a pesquisa e a assistência.

A assessoria, assim, é pensada, refletida e sistematizada. Ela não se dá somente pela vontade política dos atores presentes. Se bem que isso é fundamental, quando se trata de envolvimento, implicação e integração entre os agentes institucionais, no caso, professor, supervisores, alunos e residentes.

Podemos dizer, assim, que não basta uma demanda desse tipo, uma encomenda até, é necessário que tenhamos em vista objetivos que estão além da imediaticidade da ação profissional e da fragmentação do próprio processo de trabalho (Merhy, 2002) em que se situa a nossa prática cotidiana, tanto para os que se situam naquele determinado serviço, que enfrentam o *front* assistencial (Carapinheiro, 1993), na execução de tarefas, que muitas vezes não foram planejadas por eles mesmos, ou se foram, pertinente para uma avaliação de qualidade daquele tipo de prestação de serviço que ora se coloca como objeto do nosso trabalho em conjunto com os profissionais daquele determinado lugar.

Assim nos colocamos como aqueles que provisoriamente se movimentam naquele espaço institucional no sentido de acolher, escutar, subsidiar a reflexão, a leitura, o estudo e o olhar crítico sobre essa dinâmica das relações institucionais e do fazer profissional, mas com um certo pertencimento ao grupo, não de forma estranha, mas estranhando o familiar que eles elaboram, enquanto grupo-sujeito que estão envolvidos na sua jornada de trabalho, já que nosso posto, contrato, processo e carga de trabalhos se dão em um outro lugar sócio-ocupacional, mesmo, como no caso, sendo na mesma universidade.

2. Notas sobre a experiência

Como dissemos anteriormente, o nosso encontro com a prática de assessoria se deu pela necessidade da própria disciplina de Estágio Supervisionado. Desta forma, quando orientamos e habilitamos os alunos nos eixos teórico-metodológico e técnico-operativo, precisamos nos articular com os referidos campos de estágio para que não se caia no velho discurso de que a teoria dos "bancos da academia" é diferente da prática que se desenvolve nas organizações e vice-versa.

Assim, começa nossa inserção, voltados para a formação profissional de qualidade e crítica desses alunos. Levamos aos supervisores dos referidos campos de estágio da nossa área, saúde mental, nosso programa da disciplina, até porque não se pode pensar a formação profissional dos assistentes sociais sem esses mesmos agentes, os assistentes sociais que estão envolvidos com os nossos alunos, eles também contribuem, positivamente ou não, para a subjetivação profissional.

Salvo as devidas exceções, como já abordamos sobre o hospital-escola, muitos dos campos de estágio nem sequer tinham plano de estágio, e nem mesmo suas ações eram planejadas, no sentido de apresentarem algum projeto de ação sistematizado, mas operavam a prática sobre a prática, sem reflexão, sem crítica e sem uma organização técnico-científica.

Assim, observando as atividades profissionais sem objetivos, percebemos que nunca haviam, as assim chamadas, reuniões de equipe, até mesmo como uma necessidade burocrática da realidade organizacional. Ora, pensamos, é um campo de estágio profissional, mas está completamente fora de nossa política interna de estágio da faculdade, dessa forma, nossas idas e vindas não obtiveram sucessos, diferentes de outros campos de igual realidade.

As diretrizes da faculdade, neste contexto, não se propõem colocar-se, através do professor, como a "tábua de salvação", mas entender se há interesse, vontade e desejo de mudar dos próprios atores envolvidos, mas não menos sem tensão e conflitos, agenciem formas e meios de romperem a comodidade de alguns e de si próprios e de aliarem-se conosco e construírem essa perspectiva de intervenção profissional condizente com um *modus operanti* baseado no acúmulo cultural positivo do Serviço Social e do campo da saúde mental.

A partir desta concepção, em um outro momento de nossa inserção, agrupamos os campos institucionais e juntos começamos a fazer esse tipo de trabalho, onde não existia e mesmo nos espaços onde já se operavam práticas sistematizadas, ou seja:

- Refletir sobre o atendimento individual, no atendimento grupal, nas oficinas (Lancetti, 1997), quando e como elas se dão na enfermaria e no ambulatório;
- Refletir sobre o próprio processo de trabalho em saúde mental (Oliveira e Alessi, 2005), na enfermaria, no ambulatório e nos novos dispositivos técnico-assistenciais da saúde mental;
- Refletir sobre o atendimento individual, quando ele é no plantão, do ponto de vista do ambulatório, ou mesmo da recepção;
- Refletir sobre outras possibilidades, outras demandas de intervenção do Serviço Social dentro desse campo da saúde mental;
- Refletir, escrever e produzir a respeito da consulta domiciliar e do atendimento terapêutico domiciliar;
- Refletir sobre a questão da articulação com os movimentos sociais no campo da saúde mental, e nisso emerge um novo ator, as as-

sociações de usuários e familiares, contribuindo para esse tipo de organização não governamental;

- Refletir sobre a questão dos direitos de cidadania dos usuários desses serviços e pensar em canais de participação e de inserção com o Movimento Nacional da Luta Anti-Manicomial, no sentido de implementação da Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001, que trata do fim dos manicômios e pela substituição progressiva desse modelo pelos serviços substitutivos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por exemplo.

Podemos perceber que existem várias atividades neste campo. E é evidente que, conforme esse trabalho vai sendo aprofundado e, de certa forma, ampliado, novas questões são colocadas, novos desafios são postos à prática profissional dos assistentes sociais no campo da saúde mental e eles mesmos vão acumulando conhecimento para novas e velhas questões e setores na área (Duarte, 2004).

Para além da assessoria, existiu um trabalho de consultoria, que se diferencia pela inserção junto à população-alvo, sendo, no entanto, mais no sentido de contribuir e pensar na organização de um Curso de Especialização, como foi o de Serviço Social e Saúde, que implementamos a partir de uma demanda-convênio, mas agora, mais especificamente para a área de saúde mental, articulando com o próprio serviço, ou mesmo cursos de extensão, assim começamos também a trabalhar com essa forma de desdobramento no nível da assessoria.

Por outro lado, cabe ressaltar que também priorizamos o Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade de Estado do Rio de Janeiro (Hupe-Uerj) como campo próprio e tentamos, dessa forma, afunilar alguns campos de estágio supervisionado em Serviço Social na saúde mental e descartar outros espaços institucionais — campo de estágio, pelos motivos já expostos, porque se tornou complicado, mesmo com todo trabalho de aproximação, sensibilização e conscientização, no sentido de que, se vamos fazer alguma coisa, fica difícil se as pessoas assim não desejam. Assim, tivemos a preocupação de reprimir determinadas vagas nesses espaços, que vinham oferecendo vagas, o que fez com que

o próprio Hupe ampliasse suas vagas, embora não seja suficiente para atender à demanda de estágio para essa área.

Nesse sentido, a prioridade recaiu no Hupe, particularmente no Serviço de Psiquiatria, que se apresentou como um trabalho muito fecundo, porque não ficamos somente no nível do desdobramento da articulação do ensino da prática e da prática profissional em si, juntamente com os supervisores e alunos. Desta forma, a ação conjunta foi se aprofundando no sentido de dar uma outra modelagem nesse tipo de assessoria, porque já haviam se esgotado todas as supervisões e o suporte para refletir sobre as diversas possibilidades de elaboração de projetos e de plano de estágios.

Começa, então, a partir desse momento, a ampliar essa prática do ponto de vista de um trabalho junto aos residentes e ao grupo de estudos em saúde mental, na forma de refletir, elaborar e assessorar pesquisas sobre perfil, sobre demandas e até mesmo de suporte técnico de supervisão, mesmo para a equipe de *staff* facilitando e muito a capacitação não só dos assistentes sociais supervisores-preceptor, mas também dos alunos e dos residentes.

A visibilidade do Serviço Social na própria instituição, parceira nossa no dia a dia da formação e na capacitação profissional, vem adquirir um caráter de qualidade, de participação, de crítica, e visualiza o trabalho integrado que acaba sendo reconhecido pelo próprio Hupe, no campo da saúde mental, e mesmo na unidade de ensino, repercutindo nos Trabalhos de Conclusão de Residência (TCR), nos Trabalhos de Conclusão de Curso da Graduação (TCC) e nos relatórios semestrais de estágio.

No momento, estamos iniciando um outro tipo de trabalho, que é assessorar os alunos que se formaram e entraram na Residência Integrada em saúde mental do município do Rio de Janeiro, e, por outro lado, alguns preceptores que tinham alunos nossos, assim como, no próprio Hospital Municipal Jurandir Manfredini, onde a assistente social fez nosso Curso de Atualização para Supervisores, estreitando nossos vínculos profissionais, e no Instituto Municipal de Assistência em Saúde Nise da Silveira (antigo CPPII).

Essa experiência tem sido oportuna porque já percebíamos a demanda dos assistentes sociais-preceptor de outras instituições e, com a entrada de uma residente na área de saúde mental, que é assistente social, possibilitou a elaboração de um projeto conjunto de assessoria ao campo da saúde mental, junto a residente, particularmente na antiga Colônia Juliano Moreira, onde fica o Hospital Jurandir Manfredini que se situa no complexo do Instituto Municipal de Saúde Juliano Moreira.

Esse trabalho tem sido interessante porque nos fez refletir e pensar a questão do estudo de caso clínico, dos tipos de atendimento, da própria clínica e do terapêutico (Lobosque, 2003), sem desconsiderar as atribuições privativas do assistente social (Iamamoto, 2002) e que culminou na orientação e suporte técnico para a monografia de conclusão dessa residente.

Esse trabalho assemelha-se ao que realizamos no Hupe, no entanto, com uma outra particularidade: enquanto nesse último caracteriza-se como campo de estágio próprio, e se tem todo o trabalho histórico da unidade de ensino de Serviço Social com a unidade de serviço do Hupe, o primeiro ainda não está sendo reconhecido do ponto de vista da própria rede de saúde do município, através da Secretaria Municipal de Saúde, dado o entendimento do próprio campo da saúde mental (Bezerra Jr., 1999), que o configura como interdisciplinar, embora não se priorizem as competências profissionais das disciplinas que compõem o campo, ou seja, um estagiário pode ser orientado por outro profissional que não seja o assistente social, o que dificulta e estrangula nosso trabalho.

Outro aspecto dessa realidade é que a psicanálise, enquanto paradigma, tem sido fortalecida e garantida pela sua hegemonia política e de orientação teórico-prática junto aos serviços da rede pública de saúde mental do município do Rio de Janeiro, colocando em xeque a própria clínica da reabilitação psicossocial (Pitta, 1996), reduzindo dessa forma a inserção de outros profissionais e práticas.

De qualquer forma, novos ventos e novas correlações de forças estão fazendo com que estejamos presentes, muito embora ainda não participemos da comissão para repensar a residência em saúde mental no município. Mas já houve mudanças significativas e qualitativas em seu conteúdo de avaliação, tanto que, mais uma vez, outra aluna nossa foi

aprovada. E isso é interessante porque nos colocamos a pensar sobre um determinado conjunto e não somente no ponto de vista do Serviço Social, e, sim, tentando ampliar, principalmente como no caso dos CAPS.

No entanto, fica complicado tentar particularizar algumas questões do Serviço Social, tendo em vista que os CAPS, em si, já são uma perspectiva interdisciplinar e de prática integradora sem a preocupação de regularizar os papéis profissionais, mas de afirmar que todos são terapeutas e trabalhadores da área da saúde mental. Isto faz com que pensemos sobre uma outra forma singular de capacitar a própria equipe no sentido da complexidade do campo e desse serviço. Trata-se de uma assessoria na forma de supervisão à própria equipe, por conta das residentes, as quais foram estagiárias e agora são residentes e que estão no campo.

Já é a terceira vez que temos um assistente social aprovado na Residência Integrada de Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, além do que temos o Hupe significando mais um espaço de profissionalização e de capacitação continuada presente nesse campo e para o próprio Serviço Social. Isso se apresenta por meio da divisão social do trabalho, na área da saúde mental, que faz com que pensemos e elaboremos conhecimentos especializados para a profissão, e, por isso, por ser recente, todo nosso investimento.

O trabalho com o Hospital Municipal Jurandir Manfredini é um trabalho que tentamos fazer da mesma forma. Isso foi interessante porque esse nível de intervenção se deu de forma diferenciada, até porque foi dirigido especificamente a partir de uma demanda de uma assistente social da equipe do Serviço Social do referido hospital, a partir de seu projeto de intervenção junto a essa organização, e de uma assistente social residente do Programa de Residência em Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Município do Rio de Janeiro, a partir da continuidade do seu estudo na graduação.

Então, esse seria um outro tipo de assessoria, de intervenção, de planejamento. A literatura também muda, a preocupação muda, o foco da atenção também é diferente. Parece que ficamos "descarrilados" com tantas questões e preocupações, falamos determinadas coisas em um lugar e depois tem que se falar outras coisas em outro lugar, às vezes de

uma forma mais complexa, porque se tem outra preocupação, outro recorte, outras demandas, outras encomendas (Baremblitt, 1992), outras supervisões, enfim, outros atores e cenas.

Desta forma, começamos a tentar desenhar e visualizar uma nova demanda que emergiu de uma aluna nossa da pós-graduação, para um outro tipo de assessoria, que envolve também equipe, mas não apenas de Serviço Social, mas que se compõe também de assistentes sociais, tendo em vista sua inserção nessa organização: o Instituto Municipal Nise da Silveira. Sobre essa questão, fica para pensarmos sobre o duplo vínculo, um lugar de trânsito de ideias, de troca, de produção contínua e compartilhada.

O tempo inteiro temos a preocupação com o ensino e com a pesquisa, mas não apenas de transmitir o conhecimento, de informar, mas, além disso, de produzir conhecimentos, de haver uma socialização, uma capacitação, de resgatar essa dimensão investigativa.

Assim observamos que os próprios agentes institucionais, nessa articulação, ora são estimulados a pensarem em suas capacitações e produtos, ora eles conseguem andar com as suas próprias pernas, e, mesmo já desenvolvem autonomia, onde surge a parceria, para que possamos dar um outro tipo de suporte, mas ainda no âmbito acadêmico, não como detentores do saber-poder, do tipo o "supervisor" e nem mesmo do tipo o "superprofessor", mas de sermos aliados na correlação de forças institucionais, fortalecendo o próprio Serviço Social.

Sendo assim, podemos capacitá-los para esse tipo de atividade em conjunto, resguardando nossas particularidades como agentes institucionais diferenciados que somos, mas não desigual nem hierarquizados. A produção de conhecimento tem suas singularidades, tanto no território específico da universidade como no território mesmo dos serviços, mas tem seus efeitos na ordem da atenção e da prática em saúde mental e do próprio Serviço Social, já que estamos lidando com a produção econômica dos serviços.

Atualmente estamos pensando em uma outra atividade de extensão para tomar todos esses campos que estão envolvidos na área da saúde mental nos quais estamos trabalhando, desde o Hupe, no Nise da Silveira

e no Juliano Moreira, assim como nos novos serviços que venham a ampliar suas áreas geográficas, articulando com os profissionais desses espaços, no sentido de realizarmos esse curso, já que é uma demanda significativa e quantitativa, do ponto de vista da capacitação desses profissionais de Serviço Social e de uma intervenção específica de qualidade e crítica desses para o campo da saúde mental, que se coloca cada vez mais complexo para a sua atenção e cuidado frente aos novos desafios e implementações de dispositivos assistenciais para a sociedade como um todo.

É bem verdade que muitos desses profissionais se constituem como equipe para o desenvolvimento desse novo tipo de assessoria, afinal, é uma dimensão da prática desses profissionais agora (Joos, 1998) e, sendo assim, a faculdade, através dessa sua função, coloca-se como espaço por excelência para efetuar uma ampliação da socialização do conhecimento, de forma pública, gratuita, laica e de qualidade, já que muitas organizações privadas mercantilizam os saberes produzidos.

Também pensamos, por conta da nossa visibilidade e parceria, a organização de um Curso de Especialização em Saúde Mental com uma perspectiva interdisciplinar e integrada no próprio Hupe. Depois de tantos anos, essa questão está sendo apresentada pelo próprio serviço, que ainda capacita isoladamente suas equipes de residentes, do médico, do assistente social, do enfermeiro, do psicólogo. Enfim, o trabalho que desenvolvemos e a própria inserção do Serviço Social naquele espaço está conseguindo viabilizar uma especialização que é uma demanda que foi provocada e agora está sendo uma preocupação do próprio chefe do serviço.

Uma questão que nos facilitou é que no movimento dos assistentes sociais nas organizações de saúde, sempre tiveram presentes nossos alunos em seus campos de estágio. O campo, quando ele se abre para o aluno, é uma forma de esses profissionais se aproximarem da própria faculdade, no sentido de dar prosseguimento ao seu vínculo com essa unidade de ensino, seja para acompanhar o que está sendo ministrado em aulas, no sentido de uma atualização, mesmo que não satisfatória, ou mesmo, de que a faculdade possa oferecer novos cursos de atualização ou de extensão para que esse segmento profissional venha se aperfeiçoar

em sua ação profissional, até mesmo em estudo mais avançado como de pós-graduação.

Esse trabalho em conjunto caracterizou a nossa diferença, até mesmo com o Hupe como um todo. É um trabalho integrado que estabelecemos há muito tempo, por volta de quinze anos, com os próprios assistentes sociais do Serviço de Psiquiatria do Hupe, e esse patamar se coloca também num nível que vai além de uma racionalidade científica, envolve pessoas, sujeitos de desejos e vontades de criar novas formas de interagir e de agenciar com o conhecimento técnico-científico (Vasconcelos, 2000) e com a prática profissional e institucional no sentido de fazer acontecer um pensar sobre essa realidade que tem esse elemento como premissa, a formação humana e profissional que envolve a subjetividade. Não mudaremos práticas sem teorias, e não faremos um pensar-agir sem sujeitos envolvidos.

Um outro desdobramento é a pesquisa (Duarte e Rinaldi, 2004) que desenvolvemos dentro do referido serviço do Hupe, com financiamento do CNPq, e que depois partimos para uma outra instituição de mesma característica, e que também tínhamos estagiários, com essa perspectiva conceitual de assessoria e hoje estamos pesquisando a rede dos CAPS do município do Rio de Janeiro, o que faz com que se amplie nossos campos e incorporemos novos agentes, o que vem repercutindo de uma maneira muito positiva, facilitando realizarmos seminários conjuntos e, ao mesmo tempo, participarmos de eventos nos próprios serviços.

O mais interessante é que os alunos são ao mesmo tempo estagiários e pesquisadores, o que para eles é uma concentração no objeto de estudo e de intervenção, tanto para análise da prática profissional quanto para a prática de pesquisa.

Podemos destacar que é um trabalho feito por muitos, e os campos se beneficiam por serem, ao mesmo tempo, campo de extensão, de pesquisa, de assessoria e de supervisão, enfim. Por isso, estamos sendo muito cogitados para novas atividades, e estamos sentindo a dificuldade de atender a tudo e a todos.

Essa facilidade de aproximação, quando o campo abre espaço para o aluno, é muito interessante, ou seja, quando esse mesmo campo tem

uma preocupação em aprofundar questões de sua prática e não ficar apenas usando o aluno como mão de obra barata.

No entanto, existem campos em que preferimos nem trabalhar, mesmo quando se abre oferta-vaga para os estagiários de Serviço Social, pois tem muita coisa em jogo nesse nível de atravessamento, principalmente, quando podemos perceber que há uma cultura de um certo tipo de funcionalismo público, que não se coloca para pensar para além de sua carga-horária, a começar com o envolvimento de estagiários, deixando-os "soltos" no próprio campo.

3. Algumas considerações finais

A nosso ver, todo esse trabalho de assessoria no campo do Serviço Social e saúde mental coloca-nos alguns desafios e nos faz pensar em nossa prática profissional. Por um lado, colocamonos aqui como professor do Serviço Social, e isso tem um olhar e uma prática diferenciada para essa questão, mas, ao mesmo tempo, não descartamos a possibilidade de um mesmo profissional, sem exercer a docência, estar desenvolvendo esse tipo de ação em sua realidade institucional e no próprio campo. Temos conhecimento de caso raro, mas existente.

O que estamos trazendo para a reflexão é o papel e função social do docente para, junto aos campos de estágio e outras organizações e serviços que se aliaram à universidade para um trabalho de pensar e agir, que se coloque em outro patamar, no sentido de produção de conhecimentos de suas realidades institucionais e profissionais, ou seja, uma análise micropolítica (Duarte, 2000).

Bem verdade que, se fôssemos outro tipo de profissional estaríamos falando desse lugar ao certo. Portanto, como nossa preocupação é a ciência, somos funcionários do saber, esse é o nosso olhar e inserção, sem descartar, em nenhum momento, que isso não se faz sem tomar como objeto de estudo e análise a prática profissional desses agentes envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem, de capacitação e intervenção profissional e de integração ensino-serviço.

Podemos, de certa forma, afirmar que, o que fazemos, e se fazemos, não teria sentido se os profissionais de Serviço Social dos referidos serviços de saúde mental assim não o desejassem, politicamente, construir algo de novo e operar rupturas com formas conservadoras de serem profissionais (Clavreul, 1978) no próprio campo da saúde mental.

Referências bibliográficas

BAREMBLITT, Gregório. *Compêndio de Análise Institucional*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BEZERRA Jr., Benilton. A diversidade no campo psiquiátrico: pluralidade ou fragmentação? *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, IPUB/UFRJ, n. 14, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

CARAPINHEIRO, Graça. *Saberes e poderes no hospital*. Porto: Afrontamento, 1993.

CLAVREUL, Jean. *A ordem médica*: poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL. In: *Assistente Social*: Ética e Direitos. Coletâneas de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Cress-7ª Região, maio 2000.

DUARTE, Marco José de O. Por uma cartografia do cuidado em saúde mental: repensando a micropolítica do processo de trabalho do cuidar em instituições. In: BRAVO, M. I. S. et al. (Orgs.). *Saúde e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Da análise institucional à micropolítica. *Em Pauta* — Cadernos da Faculdade de Serviço Social da Uerj, n. 16. Rio de Janeiro: FSS/Uerj, 2000.

DUARTE, Marco José de O.; RINALDI, Doris Luz. *Saúde, Loucura e Família: Práticas socioinstitucionais em serviço.* (Relatório final da pesquisa). Rio de Janeiro: CNPq; DFTPSS/Faculdade de Serviço Social; DPC/Instituto de Psicologia/Uerj, jul. 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. *Em Questão*. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social. Brasília, CFESS, n. 1, 2002.

JOOS, Marilyn; PEREIRA, Sílvia de Valle (Orgs.). *Assessoria*: inovações e avanços da prática do Serviço Social. Porto Alegre: DaCasa, 1998.

LANCETTI, A. (Org.). *SaúdeLoucura.* São Paulo: Hucitec, n. 4, 1997.

LOBOSQUE, A. M. *Clínica em movimento*: por uma sociedade sem manicômios. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MERHY, Emerson Elias. *Saúde*: cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Alice G. Bottaro; ALESSI, Neiry Primo. *Superando o manicômio?* Desafios na construção da reforma psiquiátrica. Cuiabá: Ed. UFMT/Fapemat, 2005.

PITTA, Ana (Org.). *Reabilitação psicossocial no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria-prática: os processos de assessoria e consultoria do Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, 1998.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (Org.). *Saúde mental e Serviço Social*: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

CAPÍTULO 4

A prática de assessoria desenvolvida na área do envelhecimento

Alzira Lobato

O Programa Universidade Aberta de Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/Uerj) foi criado em agosto de 1993 e, nesta semana, exatamente, comemora dez anos de existência. Começamos nosso trabalho no programa, desde o seu início, desenvolvendo atividades de Extensão que tem possibilitado, aos alunos da Faculdade de Serviço Social, desenvolverem Estágio Curricular, na área do Envelhecimento, além de ministrarmos a disciplina Estágio Supervisionado — Terceira Idade, criada por nós, quando da abertura de Campos de Estágio nesta área.

Também temos inserção na Uerj como Assistente Social e, atualmente, coordenamos o Programa de Ações de Participação Social e Cidadania na Terceira Idade, que congrega dois projetos: Idosos Colaboradores, que tem como objetivo promover ações de participação social dos alunos idosos, através de atividades voluntárias de apoio aos setores do programa UnATI, buscando valorizar conhecimentos dos idosos, capacitando-os nas questões do processo de envelhecimento no Brasil, visando torná-los agentes multiplicadores em outros espaços da sociedade; o outro projeto,

Idosos em Ações de Participação Social, tem como objetivo promover o envolvimento dos idosos nas questões de participação social e cidadania na terceira idade.

Quando iniciamos nosso trabalho na UnATI/Uerj, não tínhamos, ainda, conhecimento do perfil da população usuária do programa e organizamos um projeto que oferecesse atividades de capacitação dos idosos nas questões do envelhecimento, privilegiando o processo de grupalização. Este processo possibilita a identificação de questões comuns ao segmento de idosos, como também propicia o desenvolvimento da sociabilidade e do associativismo, fundamental nessa fase da vida como idosos que, após a aposentadoria ou a criação dos filhos, sentem-se improdutivos e isolados socialmente.

As atividades oferecidas eram: Curso de Participação Social nas Questões de Terceira Idade, com o objetivo de informar e refletir com idosos as questões de seu processo de envelhecimento e grupo de inserção à UnATI/Uerj, com o objetivo de informá-los sobre o Programa e facilitar o desenvolvimento da sociabilidade, proposta desenvolvida em quatro encontros, com a utilização de técnicas de Dinâmica de Grupo, facilitadoras do processo de grupalização dos participantes.

Portanto, desde o início de nosso trabalho, a prática de assessoria envolvia o trabalho de supervisão aos estagiários de Serviço Social, buscando capacitá-los para o trabalho com idosos. Junto aos idosos, alunos do programa, nossas atividades eram desenvolvidas na área de Ensino, no bloco das Atividades de Conhecimentos Específicos, que geralmente tratava das questões relativas ao processo de envelhecimento.

No ano de 1994, realizamos, juntamente com professora visitante da Faculdade de Serviço Social, o primeiro estudo de Perfil dos Alunos da UnATI/Uerj. Neste momento, o programa tinha setecentos alunos cadastrados. Nesse perfil percebemos que a representação do programa para os idosos é de espaço de desenvolvimento de novos aprendizados, onde podem atualizar seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, estarem participando da comunidade em que vivem, além de ser espaço de desenvolvimento da sociabilidade. Outro dado importante do perfil é que 84% dos alunos eram mulheres idosas, moradoras nos bairros da zona norte de

nossa cidade, com maioria de pensionistas e poucas aposentadas, o que demonstrava uma pequena participação das mulheres da geração de mais de 60 anos, que frequentavam o programa, no mercado de trabalho. Nas escolhas dos cursos, as atividades artísticas e culturais vinham em primeiro lugar, seguidas das atividades com conteúdo sobre saúde dos idosos e das atividades de conhecimentos específicos, onde estava situado nosso projeto.

Este estudo de perfil nos ajudou a conhecer melhor nossos alunos, que, a princípio, escolhiam participar do nosso curso por ter vaga sobrando, sem ainda terem clareza da temática desenvolvida e de sua importância para a compreensão da velhice em nosso país.

Nosso desafio era envolver este público, majoritariamente feminino, interessado no desenvolvimento de habilidades artísticas e culturais, nas questões sociopolíticas do envelhecimento. Ao mesmo tempo, percebíamos que as queixas quanto às dificuldades de acesso ao transporte coletivo, conflitos geracionais na família e em outros grupos, eram comuns, nos relatos dos participantes de nossa proposta. Nosso ponto de partida foi problematizar o cotidiano dos idosos, para envolvê-los na descoberta de seus direitos sociais e política social para idosos, criada desde 1994, mas ainda pouco conhecida por este segmento e, necessitando de orçamento e vontade política dos governantes, para sua implementação. Essa história e o envolvimento dos idosos e dos alunos, estagiários de Serviço Social, nas questões do envelhecimento, é de fundamental importância, pois a capacitação, neste trabalho, era o eixo central da assessoria.

Na disciplina de Processo de Trabalho V, desenvolvendo Seminários sobre a Assessoria em vários campos de atuação do Serviço Social, percebemos que, a partir da década de 1980, o viés da capacitação na Assessoria se fazia presente no trabalho com diferentes segmentos da população e, na década de 1990, a capacitação era priorizada por algumas Faculdades de Serviço Social em relação aos assistentes sociais envolvidos com a supervisão de nossos alunos. É interessante percebermos que é também nesta década que começamos a sistematizar e produzir conhecimento sobre as atividades de Assessoria. Neste sentido, foi importante a produção da professora Ana Maria de Vasconcelos, da Faculdade de

Serviço Social da Uerj, sobre a Assessoria, percebida como um campo de atuação vasto, que possibilitava qualificar a formação profissional dos assistentes sociais, tendo em vista o projeto ético-político da nossa profissão. Ao mesmo tempo, essa proposta chama as unidades Acadêmicas a assumirem sua responsabilidade nesta construção.

Não podemos esquecer os estudos da professora Balbina Vieira, pioneiros nessa área, numa abordagem da Assessoria, como um tipo especial de Supervisão, direcionada aos assistentes sociais, que necessitavam de capacitação para o desenvolvimento de seu trabalho. Para esta autora, trabalhar com Assessoria dava um melhor status ao profissional, embora essa atividade fosse pensada por dentro da atividade de Supervisão.

Pois bem. O trabalho que desenvolvemos na disciplina de Estágio Supervisionado, Terceira Idade e nossa proposta de trabalho na UnATI tinham um eixo comum, que era a capacitação.

Consideramos que, para desenvolvermos bem nossa proposta de trabalho com idosos através da Assessoria, foi de fundamental importância percebê-los como sujeito de direitos, com capacidade para adquirir novos conhecimentos que lhes proporcionassem vivenciar o processo de envelhecimento com dignidade, sendo reconhecidos como trabalhadores que ajudaram a construir o nosso país, daí terem direito a uma distribuição mais justa, da riqueza desse país, em forma de pensões e aposentadorias mais dignas, que atendam às suas necessidades, como idosos também, de: saúde, educação, assistência social, moradia e outras.

Porém, essas questões de implementação de políticas para idosos têm sido pensadas por associações de profissionais e de movimentos sociais de idosos, como também pelos Conselhos de Direitos dos Idosos. Consideramos que outro nível do trabalho de Assessoria seja este de maior envolvimento dos idosos dos programas de terceira idade, nesses espaços. Percebemos que, nestes últimos anos, o Programa da UnATI/Uerj, através de seus coordenadores e de nossa proposta, tem dado maior ênfase a essa discussão das políticas, realizando palestras, com representantes do Legislativo do nosso estado e do município, compromissados com a questão do idoso. Percebemos que os idosos têm participado destes debates trazendo questões como acesso ao transporte coletivo, desrespeito nas rela-

ções ou até mesmo maus-tratos, e requisitam dos palestrantes alternativas de como enfrentar essas questões e a criação de espaços para o atendimento dessas queixas.

Aquelas questões e nossos estudos sobre o envelhecimento no Brasil levaram-nos a buscar, num outro momento, uma maior articulação com parceiros nos espaços externos à universidade. Esse movimento foi importante e, logo de início, tivemos a possibilidade de ocupar uma vaga de Suplente, pela UnATI/Uerj, na primeira gestão do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (Cedepi).

A articulação com outros profissionais e professores da UFRJ e UFF, da área de Serviço Social, que também participavam das seguintes instâncias: Conselho de Direitos de Idosos, Associações de Idosos e Associações Profissionais de Gerontologia, foi fundamental para ampliarmos nossa discussão da participação e organização dos idosos e dos profissionais da UnATI, através das atividades de Palestras e Seminários, abertas aos alunos idosos, aos profissionais e aos estagiários do programa. Estas atividades também se configuravam como de capacitação desse público nas questões do envelhecimento em nosso país.

Também julgamos importante, nesta trajetória, nossa participação na função de gerente de ensino da UnATI/Uerj, durante cinco anos, no final da década de 1990. O trabalho de capacitação com os professores, vinculados a esta gerência, foi desenvolvido em sessões de grupos de estudos, onde os próprios docentes apresentavam suas propostas de trabalho, o que possibilitou pensarmos uma direção comum ao trabalho do ensino aos idosos do programa e a desenvolvermos atividades conjuntas, ampliando os temas de discussão com os idosos, através de diferentes estratégias. Esses encontros nos levaram a desenvolver uma proposta de trabalho, que pensasse o idoso como sujeito, que tem direito a um envelhecimento digno. Ao mesmo tempo, também percebemos que a produção cultural e artística daqueles idosos era fundamental para visibilizar suas questões como sujeitos produtivos e participativos em nossa sociedade.

Portanto, consideramos que o trabalho na área do envelhecimento, na perspectiva da Assessoria, é de fundamental importância para o Ser-

viço Social, principalmente no viés da capacitação não só dos idosos, como dos profissionais envolvidos com este trabalho, mas numa direção de construção e luta pela implementação das políticas públicas para este segmento, fortalecendo as práticas que desenvolvemos, por dentro dos programas de terceira idade, articulando-as àquelas dos movimentos associativos e reivindicativos direcionados às questões do envelhecimento, tendo em vista os limites que têm sido impostos pelo neoliberalismo em nosso país, que levou o Estado a cortar verbas para a implementação de políticas públicas, de modo geral. Mudar este quadro adverso é um dos desafios que temos pela frente. Agradeço a atenção de todos e espero ter contribuído para o debate dessas questões, com todos vocês.

CAPÍTULO 5

Assessoria e estágio supervisionado em Serviço Social: a experiência do projeto "Movimento contra a Fome e a Miséria: Alternativas para as ONGs e para o Mercado de Trabalho do Serviço Social"

Aline Celente

Considerações iniciais

Pretende-se dar uma visão geral do projeto de extensão "Movimento contra a fome e a miséria: alternativas para as ONGs e para o mercado de trabalho do Serviço Social", que é coordenado pela professora Maria Cecília Brandão,[1] ressaltando as atividades de assessoria desenvolvidas por ele.

1. Assistente social, mestre em Serviço Social pela UFRJ, professora assistente da Faculdade de Serviço Social da Uerj.

Caracterização do projeto

O projeto teve início em 1994 e o subprojeto de assessoria só se iniciou em meados de 1997, tornando-se efetivo em 1999.

Os campos de estágio vinculados ao projeto são os oferecidos pela FSS/Uerj nos finais de semana: *Pastoral de Favelas do Rio Comprido* e *Ação Comunitária Sal da Terra*. Os dois funcionam dentro de paróquias de igrejas católicas. A do Rio Comprido atendendo às comunidades das proximidades da paróquia Nossa Senhora das Dores (Rio Comprido) e a do Sal da Terra atendendo na paróquia São Thiago Apóstolo, no Lins de Vasconcelos.

A parceria teve início com o campo de estágio em 1992 e 1995 respectivamente.

Algumas semelhanças dos campos de estágio: são *Comitês da Ação da Cidadania*.[2] Num momento inicial o projeto se voltava para a análise e melhoria da sistematização da prática e do processo de supervisão, se tornando um colaborador das atividades que eram desenvolvidas tanto pelas assistentes sociais do campo quanto pelos alunos estagiários.

Vamos contextualizar como os projetos do Serviço Social funcionam nesses campos: os dois campos são instituições privadas com fins filantrópicos e que funcionam, majoritariamente, com mão de obra voluntária. Os recursos humanos são os mais diversos: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, professores, advogados.

Além da Uerj, utilizam ou já utilizaram esses campos como campo de estágio curricular as faculdades de Serviço Social da UFRJ, PUC, a Veiga de Almeida e a Suam. Mas só a Uerj tem estagiários que também são bolsistas de extensão desse projeto.

---

2. A Uerj, a partir de determinado momento da década de 1990, procurou conclamar os segmentos universitários e toda a sociedade a participarem dessa campanha. A Faculdade de Serviço Social se sensibilizou com isso e resolveu participar, desenvolvendo um projeto que pudesse avaliar o trabalho desses comitês. Daí surgiu a ideia do projeto de extensão que congregaria as unidades de pesquisa, ensino e extensão e poderia se utilizar desses comitês para fazer um estudo e um acompanhamento mais aproximado dessa realidade. Então, em 1994, surgiu o projeto de extensão que passou a ser parceiro dos comitês e utilizou os comitês como campo de estágio.

Os recursos financeiros destas instituições provêm tanto da prefeitura do Rio de Janeiro quanto de ONGs internacionais que avaliam e aprovam anualmente os orçamentos previstos nos projetos. Os serviços prestados englobam assistência religiosa, jurídica e socioeducativa. Na área de educação profissional há também trabalhos como reforço escolar infantil, alfabetização de adultos, saúde, cultura e lazer. Os objetivos principais dessas instituições são voltados exatamente para isso, para melhoria da oferta de lazer nestas comunidades, para o desenvolvimento e construção da cidadania e também para o fortalecimento da organização comunitária.

O desenvolvimento do projeto de extensão se deu através da realização de eventos, de seminários que discutissem as demandas que eram trazidas pelos alunos e que muitas vezes até impossibilitavam o processo de trabalho nessas áreas de estágio. O que se percebia é que era necessária uma maior qualificação dos profissionais que estavam nessas áreas e a qualificação de seus estagiários.

Em 1999, o grupo de trabalho concluiu que a melhor forma de qualificar, de colaborar, de otimizar o trabalho que estava sendo desenvolvido nos campos de estágio seria elaborando um subprojeto de assessoria e participando mais ativamente, a fim de contribuir para proposta que esses campos apresentavam como estágio curricular.

Objetivos delimitados no início do trabalho: fornecer subsídios teórico-metodológicos e técnico-operativos para o enriquecimento do processo de formação profissional do aluno, possibilitar o reconhecimento da estrutura e do espaço institucional, promover maior integração entre a unidade de ensino e o campo de estágio, e otimizar a prestação de serviços institucionais realizados pelo Serviço Social.

A prática da assessoria surgiu como uma possibilidade de enfrentamento das dificuldades que estavam sendo encaradas no campo. Sentimos que a assessoria era uma demanda dos alunos e não só uma demanda imediata de assistentes sociais que eram supervisores do campo. Nossa assessora visitava os campos quinzenalmente, realizando reuniões de aproximadamente 4 horas, com uma proposta de trabalho coletivo.

Todos os estagiários foram convidados, todos as bolsistas, as assistentes sociais supervisoras e, em determinados momentos, as assistentes

sociais que atuavam em outros projetos que não eram diretamente ligados ao campo de estágio, além de outros profissionais voluntários.

A cada semestre a assessoria avalia o que foi produzido pelos estagiários, avalia o processo de supervisão e os alunos e supervisores são convidados a replanejar o semestre seguinte.

Eixos temáticos para o trabalho da assessoria nos campos

O primeiro ponto foi a coparticipação na supervisão. Havia uma insatisfação por parte dos alunos, no que se refere aos espaços de supervisão: eram pouco objetivos, monótonos e não evoluíam para um processo de reflexão e enriquecimento da formação profissional. Com a proposta de atuação conjunta, as reuniões de assessoria foram agendadas para os horários de supervisão, notando-se um enriquecimento teórico-prático — a partir do momento em que a faculdade apresentava novas temáticas e capacitava o supervisor. Houve uma valorização da sistematização, da organização maior da documentação, e da proposta de mais objetividade para que o trabalho do estagiário aparecesse mais, fosse mais bem analisado e progredisse. Ainda em relação a esse processo de supervisão, houve a oportunidade de elaborar um plano de estágio em conjunto, que fica em manutenção constante, em reavaliação constante, e é utilizado para nortear as atividades nos campos de estágio.

Outra demanda: os alunos de estágio I e II não tinham a atenção necessária no campo de estágio e a assessoria propôs o estágio de observação — uma oportunidade oferecida aos alunos aspirantes a estagiários de ação comunitária de conhecer os dois campos de estágio antes que as atividades se iniciem.

A sistematização das atividades desenvolvidas permitiu que os estagiários fossem ganhando mais autonomia para a realização das atividades; as supervisoras deram um voto de confiança às estagiárias, porque perceberam que a assessoria serviu para qualificá-las.

A assessoria também possibilitou que os alunos estagiários tivessem uma visão mais aberta, mais ampla das complexidades que se apresen-

tavam nas comunidades. A assessoria privilegiou o desenvolvimento do senso crítico dos estagiários e, de certa maneira, também dos supervisores, para que os alunos ganhassem na formação profissional.

Se existe a oportunidade de receber um assessor no campo de estágio, com a possibilidade de receber novas informações, capacitações contínuas, novas ideias, se os estagiários se enriquecem e se interessam mais pelo trabalho que está sendo desenvolvido, procurando buscar, trocar, a população usuária obviamente ganha com isso. Ela reconhece o trabalho do assistente social.

Comentários finais

Sou suspeita para falar desse programa de assessoria: eu o vi nascendo, participei das primeiras reuniões, acreditei nisso, descobri o Serviço Social a partir da assessoria. Gostaria que todos os profissionais ou estagiários pudessem ter a experiência de assessoria no campo, trabalhar a questão da construção coletiva e do constante aprimoramento pessoal.

Sobre os autores

ALESSANDRA GOMES MENDES

Mestre e especialista em Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), doutoranda em Serviço Social (Uerj), assistente social do Instituto Fernandes Figueiras/ Fiocruz, professora substituta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2004 e 2005.

ALINE CELENTE

Assistente social, professora substituta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), em 2003.

ALZIRA LOBATO

Assistente social, professora assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisadora na área do Envelhecimento desenvolvendo trabalhos na UnATI/Uerj.

ANDRÉA GONZAGA DE OLIVEIRA

Assistente social da Petrobras, colaboradora do projeto "Políticas públicas de saúde: O potencial dos Conselhos do Rio de Janeiro" da Uerj.

ANDRÉA DE SOUZA GAMA

Assistente social, mestre e doutoranda em Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), professora assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

JEFFERSON LEE DE SOUZA RUIZ

Assistente social, mestrando em Serviço Social (UFRJ), assessor político do Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região (Rio de Janeiro). Foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (1990 a 2000), secretário de políticas sociais e membro da Direção Regional Campinas da Central Única dos Trabalhadores (1992 a 1994), presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Campinas – SP (1998 a 2000) e assessor parlamentar do deputado estadual Renato Simões (PT-SP) na área de serviço público, ciência e tecnologia.

JULIANA SOUZA BRAVO DE MENEZES

Especialista e mestre em Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), assistente social do Hospital Geral de Bonsucesso/Ministério da Saúde. Integrante do projeto "Políticas públicas de saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro".

KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO

Assistente social, mestre em Serviço Social (Uerj), professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário UMA, analista de Políticas Públicas da Prefeitura de Municipal de Belo Horizonte.

LÚCIA M. B. FREIRE

Assistente social, doutora em Serviço Social (PUC/SP), professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pesquisadora e coordenadora do Grupo de Estudos em Serviço Social, Saúde Trabalho e Meio Ambiente (Gesta), desta faculdade, autora do livro *O Serviço Social na reestruturação produtiva*: espaço, programas e trabalho profissional, de 2003, entre outras produções bibliográficas e técnicas, a maioria no campo do trabalho e da saúde do trabalhador.

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE

Assistente social, psicólogo e sanitarista, mestre e doutorando em Serviço Social, respectivamente pela UFRJ e Uerj, professor assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS) da Uerj.

MARIA INÊS SOUZA BRAVO

Assistente social, doutora em Serviço Social (PUC/SP) e pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ, professora aposentada da UFRJ, professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), coordenadora dos projetos "Políticas públicas de saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro" e Saúde, Serviço Social e Movimentos Sociais.

MAURÍLIO CASTRO DE MATOS

Mestre e doutor em Serviço Social, respectivamente pela UFRJ e PUC/SP, assistente social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, professor adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Integrante do projeto "Políticas públicas de saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro" e do "Programa sobre a Infância e a Adolescência no Rio de Janeiro" (PIARJ), ambos da Uerj.

NEY LUIZ TEIXEIRA DE ALMEIDA

Assistente social, mestre e doutor em Educação (UFF), professor adjunto e coordenador do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), professor assistente e coordenador do Projeto Lext-Oesste da Universidade Castelo Branco.

TATIANA MARIA ARAÚJO DA FONSECA

Mestre e doutoranda em Política Social (UFF), assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, professora do Curso de Serviço Social da Unisuam e professora substituta da Universidade Federal Fluminense (UFF).